PROFISSÃO: ASSISTENTE SOCIAL

EDMÉIA CORRÊA NETTO

CULTURA ACADÊMICA Editora

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.site*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

Profissão:

assistente social

Edméia Corrêa Netto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CORREA NETTO, E. *Profissão*: assistente social [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. ISBN 978-85-7983-083-9. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Profissão: assistente social

Conselho Editorial Acadêmico

Responsável pela publicação desta obra

Prof. Dr. Pe. Mário José Filho (Coordenador)

Profa. Dra. Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira (Vice-coordenadora)

Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler

Prof. Dr. José Walter Canôas

Edméia Corrêa Netto

Profissão: assistente social

CULTURA ACADÊMICA Editora

© 2010 Editora UNESP

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C844p

Corrêa Netto, Edméia

Profissão [livro eletrônico] : assistente social / Edméia Corrêa Netto. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2010.

2145 Kb ; ePUB : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-083-9

1. Serviço social. 2. Assistentes sociais. I. Título.

10-6453.

CDD: 361 CDU: 364

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

À minha mãe, Irene

Ao meu pai, José (in memoriam)

Ao Vagner

À Lívia

Agradecimentos

Agradecer agora às pessoas que fizeram parte desta caminhada é tarefa quase impossível. algumas companheiras e companheiros de jornada participaram mais intensamente dos desafios e lutas.

Minha gratidão, especialmente, à orientadora professora dr[a] Neide ap. de Souza Lehfeld, pela acolhida, pela disponibilidade, pelas sugestões sempre a partir do conhecido e vivenciado, por permitir liberdade de pensamento e expressão. E também pela infinita paciência e compreensão dos meus difíceis momentos para conciliar trabalho, família e tese.

Aos professores doutores mario José Filho e maria Ângela rodrigues alves de andrade pelo carinho com que me acompanharam desde o mestrado, pelas oportunas sugestões em muitos momentos, nas aulas, nos corredores da universidade, pelas importantes sugestões na banca de qualificação.

Aos professores doutores raquel Santos Sant'ana, P[e] mário José Filho, Eliane Vecchi Pereira e telma Sanches Vendrúscolo por participarem da banca de defesa e pelas valiosas observações.

À professora doutora raquel Santos Sant'ana, pelo carinho, sugestões, reflexões no grupo de estudo teoria Social de marx e Serviço Social e apoio na minha reincursão acadêmica desde o mestrado.

Ao professor doutor José Fernando Siqueira da Silva, pelos diálogos e reflexões no grupo de estudo teoria Social de marx e Serviço Social, e pelas valiosas sugestões de leitura para o tema.

A compreensão e o apoio da dona isaura, da Geisa, na Prefeitura de Bebedouro, depois do alfredo, da maria José, da maria Cristina, da Lu em Barretos, do José Lázaro, da Flávia, da meire, da Cristina e de tantos colegas e alunos de Barretos e Guaxupé, do Edson, do rosemar, do adriano, da márcia, da inês, da rose, da mariângela, da Simone e da débora, no Fórum em Barretos, para que pudesse prosseguir no aperfeiçoamento profissional, foram fundamentais. o pensamento, sempre em algum lugar que não fosse o trabalho a ser executado, acarretou várias “panes” involuntárias no cotidiano profissional, relevadas pela compreensão de todos. Vocês fazem parte do meu coração.

As longas horas de conversa na casa da minha mãe, os relatos das emoções de quem anda na estrada, as boas discussões para resolver os problemas do mundo com minha mãe, meu irmão Edinho, minha irmã Helô, têm sido momentos de crescimento, mas sobretudo de calor humano, de companheirismo e cumplicidade no pensar e no fazer, ainda que com as nossas diferenças, que aprendemos a compreender e a valorizar. a presença de meus cunhados Janaína e Pedro, que se assustaram no início com as conversas que mais pareciam uma feira de ideias no verdadeiro espírito italiano de muito amor e fortes emoções no falar e no agir. Como é possível conviver nas diferenças? Não sei, só sei que amo vocês e que o tempo das tortas de morango vai chegar outra vez.

A sabedoria e a tolerância da minha mãe, que consegue nos individualizar, que nos fortalece e incentiva em cada momento, na diversidade de cada um à sua volta.

A materialidade da contribuição financeira para os estudos por parte dos meus pais irene e José, e do meu irmão Edinho.

A presença do thales é um estímulo à juventude, à energia do fazer, um ombro gostoso para deitar e se aconchegar, disposto a caminhar junto, preferindo a família para prosseguir na sua vida.

Wilma e Edson, a vida é feita de parcerias, e assim vamos dando certo, junto com a aline e o Fernando, no caminho para a vida adulta e independente.

Dona isaura e “seu” Paulo: momentos difíceis, sofrimento, passagem do meu

sogro para a vida espiritual, também fizeram parte da vida no tempo do doutorado. mas vamos vencendo, dia por dia, aprendendo que vale a pena viver em união.

Vagner e Lívia. Que dizer de vocês? São a razão do meu viver, e foram os mais roubados no tempo de aconchego, de namorar, de conversar, de brincar, de passear, de simplesmente não fazer nada.

Explicar para os amigos que a mãe está presenteausente (que binômio é este? a presença é o desvendamento da aparente ausência? ou a ausência o desvendamento da aparente presença?) em muitas coisas, inclusive nos finais de semana, porque "*minha mãe faz essas coisas de mestrado, de doutorado, sabe como é, dão muito trabalho*", foi difícil e quase incompreensível, não fosse a profunda sensibilidade e a precoce maturidade na sua infância.

Contar com uma companheira que por vários anos não acompanha, e segue no mesmo estilo de presençaausência, exigiu malabarismos para a vida doméstica cotidiana. tornamonos artistas? acho que não, mas nos tornamos mais maduros e mais companheiros, mais afetuosos, encontrando sentido onde há o caos aparente, amor e companheirismo nas horas de separação entre livros, cadernos, computador e... três amorosas cachorrinhas, mel, Petty e Pérola, da mais pura raça VL (para os que não são entendidos em animais domésticos, é preciso esclarecer: ViraLata).

O bom humor e a tranquilidade da maria Lélia na organização da casa, que sacrificou suas férias para atender minhas necessidades, pois tudo teria sido muito mais difícil sem sua presença.

Às amigas de muitos anos, irmãs de coração, Eliane, Elaine, Silvia e márcia, vocês são simplesmente demais! os anos se passaram (nem percebi!), mas nossas conversas continuam intermináveis, em qualquer lugar, na rua, em casa, no ônibus, num barzinho. ajudaramme a pensar, a refletir e a prosseguir.

O apoio, a clareza de ideias, a capacidade de síntese da margarida. Sem você, a pesquisa teria sido muito mais difícil. a doçura e a amizade, os apontamentos, a paciência da meireBebedouro, para ouvir e ler as primeiras elaborações.

Aos meus alunos e alunas, pela partilha, pelas constantes inquietações que produzem salutares reflexões e debates, e ajudam a manter viva a minha sede de saber.

A todas as assistentes sociais, mais velhas, mais jovens, no meio do caminho... Partilhamos sonhos, loucuras, dificuldades, tristezas... a pesquisa se transformou em ponto de encontro, em partilha, em reflexão dos avanços, dos desafios, e, por que não dizer, dos retrocessos também. Uma deliciosa aventura profissional! Pensamos, logo, existimos.

À diretora do departamento municipal de Promoção Social, maria aparecida Chimello dos Santos, meu sincero agradecimento pelo acesso às informações.

Ao pessoal da PósGraduação da UNESP – Franca, pela competência, profissionalismo e atenção, presença marcante em quase cinco anos de mestrado e doutorado.

Ao pessoal da biblioteca da UNESP – Franca, pelo cuidado e atenção durante os anos de estudo. Em especial ao márcio, pela dedicação nos momentos finais.

Ao meu pai, José, uma ausênciapresença. Com sua partida, não pôde estar de corpo presente no final da minha aventura, mas está no meu coração e na minha mente, seu espírito sobrevive, liberto dos incômodos do corpo doente.

Aa deus, por ter me permitido chegar até este momento.

O momento da fase final da aventura também pertence a vocês. Que sejam fortalecidos nas lutas de cada um e nos sonhos de um mundo melhor.

Obrigada pela partilha, pelo caminhar juntos, e que continuemos parceiros e cúmplices no pensar e no fazer, socializando experiências da incrível aventura da vida.

Table of Contents / Sumário / Tabla de Contenido

1. Front Matter / Elementos Pré-textuais / Páginas Iniciales
2. Lista de siglas
3. Lista de tabelas
4. Lista de gráficos
5. Lista de mapas
6. 1 Introdução
7. 2 O trabalhador assistente social
8. 3 Cotidiano profissional nas entidades sociais
9. Considerações finais
10. Referências bibliográficas

Lista de siglas

Abess	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
Abepss	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Anas	Associação Nacional de Assistentes Sociais
AA	Associação Antialcoólica – Bebedouro
ADB	Associação dos Deficientes de Bebedouro
Apae	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Bebedouro
Appret	Associação Protetora dos Pacientes Renais e Transplantados – Bebedouro e Região
Artsol	Associação Arte e Solidariedade
Avida	Associação de Valorização Integral dos Deficientes Auditivos
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
Caecc	Centro Assistencial Espírita do Calvário ao Céu
Cefa	Comunidade Educativa Figuls Assunção
Ceprobem	Centro de Estudos e Projetos para o Bem- Estar do Menor
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
Cieb	Centro Integrado de Equoterapia de Bebedouro

CLT Consolidação das Leis Trabalhistas

CMAS Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMPPNE Conselho municipal da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais

CMS Conselho municipal da Saúde

CNAS Conselho Nacional de assistência Social

Cras Conselho regional de assistentes Sociais

Cras Centro de referência de assistência Social

Cress Conselho regional de Serviço Social

DCA Desenvolvendo a Criança e o adolescente

DFC Diagnóstico Familiar e Comunitário

dieese Departamento intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Enesso Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

Fenas Federação Nacional de assistentes Sociais

FHC Fernando Henrique Cardoso

Fmi Fundo monetário internacional

Gaib Grupo antialcoólico independente de Bebedouro

Gife Grupo de institutos, Fundações e Empresas

Glav Grupo Luta e amor à Vida

Ibene Instituto Bebedourense de Nefrologia

ICV Índice do Custo de Vida

imesb Instituto municipal de Ensino Superior de Bebedouro

Loas Lei orgânica da assistência Social

OAB Ordem dos advogados do Brasil

OS Organização Social

Oscip Organização da Sociedade Civil de interesse Público

PNAS Política Nacional de assistência Social

PPD Pessoa Portadora de deficiência

Senac Serviço Nacional do Comércio

Sessune Secretaria de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1988. Em 1993, a Sessune se transforma na Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso)

SSAF Serviço Social de atendimento Familiar

Unimed Cooperativa médica

Lista de tabelas

Tabela 1 – Faixa etária da população do município 30

Tabela 2 – Número de assistentes sociais no município 33

Tabela 3 – assistentes sociais nas entidades sociais 36

Tabela 4 – Classificação dos municípios segundo total de habitantes 114

Tabela 5 – Faixa etária das assistentes sociais 123

Tabela 6 – Função na instituição 124

Tabela 7 – tempo de trabalho na instituição 125

Tabela 8 – tempo de Serviço Social na instituição 126

Tabela 9 – Local de formação 127

Tabela 10 – ano de formação 128

Tabela 11 – Conhecimento da legislação profissional 134

Tabela 12 – Quantidade de vínculos de trabalho 143

Tabela 13 – Carga horária por vínculo de trabalho 144

Tabela 14 – Carga horária semanal total 146

Tabela 15 – renda mensal na entidade social 155

Tabela 16 – renda mensal total como assistente social 156

Tabela 17 – Exercício de outra atividade rentável 157

Tabela 18 – desemprego 158

Tabela 19 – Espaço físico na entidade social 159

Tabela 20 – Locais indicados para atendimento 160

Tabela 21 – disponibilidade de sala para reunião 161

Tabela 22 – Equipamentos disponíveis 162

Tabela 23 – incentivo para aprimoramento profissional 164

Tabela 24 – tipos de incentivo para o aprimoramento profissional 165

Tabela 25 – atividades e/ou projetos que desenvolve 197

Tabela 26 – Procedimentos realizados 205

Tabela 27 – Participação em conselhos 209

Tabela 28 – Participação em reuniões com assistentes sociais de outras instituições 210

Tabela 29 – tipo de relacionamento com outras assistentes sociais 211

Tabela 30 – Frequência dos contatos com outras assistentes sociais 212

Tabela 31 – Contato com profissionais de outras áreas 213

Tabela 32 – tipo de relacionamento com profissionais de outras áreas 214

Tabela 33 – Frequência dos contatos com profissionais de outras áreas 215

Tabela 34 – Contato com diretoria da instituição 216

Tabela 35 – tipo de contato com diretoria da instituição 217

Tabela 36 – Frequência de contato com a diretoria 218

Tabela 37 – Participação no processo decisório e planejamento da instituição 220

Tabela 38 – oferecimento de estágio supervisionado 223

Tabela 39 – motivos para não oferecer estágio supervisionado 223

Tabela 40 – Participa ou participou de reuniões de supervisores de campo com professores de cursos de Serviço Social 225

Tabela 41 – Participa ou participou em grupo de estudo 227

Tabela 42 – tipo de grupo de estudo 228

Tabela 43 – desenvolvimento de atividade religiosa 238

Tabela 44 – tipo de participação religiosa 239

Tabela 45 – desenvolvimento de atividade política (associação, sindicato, partido político) 240

Tabela 46 – tipo de participação política 240

Tabela 47 – Participação em atividade de organização da categoria profissional 242

Tabela 48 – motivo para a não participação 242

Tabela 49 – desenvolvimento de habilidade artística 243

Tabela 50 – tipo de habilidade artística 244

Tabela 51 – atividades de lazer 245

Tabela 52 – tempo semanal para o lazer 246

Lista de gráficos

Gráfico 1 – assistentes sociais no município 33

Gráfico 2 – Faixa etária das assistentes sociais 123

Gráfico 3 – Função na instituição 124

Gráfico 4 – tempo de trabalho na instituição 125

Gráfico 5 – tempo de Serviço Social na instituição 126

Gráfico 6 – Local de formação 128

Gráfico 7 – ano de formação 129

Gráfico 8 – Conhecimento da legislação profissional 135

Gráfico 9 – tipos de vínculo de trabalho 136

Gráfico 10 – Quantidade de vínculos de trabalho 143

Gráfico 11 – Carga horária por vínculo de trabalho 145

Gráfico 12 – Carga horária semanal total 146

Gráfico 13 – renda mensal na entidade social 155

Gráfico 14 – renda mensal total como assistente social 156

Gráfico 15 – Exercício de outra atividade rentável 157

Gráfico 16 – desemprego 158

Gráfico 17 – Espaço físico na entidade social 159

Gráfico 18 – Locais indicados para atendimento 161

Gráfico 19 – disponibilidade de sala para reunião 162

Gráfico 20 – Equipamentos disponíveis 163

Gráfico 21 – incentivo para aprimoramento profissional 164

Gráfico 22 – tipos de incentivo para o aprimoramento profissional 166

Gráfico 23 – atividade e/ou projetos que desenvolve 198

Gráfico 24 – Procedimentos realizados 206

Gráfico 25 – Participação em conselhos 209

Gráfico 26 – Participação em reuniões com assistentes sociais de outras instituições 210

Gráfico 27 – tipo de relacionamento com outras assistentes sociais 212

Gráfico 28 – Frequência dos contatos com outras assistentes sociais 213

Gráfico 29 – Contato com profissionais de outras áreas 214

Gráfico 30 – tipo de relacionamento com profissionais de outras áreas 215

Gráfico 31 – Frequência dos contatos com profissionais de outras áreas 216

Gráfico 32 – tipo de contato com diretoria da instituição 217

Gráfico 33 – Frequência de contato com a diretoria 218

Gráfico 34 – Participação no processo decisório e planejamento da instituição 220

Gráfico 35 – motivos para não oferecer estágio supervisionado 224

Gráfico 36 – Participa ou participou de grupo de estudo 227

Gráfico 37 – tipo de grupo de estudo 229

Gráfico 38 – desenvolvimento de atividade religiosa 239

Gráfico 39 – tipo de participação religiosa 239

Gráfico 40 – desenvolvimento de atividade política (associação, sindicato, partido político) 240

Gráfico 41 – tipo de participação política 241

Gráfico 42 – Participação em atividade de organização da categoria profissional 242

Gráfico 43 – motivo para a não participação 243

Gráfico 44 – desenvolvimento de habilidade artística 243

Gráfico 45 – tipo de habilidade artística 244

Gráfico 46 – atividade de lazer 245

Gráfico 47 – tempo semanal para o lazer 246

Lista de mapas

Mapa 1 – Localização regional e estadual do município de Bebedouro 31

Mapa 2 – Localização das entidades sociais no município 37

1 Introdução

> *Minhas opiniões sobre trabalho estão dominadas pela nostalgia de uma época que ainda não existe, na qual, para o trabalhador, a satisfação do ofício, originada do domínio consciente e proposital do processo de trabalho, será combinada com os prodígios da ciência e do poder criativo da engenharia, época em que todos estarão em condições de beneficiar-se de algum modo desta combinação.*
>
> Braverman, 1987, p.18

O Serviço Social enquanto profissão faz parte de nossa trajetória de vida desde o final da década de 1970 e início dos anos 1980,[1]quando descobrimos que as atividades que desejávamos executar pertenciam não à Psicologia, como pensávamos, mas à profissão de assistente social.

Uma profissão ainda pouco conhecida na cidade interiorana de Bebedouro, mas o curso encheunos a alma, com o desejo de executar o que estávamos aprendendo, um misto de psicologismo e criticismo, com leituras de livros de Paulo Freire quase às escondidas, aprendizado de técnicas de planejamento e projetos, de diferentes abordagens para entrevistas individuais, trabalho em grupo e em comunidade. Era o tempo de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, na visão ainda fragmentada das necessidades sociais, ainda que já se sentissem críticas ao modelo.

A trajetória na profissão foi marcada pelo desafio constante de provar às pessoas envolvidas no trabalho, que ser assistente social era, sim, uma profissão, e que suas atividades compreendiam algo mais do que distribuir cestas básicas,[2] e que a visita domiciliar não era para destampar panelas no fogão, nem abrir armários para conferir o que estava sendo feito com a alimentação e o leite recebidos, e tampouco ensinar a lavar roupas e tirar piolhos das cabeças de todos os integrantes da família.

Vez por outra, escutamos histórias de alunos em seus estágios e de profissionais recémformados relatando que são ainda confrontados com a mesma realidade e que, muitas vezes, a grande dificuldade em fazer avançar o trabalho está no entendimento que as pessoas dirigentes em geral possuem do Serviço Social, tanto na esfera pública como na privada.

E, muitas vezes, o profissional, dependente do seu salário, é obrigado a realizar tarefas nem sempre específicas do Serviço Social, a interromper projetos e ações com a mudança de governos ou de diretorias. No entanto, ouvimos igualmente relatos de mudanças positivas na esfera de ação do Serviço Social quando as pessoas dirigentes, em qualquer setor, são assistentes sociais ou têm familiaridade com a profissão, permitindo um avanço nos serviços prestados.

Sabemos que a filantropia e a política do favor e da dominação, quando não a política da repressão,[3] percorrem a história da assistência social e da própria profissão até os dias atuais.

Nossa experiência em entidades sociais, no poder público municipal – seja como concursada, seja como contratada para cargo em comissão –, na docência privada e no poder público estadual[4]tem provocado profundas inquietações, numa conjugação de elementos: a decantada filantropia, a política de favor, a subalternidade, a alienação e a identidade da profissão, conjugados aos limites institucionais e à condição de assalariamento. Eles compõem particularidades profissionais que mediatizam a ação singular profissional. as condições de emprego, com formas cada vez mais flexibilizadas e precarizadas no mundo do trabalho, afetam diretamente a condição de sobrevivência do profissional e de sua família.

A construção teórica do Serviço Social no Brasil, sobretudo a partir de 1980, tem sido rica para a compreensão da profissão em seus limites e possibilidades, desvendando aspectos fundamentais para fazer avançar o complexo arcabouço teóricometodológico da área, como os estudos de Iamamoto, Netto, Yasbek, martinelli, Serra, mota, Falleiros, Pontes, que já se constituem em referências internacionais, especialmente para a américa Latina, com diversos títulos já traduzidos para a língua espanhola.

Os eventos científicos nacionais e internacionais específicos do Serviço Social ou de áreas de atuação têm apresentado grande participação de profissionais do Brasil, de países da américa Latina e de todos os continentes do mundo, ainda

que com menor representatividade.

Consideramos o estudo de grande relevância, em especial porque as organizações não governamentais têm representado um espaço importante de trabalho profissional. Seu crescimento quantitativo na prestação de serviços assistenciais tem exigido a incorporação de assistentes sociais, inclusive para adequação à legislação atual da assistência social, e é preciso conhecer melhor esse espaço de trabalho.

A docência, principalmente nas disciplinas de trabalho e Sociabilidade e Fundamentos Históricos, teóricometodológicos em Serviço Social, tem proporcionado continuamente leituras, questionamentos dos alunos e também de colegas, o que muito colaborou para as reflexões.

Alunos, profissionais mais antigos ou mais jovens comumente relatam situações em que estão presentes todos os problemas que têm caracterizado a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, como os limites institucionais e a dependência do salário, também nas formas mais precarizadas, para a subsistência, ainda que tenham consciência crítica e desejo de agir de acordo com os princípios éticopolíticos e com a legislação em vigor. a condição material, objetiva em que se desenrola a atuação profissional a determina em muitos aspectos. No entanto, é possível também observar avanços e que a postura profissional é, sem dúvida alguma, um fator altamente relevante no direcionamento das forças conjunturais de um determinado momento histórico, impulsionando, otimizando os aspectos transformadores, de modo a oferecer resistência nos momentos de retrocesso, ou, contrariamente, favorecer o avanço da retroação, se é que é possível usar essa expressão paradoxal.

Partimos preliminarmente do entendimento de que a condição de assalariamento dos profissionais e as contemporâneas modificações no mundo do trabalho correspondem a determinações concretas deste momento histórico da práxis profissional do Serviço Social, considerado como profissão que se insere na divisão sociotécnica do trabalho no capitalismo maduro.

No presente estudo, nossa atenção voltouse para compreender as condições objetivas e subjetivas do processo de trabalho de assistentes sociais em entidades sociais no município de Bebedouro.

A ação profissional já tem sido objeto de análise em diversos estudos, porém,

com menos frequência buscase investigar as reais condições de trabalho que o assistente social encontra em seu cotidiano profissional.

Nossa análise procura compreender o processo de trabalho do Serviço Social em entidades sociais de modo a descartar, *a priori*, tanto a tendência fatalista que considera que os limites do espaço profissional são insuperáveis, como a tendência messiânica que considera o assistente social um profissional independente, com autonomia quase absoluta para desenvolver propostas transformadoras da realidade, desconsiderando a verdadeira inserção profissional na realidade concreta.

As duas abordagens, tanto a fatalista como a messiânica, não relevam a historicidade social a partir da realização dos homens, as particularidades da profissão e os elementos que a singularizam em determinado momento histórico e em cada processo de trabalho.

Procuramos então responder à questão: quem são os profissionais que estão nas entidades sociais? Quais as condições objetivas e subjetivas da ação profissional nesse espaço de trabalho? o que se revela por trás da cotidianidade, o que há de significativo para além da repetição cotidiana?

Nosso universo de investigação foi constituído por todas as entidades sociais regularmente inscritas no Conselho municipal de assistência Social (CmaS) no ano de 2008. isso significa que as entidades sociais tinham que estar em dia com o CmaS com suas obrigações referentes ao ano de 2007, como a apresentação de relatórios das atividades realizadas e a prestação de contas ao órgão gestor, além de projetos para 2008.

Após a definição da assistência social na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 203 e 204, como integrante da política de seguridade social, e que deve ser prestada “a quem dela necessitar” (art. 203), a Lei orgânica de assistência Social (Loas), de nº 8.742/93, vem estabelecer com maior precisão a assistência social em seu artigo 1º:

> A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A Constituição estabelecea como política pública, dever do Estado, tendo por diretriz "descentralização político administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, *bem como a entidades beneficentes e de assistência social"* (grifo nosso) – artigo 204, parágrafo I.

O disposto referente à participação de entidades beneficentes e de assistência social abre brechas para que o Estado deixe de cumprir integralmente a sua função pública, podendo "dividir" sua responsabilidade com as organizações beneficentes da sociedade civil, principalmente as já envolvidas na assistência social.

E no seu artigo 3º define as instituições que podem fazer parte da assistência social:

> Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestarem, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

Utilizamos no presente estudo a nomenclatura entidades, organizações não governamentais, ou simplesmente instituições, referindonos sempre às não governamentais. muito embora não sejam objetos de nosso estudo, questões como o público e o privado, o chamado "terceiro setor" e as políticas sociais públicas perpassam todo o trabalho.

de 2002 a 2008 mantivemos contatos com profissionais, integrantes do Conselho municipal de assistência Social (CmaS) e do departamento municipal de Promoção Social, seja pela relação de trabalho, seja pela pesquisa ora levada a efeito, o que nos permitiu o acesso às profissionais e instituições.

Nosso estudo foi caracterizado por momentos de grandes dificuldades, ocasionados não pelas profissionais, pois quase todas aquiesceram prontamente em participar, mas pelas contingências do momento histórico vivenciado e da conjuntura política, pois era ano de eleições municipais (2008).

A instabilidade nos postos de trabalho em todos os setores da sociedade, inclusive na área social, potencializada nos momentos de crise econômica como a que se iniciou em 2008 em âmbito mundial, obrigounos a uma reflexão mais

profunda sobre a metodologia da pesquisa, bem como o fato de ser ano eleitoral nos municípios, o que acirrava as diferenças e os conflitos entre os diferentes grupos políticos, principalmente no segundo semestre do ano, o que dificultou a organização de reuniões entre profissionais, devido ao fato de muitas delas possuírem vínculos com o poder público municipal ou pelo envolvimento de dirigentes das entidades sociais em que trabalham na disputa política.

Assim considerando, nosso cuidado foi redobrado no sentido de preservar o sigilo da identidade dos sujeitos e das informações obtidas através do questionário.

Procuramos aprofundar os aspectos, cujas mediações foram surgindo a partir do próprio processo investigatório, como a precarização e a flexibilização nas relações de trabalho do assistente social.

Os questionários foram aplicados no período de julho de 2008 a fevereiro de 2009.

Importante salientar que os sujeitos da pesquisa foram informados quanto aos objetivos do estudo, não existindo qualquer obrigatoriedade para a participação, nem foi concedido nenhum tipo de indenização às participantes, que assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme preceitua a resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Contextualizando o universo da pesquisa

o município de Bebedouro, localizado no norte do Estado de São Paulo, distante 345,4 km da capital, com 74.815 habitantes de acordo com o iBGE/2000,[5] possui taxa de urbanização de 93,52%, com uma população urbana de 69.964 habitantes e rural de 4.851 habitantes. Pertence à microrregião de Jaboticabal e à mesorregião de ribeirão Preto.

Segundo o atlas de desenvolvimento Humano, Bebedouro possui a composição por faixa etária mostrada pela tabela 1.

Tabela 1 – Faixa etária da população do município

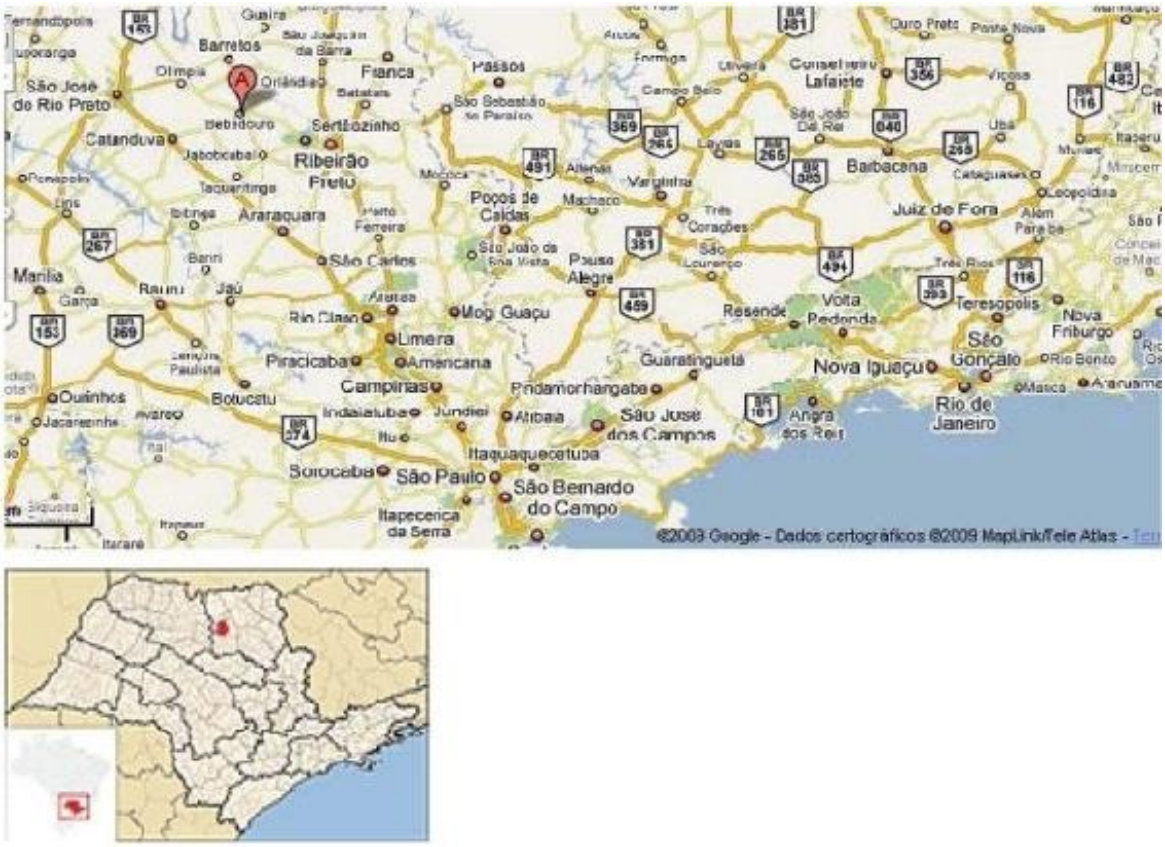
Faixa etária	1991	2000
Menos de 15 anos	21.624	19.690
15 a 64 anos	42.251	49.593
65 anos e mais	3.888	5.532
Total	67.763	74.815

De acordo com a classificação de municípios estabelecida pela Política Nacional de assistência Social em 2004 (PNaS/2004), Bebedouro é um município de médio porte, que abrange números entre 50.001 a 100.000 habitantes.

No município de Bebedouro existem somente mulheres no exercício da profissão de assistentes sociais, o que nos levou a optar pela referência feminina.

Realizamos um levantamento geral de assistentes sociais no município, iniciado na reunião com as profissionais para falar da pesquisa e em contatos pessoais e telefônicos com outras profissionais e instituições.

Mapa 1 – Localização regional e estadual do município de Bebedouro



Fonte: Google, dados cartográficos, 2009, disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt Br&tab=wl&q=bebedouro>.acesso em 10/1/2009.

Constatamos que existem em Bebedouro 58 postos de trabalho, que são ocupados por 41 assistentes sociais, assim distribuídas:

– INSS (Federal): três assistentes sociais em três postos de trabalho.

– Tribunal de Justiça (Estadual): duas assistentes sociais em dois postos de trabalho.

– Prefeitura municipal: 18 assistentes sociais em 19 postos de trabalho:

- Assistência Social: onze assistentes sociais, sendo sete efetivas; duas contratadas por processo seletivo por tempo determinado; duas contratadas para cargo em comissão.

- Saúde: sete assistentes sociais, sendo cinco efetivas e duas contratadas por processo seletivo por tempo determinado.
- Departamento de recursos Humanos: uma assistente social, efetiva (trabalha também no departamento de Promoção Social).

  – Entidades sociais: 21 assistentes sociais, distribuídas em 28 postos de trabalho. das 21, seis trabalham na Prefeitura municipal.

  – Empresas: seis assistentes sociais empregadas em seis postos de trabalho, e, destas, três trabalham na Prefeitura municipal.

- Unimed (Cooperativa de trabalho médico): duas assistentes sociais.
- Instituto Bebedouro de Nefrologia (ibene): uma assistente social.
- Transportadora: uma assistente social.
- Senac: duas assistentes sociais, que não são contratadas com a denominação de assistente social, mas a instituição as reconhece como profissionais de Serviço Social.[6]trabalham na área de educação profissionalizante.

Tabela 2 – Número de assistentes sociais no município

Serviço Público			Setor Privado	
Federal	Estadual	Municipal	Entidades sociais	Empresa
3	2	18*	21**	6***

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

* das 18 assistentes sociais na Prefeitura, uma exerce dupla jornada e possui vínculo com entidades sociais.

** das 21 assistentes sociais em entidades sociais, seis são funcionárias públicas municipais.

*** das seis assistentes sociais em empresas, duas são funcionárias públicas municipais, e uma trabalha na Prefeitura com contrato de trabalho por tempo limitado, aprovada em processo seletivo.

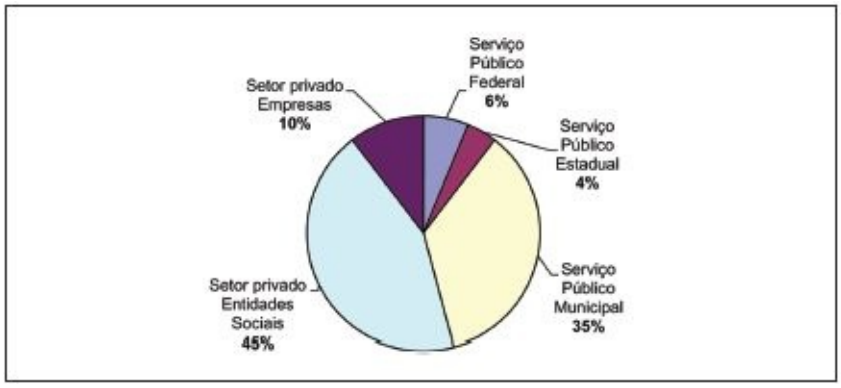


Gráfico 1 – assistentes sociais no município *Fonte:* Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

A Prefeitura Municipal possui profissionais de Serviço Social nos departamentos municipais de Promoção Social, Saúde e recursos Humanos.[7]

No departamento municipal de Promoção Social encontram-se 11 profissionais, sendo que oito são concursadas, duas entraram por processo seletivo por tempo determinado e duas são contratadas para cargo em comissão.

No de Saúde encontram-se sete profissionais, sendo cinco concursadas e duas contratadas por processo seletivo por tempo determinado.

Uma das profissionais do município trabalha em jornada dupla, atendendo a setores diferentes da Prefeitura municipal.

O setor público emprega 45% das assistentes sociais, e, destas, o município é responsável pela maioria, com 35%.

As entidades sociais empregam 45% das profissionais, o que demonstra a relevância do presente estudo, pois, se considerado por parcela, é o segmento com maior número de assistentes sociais empregadas.

Das dezoito assistentes sociais que trabalham na Prefeitura, seis possuem vínculo também nas entidades sociais, e outras três (duas efetivas e uma contratada por processo seletivo por tempo determinado) trabalham em empresas também. assim, 50% dessas assistentes sociais possuem ao menos mais de um vínculo de trabalho.

Importante salientar que, durante a realização da pesquisa, foi aberto concurso público municipal no final de dezembro de 2008, para preenchimento de cinco vagas de assistentes sociais – com carga horária mensal de 100 horas (aproximadamente 25 horas semanais, ou 5 horas diárias) e salário de r$ 720,06 –, o qual se realizou em fevereiro de 2009, mas até abril de 2009 não tinham ocorrido as contratações.

Em Bebedouro existem ainda seis assistentes sociais que residem no município, mas que trabalham em municípios da região.

O município possui também o instituto de Ensino Superior de Bebedouro (imesb), com um curso de Serviço Social.[8] Para as disciplinas específicas de Serviço Social, existem seis assistentes sociais, sendo apenas uma residente em Bebedouro e as cinco demais residentes em cidades da região.

Verificamos que existem 33 entidades sociais cadastradas no CmaS, mas duas não tiveram suas inscrições renovadas por apresentarem irregularidades no seu funcionamento, e se encontram em fase de reorganização para que o cadastro seja renovado.[9] Para a pesquisa, então, consideramos as demais 31 entidades sociais.

Dentre as 31 entidades sociais, 21 possuem assistentes sociais em seus quadros e dez não possuem profissionais de Serviço Social ou as contratam eventualmente.

As dez que não possuem profissionais são:

– Associação de Protetora dos Pacientes Renais Transplantados de Bebedouro e Região (appret)

– Colégio Anjo da Guarda

– Creche Lourenço Santin

– Desenvolvendo a Criança e o Adolescente (DCa)

– Grupo antialcoólico independente de Bebedouro (Gaib)

– Missão restauração

– Rede Feminina de Combate ao Câncer

– Sociedade recreativa José do Patrocínio

– Vila Vicentina

– Associação Menina dos Olhos

As 21 entidades sociais que possuem ao menos uma profissional de Serviço Social são mostradas na tabela 3.

Tabela 3 – assistentes sociais nas entidades sociais

Nº	Entidade	No de assistentes sociais	Assistente social na coordenação	Total
1	Associação Arte e Solidariedade (Artsol)	1	-	1
2	Associação Antialcoólica (AAA)	1	-	1
3	Associação dos Deficientes de Bebedouro (ADB)	1	-	1
4	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)	3	-	3
5	Associação Protetora da Infância – Província de São Paulo – Recanto São Vicente de Paulo	1	-	1
6	Associação de Valorização dos Deficientes Auditivos (Avida)	1	-	1
7	Casa do Adolescente	1	1	2
8	Casa da Criança Irmã Crucifixa	-	1	1
9	Casa de Maria	1	-	1
10	Casa de Santa Clara	2	-	2
11	Casa de Santo Expedito	2	1	3
12	Centro Assistencial Espírita do Calvário ao Céu (Caecc)	1	-	1
13	Centro de Estudo e Projetos para o Bem-Estar do Menor (Ceprobem)	1	-	1
14	Centro Integrado de Equoterapia Bebedouro (Cieb)	1	-	1

15	Comunidade Educativa Figuls Assunção (Cefa)	1	-	1
16	Educandário Santo Antônio	2	-	2
17	Fundação Abílio Alves Marques	1	-	1
18	Grupo Luta e Amor à Vida (Glav)	1	-	1
19	Lar do Idoso Servas do Senhor	1	-	1
20	Serviço Social de Atendimento Familiar (SSAF)	1	-	1
21	Vila Lucas Evangelista	1	-	1
Total		25	3	28

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.



Mapa 2 – Localização das entidades sociais no município

Fonte: Organização pessoal a partir do Google e dos endereços constantes na lista de entidades sociais fornecida pelo CMAS.

Realizamos uma reunião inicial em que puderam participaram nove profissionais para apresentação da pesquisa e do instrumental, quando incorporamos algumas sugestões para o levantamento. as profissionais receberam posteriormente o questionário em envelope e o devolveram pessoalmente ou o recolhemos no local de trabalho ou na moradia. os contatos foram de uma riqueza ímpar pelo interesse das colegas em participar do estudo, pelos relatos plenos de detalhes, socializando suas experiências, seus desafios e suas conquistas. o teor das informações não será apresentado pelo mesmo motivo já apontado para a não realização do segundo momento da pesquisa: a fim de preservar o sigilo e a não identificação dos sujeitos.

Em 21 entidades sociais existem 28 postos de trabalho com profissionais de Serviço Social, sendo 24 na função de assistentes sociais, uma na coordenação de projetos e três na função de coordenação da instituição.

Pelo levantamento realizado, constatamos que os 28 postos de trabalho são ocupados por 21 assistentes sociais, indicando a existência de profissionais que exercem suas atividades em mais de uma instituição.

Das 21 assistentes sociais, duas não concordaram em participar da pesquisa, o que nos permitiu totalizar a participação de dezenove, representando 90,48% do total de profissionais nas entidades sociais.

O capítulo 2 aborda o perfil das assistentes sociais nas organizações não governamentais, como idade, tempo de formação, local de formação, conhecimento da legislação da profissão, início do Serviço Social na instituição, tempo de trabalho na entidade, tempo de trabalho como assistente social. No mesmo capítulo, relatamos as relações de trabalho, incluindo tipo de vínculo, quantidade de vínculos, carga horária na instituição, carga horária total como assistente social, renda mensal na instituição, renda mensal como assistente social, exercício de outra atividade rentável e experiência de desemprego; e as condições éticas e técnicas de trabalho, como espaço físico, equipamentos e incentivo ao aprimoramento profissional.

No capítulo 3 abordamos o cotidiano profissional nas entidades sociais, com reflexões sobre o Estado e seu papel no enfrentamento à questão social, terceiro setor, entidades sociais, e sobre o cotidiano, enquanto espaço de vida e de luta das assistentes sociais, com apresentação dos resultados da pesquisa e relatos sobre cotidiano profissional, espaços de reflexão na vida cotidiana, dificuldades,

avanços e desafios, e sociabilidade pessoal.

Entendemos o Serviço Social como profissão em sua totalidade histórica, dentro da sociedade do capitalismo maduro vivenciando um momento de financeirização, que tem provocado um acirramento das manifestações da questão social, as quais se constituem em objeto do trabalho profissional do assistente social, sendo, portanto, fundamental apontar alguns elementos teóricos que situem nosso posicionamento.

Sociedade do capital e questão social

O desmoronamento da estrutura da sociedade feudal nos séculos XiV e XV, aliado ao desenvolvimento das ciências, com consequente superação de antigos dogmas impostos pela igreja Católica, provoca a desmoralização das explicações divinas para resguardar o poder político e uma nova divisão das classes sociais.

Ao mesmo tempo, há um deslocamento do centro de poder do feudo para a cidade, as trocas simples durante a idade média vão se tornando relações comerciais mais complexas, separase o campo da cidade, o camponês da terra, o produtor dos meios de produção. O assalariamento tornase cada vez mais comum, e o processo de trabalho intensifica sua divisão. O capitalismo, em sua fase mercantil, se desenvolve rapidamente, necessitando do aprofundamento da discussão do papel do Estado, uma vez que há um contingente populacional cada vez maior que não se insere nas novas formas sociais para garantir sua sobrevivência, e as relações comerciais se intensificam e tornam-se mais complexas. a propriedade privada é fortalecida, necessita de proteção, o que exige intervenções até então desnecessárias.

Para Behring & Boschetti (2006, p.57),

> Com a decadência da sociedade feudal e da lei divina como fundamento das hierarquias políticas, por volta dos séculos XVi e XVii, ainda no contexto da chamada acumulação primitiva do capital, é desencadeada uma discussão sobre o papel do *Estado.* desde maquiavel, buscase uma abordagem racional do exercício do poder político por meio do Estado. Naquele momento, este era visto como uma espécie de *mediador civilizado* [...,] ao qual caberia o controle das paixões, ou seja, do desejo insaciável de

> vantagens materiais, próprias dos homens em *estado de natureza*. Em seu *Leviathan*, de 1651, Hobbes apontava que, no *estado de natureza*, os apetites e as aversões determinam as ações voluntárias dos homens e que, entre preservar a liberdade vantajosa da condição natural e o medo da violência e da guerra, impõese a renúncia à liberdade individual em favor do soberano, do monarca absoluto. a sujeição seria uma opção racional para que os homens refreassem suas paixões, num contexto em que o "homem é o lobo do homem".

As indústrias se expandem, mas simultaneamente ocorre um processo de pauperização da população, com aumento descontrolado da mendicância e dos trabalhadores empobrecidos e socialmente desprotegidos.

Parte do contingente populacional de origem rural tornase nômade, vagando por grandes extensões, vendendo sua força de trabalho especialmente em atividades ligadas à construção civil. as condições de moradia nas cidades são precárias e sem saneamento básico, e, no trabalho, os indivíduos são submetidos a extensas jornadas em condições de insalubridade, o que favorece a disseminação de diversas doenças.

Na inglaterra, um dos países onde mais rapidamente avançaram as novas relações de produção, deparase com a dificuldade, a qual exige um enfrentamento.

Marx (1998, v.2, p.770) descreve que:

> O trabalho nômade é empregado em diversas atividades de construção e de drenagem, na produção de tijolos, para queimar cal, na construção de ferrovias, etc. é uma coluna pestilencial que se desloca, levando para as cidades em cujas proximidades se instalam varíola, tifo, cólera, escarlatina, etc. Quando os empreendimentos envolvem muito dispêndio de capital, como ferrovias, etc., o próprio empresário fornece, em regra, a seu exército barracos de madeira ou construções semelhantes, verdadeiras aldeias improvisadas, sem qualquer preocupação de ordem sanitária, fora do controle das autoridades locais, e altamente rendosas para o empreiteiro, que explora duplamente os trabalhadores como soldados da indústria e como locatários.

Com a dissolução dos feudos, da vassalagem, imenso contingente é expulso das

terras, sem direitos; essas pessoas não podiam ser todas inseridas nas manufaturas nascentes de modo tão rápido quanto eram colocadas à disposição de um novo mercado, formando grupos que praticavam a mendicância e a ladroagem, como marx (1998, v.2, p.848) explica:

> Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrarse, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos, por força das circunstâncias.

A situação é tratada inicialmente de modo fortemente repressor e coercitivo no trabalho, desde o Estatuto dos trabalhadores, de 1349, cujas ações são em parte desenvolvidas por algumas iniciativas filantrópicas e outras pelo Estado, como a Casa de Correção, instituída pela Lei dos Pobres, de 1597, que determinava o confinamento dos praticantes da mendicância, submetendoos a trabalhos forçados, independentemente de salário, de idade ou de condição de saúde (martinelli, 2005, p.557).

Pelos países da Europa ocidental se expande uma legislação sanguinária de combate à vadiagem, no final do século XV e durante todo o século seguinte (marx, 1998, p.848).[10] No século XVi, “estes vagabundos – tão numerosos que o rei Henrique Viii da inglaterra, entre outros, mandou enforcar 72 mil – foram obrigados a trabalhar com as maiores dificuldades, em meio à mais extrema miséria e somente após longas resistências” (marx & Engels, 1993, p.87).

A legislação inglesa perdurou até o início do século XViii, e em outros países europeus até quase a mesma época, o que demonstra que, desde o início do desenvolvimento da sociedade do capital, a população supranumerária, desfiliada[11] do mercado de trabalho, não absorvida pela crescente expansão do capital, é despojada de suas condições de sobrevivência. os problemas daí advindos, como a mendicância e o roubo da propriedade alheia, são punidos severamente, enquanto o trabalho tem uma conotação diferente do valor de uso ou é usado como castigo. o trabalho livre assume um novo significado com o valor de troca e a possibilidade de permitir a acumulação de capital por meio da sua exploração.

Behring & Boschetti (2006, p.50) assinalam que:

> Na sociedade préindustrial ou não capitalista, as atividades de trabalho

> eram indissociáveis das demais atividades da vida social [...] Na sociedade capitalista burguesa, o trabalho perde seu sentido como processo de humanização sendo incorporado como atividade natural de produção para a troca, independente de seu contexto histórico.

As lutas coletivas do proletariado, se não conseguem reverter a situação de exploração da força de trabalho, nem atingir a proteção cada vez mais forte à propriedade privada da burguesia, conquistam direitos e atenuam a criminalização das manifestações da questão social, que se estabelecem a partir dos contraditórios interesses do capital e do proletariado. Por outro lado, a burguesia teme o avanço dos ideais socialistas, que encontram ampla aceitação entre os trabalhadores, e novas teorias são criadas de modo a conciliar os interesses da manutenção da propriedade privada e da exploração da força de trabalho, e essas teorias são incorporadas pelos setores hegemônicos e postas em prática no sentido de diminuir os conflitos sociais.

A questão social se formata exatamente nessa contradição que se inicia na consolidação do capital e do trabalho assalariado. o eixo da produção econômica se desloca do feudo para o capital, cuja sociedade se reorganiza para privilegiar a concentração e a expansão do capital em detrimento da defesa dos interesses do imenso contingente populacional que fica à deriva para sobreviver, não lhe restando alternativa além de vender a sua força de trabalho, já despojada de suas ferramentas de trabalho.

Se o trabalho assalariado representa a liberdade de transitar por diferentes empregadores – o chamado trabalho livre –, deixando a servidão a um único senhor por toda a vida e por todas as gerações, o assalariamento traz consigo a servidão ao lucro e à maisvalia. o trabalhador só consegue vender sua força de trabalho em condições que permitam ao seu empregador – possuidor dos meios de produção – explorar a maisvalia e gerar o lucro sobre a utilização da sua própria força de trabalho. Em outras condições, não existe o emprego, ou seja, não se oferece a “vaga” disponível.

O trabalhador deixa de ter um único senhor, que recebia do seu servo o imposto e, por isso, tinha interesse em que sua existência fosse produtiva, para ter diversos empregadores que não têm nenhum interesse em prover a existência do seu trabalhador, interesandolhes somente a extração da sua força e da sua energia enquanto durarem, pois, quando gastas ou exauridas, podem ser encontradas em outros trabalhadores, existentes aos milhares fora da oportunidade do trabalho

formalizado, o que faz impulsionar e manter o salário em patamares insuficientes para a manutenção da sobrevivência com dignidade.

A acumulação primitiva do capital nos séculos XVi e XVii dá origem ao aumento do domínio das forças e obstáculos da natureza, com o desenvolvimento de todas as áreas das ciências, impulsionando o conhecimento humano, mas também causa o processo de miserabilidade do trabalhador, cuja classe social não pode desfrutar dos avanços conquistados. os “efeitos colaterais” do desenvolvimento econômico originam novas respostas por parte dos que possuem o poder econômico e político, porém sempre de modo a manter a nova ordem econômica e social em ascensão.

A expressão “questão social” surge nas primeiras décadas de 1800 para identificar as tensões sociais que se originam das condições subhumanas de trabalho nas indústrias, como explica Castel (1998, p.30):

> Essa questão (social) foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos 1830. Foi então suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial. é a questão do pauperismo.

As condições de trabalho nas indústrias aliadas às condições subhumanas de sobrevivência que atingem os desempregados, ou inempregáveis, inempregados, no dizer de Castel, para quem não existe lugar formal para vender sua força de trabalho, constituem os ingredientes para a articulação e organização popular para exigir melhores condições de vida e de trabalho, fazendo crescer os movimentos dos trabalhadores, empregados ou não.

Para os detentores e organizadores do capital, o ruído social representa uma grave ameaça à ordem estabelecida, necessitando de contenção, de repressão, enquanto, na verdade, os movimentos dos trabalhadores representam “a reivindicação fundamental de livre acesso ao trabalho” (Castel, 1998, p.31).

A pauperização do trabalhador empurra, para o mercado produtivo, mulheres e crianças em tenra idade, cujo envolvimento na luta pela sobrevivência não é suficiente para a reprodução digna da vida humana.

O processo de pauperização do trabalhador está diretamente ligado ao excesso de horas do trabalho assalariado, à participação no trabalho produtivo de mulheres e crianças desde tenra idade e ao desemprego estrutural, que provocam

manifestações populares de luta por direitos sociais. Essa situação era entendida[12] como “desorganização social” que necessitava de repressão para a manutenção da ordem.

> No capitalismo concorrencial, *a questão social* era tratada com ações coercitivas pelo Estado, à medida que a força de trabalho respondia às refrações daquele mediante a organização e mobilização para o alcance de seus direitos sociais. ou seja, era uma questão de polícia e não de política. (Serra, 2000, p.171, grifo da autora)

A questão social expressa, assim, o confronto de interesses entre a classe industrial burguesa e a classe operária nascente. a acumulação do capital exige a exploração da classe trabalhadora como totalidade, exploração que se manifesta nas longas jornadas de trabalho e no trabalho noturno que desorganizam a família, nas condições insuficientes de alimentação, vestuário, moradia, saúde, educação, e sobretudo no embrutecimento moral e intelectual dos trabalhadores.

Hobsbawm (1988 e 2002) analisa o período de 1789 a 1848 que tem como principal característica uma dupla revolução: a Francesa e a industrial, que marcam definitivamente a história da sociedade burguesa. é um período de lutas, revoltas populares, em busca de direitos sociais e de ideais democráticos, mas também um período que estabelece as bases para a fase seguinte, de 1848 a 1875, que Hobsbawm chama de “Era do Capital”.[13]

No ano de 1848 marca a ocorrência de uma revolução generalizada; o *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por marx e Engels, é publicado em Londres, no mês de fevereiro, com grande repercussão no país e traduzido em várias outras línguas, difundindose pela Europa. Nas palavras de Hobsbawm,

> 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e poucos anos depois, na remota Colômbia. Em certo sentido, foi o paradigma de um tipo de “revolução mundial” com o qual, dali em diante, os rebeldes poderiam sonhar e que em raros momentos, como no pósguerra das duas Guerras mundiais, eles pensaram poder reconhecer. (Hobsbawm, 2002, p.28)

Ainda que a revolução, ou as revoluções de 1848, não tenha tido o resultado desejado pelos proletários, determinou reações políticas para o enfrentamento

dos problemas advindos dos conflitos entre capital e trabalho. Se o modo de produção não foi alterado, a classe burguesa se apropria de reivindicações dos trabalhadores e, juntamente com o Estado, passa a modificar as condições de trabalho e de vida dos operários, o que permite uma diminuição dos conflitos, a reprodução da classe trabalhadora e a afirmação do modo de produção capitalista.

A palavra “capitalismo” começa a ser difundida nas áreas da economia e da política no mundo a partir da década de 1860, ainda que sua origem possa ter ocorrido duas décadas antes (Hobsbawm, 2002, p.19).

É nesse período histórico que se processa a passagem da fase concorrencial do capitalismo para a fase dos monopólios, e tem início a mundialização do modo de produção. Esse processo traz consigo igualmente a mundialização da questão social, cujas refrações passam a merecer a atenção estatal, e as políticas sociais se institucionalizam.

> Assim como o capitalismo e a classe burguesa triunfaram, os projetos que lhes eram alternativos recuaram, apesar do aparecimento da política popular e dos movimentos trabalhistas. Esses projetos não poderiam parecer menos promissores do que em, digamos, 187273. Porém em poucos anos o futuro daquela sociedade que havia triunfado tão espetacularmente mais uma vez parecia incerto e obscuro, e movimentos destinados a substituíla ou derrubála precisavam novamente ser levados a sério. (Hobsbawm, 2002, p.221)

O modo de produção centrado no capital apresenta o maior desenvolvimento das forças produtivas, o domínio cada vez mais aperfeiçoado dos limites naturais, mas arrasta consigo as marcas do “efeito colateral”, com a maioria da população excluída dos seus benefícios, aumentando cada vez mais a distância entre os detentores dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho, mantendo, à margem do seu progresso, milhões de pauperizados.

Essa contradição permanente entre desenvolvimento e pauperização vai perseguir toda a sociedade do capital, provocando invariavelmente crises econômicas e reações populares, numa luta igualmente permanente por melhores condições de trabalho e de vida.

O processo de organização do trabalho na sociedade do capital tem por

finalidade última a expansão e a concentração do próprio capital, de modo a permitir a reprodução das relações sociais existentes. a partir disso, se estabelecem dois aspectos que merecem a concentração dos esforços: a eficácia da produção, que deve ser aumentada constantemente, e o preço do trabalho, que deve ser constantemente reduzido, ou seja, é necessário combinar a redução do trabalho vivo com a maximização da produtividade, o que permite, em menor tempo, a extração do sobretrabalho. À medida que a sociedade desenvolve as forças produtivas, conforme afirma antunes (1999, p.119),

> é bastante evidente a redução do *trabalho vivo* e a ampliação do *trabalho morto*. mas, exatamente porque o capital não pode eliminar o *trabalho vivo* do processo de criação de valores, ele deve aumentar a *utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido.* (Grifos do autor)

Para atingir a finalidade da sociedade vigente, o trabalho é organizado para a necessidade da expansão e da acumulação do capital, e não para atender à necessidade de sobrevivência e desenvolvimento do trabalhador, enquanto ser social que possui outras necessidades além das básicas de sobrevivência: “o trabalhador existe para o processo de produção e não para o trabalhador” (marx, 1998a, p.555).

Institucionalização do Serviço Social

Para o enfrentamento da questão social, na defesa do ideário burguês, surgem duas grandes tendências, de acordo com martinelli (2005): a Escola Humanitária e a Filantrópica, a partir dos economistas adam Smith e david ricardo, que, apesar de apresentarem algumas diferenças, mantêm a culpabilização do indivíduo pela situação de pobreza vivenciada e buscam coibir conflitos e confrontos que surgiam na defesa dos trabalhadores.

As poucas iniciativas privadas filantrópicas e estatais de atendimento da população empobrecida não são suficientes e o Estado é requisitado a intervir mais diretamente na realidade social.

Como afirma martinelli (2005, p.66): “Burguesia, igreja e Estado uniram-se em um compacto e reacionário bloco político, tentando coibir as manifestações dos

trabalhadores eurocidentais, impedir suas práticas de classe e abafar sua expressão política e social".

A institucionalização do Serviço Social ocorreu nos últimos anos do século XViii e início do século XiX dentro dos marcos da consolidação do capitalismo, no tensionamento dos interesses entre as classes dos proprietários dos meios de produção e dos que têm somente a sua força de trabalho para vender e daí tirar a sua sobrevivência.

Sob a liderança do setor industrial que, de um lado, proporcionava um grande desenvolvimento das forças produtivas, e, por outro, deixava um lastro de miséria, as populações rurais, sem apoio para enfrentar suas dificuldades, dirigem-se em massa para as cidades em busca de oportunidade de trabalho nas indústrias em expansão, transformandoas em grandes centros, porém sem infraestrutura para tamanho contingente populacional.

É assim que surge em Londres, inglaterra, em 1869, a Sociedade de organização da Caridade, com forte influência da igreja Protestante, como continua martinelli (2005, p.66):

> Surgiam assim, no cenário histórico *os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática de assistência social*, atividade que se profissionalizou sob a denominação de "Serviço Social", acentuando seu caráter de prática de prestação de serviços. (Grifos da autora)

A nova profissão, a de prestadores de assistência social, se expande por toda a Europa e pela américa do Norte. a profissão surge diretamente ligada à reprodução material das relações entre trabalho e capital, uma vez que permite a sobrevivência do trabalhador (a reprodução da espécie humana, porém dentro das condições da sociedade do capital) e atenua os conflitos existentes entre trabalhadores e detentores dos meios de produção.

Martinelli (2005, p.86) refere que

> O pauperismo, como polo oposto da expansão capitalista, crescera tanto na Europa durante o século XiX que seu atendimento já não podia mais se restringir às iniciativas de particulares ou da igreja; era preciso mobilizar o próprio Estado, incorporando a prática da assistência e sua estratégia operacional – o Serviço Social – à estrutura organizacional da sociedade burguesa constituída, como um importante instrumento de controle social.

(Grifos da autora)

Entendendo que a pobreza era um “defeito de caráter”, a Sociedade de organização da Caridade difunde seus ideais e estratégias de atendimento à população por toda a Europa e pela américa do Norte, inserindo no final dos anos 1860 um esforço de sistematização e de cientifização de suas ações, já incorporadas pelo Estado, e estendendo sua intervenção para além da assistência material através de visitas domiciliares, para a orientação no âmbito da família, da saúde e da educação.

A partir de 1840,[14] os movimentos proletários se difundem pelos países industrializados, simultaneamente à divulgação da crítica à sociedade do capital em ideários socialistas, comunistas e anarquistas. as lutas por melhorias nas condições de trabalho e direitos sociais se espalham e, no embate de forças contraditórias, o Estado se vê na contingência de intervir diferentemente ao período do capitalismo concorrencial, quando o combate às manifestações da questão social era feito apenas com a repressão.

O Estado, majoritariamente constituído por representantes da classe burguesa, procura desenvolver ações mais voltadas à proteção social, incorporando parcelas das reivindicações das massas populares, porém não age sozinho, procurando se apropriar das antigas iniciativas de assistência filantrópica.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, o modo de produção capitalista deixa sua fase mercantil, concorrencial, para expandirse por todo o mundo, inaugurando uma nova fase, a dos monopólios. a nova fase econômica mantém e aprofunda as mesmas contradições entre capital e trabalho, aumenta a complexidade das manifestações da questão social, inaugurando uma forma de enfrentamento: a institucionalização da assistência, incorporandoa como mecanismo político, de modo a garantir a reprodução e expansão do capital e a reprodução da classe trabalhadora dentro dos limites da chamada “ordem social”.

> É somente com o advento do capitalismo monopolista que a “questão social” tornase objeto de respostas institucionais por meio de políticas sociais como um mecanismo básico para a reprodução social da força de trabalho e de legitimidade das elites, além da reprodução do capital como pressuposto constitutivo da formação capitalista. (Serra, 2000, p.171)

Com a necessidade crescente de responder à nova demanda de intervenção social, a proposta de criação do ensino de Filantropia aplicada surge com mary richmond, da Sociedade de organização da Caridade de Baltimore, durante a Conferência Nacional de Caridade e Correção, em 1897, em toronto, Canadá; o curso é realizado em 1898, em Nova York. Nessa mesma cidade, em 1899, surge a primeira Escola de Filantropia aplicada – training School in applied Philanthropy, e em seguida, no mesmo ano, surge uma escola em amsterdã, Holanda, introduzindo a matéria na Europa. os cursos se difundiram rapidamente pela Europa e Estados Unidos da américa (martinelli, 2005).

Desse modo, a prestação de serviço na forma de assistência aos pobres deixa de ser uma atividade voluntária, vinculada à benemerência, sendo incorporada à divisão social do trabalho a profissão de assistente social.

Martinelli (2005) aponta em seu estudo que as ações do Estado e das igrejas, tanto católica como protestante, estavam profundamente vinculadas ao ideário burguês, de cuja classe social provinham os primeiros agentes sociais.

Dessa maneira, a ação social não estava voltada ao atendimento das necessidades e interesses da classe trabalhadora, que por isso mesmo não reconhecia o trabalho social realizado, mas sim interpretava a situação social encontrada como um desajuste do indivíduo, da família, incorporando princípios burgueses na sua ação. ao mesmo tempo, se os trabalhadores não legitimavam a ação social que se institucionalizava, esta era essencial à sobrevivência de famílias que se encontravam ao desabrigo, atingidas por doença e morte entre seus membros, especialmente quando envolvia o(s) responsável(is) pela manutenção da casa, dificultando ou impedindo o acesso ao trabalho assalariado. o papel dos agentes sociais aparece como uma benesse concedida aos necessitados. Esse atendimento material, sem a perspectiva do direito social da população, veicula a falsa idéia de um Estado protetor e paternal. isto desvenda o aspecto ideológico da política social, que mascara as verdadeiras relações implícitas ao serviço realizado, dificultando ao próprio profissional o desvendamento da realidade de que ele mesmo também se tornava um trabalhador assalariado, submetido às mesmas leis da economia livre que regulam a produção e reprodução da sociedade do capital.

Apoiar e dar cumprimento às orientações da igreja e do Estado permitia a expansão rápida da profissão, que passa a atrair sobretudo moças vinculadas às práticas religiosas baseadas em princípios de solidariedade de indivíduo para

indivíduo, e não de classe (que implicaria o reconhecimento da legitimidade das reivindicações dos operários).

Na Europa se acentua a influência religiosa na profissão, principalmente a partir da Escola Católica de Serviço Social de Paris no início do século XX, que se propõe a estudar a questão social a partir da doutrina social da igreja Católica, forma núcleos de discussão e divulga seu ideário por toda a Europa e américa Latina. Na américa do Norte se generaliza uma tendência de estabelecer maior independência em relação à religião (mas não em relação à burguesia), o que favorece o surgimento e crescimento da associação Nacional de trabalhadores Sociais, a partir de 1920, segundo martinelli (2005, p.119).

O estudo de martinelli (2005, p.120) salienta:

> As décadas de 20 e 30 [do século XX] foram testemunhas de uma grande expansão do Serviço Social europeu, seja nas ações profissionais, seja no processo organizativo. da experiência dos pequenos Núcleos surgiu em 1925, na itália, durante a i Conferência internacional de Serviço Social, em milão, a União Católica internacional de Serviço Social (UCiSS). tratavase de um organismo de maior porte e que exerceu grande influência não só sobre o Serviço Social europeu como também sobre o latinoamericano.

O período de pósPrimeira Guerra mundial exigiu na Europa um esforço econômico, político e social para sua reconstrução. o poder hegemônico da igreja Católica foi enfraquecido pelas alianças da sociedade civil oligárquica. Para não deixar sua antiga aliança com a burguesia, a igreja procurou incentivar a participação de leigos em ações sociais, de modo a operacionalizar a sua doutrina social.

O desenvolvimento do Serviço Social europeu, que serve de base para o Serviço Social brasileiro, se dá a partir da concepção religiosa de sociedade com a correspondente ação religiosa na prática, com forte apelo à vocação da ajuda, às qualidades morais e pessoais do profissional, aliadas aos conhecimentos próprios da profissão, considerando os aspectos técnicos e científicos.

> *As qualidades pessoais, a vocação, a disposição para servir continuavam presentes como elementos essenciais, aos quais era preciso acrescentar o preparo técnico-científico para o adequado exercício da prática social.* À medida que se institucionalizava, exigia de seus agentes procedimentos

> mais técnicos e eficientes, capazes de exercer sobre as classes subalternas o controle social e político exigido pelas classes dominantes. (martinelli, 2005, p.121)

Aos profissionais de Serviço Social competia a utilização de seus conhecimentos técnicooperativos em favor da adaptação do indivíduo ao sistema social vigente, buscando eliminar com sua intervenção qualquer forma de manifestação dos trabalhadores, considerada perigosa à ordem e à disciplina, ou simplesmente "esvaziando o conteúdo político de suas reivindicações coletivas, exercendo um vigilante controle sobre as manifestações do proletariado" (martinelli, 2005, p.121).

Simultaneamente, a ação do Serviço Social demonstrava a ação "caridosa" da sociedade dominante, que escondia ou camuflava os efeitos indesejáveis do progresso, manifestos na existência dos miseráveis.

As três primeiras décadas do século XX apresentam, no quadro internacional, a revolução russa de 1917 e a criação da União das repúblicas Socialistas Soviéticas em 1922, a Primeira Guerra mundial, de 1914 a 1918, a crise econômica de 1929, confrontando as soluções liberais e as comunistas para as situações enfrentadas.

Em todo o mundo aumenta a tensão social e os trabalhadores procuram se articular e manifestar suas necessidades, lutando contra as más condições de trabalho, de moradia, de alimentação, de higiene, de saúde e de educação.

A partir de meados do século XiX até os primeiros trinta anos do século XX predomina a teoria liberal para a sociedade do capital, em que as relações econômicas devem ser reguladas pelo livre mercado, "a mão invisível", na concepção de adam Smith. o Estado mercantilista tinha um forte papel intervencionista na economia, o que passou a ser rejeitado pelas teorias liberais, que enfatizavam um Estado não interventor.

> O liberalismo, alimentado pelas teses de david ricardo e sobretudo de adam Smith [...],que formula a justificativa econômica para a necessária e incessante busca do interesse individual, introduz a tese que vai se cristalizar como um fio condutor da ação do Estado liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bemestar coletivo. é o

> funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bemestar. é a "mão invisível" do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum. (Behring, Boschetti, 2006, p.56)

A crise de 1929 a 1932 suscita novas discussões sobre o papel do Estado no enfrentamento da questão social, com influência da teoria social da igreja Católica e das teorias liberais.

No Brasil, o Estado assume um discurso moralizador, com influência das encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, que propõem como princípios:

> a aliança entre patrão e empregados; os patrões deveriam ter consciência cristã, não explorar seus empregados, pagarlhes o preço justo por seus serviços; os empregados, por sua vez, deveriam se conformar com o lugar que deus lhes deu, pois o trabalho e o homem contribuem para o engrandecimento da sua pátria. além disso, o que não lhes foi dado nesta vida, receberão com abundância no céu. (Cardoso et al., 2000, p.81)

No Brasil, com população eminentemente agrária no início do século XX, tentase desenvolver sua economia dentro do sistema agrárioexportador, procurando sufocar com a repressão os movimentos sociais de norte a sul do país, tanto rurais, por exemplo as Ligas Camponesas, como os operários urbanos.[15]

As manifestações do conflito entre capital e trabalho no período de expansão da indústria e do capital, que formatavam a questão social no mundo e no Brasil, a influência católica, com forte apelo à solidariedade entre indivíduos e a pressão da sociedade civil para a intervenção do Estado na minimização das refrações da questão social formam um terreno fértil para a expansão do Serviço Social no mundo e sua institucionalização como profissão no Brasil.

Surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil

O Brasil entra no século XX com a recente abolição da escravatura (1888) e a instalação do governo republicano (1889), pondo fim à monarquia. a república

se organiza em sistema federativo – cujo poder político é exercido por pequenas oligarquias. Embora o regime político se torne mais representativo do que no período monárquico, não se torna mais democrático, fortalecendo o mandonismo local, conhecido como coronelismo (Linhares, 2000, p.165). a classe subalterna permanece excluída dos processos decisórios, e a economia continua baseada na agroexportação, tendo como base de produção o latifúndio.

A década de 1920 no cenário mundial representou um momento de combater as consequências do pósguerra (1914 a 1918), com o objetivo de expandir o capital, o que mantinha as contradições inerentes ao desenvolvimento concentrador de riqueza. a repercussão da revolução russa de 1917 fortalecia a divulgação do ideário libertador de marx, favorecendo a mobilização do operariado em toda a américa Latina, com acirramento dos conflitos entre o Estado, o empresariado nascente e os trabalhadores. o Estado é pressionado a emitir respostas aos conflitos, numa postura de buscar um "consenso" entre os interesses antagônicos visando à "paz social".

As relações sociais capitalistas se consolidam no Brasil sobretudo no período de 1930 a 1980, que impôs à sociedade a saída de um modelo agrárioexportador para um modelo urbanoindustrial.

O crescimento econômico provocado é regional e socialmente desigual, com capitalismo dependente dos centros considerados desenvolvidos.

As décadas de 1920 e 1930 no Brasil são decisivas para a implantação do Serviço Social. a questão social se intensifica com a formação de novo operariado urbanoindustrial, e de forma desigual pelo país. o maior desenvolvimento, e, consequentemente, também as diferenciadas expressões da questão social, surgem nos estados de São Paulo e do rio de Janeiro.

O início da industrialização é marcado pela falta de condições de higiene, de salubridade e de segurança, com acidentes frequentes, e salários baixos impulsionando para o mercado de trabalho mulheres e crianças em idade prematura. a esse respeito, Iamamoto & Carvalho (1985, p.131) escrevem que "é comum a observação sobre a existência de crianças operárias de até 5 anos e dos castigos corporais infligidos a aprendizes".

E continuam explicando que

> da força de trabalho industrial de São Paulo uma terça parte é constituída de

> mulheres, metade aproximadamente são operários e operárias menores de 18 anos, e 8% menores de 14 anos. a jornada normal de trabalho – apesar de diferir por ramo industrial – é, no início do século, de 14 horas. Em 1911 será em média de 11 horas e, por volta de 1920, de 10 horas. até o início da década de 1920, no entanto, dependerá na maioria das vezes das necessidades das empresas. mulheres e crianças estarão sujeitas à mesma jornada e ritmo de trabalho, inclusive noturno, com salários bastante inferiores. (1985, p.131 2)

Importante salientar que não havia qualquer direito trabalhista, como descanso semanal remunerado, férias, licença para saúde e outros.

As primeiras legislações e atuações do Serviço Social, na década de 1930, estão voltadas para a regulamentação do trabalho nas fábricas e para a criança e a família, de vez que o que a sociedade burguesa reconhece não é a situação dada como consequência de péssimas condições de trabalho e de vida, mas sim como um "mal necessário" ao desenvolvimento, e que é preciso atenuar suas consequências.[16]

O padrão de desenvolvimento que se instala e se desenvolve no período de 1930 a 1970 é baseado na estratégia tayloristafordista de produção industrial (produção em massa, centralizada e verticalizada, divisão rígida de tarefas). Somente a partir dos anos 1940 foi complementado pelo sistema keynesiano de Estado, que, se de um lado favorecia os trabalhadores com salários indiretos (criação de seguros e "benefícios sociais"), que permitiam intensificar o consumo da produção industrial, por outro lado favorecia a indústria com redução de impostos sobre o capital, perdão fiscal e regulação de preços e de salários dos trabalhadores.

Em 1932, é fundado em São Paulo o Centro de Estudos e ação Social de São Paulo (Ceas), resultado das atividades da ação Social e da ação Católica, objetivando "dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob o patrocínio da igreja e de dinamizar a mobilização do laicato" (Iamamoto & Carvalho, 1985, p.172). Seu objetivo era a promoção do bemestar social e, para isso, fundou centros operários onde suas

> propagandistas, por meio de aulas de tricô e trabalhos manuais, conferências, conselhos sobre higiene, etc., procuraram interessar e atrair as

> operárias e entrar assim em contato com as classes trabalhadoras, estudarlhes o ambiente e necessidades. (relatório do Ceas 19321934, apud Iamamoto & Carvalho, 1985, p.175)

Nota-se que a atividade estava baseada no ideal funcionalista, em que se buscava ajuste do indivíduo, da família e da coletividade à sociedade existente, dentro do pressuposto de que a sociedade encontrase corretamente estabelecida. os que não se ajustam à sua ordem são os “desajustados” e necessitam de ajuda para sua reintegração social, para o seu “reajuste”.

As atividades filantrópicas voltadas principalmente para mulheres valorizam a função da mulher no lar, num espírito de resignação às condições socioeconômicas, cujas dificuldades podem ser vencidas com o aprendizado de novas capacidades, como costura e trabalhos manuais, que podem aumentar o rendimento familiar, mas sem deixar o seu próprio lar.[17] Entretanto, a dura realidade das mulheres operárias era bem outra, uma vez que estavam subjugadas a extenuantes jornadas de trabalho, com a submissão de seus filhos às mesmas condições, comprometendo seu desenvolvimento físico e intelectual, o que trouxe sérias consequências para a sociedade posteriormente, exigindo novas intervenções do Estado para minimizálas, uma vez que este representa os interesses da burguesia industrial.

O grupo surgia num momento de intensificação de estratégias desenvolvidas pela igreja Católica para revitalizar seu poder diante do Estado e reafirmar “a noção de Nação Católica e o seu direito ao exercício da influência como intérprete e guia da imensa maioria católica da população brasileira” (Iamamoto & Carvalho, 1985, p.159).

As refrações da questão social começavam a ser enfrentadas pela classe dominante no Brasil pelo viés religioso católico, influenciado pela concepção do fortalecimento da família, da propriedade, buscando, para isso, respaldo político nas instituições formais do Estado para eleger políticos que apoiam seus princípios, e com a criação de organismos filantrópicos que desenvolvessem seu ideário de ordem e disciplina, solidificando suas ações na divulgação ideológica da prestação da ajuda aos sofredores. a ação visa também (Iamamoto & Carvalho, 1985) fortalecer a ação católica laica.

As lutas operárias se iniciam no Brasil no século XiX, com a primeira greve organizada no rio de Janeiro pelos gráficos dos jornais diários, em 1858

(Giannotti, 2007),[18] e se intensificam nas primeiras décadas de 1900, sob influência anarquista e posteriormente comunista, a partir, sobretudo, da revolução russa de 1917. a crise de 1929 aumenta os problemas e também a reação do movimento operário. a primeira lei conquistada, mas não cumprida, por falta de instrumentos legais, de janeiro de 1919 (Giannotti, 2007, p.100), a Lei de acidentes de trabalho, responsabilizava os empregadores e o poder público pela indenização do trabalhador acidentado. a indenização e outras conquistas, como redução da jornada de trabalho, ficavam restritas a algumas fábricas, e seu cumprimento estava mais submetido a acordos diretos com os trabalhadores, o que os desfavorecia inegavelmente.

A década de 1920 é atravessada por intensos movimentos dos trabalhadores, especialmente nos maiores centros urbanos, onde se concentra o desenvolvimento fabril. o governo de Vargas, iniciado em 1930, procura incorporar algumas das reivindicações dos operários através das primeiras legislações trabalhistas, colocando, entretanto, limites à organização sindical, atrelandoa ao controle estatal. Em 1930, Vargas cria o ministério dos Negócios do trabalho, indústria e Comércio, e a partir de 1931 várias pequenas leis são formuladas, como a que regulamenta o trabalho de mulheres e crianças (1931), jornada de oito horas e descanso semanal remunerado, limitação de trabalho noturno para mulheres e crianças (1932), imposto sindical e salário mínimo (1940) até culminar com a Consolidação das Leis trabalhistas, promulgada em 1º de maio de 1943.

Em 1935 é criado o departamento de assistência Social do Estado, constituindose na primeira institucionalização da proteção social no Brasil (Iamamoto & Carvalho, 1985, p.178).

Sem abrir mão das diretrizes do desenvolvimento capitalista, o Estado passa a colaborar na diminuição das nefastas consequências do processo cumulativo do capital, na busca não da justiça, mas do consenso entre as classes sociais antagônicas. o sistema inicial de proteção é aliado a uma ação repressora das manifestações dos movimentos operários e a estratégias de divulgação de princípios de ordem e disciplina para se atingir o desenvolvimento econômico, pois só a partir daí o social poderia ser atendido.

A primeira escola de Serviço Social em 1936 é criada em São Paulo[19] pelo Centro de Estudos e ação Social de São Paulo (Ceas), também como parte das respostas às manifestações da questão social, e por iniciativa de grupos católicos

pertencentes à burguesia, mas com apoio do Estado, que absorverá as suas profissionais. Sua preocupação é formar moças para o trabalho social, cuja ação se fundamenta nos princípios da doutrina social da igreja Católica. as primeiras orientações para o desenvolvimento da profissão vêm da Europa, mais precisamente da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, cuja influência será sentida nas primeiras décadas da profissão.

Em 1937, surge a Escola de Serviço Social no rio de Janeiro, segunda no Brasil, e, diferentemente do Estado de São Paulo, a mobilização anterior à sua criação teve a participação majoritária de representantes de instituições públicas, como os juízados de menores e órgãos da área de assistência médica, sanitária e social (Iamamoto & Carvalho, 1985).

Segundo Iamamoto & Carvalho (1985), a demanda inicial por assistentes sociais nesse período era maior do que a oferta de profissionais formadas pelas escolas.

O desenvolvimento da profissão, iniciado em plena ditadura varguista, reflete todas as tendências presentes na sociedade, como a teoria social da igreja Católica, depois o desenvolvimentismo e influências socialistas, revolucionárias, especialmente na segunda metade da década de 1950 e início da de 1960, com a revolução Cubana em 1959.

A política econômica de Vargas, a partir de 1930, voltase para o desenvolvimento da indústria como estratégia de enfrentamento à crise mundial que ocorria desde os últimos anos da década anterior. aliada à incorporação de alguns direitos trabalhistas, com atrelamento do movimento sindical ao Estado, mantendo os níveis salariais rebaixados, surgem as iniciativas estatais e privadas de maior abrangência para o atendimento social, complementando a ação de desmobilização dos trabalhadores com uma ação paternalista e ajustadora.

Sob o patrocínio do Estado e das indústrias surgem o Conselho Nacional de Serviço Social em 1938, a Legião Brasileira de assistência em 1940, o Serviço Nacional de aprendizagem industrial (Senai) em 1942, o Serviço Social da indústria em 1946 (Yasbek, 1984), a Fundação Leão Xiii em 1946, que incorporam os novos profissionais bem como incentivam com bolsas de estudo a formação de novos assistentes sociais (Iamamoto & Carvalho, 1985, p.184).[20]

Surgimento de um novo projeto ético-político do Serviço Social

Do início da década de 1960 até meados dos anos 1980, o Serviço Social realiza um amplo movimento de questionamento de seus fundamentos teóricos, metodológicos e operacionais – conhecido na história do Serviço Social como movimento de reconceituação –, de modo a melhor compreender a própria profissão e traçar diretrizes para as novas exigências da realidade social, que se apresentava cada vez mais complexa.

Apesar da forte repressão, a resistência à ditadura continua se organizando em todos os setores da sociedade. Grupos guerrilheiros de esquerda, que posteriormente seriam todos militarmente derrotados, se organizam em vários países da américa Latina.

Em 1968, a partir da teologia da Libertação, a igreja Católica latinoamericana, na cidade de medellín, Colômbia, estabelece nova base para o compromisso e a ação dos católicos em relação à classe trabalhadora. No Brasil, isso se manifesta na organização de várias pastorais comprometidas com o povo e dos movimentos eclesiais de base. a partir da discussão de textos evangélicos com a população empobrecida, nascem vários movimentos reivindicatórios, principalmente em São Paulo.

O movimento estudantil amplia suas ações e se fortalece, buscando inspiração nos textos de inspiração marxista e revolucionária, contribuindo também para a rearticulação dos movimentos sociais na clandestinidade.

No âmbito do Serviço Social, os fatos não evoluem diversamente. O questionamento teóricometodológico da profissão recebe influência de autores marxistas, como o francês Louis althusser, porém sem se voltar para os autores originais. os profissionais se questionam quanto ao seu papel no contexto da américa Latina, cujos países são mais duramente atingidos por crises econômicas. apesar da forte repressão militar, a resistência à ditadura se organiza e se manifesta de várias formas, voltadas para a ampliação de direitos civis, políticos e sociais.[21]

A autora Helena iracy Junqueira (1980, p.911)[22] aponta alguns eventos marcantes para o movimento de reconceituação:

- Encontro regional de Escolas de Serviço Social do Nordeste, realizado em janeiro/1964: “pode ser considerado como primeira manifestação grupal de crítica ao Serviço Social tradicional e ensaio de reconceituação” (Junqueira, 1980, p.9).
- I Seminário regional Latinoamericano de Serviço Social – maio/1965, em Porto alegre, com 415 participantes do Brasil, Uruguai e argentina. apoio: alaets e iSi. outros cinco seminários se seguiram a esse, com grande influência na reconceituação:
- II – em 1966, no Uruguai;
- III – em 1967, na argentina;
- IV – em 1969, no Chile;
- V – em 1970, na Bolívia e
- VII – em 1972, em Porto alegre.

O processo de questionamento da prática profissional se desenvolvia como parte de um amadurecimento de vários outros setores sociais, inclusive dos movimentos populares e da igreja Católica. as bases teóricas tradicionais baseadas na adaptação do indivíduo e dos grupos à sociedade existente não conseguiam mais dar respostas às demandas do Serviço Social, cujos profissionais começam a interagir com outras profissões.

A teoria do desenvolvimentismo, principalmente no final da década de 1950, dá origem ao desenvolvimento de Comunidade (dC), que se manifesta no Serviço Social com duas tendências: uma prática “moderna”, mais apropriada à realidade vivenciada no Brasil, e outra baseada em análise de questões macrossociais.[23]

Em 1961, no II Congresso Brasileiro de Serviço Social, no rio de Janeiro, surge coletivamente uma intenção de mudança nos rumos profissionais, com valorização da intervenção “comunitária”. o ii Congresso evidencia o início do amadurecimento profissional, reivindicando aperfeiçoamento conceitual, técnico, científico e cultural, bem como funções no planejamento dos projetos de desenvolvimento, e não meramente executivas (Netto, 2004).

O processo de reflexão das bases da profissão sofre um duro golpe com o início da ditadura em abril de 1964. através de medidas antidemocráticas e repressoras, o Estado garante a acumulação do capital para a sociedade burguesa, evitando a implantação de um projeto desconcentrador de renda, dentro dos princípios de

justiça e equidade econômicosocial.

Os questionamentos prosseguem, porém, o que prevalece são tendências tradicionais, que Netto aponta como uma modernização conservadora:

> a autocracia burguesa modificou substantivamente o cenário em que ele (*o processo de questionamento da profissão*) vinha se desenrolando. modificouo muito contraditoriamente: num primeiro momento, pela neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, cortou com os efetivos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista à crise em andamento no Serviço Social “tradicional”; mas com a implantação do seu projeto de “modernização conservadora”, precipitou esta mesma crise. (2004, p.141, grifo nosso)

Os seminários de araxá, de Sumaré, de teresópolis e do alto da Boa Vista organizados pelo Centro Brasileiro de intercâmbio de Serviços Sociais (CBCiSS) de 1967 a 1989 demonstram as contradições na profissão, ainda que prevaleça a tendência conservadora.

O Seminário de araxá foi realizado em março de 1967, com a presença de 38 assistentes sociais, para discussão do tema teorização do Serviço Social.

Em janeiro de 1970, com o tema metodologia do Serviço Social, realizouse o Seminário de teresópolis, com 33 assistentes sociais presentes.

O tema Cientificidade do Serviço Social foi objeto de estudo do Seminário de Sumaré, realizado em novembro de 1978, com 25 assistentes sociais, com os subtemas Serviço Social e Fenomenologia e Serviço Social e dialética.

Seis anos depois, em novembro de 1984, é realizado o Seminário de alto da Boa Vista, mas com menor significado, e cujo material encontrase publicado na revista *Debates Sociais* de 1984.

Em junho de 1989, foi realizado o Seminário do rio de Janeiro,

O último organizado pelo CBCiSS, tendo como tema a Construção do Conhecimento em Serviço Social, cujo conteúdo ficou sem publicação.

Em 1979, na efervescência dos anos duros da ditadura militar, o iii Congresso

Brasileiro de assistentes Sociais em São Paulo, conhecido como “Congresso da Virada”,[24] tornase um marco no movimento de reconceituação da profissão, quando os assistentes sociais retiram da mesa de abertura os integrantes oficiais do governo e colocam os representantes dos movimentos populares e da luta pela democracia.

O ser humano passa a ser visto como participante nas relações sociais de um determinado modo de produção – capitalista –, sendo a classe social a que pertence que vai determinar as situações que vivencia. a sociedade é, então, analisada como totalidade histórica, com determinações econômicas sustentadas por aparatos políticos, culturais e sociais.

O período histórico manifesta as mudanças que estavam ocorrendo, em consequência da Segunda Guerra mundial, no mundo (a guerra fria, pela divisão do mundo em dois blocos, capitalista e comunista) e em especial na américa Latina (revolução Cubana em 1959 e seu consequente alinhamento à União Soviética, Estados nacionais, hegemonia norteamericana e crescimento de movimentos populares libertários em toda a américa Latina).

Faleiros (1987, p.50) explica que:

> Os Estados nacionais, por sua vez, impulsionaram reformas sob a égide do desenvolvimento, do crescimento e da modernização ou de um programa minimamente redistributivista de terras, renda e com um discurso participativo. o governo democratacristão de Eduardo Frei no Chile é típico da ação desenvolvimentista e reformista. Velasco alvarado no Peru, Frondisi na argentina, João Goulart no Brasil e Perez na Venezuela tentaram essa via de aglutinação de massas em torno de mudanças parciais.

O governo de João Goulart, no início dos anos 1960, em meio a imensa pressão dos movimentos sociais de um lado, para implementar mudanças sociais, e da burguesia de outro, para controlar os conflitos sociais, assume um discurso de desenvolvimento, crescimento e modernização através de um programa mínimo de redistribuição de terras e renda, além de incentivar a participação social das massas populares em torno de mudanças parciais.

Em âmbito mundial é desencadeado um esforço contrarrevolucionário preventivo, sob a hegemonia norteamericana, de padronização das diretrizes de desenvolvimento e expansão do capital, patrocinando inúmeros governos

ditatoriais.

Para Netto (2004, p.16),

> A finalidade da contrarrevolução era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do interrelacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.

Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai, Equador e Peru apresentavam governos militares de direita que combatiam através da repressão armada qualquer movimento contrário à ordem vigente. desse modo, lideranças populares foram dizimadas ou anuladas.

A ditadura militar no Brasil, que reprimia violentamente os questionamentos e tendências contrários às suas imposições, também marcou profundamente o movimento de questionamento das bases teóricometodológicas da profissão. a tendência de ruptura no movimento, mais bem representada pela experiência do curso de Serviço Social em Belo Horizonte,[25] é praticamente anulada com a demissão dos profissionais na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de minas Gerais.

Para Netto (2004), o movimento de reconceituação no Serviço Social foi marcado por três direções:

> a) modernizadora, com caráter tecnocrático, procurando se adaptar às novas tendências políticas de desenvolvimentismo no país, explicitada nos seminários de araxá e teresópolis, inspirada na matriz teórica neopositivista estruturalfuncionalista, cujo expoente é José Lucena dantas;
>
> b) renovação do conservadorismo que, pela apropriação de conceitos fenomenológicos, a partir de autores secundários, sem fontes originais, retoma a concepção de ajuda psicossocial; apresenta crítica ao positivismo e às tendências críticas de inspiração no materialismo dialético, que estava

sendo introduzido no Serviço Social; teve como principais pensadores anna augusta almeida, do rio de Janeiro, e Joel martins, pensador católico da PUC de São Paulo;

c) intenção de ruptura, que apresenta uma crítica sistemática ao Serviço Social tradicional, tendo como principal referência teórica a marxista, a partir de autores secundários como Louis althusser.

A tendência de ruptura com os postulados conservadores é praticamente anulada com a punição de profissionais liderados por Leila Lima Santos, como a ocorrida em 1975 em Belo Horizonte, com a demissão dos professores que desenvolviam uma experiência alternativa de ação profissional na área periférica da cidade e em alguns municípios de minas Gerais.

Netto, na mesma obra, aponta o livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de marilda Iamamoto e raul de Carvalho, publicado em 1982, como um marco sinalizador da maioridade intelectual da perspectiva da intenção de ruptura, em que os autores realizam uma análise crítica da profissão a partir da obra original de marx como fundamentação teórica.

O processo de revisão das bases teóricometodológicas do Serviço Social, ocorrido durante praticamente vinte anos, estabeleceu uma demarcação no âmbito da profissão, dando origem a uma maturidade que continua até os dias atuais em permanente aprofundamento.

A submissão aos ideários confessional e imperialista que dominavam a profissão foi questionada a partir do confronto com a realidade vivenciada nos países latinoamericanos, estabelecendo, simultaneamente, uma interlocução com outras áreas das ciências sociais, num contexto de combate às ideias e ações antidemocráticas geradas no âmbito internacional da guerra fria.

O movimento de reconceituação desvendou o aspecto políticoideológico da ação profissional, a visão de mundo e de homem é alterada, imprimindo um novo rumo à profissão, identificando a questão social como consequência da contradição inconciliável entre os interesses existentes entre capital e trabalho, que produz manifestações cada vez mais complexas, e que é compreendida como o objeto da ação profissional.

A postura crítica se abre para a influência do pensamento marxiano, para a

compreensão das relações macrossociais da sociedade do capital e seus desdobramentos no âmbito microssocial, em que se concretiza a ação profissional, que passa a ser investigada e é a fonte do seu próprio amadurecimento.

> A reflexão sistemática sobre as condições gerais do capitalismo e suas mediações nas relações entre as forças, sobre a formação da vontade coletiva dessas forças nessas relações no cotidiano vai possibilitando novos avanços no processo de aliança entre profissionais e povo por um Serviço Social comprometido com os dominados e que contribua às transformações sociais. (Faleiros, 1987, p.67)

O processo reflexivo manifestouse em ações concretas dos profissionais, como o Congresso da Virada, como ficou conhecido o iii Congresso Brasileiro de assistentes Sociais, realizado em São Paulo em 1979,[26] quando os profissionais depuseram a mesa composta por representantes oficiais do governo e chamaram representantes dos trabalhadores para compôla.

A partir dos autores Netto e Iamamoto, podemos apontar, ainda, outras consequências, que indicam uma nova fase da profissão. Netto considera o ano de 1982 um marco para o Serviço Social, com a publicação do livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de marilda Iamamoto e raul de Carvalho, como um indicativo da maturidade da reflexão teórica da profissão.

São elas:

> a) influência do pensamento de marx, em seus originais, em consonância com o movimento ocorrido simultaneamente em outras áreas do conhecimento, o que favorece a interpretação da realidade latinoamericana como um todo, com rompimento das tradicionais tutelas confessional e imperialista;
>
> b) interlocução com outras áreas do conhecimento, especialmente das Ciências Sociais, que também passavam por reflexões críticas;
>
> c) desvendamento do aspecto político da ação profissional, rompendo com os conceitos de neutralidade teóricometodológica, política e ideológica;
>
> d) pluralismo profissional;

e) reinvidicação de atividades de planejamento e pesquisa por parte dos profissionais de Serviço Social, que se recusam a realizar atividades técnicas meramente executivas na intervenção microssocial.

O movimento de reconceituação, realizado num dos períodos mais difíceis da história do país, a ditadura militar, colocou à mostra tendências contraditórias dentro da profissão, de renovação do conservadorismo e de transformação das suas bases teóricometodológicas.

Apesar da conjuntura totalmente desfavorável a qualquer processo de reflexão, profissionais conseguiram introduzir novos elementos de análise para a profissão. Simultaneamente, alguns aspectos podem ser apontados como limites do movimento de reconceituação.

O caráter messiânico sempre presente na profissão transmutouse em militância políticopartidária, considerada padrão ideal de prática profissional, apoiada especialmente em teorias como a de Louis althusser, que negavam o espaço institucional como campo de embate profissional, colocando as organizações públicas como meros aparelhos ideológicos do Estado. isso fazia qualquer assistente social com alguma formação crítica negar o espaço profissional existente, buscando nos trabalhos em sindicatos, associações de bairro, partidos políticos, atividades nem sempre na área profissional nem remuneradas, mas de grande conteúdo político e compromissadas com a transformação social.

Os grupos católicos que também passavam por mudanças nas suas orientações fundamentais, especialmente os ligados à teologia da Libertação, ofereciam amplo espaço de trabalho, muitas vezes voluntário, com grupos e massas de trabalhadores, nos quais profissionais buscavam praticar a articulação e organização da população para o processo revolucionário socialista.

Se a pesquisa e a produção teórica passam a ser valorizadas, dando um novo *status* à profissão, houve, por outro lado, uma supervalorização da produção teórica independente, cujos profissionais procuravam recusar qualquer teoria importada.

Esse processo de questionamento permitiu que os profissionais no Brasil se dedicassem também à teorização do seu próprio trabalho.

A partir da década de 1980 há uma constante busca de superação da dicotomia teoria e prática, que se reflete na organização da formação profissional, com

novos currículos e novos códigos de ética profissional.

Com o início da produção do conhecimento em bases críticas, houve a possibilidade para o seu desenvolvimento e a superação dos limites do movimento de reconceituação. Nem mais o caráter messiânico do assistente social que tudo pode transformar, seja na forma de ajuda, seja na forma revolucionária, nem mais o caráter fatalista que considera os espaços ocupacionais como irremediáveis “aparelhos ideológicos do Estado”.

As mudanças de pensamento se refletem em mudanças na legislação da profissão, no projeto de formação profissional, na defesa intransigente da igualdade e da liberdade, da construção de uma sociedade justa e igualitária.

A perspectiva atual é do assistente social trabalhador, dependente do seu salário, apesar de ser estabelecido na alínea b do artigo 2º do Código de ética Profissional, como direito do assistente social, o “livre exercício das atividades inerentes à profissão”. Um espaço contraditório, marcado por lutas, avanços, retrocessos, entre o livre exercício da profissão e as diretrizes do empregador, nem sempre de acordo com os princípios do Serviço Social ou da legislação para a efetivação das políticas públicas.

Compete ao assistente social desenvolver seu senso crítico e sua capacidade de luta permanente para fazer avançar o projeto éticopolítico da profissão, não só dentro da categoria profissional, mas nos grupos que possuem objetivos semelhantes.

Falar em processo de trabalho significa ao menos uma tentativa de superação da dicotomia teoria e prática, tão entranhada no exercício profissional, não só pela falta de criticismo dos profissionais, mas muito mais pelas formas de dominação do poder hegemônico, que buscam naturalizar constantemente a desigualdade e a concentração da propriedade, da terra e da renda, organizando o Serviço Social distante dos objetivos contemporâneos da profissão.

Apresentamos uma aproximação teórica de uma prática vivenciada incialmente e pesquisada posteriormente, com a intenção de oferecer uma contribuição ao debate sobre o Serviço Social enquanto profissão no momento histórico da sociedade do capitalismo maduro, financeirizado e mundializado.

[1] Cursamos Serviço Social entre 1979 e 1982, na Unaerp.

[2] Nas décadas de 1970 e 1980, e talvez anteriores, ao menos em Bebedouro, eram chamadas popularmente de “sacolas”, porque os mantimentos eram geralmente entregues por entidades sociais em grandes sacolas de tecido de brim azulescuro, com alças reforçadas.

[3] Em março de 2007 foi amplamente divulgada pela mídia a ação da Prefeitura de apucarana (Pr) de recolher moradores de rua e itinerantes, fichálos na delegacia de polícia por vadiagem. o recolhimento de um total de 15 pessoas foi feito por assistentes sociais acompanhadas de policiais militares e, após o fichamento policial em delegacia, essas pessoas foram encaminhadas para as cidades de origem (a maioria), e os da cidade, para suas famílias ou para abrigos. Notícia disponível em <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=646954>.

[4] Desde novembro de 2007, atuamos como assistente social judiciária na comarca de Barretos (SP).

[5] Utilizamos os dados do censo do iBGE de 2000 por serem mais completos. de acordo com a Fundação Seade (Sistema Estadual de análise de dados), a população estimada do município para 2008 é de 77.674 habitantes, com uma diferença para mais de 2.859 pessoas em relação ao ano de 2000. isto representa um crescimento populacional em oito anos de apenas 3,82%, o que consideramos não relevante para a caracterização populacional.

[6] Realizamos contato telefônico e perguntamos se havia assistente social no local, e a telefonista informou que existem duas e seus horários de trabalho. Conversamos por telefone com uma das profissionais.

[7] As assistentes sociais aprovadas em concurso público da Prefeitura municipal realizado no início de 2009 devem ser convocadas ainda no ano, após o vencimento do contrato de trabalho das profissionais que trabalham após aprovação em processo seletivo, segundo as informações obtidas.

[8] Não consideramos para a presente pesquisa os postos de trabalho de assistentes sociais para o curso de Serviço Social, por exigir uma qualificação maior, mestrado ou doutorado.

[9] As entidades que não tiveram sua inscrição renovada são a Casa assistencial Espírita anselmo Gomes e Flor de Laranjeira. a primeira tem por objetivo atender adolescentes em formação profissional e a segunda, famílias de pessoas portadoras de câncer.

[10] Marx descreve várias leis que se utilizavam da tortura, flagelação com açoite, ferro em brasa, amputação de parte da orelha, confinamento, escravidão e morte na forca.

[11] Nomenclatura utilizada por Castel para designar o grande contingente popular que não é inserido na sociedade salarial por meio de empregos fixos e sob a proteção de legislação social, especialmente na "moderna sociedade salarial". Utilizamos o termo por extensão, considerando que na sociedade do capital sempre ocorreu o contingente que não se insere no trabalho formal disponível.

[12] E ainda o é por muitos na sociedade contemporânea.

[13] Hobsbawm escreve a quadrilogia *A Era das Revoluções – 1789-1848*; *A Era do Capital – 1848-1875*; *A Era dos Impérios – 1875-1914*; e *A Era dos Extremos – O breve século XX – 1914-1991*, em que faz interessante análise crítica da sociedade do capital, abordando aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

[14] A respeito das lutas sociais no período 18481875, ver *A Era do Capital*, de Eric Hobsbawm.

[15] A respeito das lutas dos trabalhadores, consultar a interessante análise de Vito Giannotti, *História das lutas dos trabalhadores do Brasil*.

[16] Iamamoto & Carvalho apontam na nota de rodapé 11 (1985, p.1389) interessante trecho de uma manifestação do Centro das indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, em referência às férias dos trabalhadores operários, da qual transcrevemos: "Não nos alongaremos sobre a influência da rua na alma das crianças que mourejam na indústria e nos limitaremos a dizer que as férias operárias irão quebrar o equilíbrio moral de toda uma classe social da nação, mercê de uma floração de vícios, e talvez, de crimes que esta mesma classe não conhece no presente".

[17] Na atualidade, as atividades executadas pelas entidades sociais, agora

vinculadas à Política Nacional de assistência Social, ainda desenvolvem práticas semelhantes e seus dirigentes mantêm o mesmo ideário burguês de reajustamento da família, que geralmente é culpabilizada pela falta de estudo, de "capacitação para o trabalho" e pelo desemprego.

[18] Giannotti refere em seu estudo que ocorreram greves em vários estados do Brasil antes de 1858, conquistando melhorias isoladas para os trabalhadores. Somente a partir de 1880 "as greves se multiplicaram nas fábricas e oficinas das cidades que se industrializavam" (2007, p.57).

[19] O primeiro curso de preparação para ação social foi desenvolvido em 1932 pelo Centro de Estudos e ação Social de São Paulo (Ceas) para moças católicas, ministradas pela assistente social belga adèle de Loneaux (Iamamoto, 1985; martinelli, 2005).

[20] Iamamoto & Carvalho (1985) expõem detalhadamente esse período de institucionalização do Serviço Social no Brasil. apresentam um quadro (1985, p.184) de bolsistas mantidos por instituições particulares, autárquicas e estatais na Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1946 a 1953.

[21] Ver, a respeito dos movimentos sociais: Wanderley, 1984; Paludo, 2001; Gohn, 2001; SchererWarren, 1989; Singer & Brant, 1980.

[22] O artigo de Helena iracy Junqueira, na revista *Serviço Social e Sociedade*, n. 4, recebeu fortes críticas de José Paulo Netto no número seguinte da mesma revista, em artigo intitulado "a crítica conservadora à reconceptualização", contestando oito pontos do artigo anterior, o que não lhe tira o mérito da organização dos dados históricos que marcaram o movimento de reconceituação.

[23] Castro (1987, p.136) refere que as primeiras discussões sobre o Serviço Social na comunidade surgem nos anos 1920 nos Estados Unidos da américa, em textos de diversos autores, a partir da concepção funcionalista de desenvolvimento de comunidade.

[24] O Congresso da Virada é objeto de homenagem pelo conjunto Cfess/Cress, cuja agenda 2009 é dedicada ao tema trabalho e riqueza no Brasil: 30 anos do Serviço Social na Luta contra a desigualdade, como parte das comemorações de três décadas do iii Congresso Brasileiro de assistentes Sociais.

[25] O grupo de professores e profissionais desenvolveu uma experiência alternativa de ação profissional, conhecida como método BH, na área periférica de Belo Horizonte (mG) na década de 1970, liderada pela coordenadora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de minas Gerais, professora Leila Lima Santos, e cuja sistematização encontrase no livro *Textos de Serviço Social*, editado pela Cortez em 1982. o grupo foi demitido em 1975 (Netto, 2004).

[26] O ano de 2009 marca os trinta anos do Congresso da Virada, e é objeto de eventos comemorativos por parte da categoria, inclusive com a agenda profissional dedicada ao acontecimento histórico.

2 O trabalhador assistente social

> *Assim como na fábrica, não é nas máquinas que está o erro, mas nas condições do modo capitalista de produção sob as quais elas são utilizadas; do mesmo modo, não é na existência dos serviços que está o erro, mas nos efeitos de um mercado todo-poderoso que, dominado pelo capital e sem investimento lucrativo, tanto é caótico quanto profundamente hostil aos sentimentos de comunidade. Assim, os próprios serviços sociais, que deveriam facilitar a vida social e a solidariedade social, têm o efeito contrário.*
>
> Braverman, 1987, p.23940

Trabalho: elemento fundante da sociabilidade humana

A história do homem tem início com a sua capacidade de prever o resultado de uma determinada ação – a prévia ideação, que surge para atender a necessidade humana de sobrevivência.

O homem se distingue do animal por sua capacidade de ideação, e sobretudo pela capacidade de acumular conhecimento e de transmiti lo.

O específico e o desenvolvimento de habilidades também específicas. Conhecimentos e habilidades são transmitidos entre as gerações e entre as diferentes culturas por meio do intercâmbio. de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas num determinado momento histórico, apresentase mais ou menos complexo o processo de reprodução das sociedades.

O homem é parte da natureza e tem somente a ela como fonte do atendimento de todas as suas necessidades. a relação que se estabelece entre o homem e a natureza é chamada por marx de trabalho, que só se objetiva após a prévia ideação e com a conjugação entre a atividade mental e a atividade física,

muscular.

Para Marx e Engels,

> Podese distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (1993, p.27)

Trabalho não implica apenas uma atividade material, mas uma atividade que encerra aspectos subjetivos, como conhecimento e o modo de se relacionar em sociedade, ainda que dependendo dos meios disponíveis na natureza, como prosseguem marx e Engels em suas reflexões:

> O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. tratase, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. o que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. o que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (1993, p.27 8)

Através do trabalho ocorre uma dupla transformação: a da natureza, pela ação humana, e a do próprio homem. Ele é o único ser da natureza que é capaz de imaginar o resultado de uma ação, e essa capacidade levao a decidir por alternativas, de modo a proporcionar a concretização da sua intenção. além disso, é o único ser capaz de acumular conhecimentos e de transmitilos, o que dá origem ao desenvolvimento da sociedade.

Além disso, somente o ser humano é capaz de produzir além do que necessita para sobreviver, o excedente, e ainda aumentar continuamente o que excede. isso revela que a força de trabalho humano possui um caráter inteligente e proposital, capaz de organizar as condições sociais e culturais para ampliar continuamente seu excedente (Braverman, 1987, p.38).

A partir do modo de atendimento às necessidades individuais e das relações

estabelecidas entre os homens é organizada a estrutura social e política. modificando a natureza pelo trabalho, modifica a si mesmo, dando origem a formas cada vez mais complexas de organização social.

> A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal e como *realmente são*, isto é, tal como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade. (marx & Engels, 1993, p.36)

O trabalho é a forma pela qual o homem se objetiva, humaniza a natureza e atribui significados à sua própria criação, diferentemente do animal, que permanece atrelado às condições naturais, sem possibilidade de transformações ou superações de obstáculos por sua própria iniciativa.

A objetividade é elemento constitutivo do trabalho, o que impõe ao seu produto certa duração, definindo o caráter de temporalidade ao processo de trabalho, aliado ao espaço em que ocorre. o tempo humano é tridimensional, pois, “no processo do trabalho, são transformados, no presente, os resultados do trabalho *passado* e se realizam os desígnios do trabalho *futuro*” (Kosik, 2002, p.204).

É a partir do trabalho que o ser social constrói a história da sociedade, entre a satisfação de uma necessidade e a utilização de sua liberdade. Com a satisfação de uma necessidade, outras são criadas. Entendemos que as necessidades podem ser de natureza material, intelectual ou espiritual.[1]o homem se distingue do animal exatamente por suas características intelectuais e espirituais, podendo préidear sua ação, assim como a comédia, a poesia, o belo fazem parte do desenvolvimento das capacidades emocionais nas relações sociais.

Para Kosik (2002, p.207), “o trabalho é um agir humano que se move na esfera da necessidade”, e esse agir humano encontrase dividido entre dois campos dependentes entre si, que se formam pela pressão da necessidade e pela livre criação, originando, respectivamente, o trabalho e a arte. “a arte sempre foi considerada como a atividade humana e o agir humano *par excellence* e, como livre criação, considerada distinta do trabalho” (Kosik, 2002, p.206).

Determinada atividade pode ser trabalho ou arte, conforme seja realizada sob

pressão para suprir uma necessidade da existência ou decorra de um processo livre de criação, independente de finalidades exteriores. Kosik exemplifica:

Aristóteles não trabalhava. Um professor de filosofia, porém, trabalha porque as suas traduções e interpretações da *Metafísica* de aristóteles são um *emprego*, isto é, uma necessidade, socialmente condicionada, de procurar os meios materiais de sustento e de existência. (2002, p.207)

A oposição entre trabalho e liberdade não é um processo natural, mas sim um produto histórico, e por isso tem caráter transitório. a transformação da natureza pelo agir humano inclui a *livre criação*, a utilização da liberdade para criar a satisfação de uma necessidade da existência.

> A ação humana que é determinada apenas por uma finalidade interior e não depende de uma necessidade natural ou de uma obrigação social não é um trabalho; é uma livre criação, qualquer que seja o campo em que se realize. o autêntico reino da liberdade começa, portanto, além das fronteiras do trabalho, se bem que justamente o trabalho é que constitui a sua base histórica necessária. (Kosik, 2002, p.209)

A economia de uma sociedade não é uma realidade pronta, mas uma construção humana "como unidade das forças produtivas e das relações de produção: manifestouse como realidade humanosocial que se vai formando e constituindo, realidade fundada sobre o agir objetivamente prático do homem" (Kosik, 2002, p.210). Por outro lado, na economia transparece como se realizam as relações humanas, surgindo a realidade humana.

Kosik afirma ainda que o trabalho é pressuposto para a formação da economia, mas não coincide com a economia:

> O trabalho que forma a riqueza da sociedade capitalista não é o trabalho em geral; é um determinado trabalho, o trabalho abstratoconcreto ou um trabalho dotado de dupla natureza, e apenas nesta forma pertence à economia. (Kosik, 2002, p.211).

O ser social não só produz e reproduz coisas, mercadorias no sistema econômico, mas também a imaterialidade, como seu desenvolvimento intelectual, técnico e também valores e ideias que vai incorporando ao longo de suas experiências. os resultados dessas experiências, se forem determinados pelas condições de produção, não estão fatalmente determinados pelas condições

do sistema econômico.

Aceitar o determinismo econômico, isoladamente, seria desconsiderar a individualidade de cada ser social em sua singularidade, e mesmo a historicidade humana, que tem demonstrado que o homem é capaz de superar a sua própria condição de explorado, de alienação do seu trabalho e da sua consciência, especialmente através do desvendamento das relações sociais, da desfetichização da mercadoria e de outros elementos, como a do avanço tecnológico (um fetiche que se sobrepõe e domina a vida humana). E em determinados momentos históricos, que apresentam condições objetivas de mudanças radicais, o homem consegue até uma mudança qualitativa para melhor na sociedade em que vive. além do mais, o sistema capitalista não é o único na história da humanidade, e certamente não será o último.

Há uma relação permanente e dialética entre o ser individual, sujeito da história, e o universal, que representa o conjunto de leis determinantes das relações sociais. Para Lukács (1979, p.87),

> Tão somente na medida em que o desenvolvimento do ser social, em sua forma ontologicamente primária, ou seja, no campo da economia (do trabalho), produz um desenvolvimento das faculdades humanas, tão somente então é que seu resultado – como produto da autoatividade do gênero humano – ganha um caráter de valor, o qual se dá conjuntamente com sua existência objetiva e é indissociável desta.

O ponto inicial da humanização do homem, do aperfeiçoamento de suas capacidades, dominando imposições da natureza e a si mesmo, é o trabalho, que gera também inúmeras formas de atividades e de relação entre os homens, valores que se objetivam na realidade concreta dos indivíduos.

Lukács (1979, p.87) afirma que “tudo aquilo que no trabalho e através do trabalho surge de expressamente humano constitui, precisamente, aquela esfera do humano sobre a qual – direta ou indiretamente – baseiam-se todos os valores”.

Desse modo, podese compreender que todas as formas de produção econômica e também as formas de organização social propiciam o surgimento dos complexos sociais e dão ordenamento a um determinado modo de produção. assim, todo o produto intelectual e os valores que permeiam a sociedade nascem

essencialmente do trabalho.

O homem produz a história da humanidade, em geral sem consciência sobre as verdadeiras relações sociais. a sociedade pode ser entendida como um amplo complexo, repleto de uma variação infinita de outros complexos que realizam a mediação entre si e entre a totalidade dos complexos.

A compreensão da historicidade social em base material surge das análises elaboradas por marx e Engels em relação à realidade europeia do século XiX, especialmente a partir da alemanha, com suas reflexões podendo ser estendidas ao mundo ocidental de então. marx e Engels fazem uma crítica aos filósofos alemães, que elaboraram inúmeras teses, porém desconectadas da vida das pessoas num determinado momento histórico, afirmando que “a nenhum destes filósofos ocorreu perguntar qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a conexão entre a sua crítica e o seu próprio meio material” (1993, p.26).

E seguem adiante, afirmando que

> os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas [...] São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica. (1993, p.267)

Aqueles autores explicam que as características dos indivíduos são estabelecidas pelo que e pelo modo como produzem, “o que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (marx & Engels, 1993, p.28).

Para cada divisão do trabalho está implícita também a criação de um novo tipo de propriedade.

A partir da formação da nação, o trabalho sofre novas divisões: de um lado, o trabalho urbano, industrial e comercial, e, de outro lado, o trabalho agrícola, ao que também corresponde a separação entre campo e cidade, cujos interesses se constituem de forma oposta (marx & Engels, 1993, p.29).

Os autores, ainda que partindo do trabalho primário do homem na sua relação com a natureza, mencionam também o trabalho industrial e o trabalho comercial, como divisão do trabalho urbano, que incorporam interesses diferentes do

trabalho agrícola.

Mais adiante, explicam que a divisão do trabalho tem feito surgir na história da humanidade outras formas de propriedade, o que envolve igualmente aspectos subjetivos estabelecidos nas relações sociais, nas relações entre os homens.

> As diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes da propriedade: ou, em outras palavras, cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto de trabalho. (marx & Engels, 1993, p.29)

Marx e Engels discorrem sobre as diversas formas de propriedade existentes na história da sociedade a partir da organização da atividade humana para atender às necessidades de sobrevivência, que, quando atendidas, dão origem a outras e diferentes necessidades. o domínio cada vez mais amplo e intenso das forças da natureza, além de criar novas necessidades materiais que permitem o aprimoramento das condições de vida, faz surgir igualmente a necessidade de mais complexas relações entre os homens, originando, assim, formas cada vez mais complexas de organização social.

A propriedade tribal, que caracteriza a fase primitiva da sociedade (caça, pesca, gado e o início da agricultura), quando a produção estava ainda pouco desenvolvida e a estrutura social não apresentava grande complexidade, manifesta na extensão da família, considerava “os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo e finalmente os escravos” (marx & Engels, 1993, p.30).

As propriedades comunal e estatal existentes na antiguidade surgem a partir do conjunto de tribos, que formam as cidades, e nelas a propriedade móvel, de escravos, que vai perdendo sua importância social, e a propriedade sobre imóvel, que melhor se desenvolve. Começa também a oposição entre os interesses do campo e os da cidade, que se reproduzem no interior da organização do Estado. dentro das cidades, há uma nova divisão do trabalho, entre a indústria e o comércio marítimo.

Os autores salientam o aspecto mercantil da guerra, como “forma regular de intercâmbio” (marx & Engels, 1993, p.31) entre os povos, e como meio de favorecer o aumento da riqueza. isto porque, além de permitir o acúmulo de

riquezas através do saque, o domínio de um povo sobre outro favorece a escravização do homem pelo homem, com um grupo submetendo outro grupo de pessoas ao trabalho forçado para si, o que, em última análise, irá permitir o aumento da produção excedente, intensificando a comercialização do que é produzido além do consumo, favorecendo a concentração e a expansão do capital.

Na idade média surge a terceira forma de propriedade, a feudal ou estamental, que se organiza de forma comunal, mas que não mais se baseia na escravidão, cuja ocorrência diminuíra muito. a posse da terra tem uma estrutura hierárquica comandada pela nobreza, que, unida aos vassalos armados, dominava os servos, os quais executavam o trabalho na propriedade feudal.

Quando se intensifica o comércio no final da idade média, o comerciante passa a ser proprietário de imóvel urbano, dos meios de execução do trabalho comercial, bem como comprador de força de trabalho.

Entendemos que analisar a divisão do trabalho na contemporaneidade não é deixar de considerar a centralidade do trabalho na sua primeira forma de manifestação, na relação direta entre o homem e a natureza, mas considerar que as relações sociais se estabelecem a partir dessa manifestação primeira do trabalho. Na sociedade do capital monopolista, com toda a sua complexidade, tratase de investigar não somente *como* se estabelece a produção das relações sociais, mas sobretudo *de que forma* e *com que meios* elas se reproduzem, *como* a divisão trabalho se manifesta, desvendando suas mediações.

O sistema capitalista, desde o início da era moderna, tem passado por muitas modificações, vivendo crises, criando e recriando respostas aos novos problemas que dificultam a acumulação do capital.

A sociedade capitalista apresenta a divisão do trabalho social mais complexa da história da humanidade, com uma divisão da sociedade em duas classes essenciais, que são a dos capitalistas, proprietários dos meios de produção, e a dos trabalhadores, despojados de qualquer propriedade que não seja a sua própria força de trabalho, que pode ser “vendida livremente” no mercado, numa negociação direta entre vendedor da força de trabalho e comprador, o possuidor dos meios de produção, sendo este quem determina as condições.

A força de trabalho é a primeira forma de mercantilização, através de uma

relação – entre o comprador, proprietário dos meios de produção, e o vendedor, possuidor apenas da própria força de trabalho – manifesta pelo assalariamento. ou seja, a primeira mercadoria que aparece, na sociedade capitalista, é a força de trabalho, que, embora não seja objeto, é coisificada, aparece como valor de troca.

> A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. o trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. o escravo não vendia sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende os seus esforços ao camponês. o escravo é vendido, com a sua força de trabalho, de uma vez para sempre, ao seu proprietário. é uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de um outro. Ele próprio é uma mercadoria, mas a força de trabalho não é uma mercadoria sua. o servo só vende uma parte de sua força de trabalho. Não é ele quem recebe um salário do proprietário da terra: ao contrário, é o proprietário da terra quem recebe dele um tributo. (marx, 2006, p.37)

A reprodução da sociedade capitalista se materializa na criação de mercadorias, cuja comercialização não manifesta de imediato as verdadeiras relações sociais que nelas estão presentes e que são fundamentais à sua produção.

Nos primórdios da sociedade do capital, os primeiros produtos do trabalho assalariado estão vinculados à divisão social do trabalho vigente à época: manufaturados, em geral na cidade, e os agrícolas, originários do campo. E, como marx e Engels apontam, numa nova divisão do trabalho, o comercial, aparece o produto do trabalho originário do comércio.

Muito embora compra e venda da força de trabalho tenham existido desde a antiguidade até fins da idade média, somente no século XiV a condição de assalariamento atinge maior significado social, constituindo uma classe social na Europa, cujo processo se acelerou na fase da industrialização.

Para melhor compreender a diferença entre o servo do feudo e o operário livre, marx (2006, p.378) explica:

> O servo pertence à terra e rende frutos ao dono da terra. o operário livre, ao contrário, vendese a si mesmo e, além disso, por partes. Vende em leilão 8, 10, 12, 15 horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, ao proprietário das matériasprimas, dos instrumentos de trabalho e dos meios

> de subsistência, isto é, ao capitalista. o operário não pertence nem a um proprietário nem à terra, mas 8, 10, 12, 15 horas da sua vida diária pertencem a quem as compra. o operário, quando quer, deixa o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despedeo quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que esperava. mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da sua força de trabalho, não pode deixar toda a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas, e compete a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador nessa classe dos capitalistas.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, a divisão social do trabalho se multiplica, na mesma razão em que se multiplicam os tipos de propriedade, sendo um dos mais recentes, a propriedade intelectual,[2] que aparece reconhecida no Consenso de Washington, de 1989, influenciando inclusive as relações internacionais entre os Estados.

A sociedade do capital se encontra na fase de organização social mais complexa que a humanidade já vivenciou e exerce um poder irresistível sobre as pessoas e diferentes sociedades e culturas, impondo uma totalização nas relações sociais. apresenta um dinamismo de produção e de consumo sem precedentes, altera padrões de comportamento mesmo em culturas tradicionais.

Para Mészáros (2006), a força dinâmica do capital encontrase fundada na distinção entre a produção e o controle do capital, considerando não apenas o trabalhador, mas o capitalista. a não participação do trabalhador no controle fica mais evidenciada, de vez que não possui nenhum acesso aos processos de decisão da produção e gestão do capital. Para o capitalista, o seu poder individual de controle fica submetido às condições gerais da economia, não lhe restando muitas alternativas, a não ser reproduzir as condições de produção, sob pena de ver fracassar a sua empresa ou a empresa em que possui apenas uma parte como acionista.

> O preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão. isto não se aplica somente aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle – seja no emprego remunerado ou fora dele – é bastante óbvia [...], mas até aos capitalistas mais ricos, pois, não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que

> legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante. Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio. (Mészáros, 2006, p.978)

E para que esse processo de controle sobreviva e reproduza as condições da sociedade capitalista, a divisão social do trabalho aumenta infinitamente, aprofundando a divisão também entre a produção e o controle.

A manifestação da divisão do trabalho em sua origem – na intervenção direta sobre a natureza pelo homem, mostrada nas atividades industriais no capitalismo – diminui sensivelmente à medida que se desenvolvem as forças produtivas, de modo a proporcionar uma redução do emprego da força humana de trabalho, substituída por máquinas – ou por trabalho morto –, o que aumenta descontroladamente também o número de trabalhadores, vendedores da sua força de trabalho, disponível no mercado.

O desenvolvimento das forças produtivas também eleva o nível e a complexidade das necessidades humanas, o que permite a criação de novos produtos, de novas mercadorias, numa cadeia infinita de produção e atendimento a novas necessidades.

A drástica redução do emprego da força humana no trabalho industrial, considerado mediação de primeira ordem do capital por Mészáros (2006), embora não possa jamais ser completa, necessita de sustentação através de outras atividades humanas, geradas para o atendimento de outras necessidades, e que se constituem em mediações de segunda ordem do capital, vitais para a reprodução da atividade produtiva.

Mészáros (2006, p.71 e 180) aponta a segunda ordem de mediações como sendo: a família nuclear; os meios alienados de produção e suas personificações; o dinheiro; os objetivos fetichistas de produção; o trabalho, isolado de seu controle; as variedades de formação do Estado do capital no cenário global; e o mercado mundial, que acirra os conflitos entre seus participantes representados pelos Estados nacionais.

As mercadorias produzidas visam não somente ao atendimento das necessidades humanas, mas essencialmente ao atendimento da necessidade de expansão e

reprodução do capital. Para Mészáros (2006), as mercadorias possuem um potencial de valor de uso decrescente, uma vez que muitas coisas podem ser produzidas, mas pouco ou nunca utilizadas. isso altera o padrão de consumo das populações, degrada de modo inconsequente e autodestrutivo a origem dos bens de produção – o próprio planeta –, que se torna insuficiente para manter os padrões de consumo dos países de economia mais avançada.

Essas mudanças na vida social se refletem também na família, que possui a função de reprodução da espécie, mas também da produção e reprodução de valores e ideias da sociedade num dado momento histórico. a família "participa de todas as relações reprodutivas do 'macrocosmo' social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado" (Mészáros, 2006, p.180).

As mediações de segunda ordem são altamente significativas neste estágio da sociedade do capital, pois podem prevalecer na análise das verdadeiras necessidades do ser social, mascarando a análise crítica das mediações de primeira ordem, a partir da transformação da natureza pelo homem e das relações sociais que daí se organizam.

As formas de organização social, seus valores, as necessidades humanas para além das necessidades animais, materiais de sobrevivência, ficam submetidos à finalidade maior do capital: sua reprodução, sua concentração cada vez mais elevada e a expansão dos seus domínios.

As classes sociais originárias – capitalista e trabalhadora –, fundamentadas na separação da posse e do controle dos meios de produção, se reorganizam, com subdivisões a partir de novas atividades e novas propriedades, mantendo, porém, a característica permanente do vínculo com o controle dos meios de produção e/ou atividades que se relacionam ao controle do capital, e do assalariamento dos trabalhadores pela venda da sua força de trabalho, por meio da produção do atendimento a uma necessidade social.

A classe que vive do trabalho apresentada por antunes (2002) exclui os ocupantes de altos cargos executivos, que, apesar de assalariados, mais se identificam com os interesses da classe capitalista, porque possuem a função de controle e de gestão do capital, norteando suas ações pela concentração e expansão desse capital.

A adequação de terminologia para definir o “salário” dos altos executivos pode ser discutida, pois, se ele tem a característica de ser um pagamento mensal, a sua fórmula de cálculo é muito diferente da apontada por marx para calcular o salário de um trabalhador.[3]

Se todos os trabalhadores tivessem seus salários calculados pela mesma fórmula pela qual se calcula o “salário” de um alto executivo, talvez não houvesse necessidade de superação da organização da sociedade capitalista, pois deixaria de ser excludente, e, sim, adquiriria a característica de distribuição dos lucros sobre a produção a todos os seus trabalhadores.

O jornal *Folha de S. Paulo*, na Folhaonline,[4] divulgou no dia 30/3/2009 que o presidente executivo da General motors dos Estados Unidos receberia U$ 20 milhões por sua demissão, o que foi justificado como sendo o correspondente a indenizações acumuladas até 31/12/2008 por 32 anos de trabalho na empresa.[5]

Desconsiderar a incorporação dos demais assalariados à classe que vive do trabalho, ampliandoa para além do operariado fabril, é não reconhecer a complexidade da divisão social do trabalho coletivo no estágio do capitalismo monopolista financeirizado.

Apesar da complexidade das relações sociais que se desenvolveram ao longo do século XX e continuam no início deste século XXi, as características centrais do modo de produção capitalista ainda permanecem não superadas, quais sejam: em primeiro lugar, as contradições entre trabalho assalariado e capital, levando em consideração as novas formas de acumulação do capital, como o seu deslocamento do setor produtivo para o financeiro, e suas principais consequências, como o trabalho informal, precarizado, e o desemprego estrutural descontrolado; em segundo, o trabalho enquanto mercadoria, relacionado à produção desconectada da gestão e do controle dessa produção; e, em terceiro, a subordinação dos interesses da classe trabalhadora aos interesses do grande capital.

O trabalho no capitalismo, através da sua intensa divisão, tem um rompimento com seu caráter de reflexão, de teleologia, e seu produto é estranho ao ser que o produziu, originando no homem trabalhador a alienação em relação ao seu próprio trabalho. desse modo, o trabalho, despojado de sua característica criativa e de criação de valores de uso, não é mais fonte de desenvolvimento do ser humano, e sim instrumento de exploração e alienação.

> [...] as categorias decisivas da economia vão superando cada vez mais sua originária ligação predominante com a natureza, assumindo de modo cada vez mais nítido um caráter predominantemente social. [...] é já o caso do valor; mas, por causa de sua inseparabilidade do valor de uso, o valor se liga de certo modo a uma base natural, ainda que socialmente transformada. (Lukács, 1979, p.54)

Para interpretar a situação atual do capital mundializado e financeirizado, aprofundando as análises de marx sobre o trabalho, Lukács afirma:

> Todas as linhas de desenvolvimento [...] possuem um caráter ontológico, ou seja, mostram em que direção, com que alterações de objetividades, de relações, etc., as categorias decisivas da economia vão superando cada vez mais sua originária ligação predominante com a natureza, assumindo de modo cada vez mais nítido um caráter predominantemente social. (1979, p.54)

A economia capitalista, a partir de sua reestruturação dos anos 1990, com a transnacionalização do capital e novas formas do trabalho, sobrepondo o trabalho morto ao trabalho vivo, através da mecanização e da informatização, criou novas formas também de gerar lucros, muitas vezes com aparência de atividades não lucrativas, como as desenvolvidas no setor de serviços da área assistencial (no chamado “terceiro setor”).

Analisando a situação atual a partir da contradição entre trabalho e capital, antunes considera que a classe trabalhadora não se restringe mais somente aos trabalhadores do setor industrial, produtivo (reduzidos drasticamente nos anos 1990, com a reestruturação produtiva), transformador da natureza e diretamente gerador de maisvalia, mas inclui todas as pessoas que vendem sua força de trabalho.

> Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário,* incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado,* o *subproletariado moderno, part-time*, o novo proletariado dos mcdonalds, os *trabalhadores hifenizados* de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* de que falou Juan

> José Castillo, os trabalhadores *assalariados* da chamada "economia informal", que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural.* (antunes, 2006b, p.1034, grifos do autor)

E para que não se englobe toda a sociedade na classe trabalhadora, antunes afirma que estão excluídos da classe trabalhadora "*os gestores do capital, seus altos funcionários*", os que vivem do capital financeiro (acumulação através da especulação e dos juros), bem como os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária (antunes, 2006b, p.104).

Na sociedade do capital, o trabalho é vivenciado pelo trabalhador como uma hora desperdiçada, perdida; por isso, ele busca o lazer e o descanso avidamente. ao mesmo tempo, o preenchimento do tempo "livre" passa a ser objeto de mercado: o lazer, o esporte e a cultura tornam-se mercadorias, nas mãos de instituições que criam permanentemente novas formas de lazer com o objetivo de produção e ampliação do capital, como afirma Braverman (1987, p.237):

> Tão empreendedor é o capital que mesmo onde é feito o esforço por um setor da população para ir em busca da natureza, do esporte, da arte através de atividade pessoal e amadorista ou de inovação "marginal", essas atividades são rapidamente incorporadas ao mercado tão logo possível.

Desse modo, as novas áreas "capitalizadas" passam também a se constituir em novas formas de propriedade – propriedade de obras de arte, de partes da natureza, como praias, bosques, museus, etc. –, gerando novos tipos de serviços, mas sempre baseados na relação de compra da força de trabalho, do assalariamento do trabalhador, muitas vezes nas formas mais precarizadas, mantendoo alheio ao controle do capital.

Antunes afirma que reduzir o trabalho vivo aumentando o trabalho morto é uma tendência na sociedade atual, e a nova morfologia do trabalho, nas suas mais diferentes formas de exploração, apresenta também novas formas de extração do valor e de acumulação do capital. E, exatamente por isso, pode ser afirmada a centralidade do trabalho na sociabilidade humana, ainda que apresente formas cada vez mais distantes da transformação da natureza.

Outra tendência é a crescente vinculação entre trabalho material e trabalho imaterial. Nas atividades industriais, de informatização, nas comunicações, nos serviços, há um forte aumento do trabalho intelectual. dentro das empresas há um avanço nas atividades científicas, de *marketing,* de publicidade, criação de *softwares* para computadores que, em muitos casos, correspondem também à propriedade intelectual.

O novo formato do trabalho, privilegiando o imaterial, favorece a concentração de riqueza, a acumulação do capital, e dá a este as condições para sua própria reprodução.

> No desenvolvimento desigual se expressa a heterogeneidade dos componentes de cada complexo e da relação recíproca dos complexos; quanto mais desenvolvida for a economia, tanto mais a heterogeneidade dos elementos naturais passa a segundo plano, transformandose cada vez mais declaradamente numa tendência à socialidade. (Lukács, 1979, p.128)

As relações de assalariamento ganharam uma complexidade ímpar nos tempos de capital monopolista.

Com a diminuição do trabalho industrial a nível mínimo, permitido pela maximização do uso da máquina e desenvolvimento da tecnologia, há uma expansão imensa dos serviços comerciais, os quais garantem a expansão do conhecimento adquirido, acumulado – através da troca permanente de objetos cada vez mais desenvolvidos –, bem como proporcionam a intensificação do consumo, a níveis superiores ao que pode suportar o próprio planeta.

A necessidade de acumulação e reprodução do capital impulsionou a sua mundialização, cujo processo de desenvolvimento alcançou progressos científicos e tecnológicos antes inimagináveis, capazes de proporcionar à população mundial melhores condições materiais de conforto, comunicação e saúde, mas também englobou novas dimensões da vida, importantes ao desenvolvimento humano, como cultura e lazer.

A contradição fundamental do capital, entretanto, amplia e aprofunda as desigualdades sociais por todo o mundo. o preço do progresso tem sido a miséria material e moral da maioria da população planetária, uma vez que a riqueza socialmente produzida permanece inacessível a ela.

> Se a aceleração mundial é incontestável, o comércio mundial representa de

> 20 a 30% do volume total das trocas e os investimentos diretos no estrangeiro 1% do PiB mundial. Se os mercados de capitais e mercadorias estão cada vez mais unificados, o mesmo não ocorre com o mercado de trabalho (350 milhões de trabalhadores dos países ricos têm um salário médio de U$ 18 por hora contra U$ 1 a 3 para 1,2 bilhão de trabalhadores dos países pobres. Se numerosas empresas multinacionais operam em vários continentes e produzem em várias dezenas de países, elas permanecem vinculadas à potência política, diplomática monetária e militar dos imperialismos dominantes. Finalmente, a mundialização dos capitais se realiza, no último período, mais com base no dinamismo do setor financeiro do que num desenvolvimento das forças produtivas. (Bensaïd, 2000, p.29)

Nas análises do desenvolvimento industrial de então, marx percebeu a sua tendência de romper constantemente os limites do conhecimento, criando cada vez mais necessidades diferentes e formas correspondentes para atendêlas em detrimento das reais necessidades do ser humano e dos limites da natureza. Para marx (1998a, p.541), “a tecnologia moderna pode exclamar, com mirabeau: ‘impossível? Nunca me diga essa palavra estúpida’”.

O desenvolvimento tecnológico, considerava marx, surgia a partir da necessidade da classe hegemônica, que se servia da legislação para favorecer a concentração do capital. Prossegue ele:

> A lei fabril força o amadurecimento dos elementos materiais necessários à transformação do sistema manufatureiro em fabril, e acelera, por exigir maior dispêndio de capital, a ruína das empresas menores e a concentração de capital. (ibidem)

Ao mesmo tempo, marx percebia a lógica destrutiva do desenvolvimento: o crescimento de uns só ocorre a partir da eliminação do mais fraco, como se tem observado em todas as formas do capitalismo, mas especialmente na fase dos monopólios, posterior a suas análises, indicando a contemporaneidade de suas reflexões. Uma crise econômica é desfavorável para muitos, mas é altamente rentável para as organizações com maior capital, que se aproveitam do momento de enfraquecimento de outras para a aquisição de novos patrimônios em todos os setores, inclusive o financeiro, como têm comprovado os acontecimentos nas últimas décadas.

Mészaros (2002) entende que o capital não contém apenas o aspecto material.

Sua natureza estrutural encontrase orientada para a incessante expansão, para permitir igualmente uma permanente acumulação: “o sistema do capital é *orientado para a expansão e movido pela acumulação*” (mészaros, 2002, p.100, grifos do autor). À medida que as forças produtivas se desenvolvem, o sistema cria uma complexa hierarquização de divisão dos processos de trabalho, de modo a garantir não apenas a reprodução do capital, mas também formas de controle do processo de trabalho.

Com um dinamismo jamais atingido por outro sistema econômico, o capitalismo enfrenta suas crises com estratégias para expandir e aprofundar o consumo de mercadorias, seja na forma de bens materiais, seja na forma de serviços, cujo desenvolvimento técnicocientífico e tecnológico tem permitido grandes avanços especialmente na área de combates a doenças, novas ou anteriormente quase extintas.

O final do século XX e a primeira década do século XXi mostram um mundo de economia globalizada, estabelecida em megaempresas num sistema financeiro altamente desenvolvido que só foi possível após a flexibilização das leis e normas nacionais que permitiu sua quase livre transação entre os países. a alta rentabilidade do sistema financeiro tem incentivado a aplicação do capital empresarial e inclusive do capital proveniente da indústria e do comércio ilegal de drogas de modo a favorecer a concentração dos capitais e um descontrole sobre eles por parte dos governos nacionais. O lucro é extraído não mais somente da maisvalia, originada do trabalho excedente, mas sim do processo especulativo do capital nas bolsas de valores e no sistema financeiro mundializado.

A sociedade do capital desenvolveu um complexo sistema de controle para assegurar a sua reprodução, que perpassa e influencia toda a sociabilidade humana. todas as funções produtivas e distributivas do capital devem se sujeitar às formas de controle, que adquirem um caráter totalizador, garantido pela divisão da sociedade em classes sociais amplas e pelo controle político, como afirma Mészáros (2006, p.99):

> o processo de sujeição assume a forma da divisão da sociedade em classes sociais abrangentes mas irreconciliavelmente opostas entre si em bases objetivas e, sob o outro dos aspectos principais, a forma da instituição do controle político total. E, como a sociedade desmoronaria se esta dualidade não pudesse ser firmemente consolidada sob algum denominador comum,

> um complicado sistema de divisão social hierárquica do trabalho deve ser superposto à divisão do trabalho funcional/técnica (e, mais tarde, tecnológica altamente integrada) como força cimentadora pouco segura – já que representa, no fundo, uma tendência centrífuga destruidora – de todo o complexo.

Mészáros chama a esse controle de sociometabólico do capital, que é exercido separadamente da produção, e se transforma de acordo com a necessidade de manutenção de suas bases de modo a permitir ao máximo a extração do trabalho excedente. isso provoca o crescimento incontrolável das formas de empobrecimento de grande parte da população, apesar do dinamismo e do poder de crescimento incontrolável do capital.

Produção e consumo coexistem numa relação fragmentada, mas interdependente, que adquire um aspecto autodestrutivo da natureza e da própria sobrevivência humana. o consumo excessivo, incentivado, manipulado e desperdiçador se contrapõe à negação ao atendimento das necessidades mais elementares de milhões de pessoas sobre o planeta.

A fragmentação entre produção e controle e entre a produção e o consumo se manifesta na forma de *antagonismos sociais* (Mészáros, 2006, p.106), e as estratégias de enfrentamento que são desencadeadas favorecem invariavelmente o capital, sujeitando os interesses do trabalho, sem jamais conseguir eliminar, ou até mesmo controlar, as formas de manifestação dos antagonismos sociais, porque estes pertencem à estrutura de organização da sociedade do capital.

Para exercer as funções de controle do capital, o Estado desempenha um papel fundamental e totalizador, não só como instituição reguladora e disciplinadora das relações sociais, especialmente com medidas de proteção à propriedade privada e à concentração de riqueza, mas como instituição fundamental na cadeia produtiva.

A complexidade de formação do Estado na atualidade, mesmo tendo perdido grande parcela de autonomia nacional pela mundialização das regras internacionais de fluxo de capital, desempenha um papel fundamental no consumo de mercadorias necessárias ao seu funcionamento. tornase, então, um poderoso comprador, e em sua órbita se organizam e se reproduzem empresas produtoras das mercadorias que o Estado compra e consome, desde objetos materiais, como móveis, material de escritório, máquinas, computadores,

aparelhos de alta tecnologia, etc., até a prestação de serviços, que surge na forma da terceirização crescente:

> o Estado deve também assumir a importante função de comprador/ consumidor direto em escala crescente. Nesta função, cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada "infraestrutura" ao fornecimento de serviços de seguridade social) e também a satisfação de "apetites em sua maioria artificiais" (por exemplo, alimentar não apenas a vasta máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, mas também o complexo militarindustrial, imensamente perdulário, ainda que diretamente benéfico para o capital) – atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo. (Mészáros, 2006, p.110)

Por outro lado, o Estado se revela como um espaço contraditório de correlação de forças, pois, ao mesmo tempo em que a legislação é utilizada para favorecer a expansão e a acumulação do capital, o Estado se vê confrontado com as nefastas consequências das formas do crescimento econômico: condições de trabalho desumanas, mutiladoras e causadoras de graves problemas de saúde, em muitos casos irreparáveis ou que conduzem à morte.

Os movimentos sociais, legitimamente oriundos das consequências do embate entre trabalho e capital, desempenham papel fundamental na pressão sobre o Estado para implementar medidas que, se não conseguem transformar a realidade do capital, introduzem direitos e mecanismos democráticos de participação social nos processos de controle e gestão de políticas públicas, tornando o espaço estatal um campo de lutas de interesses divergentes e irreconciliáveis – da classe hegemônica e dos trabalhadores.

A falência do modelo fordista/taylorista de produção na década de 1970 e a incorporação dos princípios toyotistas na produção na década de 1980 dão início a uma nova configuração no mundo do trabalho. Simultaneamente, os Estados eliminam barreiras para a transnacionalização de todas as formas de acumulação, tanto na esfera produtiva como na financeira, que passa a representar a grande alternativa de manutenção da margem de lucro empresarial. mesmo com o aumento do consumo e consequentemente da produção, as empresas não conseguem manter as altas margens de lucro, recorrendo, então, aos investimentos na especulação financeira, que proporcionam esses grandes lucros.

O sistema fordista caracterizouse pela produção em série, e foi aliado ao método taylorista de controle de tempo e produtividade, objetivando racionalizar e aumentar a produção. o sistema exigia grandes fábricas, grandes investimentos e uma hierarquização rígida de pessoal.

As novas formas de produção iniciadas algumas décadas antes no Japão na indústria automobilística toyota passam a ser incorporadas como forma de recuperação das margens de lucro, aliada à financeirização do capital com a queda das fronteiras alfandegárias.

O toyotismo confronta diretamente o sistema fordista/taylorista na medida em que transfere grande parte da produção para terceiros (terceirização da produção), o que permite economia na construção e organização empresarial. a produção deixa de ser em massa e passa a ser diversificada e produzida em pequenas quantidades para aumentar o consumo de uma clientela variada e estimulada por novos processos de trabalho a consumir cada vez mais.

Os trabalhadores, maioria da população mundial, passam a ser convencidos a consumir produtos com tecnologia cada vez mais avançada, mas nem sempre necessários. as estratégias de *marketing* inauguram novas ocupações no mundo do trabalho, voltadas para impor necessidades à população, criadas para a reprodução do capital, exigindo um consumo desmedido. as classes trabalhadoras incorporam necessidades que não são suas, enquanto as suas reais necessidades de sobrevivência nem sempre atingem um nível mínimo de dignidade, quando se fala em trabalho, alimentação, moradia, transporte, saúde e educação.

Os produtos adquirem uma transnacionalidade, cada parte do produto final é realizada em diferentes partes do mundo, numa nova divisão social mundial do trabalho. as empresas diversificam suas atividades em produção, prestação de serviços e investimentos financeiros, espalhandose em diversas partes do mundo, dividindo as fases de produção de um mesmo produto em diferentes países, onde se apresentem as condições mais favoráveis à diminuição dos custos de produção, abrangendo desde os custos dos meios de produção, passando pelas condições/exoneração de impostos, aos custos de pagamento da força de trabalho, o que impõe uma nova divisão social de trabalho.

> O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação

> de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. as forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicandose assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar. (ianni, 2004, p.13)

A desproletarização do trabalho industrial (antunes, 2002) ocorre simultaneamente ao crescimento dos serviços, à desregulamentação dos direitos trabalhistas arduamente conquistados e ao crescimento descontrolado da massa de desempregados.

Ao mesmo tempo em que diminui drasticamente o trabalho industrial, cresce o número de trabalhadores na área de prestação de serviços, que se utiliza de menos tecnologia e incorpora geralmente pessoas das camadas mais pauperizadas, oferecendo baixos salários, quando não flexibiliza as relações de trabalho.

No capitalismo monopolista, o mercado de trabalho engloba todas as pessoas “aptas ao trabalho”, e os trabalhadores despendem muitas horas diárias, além de muitas pessoas conseguirem trabalho em locais distantes da sua moradia; essas condições transformam a própria organização familiar, num processo que Braverman chama de “ruína das habilidades da família” (1987, p.238). Para o autor, o cuidado exercido anteriormente pela família passa a ser responsabilidade da sociedade, ou de suas instituições. a sociedade capitalista incorpora a nova necessidade social, transformando o cuidado em mercadoria, que surge como prestação de serviços, institucionalizando o cuidado.

> Cria-se um novo estrato de desamparados e dependentes, enquanto o antigo e já conhecido ampliase enormemente: a proporção dos “doentes mentais” ou “deficientes”, os “criminosos”, as camadas pauperizadas na parte baixa da sociedade, todos representando variedades de desmoronamento sob as pressões do urbanismo capitalista e das condições de emprego ou desemprego capitalista. além do mais, as pressões da vida urbana crescem mais intensas e ela tornase mais difícil aos necessitados de amparo na selva das cidades. (Braverman, 1987, p.238)

Para atender às novas necessidades, são criadas novas instituições especializadas na prestação de serviços, como hospitais, escolas, prisões e manicômios, que, por sua vez, fazem surgir novas empresas fabris também especializadas para o fornecimento de novos produtos, ou mercadorias (Braverman, 1987, p.238).

A hospitalidade tornase outra área que absorve novos serviços e novos produtos, que aparecem no mercado como “motéis, hotéis, restaurantes, etc.” (Braverman, 1987, p.238).

A limpeza tornase uma nova especialização na divisão do trabalho, necessária sobretudo nos amplos espaços concentradores de pessoas, de trabalhadores, como lojas, supermercados, escritórios, conjuntos habitacionais, e cuja função é geralmente exercida pelas mulheres, que “executam uma das funções que antigamente executavam em casa, mas agora a serviço do capital que lucra com o seu trabalho diário” (Braverman, 1987, p.2389).

A inserção da mulher no mundo do trabalho, como trabalhadora assalariada, se, por um lado, permitiu certa independência econômica e o desenvolvimento de habilidades enquanto ser social, por outro, permitiu a reprodução da precariedade das condições da família, transferindo o cuidado de crianças e de idosos às instituições. a institucionalização do cuidado também favoreceu o surgimento de novos arranjos familiares, constituídos em sua maioria por mães solteiras, mas já apresentando a existência de pais solteiros. o cuidado oferecido por instituições é, muitas vezes, qualitativamente superior, considerando os aspectos materiais, ao cuidado que as condições das famílias empobrecidas podem realizar. o cuidado aos idosos tornase difícil ou quase impossível de ser exercido pelos membros jovens da família, pois estes devem se dedicar às atividades de sobrevivência dos seus dependentes, ou simplesmente garantir a conquista da fruição de bens e serviços produzidos socialmente. os sistemas públicos de seguridade social encarregam-se de exercer o cuidado, especialmente de crianças e de idosos, garantindo o crescente assalariamento dos membros da família (Hobsbawm, 2005, p.332),[6] o prolongamento das jornadas de trabalho, o que incide como consequência direta na acumulação e concentração da riqueza.

A prestação de serviços não pode então ser desvinculada da compreensão da divisão do trabalho coletivo, organizado para a expansão e acumulação do capital, uma vez que dá suporte ao funcionamento da tradicional indústria, da origem do trabalho como transformação da natureza. é a partir da própria

transformação da natureza, da mercadoria produzida, de como a sociedade se organiza para produzila que se criam e se reproduzem as relações sociais, criando em múltiplas formas a divisão do trabalho, na forma assalariada ou nas formas mais precarizadas que se tem encontrado.

A partir do princípio da mercantilização ou da produção de mercadorias para satisfazer necessidades de troca, de comércio e, consequentemente, de acumulação de capital, a cultura também passa a ser mercantilizada, com a criação de indústrias da cultura, cujas atividades se articulam entre a produção, a divulgação e o consumo, num complexo industrial e comercial especializado, com a presença do assalariamento de artistas, como os músicos em orquestras analisados por Segnini (2006, p.32336, in antunes, 2006a); e a precarização de cantores líricos e dos trabalhadores envolvidos na produção de espetáculos culturais, analisada por Coli (2006, p.297320, in antunes, 2006a).

A lógica do capital ocupa o espaço cultural, com as características típicas da mercadoria: a relação de compra e venda, a imediaticidade e sua “obsolescência programada”, no dizer de Netto (1996, p.97), através do aparato de comunicação midiática. o que é consumido hoje, provavelmente amanhã já se tornará ultrapassado e deve ser descartado, tendose tornado obsoleto.

Os meios de comunicação, cada vez mais aperfeiçoados, passam a desempenhar papel fundamental na comercialização de produtos, dando origem a novas profissões, atividades especializadas que são incorporadas desde a indústria tradicional aos mercados de serviços, de cultura, de lazer, e, mais ultimamente, da solidariedade, a que se vinculam organizações governamentais e não governamentais, explorando através do *marketing*, da publicidade e da propaganda, o sentimento da população, incentivando o seu engajamento em ações sociais, geralmente não universalizantes.

As transformações no mundo da produção ocorrem com muita rapidez, facilitadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico. o trabalho produtivo, executado pelo tradicional operário, que proporciona a produção da maisvalia, é realizado em complexos processos de incorporação de trabalho morto, realizado por máquinas cada vez mais informatizadas. além disso, o trabalho imaterial nas fábricas, realizado tradicionalmente pelas funções de gerenciamento intermediário, inspeção, supervisão e vigilância, é drasticamente diminuído na gerência toyotista, e incorporado pelo trabalhador produtivo (antunes, 2006b, p.125).

A flexibilização nas relações de trabalho formal passa a ser amplamente utilizada para redução dos custos do capital variável, da força de trabalho, provocando "uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, 'terceirizado'" (antunes, 2002, p.49). São criadas constantemente diferentes formas de redução dos custos na compra da força de trabalho. a força de trabalho feminina, tradicionalmente mais barata, ganha espaço, impondo uma tendência de feminização ao mundo do trabalho, em virtude também do baixo custo.[7] Por outro lado, os mais velhos e os mais jovens são excluídos do mercado de trabalho.

Com a fragmentação da classe trabalhadora, a precarização nas condições de trabalho e descontrole do desemprego estrutural, a organização dos movimentos sociais reivindicatórios é plenamente atingida, após um período de conquistas em todo o mundo.

A atual crise do capital, iniciada no setor imobiliário e financeiro nos Estados Unidos da américa no segundo semestre de 2008, desencadeou quebras na economia em todos os países do globo. Em decorrência do desaceleramento da economia mundial, a organização internacional do trabalho (oit) estima em 230 milhões o número de desempregados em 2009, aproximadamente 50 milhões a mais do que os desempregados em 2007, que eram 179,5 milhões.

Por outro lado, a situação tem provocado a articulação e a organização de milhões de trabalhadores em manifestações públicas em várias partes do mundo no início de 2009. No dia 30/3/2009, uma manifestação em São Paulo, na avenida Paulista, reuniu aproximadamente 15 mil pessoas exigindo, em linhas gerais, medidas contra o desemprego, a redução de juros, ampliação dos investimentos públicos e dos direitos trabalhistas e a realização da reforma agrária. Participaram do movimento centrais sindicais, estudantis, movimentos populares e pastorais.[8]

Com a fragilização do movimento sindical, especialmente com a desregulamentação de direitos trabalhistas, precarização, flexibilização e desemprego descontrolado, os movimentos sociais passam a ter maior significado, sobretudo em períodos de agudização da questão social, como o que se evidencia desde o final de 2008, favorecendo a capacidade de articulação e mobilização em larga escala da classe trabalhadora, na concepção ampliada utilizada por antunes, que considera todos os que dependem da venda da força de trabalho para sua sobrevivência.

Serviço Social como trabalho: o assistente social trabalhador

A origem do Serviço Social no século XiX vinculase às ações desenvolvidas pela burguesia a partir de iniciativas das organizações de caridade e do Estado, como já foi explicitado no capítulo 1, para amenizar os efeitos da exploração da classe trabalhadora e garantir a reprodução desta, o que indica a sua subordinação à produção e reprodução do capital.

Vivencia um momento de expansão no Estado de BemEstar Social, nas décadas de 1940 a 1970, mas a sua proliferação vai ocorrer num período de implementação de princípios neoliberais de minimização das funções do Estado, a partir da década de 1990, que delega à sociedade civil a responsabilidade da manutenção do "equilíbrio" social, por meio do atendimento às populações empobrecidas, assegurando assim a reprodução material de sua sobrevivência, e ao mesmo tempo reproduzindo valores e ideias hegemônicas da sociedade do capital.

É o enfrentamento às refrações da questão social pela sociedade do capital que provoca o surgimento e a expansão da profissão de assistente social, necessária ao atendimento de uma necessidade social: o aumento descontrolado da população empobrecida, cujas consequências se aprofundam e tornam-se mais complexas.

é nesse contexto que o Serviço Social pode ser compreendido como uma especialização do trabalho coletivo inserido na divisão sociotécnica do mundo do trabalho na sociedade capitalista. Nas palavras de Iamamoto, "o Serviço Social é uma *especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade*" (2005, p.22).

O modo de produção capitalista representa o modo como a sociedade se organiza neste momento histórico para produzir e reproduzir as suas relações sociais.

As relações econômicas e sociais se organizam a partir da relação que o homem estabelece com a natureza mediada pelo trabalho, sempre sob influência do momento histórico, pois as relações são diferentes nos diferentes momentos da história da humanidade.

A mercadoria que o homem produz para atender a sua necessidade possui valor

de uso. Quando produz a mercadoria sujeita às demandas do mercado, esta possui valor de troca. No modo de produção capitalista, só se consegue concentrar e expandir capital a partir da geração do trabalho excedente, do trabalho não pago, da maisvalia. Para garantir a produção das mercadorias, são fundamentais a distribuição, a troca e o consumo, em cujos setores se organiza o trabalho para também gerar a maisvalia e, consequentemente, a acumulação do capital e as condições para garantir a sua reprodução, formando então o trabalho coletivo. marx (2007, p.242) explica que

> A ideia que se apresenta por si mesma é esta: na produção, os membros da sociedade apropriam-se dos produtos da natureza para as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção em que o indivíduo participa dessa produção; a troca fornecelhe os produtos particulares nos quais quer converter o *quantum* que lhe correspondera pela distribuição, finalmente, no consumo os produtos convertem-se em objetos de gozo, de apropriação individual.

Dentro dessa perspectiva, o Serviço Social faz parte da divisão do trabalho coletivo organizado para a reprodução das relações da sociedade do capital. a profissão é entendida como parte do funcionamento do modo de produção do capital.

O Serviço Social não pode ser compreendido como resultado de uma evolução natural, numa interpretação de cientifização ou aperfeiçoamento da técnica de intervenção nascida da filantropia, ou, ainda, como apropriação dos meios de intervenção estatal no controle da pobreza (Iamamoto, 2007, p.170). Contrariamente, nasce do processo de divisão social do trabalho no meio urbano, para atender a necessidade da hegemonia do capital de controlar os efeitos da questão social, enquanto contradição entre capital e trabalho.

Ainda que ligada aos setores hegemônicos e religiosos da sociedade capitalista, a profissão de assistente social nasce sob o signo do assalariamento, da venda da força de trabalho imaterial, seja em instituições prestadoras de filantropia, seja em organismos estatais, numa prática desvinculada do controle e da gestão das políticas públicas e do próprio capital, reproduzindo a condição básica da classe trabalhadora, isto é, a venda da força de trabalho, subsumida ao controle das formas de gestão dos interesses do capital.

Inegavelmente, o assistente social vende sua força de trabalho, e isso se

concretiza pelo assalariamento, seja na forma de produção direta da maisvalia, seja na sua produção indireta, enquanto trabalhador coletivo. a produção da maisvalia ocorre quando o trabalhador contribui diretamente para a acumulação do capital ao ser expropriado do trabalho excedente.

O capital produz as formas de trabalho de acordo com suas necessidades de valorização e de reprodução do processo de acumulação.

> O processo de acumulação em si mesmo não é mais do que um momento imanente do processo capitalista da produção. implica uma nova criação de assalariados, que são meios para a realização e o incremento do capital existente, já porque subsume nele partes da população ainda não abrangida pela produção capitalista, tais como as crianças e as mulheres, se lhe submete uma massa acrescida de operários. [...] resulta daqui que o capital regula esta produção da própria força de trabalho, a produção de massa humana que há de explorar, em conformidade com as suas necessidades de exploração. o capital não produz portanto apenas capital; produz também uma massa operária crescente, a única substância graças à qual pode funcionar como capital adicional. (marx, 2004, p.134)

Quando o trabalho profissional do assistente social ocorre no setor produtivo, em empresas, é mais fácil reconhecer a sua especialização e sua vinculação à produção da maisvalia, pois sua prestação de serviços, como trabalho improdutivo, refletese indiretamente na produção da maisvalia, na medida em que suas ações são voltadas para a minimização de conflitos e aumento da produtividade de cada trabalhador e, consequentemente, para a apropriação da maisvalia, do trabalho excedente.

Iamamoto (2007, p.869) aponta três aspectos dos trabalhos produtivo e improdutivo:

> a) prestação de serviços públicos: os servidores não produzem maisvalia, não têm uma relação direta com o capital, e, assim, são *improdutivos.* Entretanto, os servidores públicos ligados a setores produtivos do capital estão submetidos diretamente às leis do capital, sendo, portanto, *produtivos.* a Autora menciona, como exemplo, os trabalhadores da indústria brasileira de petróleo, a Petrobrás;
>
> b) trabalhos que satisfazem necessidades materiais e espirituais: o que

importa é a subsunção ao capital ou não. Não importa a natureza do produto, se é material ou imaterial. Se a necessidade humana é atendida por empresa de fins lucrativos, o trabalhador produz diretamente a maisvalia, produz a riqueza do empresário, e, portanto, é um *trabalhador produtivo.* menciona, como exemplo, o professor em escolas particulares e os artistas que trabalham para empresas privadas, sempre considerando a relação com o empresário, e não com os alunos e o público que recebe os seus serviços;

c) totalidade do processo de produção capitalista: vários trabalhadores estão envolvidos na produção de uma dada mercadoria, ainda que não estejam diretamente envolvidos no trabalho material da produção. Iamamoto exemplifica com os trabalhadores de uma fábrica: alguns manipulam diretamente a matériaprima, em diferentes fases da produção, outros desenvolvem outro tipo de atividade, sem qualquer contato direto com a mercadoria, mas são necessários ao conjunto da produção. Por exemplo, o vigilante e o engenheiro, que possuem funções diferentes, seu trabalho é imaterial, mas ambos produzem um valor excedente para o empregador, geram riqueza para este com seu trabalho inserido no processo total da produção da mercadoria.

Na esfera governamental e no chamado “terceiro setor”, fica mais difícil visualizar sua especificidade de trabalho. Embora seja também prestação de serviços, seu trabalho tem um caráter, no Estado, de distribuição da riqueza socialmente construída, redistribuição de parte da maisvalia acumulada através dos fundos públicos (gerados por impostos). o “terceiro setor”, que se expandiu com a transferência das responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil, incorpora parte dos trabalhadores expulsos do setor produtivo, repõe só muito limitadamente postos de trabalho já perdidos em função da lógica de proteção ao capital e não ao homem, ser social. o trabalho do assistente social tornase, assim, necessário e funcional ao desemprego estrutural, ao processo de acumulação do capital e à reprodução das relações sociais vigentes.

Entretanto, toda realidade concreta apresenta em si o contraditório, a negatividade que pode gerar a sua própria superação. diante disso, se existem determinações históricas para uma dada realidade, os elementos contraditórios nela presentes devem também ser desvendados e potencializados.

Assim é que o trabalho alienado tem sido enfrentado pelos trabalhadores em várias formas de organização e resistência para mudanças em suas relações na

sociedade. a complexidade da questão social e do mundo do trabalho na contemporaneidade apresenta um complicador, se não um impossibilitador de utilização das formas tradicionais de luta, como as greves e grandes mobilizações dos trabalhadores. No entanto, outras formas de luta, quer sejam em mecanismos democráticos já criados, mas utilizados ainda de forma manipulada pelo poder hegemônico, quer sejam em movimentos por outras bandeiras, que não estejam ligadas diretamente à questão do trabalho, mas se vinculem a outros aspectos da vida social humana, como questões de gênero, de raça, ecológicas, etc., são importantes instrumentos de luta e resistência ao domínio da desigualdade.

O trabalho do assistente social é historicamente determinado pelas forças produtivas e pelas relações sociais que se estabelecem na sociedade do capital, porém não de modo fatalista. ressaltamos que a ação humana é resultado de alternativas nascidas nas contradições existentes em dado momento histórico. assim, também o trabalho do assistente social, embora determinado pelo sistema econômico vigente, apresenta intrinsecamente as contradições presentes na sociedade enquanto totalidade, e por isso contém alternativas de reprodução do velho e de produção do novo, mas que necessitam de desvendamento para serem apropriadas.

O Serviço Social é uma profissão que se encontra em momento de expansão, seja para a implantação das políticas públicas, seja pela complexidade que as refrações da questão social assumem contemporaneamente, num quadro de descontrole de desemprego, desproteção social e violência quase generalizada.

No dizer de Luz (1998, p.119),

> O assistente social é um trabalhador assalariado especializado que, para intervenção nas múltiplas manifestações da questão social na vida cotidiana, possui seus próprios objetivos, papéis, técnicas e instrumentos direcionados politicamente. os resultados de sua ação são frutos não só de uma formação acadêmica, mas também, do seu processo de socialização com o mundo durante o decorrer de sua vida.

A assistência social se constitui na primeira área de inserção do Serviço Social, especialmente no Brasil, que já possuía um misto de assistencialismo, cultura da dependência e da subalternidade, clientelismo político e religioso. a presença do assistente social na forma mais antiga e tradicional da assistência filantrópica,

que vive um renascimento a partir de 1990, constituise num desafio à compreensão para o desvendamento de relações. Não se trata, pois, de avaliar ações profissionais, mas sim de compreender em que contexto ocorrem, quais as mediações que compõem o quadro das determinações do processo de trabalho.

Guerra (2000b, p.18) aponta que

> as políticas sociais se constituem, ao longo da história, em uma das estratégias de que o Estado dispõe para alcançar o consenso e ser legitimado politicamente pelas classes sociais fundamentais, quais sejam, trabalhadores e capitalistas. ao mesmo tempo, as políticas sociais são expressão das conquistas dos trabalhadores.

O trabalho do assistente social é mediado pelas instituições públicas e privadas, filantrópicas ou não. Nosso estudo privilegia o processo de trabalho nas organizações não governamentais sem fins lucrativos, filantrópicas, que têm se constituído em mercado de trabalho para o Serviço Social.

Falar em processo de trabalho significa compreendêlo, como aponta Guerra (2000c, p.54), como "atividade práticoreflexiva voltada para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas".

As condições objetivas se compõem pelas determinações de uma dada realidade, e às quais, dependendo da finalidade da ação, são construídas respostas. as mesmas condições podem comportar diferentes respostas, porque entram em consideração os elementos subjetivos, inerentes aos sujeitos a elas submetidos, como inteligência, formação e valores.

Guerra (2000c, p.53) explica que as condições objetivas "são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material", e as condições subjetivas "são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teóricometodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras".

O Serviço Social nasce na sociedade do capital para atender a uma determinada finalidade, que é a minimização dos efeitos da contradição entre capital e trabalho. assim, ele se manifesta como resposta da classe burguesa a uma necessidade apresentada no momento histórico, criando, para tanto, suas técnicas

e instrumentos para a ação. a intencionalidade inicial do Serviço Social é contribuir para um consenso entre as classes básicas do capitalismo, de modo a permitir a reprodução das relações sociais dominantes, e sua materialização ocorre a partir da venda da força de trabalho do assistente social mediante o seu assalariamento, e nas formas contemporâneas de subassalariamento, como não proprietário dos meios de realização do seu trabalho.

A ação dos sujeitos da história do Serviço Social tem permitido o desvendamento e a desconstrução da intencionalidade burguesa da profissão, que se esforça para construir uma nova identidade e uma nova intencionalidade, comprometidas com valores democráticos e de justiça social, a partir de uma demanda mediatizada por instituições públicas, privadas, com finalidade lucrativa ou não, e, no estudo em questão, em organizações não governamentais de origem filantrópica, para participar da execução da política de assistência social.

Entidades sociais e o trabalho de assistentes sociais em Bebedouro

De acordo com a classificação de municípios estabelecida pela Política Nacional de assistência Social em 2004 (PNaS/2004), Bebedouro é um município de médio porte, com 74.815 habitantes (tabela 4).

Tabela 4 – Classificação dos municípios segundo total de habitantes

Classificação dos municípios	Total de municípios	População total	População rural	População urbana	% rural	% urbano
Pequenos I (até 20.000 hab.)	4.018	33.437.404	15.022.174	18.415.230	44,93	55,07
Pequenos II (de 20.001 a 50.000 hab.)	964	28.832.600	9.734.706	19.097.894	33,76	66,24
Médios (de 50.001 a 100.000 hab.)	301	20.928.128	3.940.021	16.988.107	18,83	81,17
Grandes (de	209	50.321.723	2.332.987	47.988.736	4,64	95,36

100.001 a 900.000 hab.)						
Metrópoles (mais de 900.000 hab.)	15	36.279.315	815.323	35.463.992	2,25	97,75
Total	5.507	169.799.170	31.845.211	137.953.959	18,75	81,25

Fonte: iBGE, 2000, *Atlas do desenvolvimento humano*, 2002. (*) Embora o número de municípios oficialmente divulgado pelo iBGE seja 5.561, o *Atlas do desenvolvimento humano* trabalhou com um universo de 5.509 municípios por razões metodológicas. tabela retirada da PNaS/2004, p.13.

O nível de gestão é o básico, possui um Centro de referência de assistência Social (Cras), localizado no setor Sul da cidade, onde foi detectado o maior índice de vulnerabilidade social do município.

Em 2008, a assistência Social de Bebedouro recebeu para proteção social básica e proteção social especial o repasse da esfera federal de r$ 438.036,20, segundo informações disponíveis na rede SUaS,[9] e estadual de r$ 295.800,00,[10] totalizando r$ 733.836,20.

O departamento municipal de Promoção Social é dirigido por assistente social,[11] e conta com os programas federais Bolsa Família, Programa de Erradicação do trabalho infantil (Peti), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Sentinela, ação Jovem; estaduais, renda Cidadã, moradores de rua e itinerantes, Liberdade assistida; e municipal, renda mínima.

Em 2008, o município possuía 33 entidades sociais cadastradas no Conselho municipal de assistência Social (CmaS), estando 31 em situação regularizada. duas não tiveram sua inscrição renovada para o ano, devendo atender às orientações do CmaS para obtêla novamente.

Das 31 entidades sociais em funcionamento, 21 possuem assistentes sociais em atividade, seja com vínculo empregatício, seja por atuação em projetos, sem vínculo empregatício, consideradas autônomas.

As 21 entidades que possuem assistentes sociais têm 28 postos de trabalho, que são preenchidos por 21 assistentes sociais, o que indica que algumas

profissionais possuem mais de um vínculo.

Na presente pesquisa participaram 19 assistentes sociais, e duas não concordaram em participar. as 19 assistentes sociais trabalham em 21 entidades sociais, ocupando 26 postos de trabalho, o que indica a existência de mais de um vínculo de trabalho.

Proteção social básica

1. AAA – Associação Antialcoólica de Bebedouro *Atendimento:* direcionado a alcoolistas e outros dependentes químicos. *Assistente social*: uma.
2. ADB – associação dos deficientes de Bebedouro *Atendimento:* a pessoas portadoras de necessidades especiais: adolescentes acima de 12 anos até a idade adulta, sem limite de idade. desenvolve atividades para o preparo do portador de necessidade especial no mercado de trabalho e atendimento à família. Possui equipe multidisciplinar. *Assistente social:* uma.
3. APAE – associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Bebedouro *Atendimento:* desenvolve atividades voltadas para a prevenção de deficiências, estimulação precoce, educacionais internas e voltadas para a inclusão escolar, de lazer, esporte e cultura, acompanhamento à saúde, atendimento social à família. a instituição desenvolve também atividades características de proteção social especial de média complexidade, como habilitação e reabilitação de deficiências.

Assistente social: três.

1. Appret – associação Protetora dos Pacientes renais e transplantados de Bebedouro e região *Atendimento:* atividades de suporte social a pacientes portadores de insuficiência renal crônica, que realizam hemodiálise diariamente. recebe pacientes da cidade e da região. *Assistente social:* profissional saiu, mas existe previsão de contratação de outra técnica.
2. Artsol – associação arte e Solidariedade *Atendimento:* voltado para crianças e adolescentes de 2 a 17 anos de idade, com atividades socioeducativas, utilizando especialmente a arte. Famílias participam da organização de atividades culturais de seus filhos e de projeto de formação profissionalizante ou semiprofissionalizante. *Assistente social:* uma.
3. Associação menina dos olhos dos deficientes Visuais de Bebedouro *Atendimento:* suporte socioeducativo a portadores de deficiência visual.

Assistente social: não possui. a diretoria afirmou necessitar prioritariamente de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e estes já existem em seu quadro funcional. Profissionais de Psicologia e de Serviço Social são também importantes, e a diretoria informou que deve buscar recursos através da elaboração de projetos que permitam a contratação de pessoal.

4. Avida – associação de Valorização integral dos deficientes auditivos *Atendimento:* realiza atividades socioeducativas para deficientes auditivos e suas famílias; acompanhamento de inclusão escolar. Possui equipe multiprofissional. *Assistente social:* uma.
5. Caecc – Centro assistencial Espírita do Calvário ao Céu *Atendimento:* desenvolve atividades em três áreas diferentes, sendo duas de proteção básica e uma especial (albergue noturno):

a) Lar Espírita Jesus de Nazaré: educação infantil: crianças de 6 meses a 5 anos de idade.

b) Proletárias do Bem: famílias em situação de vulnerabilidade social. *Assistente social:* uma, cuja ação se concentra nas atividades de atendimento às famílias das crianças na educação infantil, e eventualmente na assessoria a projetos para o albergue Noturno Samaritano, incluído na proteção especial, mas cuja mantenedora é a mesma instituição.

1. **Cas**a da Criança irmã Crucifixa *Atendimento:* educação infantil para crianças de 6 meses a 5 anos de idade e atividades socioeducativas para famílias. a coordenadora é assistente social e possui uma coordenadora pedagógica. *Assistente social:* não possui. a instituição informou que, quando necessário, é contratada eventualmente, como prestadora de serviços, por intermédio de empresa de assessoria na área psicossocial e educacional; não realiza serviços contínuos. *Diretora:* tem formação em Serviço Social.
2. Casa de maria – associação assistencial Espírita Núcleo do aprendiz *Atendimento:* atende adolescentes em atividades profissionalizantes. Possui atividades de apoio social às famílias. *Assistente social:* uma.
3. Casa do adolescente de Bebedouro *Atendimento:* atende adolescentes que cumprem medida socioeducativa em regime de liberdade assistida. Possuía atendimento a crianças e adolescentes vitimizados, mas foi encerrado em 2009, para ser assumido pelo município. *Assistente social:* uma para o acompanhamento sociofamiliar dos jovens. *Coordenadora:* tem formação

em Serviço Social.

4. Cefa – Comunidade Educativa Figuls assunção *Atendimento:* atividades socioeducativas a crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade e atividades de apoio social às famílias. *Assistente social:* uma.
5. Centro Comunitário alto da Boa Vista – Creche Lourenço Santim *Atendimento:* educação infantil de 6 meses a 5 anos de idade. desenvolve projetos socioeducativos e semiprofissionalizantes para famílias. *Assistente social:* não possui.
6. Ceprobem – Centro de Estudos e Projetos para o BemEstar do menor *Atendimento:* educação infantil de 6 meses a 5 anos de idade. desenvolve atividades socioeducativas e projetos semiprofissionalizantes para famílias. *Assistente social:* uma.
7. Cieb – Centro integrado de Equoterapia de Bebedouro *Atendimento:* a pessoas portadoras de necessidades especiais físicas e/ou mentais, através de método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo, em uma abordagem interdisciplinar envolvendo as áreas de saúde, educação e equitação. *Assistente social:* uma.
8. Congregação Santa doroteia do Brasil (Colégio anjo da Guarda) *Atendimento:* colégio particular de ensino infantil, fundamental e médio. desenvolve projeto de educação social infantil de 6 a 11 anos de idade. *Assistente social:* não possui. Segundo informação obtida na instituição, no início do ano uma assistente social é paga para realizar as entrevistas com famílias que solicitam bolsas de estudo para os filhos matriculados no colégio particular.
9. DCA – desenvolvendo a Criança e o adolescente *Atendimento:* desenvolve diversos projetos com crianças e adolescentes de 10 a 19 anos de idade, de prevenção à drogadição, dSt/aids. Possui psicólogos e pedagogos no quadro da equipe técnica. *Assistente social:* não possui.
10. Educandário Santo antonio de Bebedouro *Atendimento:* educacional formal e socioeducativo para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. Possui ensino fundamental próprio até 8ª série, em funcionamento. Possuía também ensino médio próprio, que foi desativado em 2008, devido ao alto custo, e os adolescentes passaram a frequentar escolas da rede pública para o ensino formal, e jornada ampliada na própria instituição. oferece atividades socioeducativas para crianças e adolescentes, profissionalizantes e semiprofissionalizantes para jovens e famílias. *Assistente social:* três.
11. Fundação abílio alves marques *Atendimento:* clínico ambulatorial e laboratorial a portadores de câncer em todas as formas e modalidades para a população em situação de vulnerabilidade social, com acompanhamento

social ao paciente e à sua família. *Assistente social:* uma.

12. Gaib – Grupo antialcoólico independente de Bebedouro *Atendimento:* apoio ao usuário de álcool e sua família para tratamento da dependência química. *Assistente social:* não possui.[12]
13. Glav – Grupo Luta e amor à Vida *Atendimento:* a portadores do vírus HiV e suas famílias, com atendimento de necessidades emergenciais, atividades educativas e preventivas. *Assistente social:* uma.
14. Rede Feminina de Combate ao Câncer *Atendimento:* apoio a necessidades materiais a portadores do câncer, em parceria com a Fundação abílio alves marques e Fundação Pio Xii de Barretos. *Assistente social:* não possui.
15. Sociedade recreativa, Promocional, Social e Cultural José do Patrocínio *Atendimento:* crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos, em jornada contrária à escolar. desenvolve atividades culturais. *Assistente social:* não possui.
16. SSAF – Serviço Social de atendimento Familiar *Atendimento:* famílias em situação de vulnerabilidade social, com inclusão em grupos de aprendizagem e produção de atividades manuais e artesanais, com acompanhamento social. *Assistente social:* uma.

Proteção social especial

1. Associação Protetora da infância Província de São Paulo – recanto São Vicente de Paula *Atendimento:* idosos de ambos os sexos em regime de abrigo, independentes, semidependentes e dependentes, a partir dos 60 anos de idade. *Assistente social:* uma.
2. Caecc – Centro assistencial Espírita do Calvário ao Céu – albergue Noturno Samaritano (mesmo mantenedor do Lar Espírita Jesus de Nazaré e Proletárias do Bem) *Atendimento:* itinerantes e moradores de rua, a partir de 18 anos de idade, e crianças acompanhadas de seus responsáveis ou por ordem judicial. *Assistente social:* não possui.[13]
3. Casa de Santa Clara *Atendimento:* proteção integral em regime de abrigo para crianças de 0 a 11 anos de idade. realiza acompanhamento sociofamiliar. *Assistente social:* duas.
4. Casa Santo Expedito *Atendimento:* proteção integral em regime de abrigo para adolescentes de 12 a 18 anos de idade. *Assistente social:* duas. *Coordenadora:* tem formação em Serviço Social.
5. Lar do idoso Servas do Senhor *Atendimento:* idosos de ambos os sexos acima de 60 anos em regime de abrigo, sem graves comprometimentos

físicos e/ ou mentais. *Assistente social:* uma.

6. Missão restauração *Atendimento:* tratamento para dependentes químicos. *Assistente social:* não possui.
7. Vila Beato Contardo Ferrini – Vila Vicentina *Atendimento:* idosos independentes, de ambos os sexos, acima de 60 anos em regime de abrigo. *Assistente social:* não possui.
8. Vila Lucas Evangelista – Sociedade obreiros da Caridade *Atendimento:* idosos independentes, de ambos os sexos, acima de 60 anos, em regime de abrigo. realiza acompanhamento sociofamiliar e atividades lúdicas aos idosos. *Assistente social:* uma.

Perfil das assistentes sociais nas entidades sociais

Idade

Das 19 assistentes sociais, dez estão na faixa etária de 45 a 59 anos de idade, o que representa 52,63% das profissionais; cinco estão na faixa de 25 a 34 anos (26,32%); e quatro estão na faixa etária de 35 a 44 anos (21,05%). Ver a tabela 5 e o Gráfico 2.

Tabela 5 – Faixa etária das assistentes sociais

Faixa etária	Número	Porcentagem
25-34 anos	5	26,32%
35-44 anos	4	21,05%
45-59 anos	10	52,63%
Total	19	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

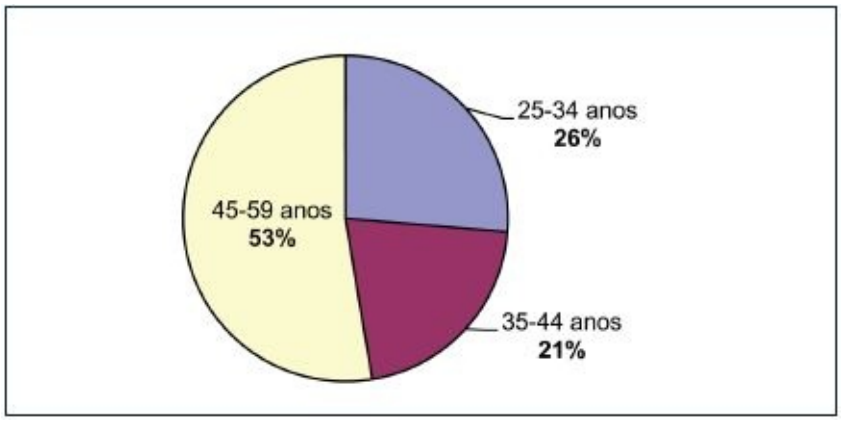


Gráfico 2 – Faixa etária das assistentes sociais

Função na instituição

Em relação à função na instituição, as profissionais exercem a função de assistentes sociais em 22 postos de trabalho; três postos de trabalho são para a função de direção/coordenação da instituição; e um posto de trabalho para coordenação de projeto (tabela 6 e Gráfico 3).

Tabela 6 – Função na instituição

Função	Número	Porcentagem
Assistente Social	22	84,61%
Direção/Coordenação	4	15,39%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

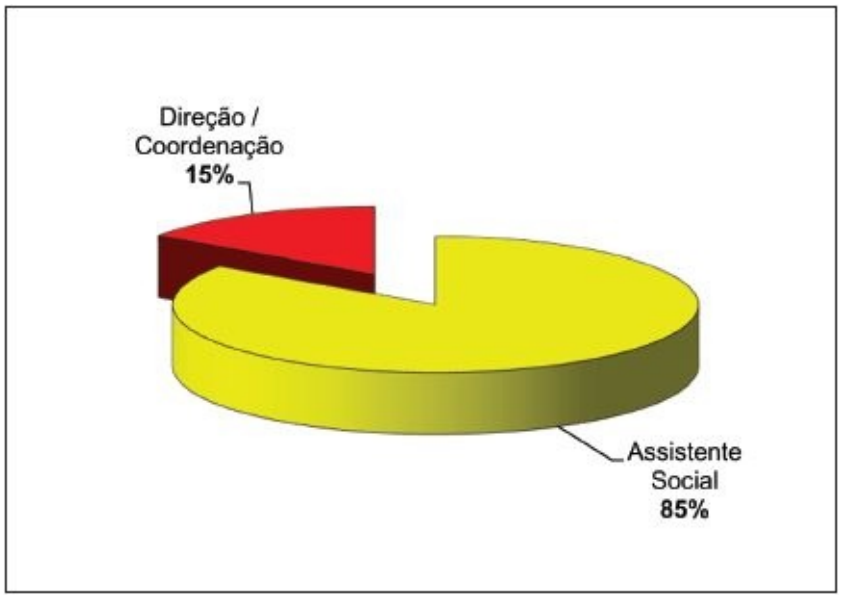


Gráfico 3 – Função na instituição

Tempo de trabalho na instituição

Em relação ao tempo de trabalho na instituição, considerando as 19 assistentes sociais distribuídas nos 26 postos de trabalho, verificamos que 16 trabalham entre 0 a 5 anos na entidade social; quatro trabalham entre 6 a 10 anos; três trabalham entre 11 e 15 anos; duas entre 16 e 20 anos; e uma entre 21 e 25 anos. Isso significa que 61,53% dos postos de trabalho (16) foram preenchidos nos últimos 5 anos, ou a partir de 2003, e 76,93% dos postos de trabalho (20) foram preenchidos nos últimos dez anos.

Vinte e três postos de trabalho (88,46%) foram preenchidos nos últimos quinze anos, ou seja, após 1993, quando entrou em vigor a Lei orgânica da assistência Social (Loas). Ver tabela 7 e Gráfico 4.

Tabela 7 – tempo de trabalho na instituição

Tempo de trabalho na instituição	Número de postos de trabalho	Porcentagem
0-5 anos	16	61,53%
6-10 anos	4	15,40%
11-15 anos	3	11,53%
16-20 anos	2	7,70%

21-25 anos	1	3,84%
Total	26	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

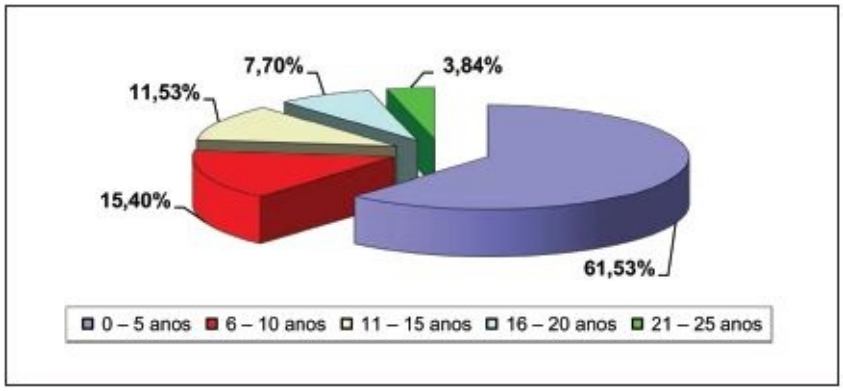


Gráfico 4 – tempo de trabalho na instituição

Tempo do Serviço Social na instituição

De acordo com o levantamento, considerando as 19 entidades sociais, o Serviço Social se iniciou em seis entidades sociais entre 0 e 5 anos atrás; em cinco entidades, entre 6 a 10 anos; em duas, entre 11 e 15 anos atrás; em duas, entre 16 e 20 anos atrás; e, em uma, há 22 anos. Em três entidades sociais, as profissionais declararam não saber quando foi o início do Serviço Social na instituição (tabela 8 e Gráfico 5).

Tabela 8 – tempo de Serviço Social na instituição

Tempo de Serviço Social na instituição	Número de entidades	Porcentagem
0-5 anos	6	31,60%
6-10 anos	5	26,30%
11-15 anos	2	10,52%
16-20 anos	2	10,52%
Acima de 20 anos	1	5,26%
Não sabem quando se iniciou	3	15,80%

Total	19	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

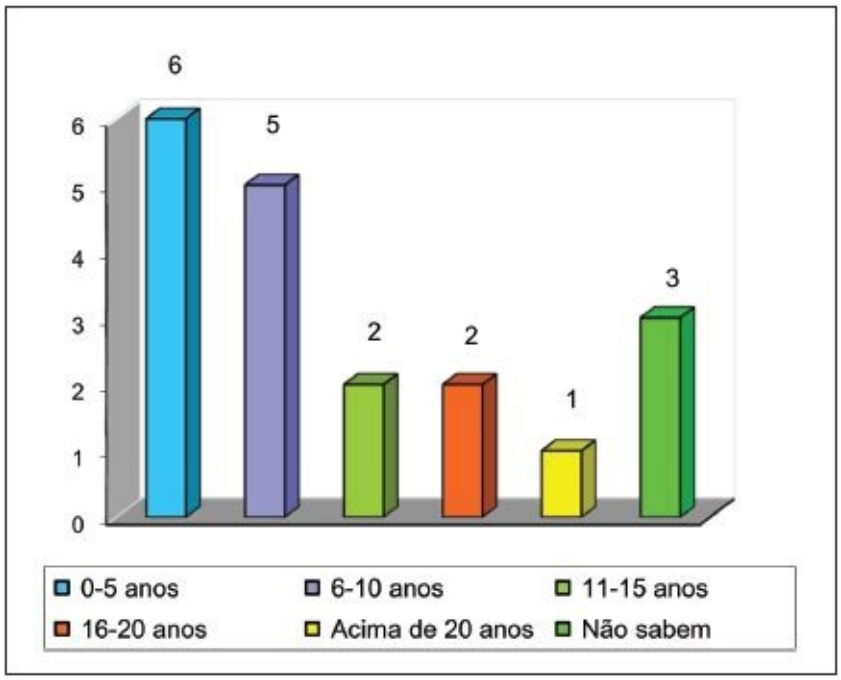


Gráfico 5 – tempo de Serviço Social na instituição

Onze entidades sociais contrataram assistente social nos últimos dez anos, ou seja, a partir da promulgação da Lei orgânica da assistência Social, de 1993; das onze, seis contrataram nos últimos cinco anos (a partir de 2003), coincidindo com a implantação da Política Nacional de assistência Social (PNaS), que passou a vigorar em 2004.

Três profissionais desconhecem quando se iniciou o Serviço Social na entidade, o que pode nos induzir a pressupor que já existe há mais de 5 anos, porque a maioria das contratações ocorreu no período entre 0 e 5 anos.

Local e ano de formação

Das 19 assistentes sociais, nove se graduaram na Universidade de ribeirão Preto (Unaerp); cinco no instituto municipal de Ensino Superior de Bebedouro

(imesb); duas no Centro Universitário Barão de mauá, em ribeirão Preto; uma nas Faculdades integradas da Zona Leste de São Paulo; uma na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp); e uma na Universidade Paulista Júlio de mesquita Filho, campus de Franca (UNESP – Franca). Ver tabela 9 e Gráfico 6.

Tabela 9 – Local de formação

Local	Número de profissionais
Unaerp	9
Imesb	5
Barão de Mauá	2
UNESP – Franca	1
PUC-Camp	1
Fac. Zona Leste/SP	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

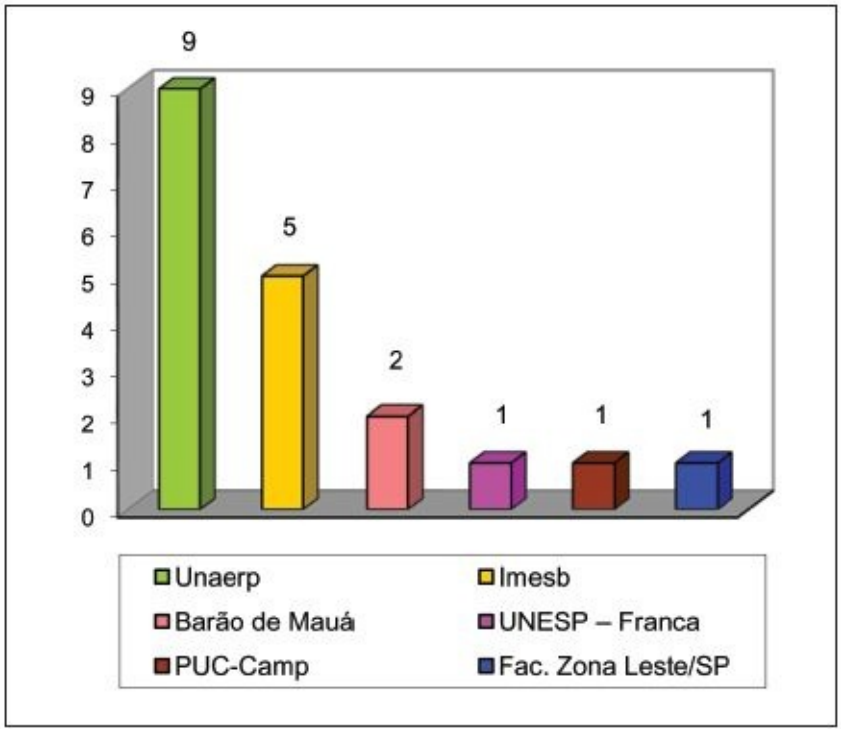


Gráfico 6 – Local de formação

Em relação ao ano de formação, das 19 assistentes sociais, seis se graduaram em 1982; quatro se graduaram no período de 1983 a 1992; duas no período de 1993 a 2002; e sete se graduaram entre 2002 até 2008. Ver tabela 10 e Gráfico 7.

Tabela 10 – Ano de formação

Ano de formação	Número de profissionais
1982	6
1983-1992	4
1993-2002	2
2002-2008	7
Total	19

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

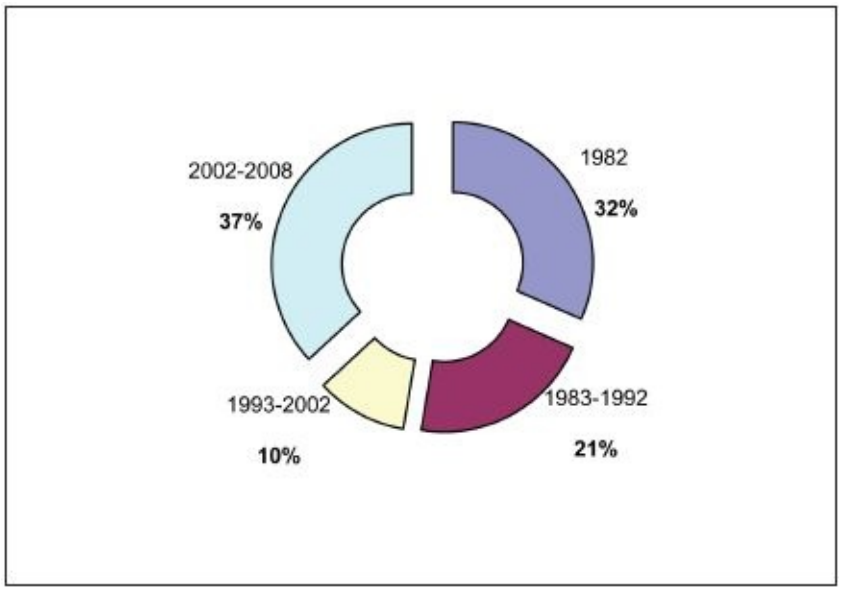


Gráfico 7 – Ano de formação

As mudanças nos currículos do curso de Serviço Social ocorreram em 1982 com a elaboração de um currículo mínimo reorganizando o processo de formação e ação profissional (Netto, 2004, p.254); e em 1996 com a elaboração das diretrizes Curriculares do Serviço Social pela abepss, em conjunto com o

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho regional de Serviço Social (Cress), e que só foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Superior (CNE/CES) pela resolução nº 15, de 13/3/2001, ainda que tenham sofrido grandes reduções da proposta original.[14]

As mudanças permitem, principalmente após 2001, o trabalho dos conteúdos históricos e teóricometodológicos, buscando a superação da dicotomia teoria e prática e da tendência psicologizante que até então dominara a formação profissional. a formação profissional ocorria sobre bases teóricas funcionalistas, de desajuste individual, grupal ou comunitário, cuja ação voltavase para a chamada "integração social" a partir da mudança dos sujeitos e supervalorização de instrumentos e técnicas, com modelos preestabelecidos, bem como não considerava a dinamicidade das formas de manifestação da questão social.

A formação atual ocorre a partir da compreensão crítica da totalidade; a questão social é compreendida como resultante das contradições geradas na relação capital e trabalho na sociedade capitalista, e suas refrações são consideradas objeto de intervenção da profissão.

Anteriormente às mudanças curriculares, já em 1986, no bojo do processo de reflexão da profissão no período de reconceituação, é aprovado em 9 de maio daquele ano, pela resolução CFaS[15] nº 195/1986, o novo Código de ética Profissional, que incorpora as reflexões críticas da sociedade feitas pelos profissionais, como justiça social e liberdade, salientando o compromisso da profissão com a classe trabalhadora.

A partir do final da mesma década se inicia um processo de aprofundamento da discussão dos princípios éticos, o que leva os órgãos representativos da profissão a organizar o processo de discussão que ocorre especialmente no período 19901992, culminando com a aprovação do atual Código de ética Profissional em 13/3/1993, pela resolução CFESS nº 273/1993, que possui como valor central a liberdade, compromissada com a construção de uma sociedade justa e igualitária, incorporando a democracia tanto para o exercício profissional como na organização da categoria.

No mesmo ano de 1993, em 7 de junho, é aprovada a Lei Federal nº 8.662, que regulamenta a profissão, incorporando as novas exigências para o exercício profissional, revogando a lei anterior, a nº 3.252/1957, que regulamentava o Serviço Social.

Após 1993, vários debates têm envolvido a categoria nos encontros nacionais do conjunto CFESS/Cress e da abepss, levando em consideração as dificuldades que os profissionais têm encontrado no seu cotidiano de trabalho.

A fim de dar suporte aos profissionais foram aprovadas várias resoluções nos últimos anos, fundamentais para o prosseguimento da luta por melhores condições de trabalho. os cursos à distância que começaram a funcionar nos últimos anos têm provocado intensas discussões sobre as estratégias de enfrentamento para que não se perca a qualidade do ensino.

A resolução CFESS nº 467 de 17/3/2005[16] estabelece o valor da hora técnica para os profissionais que trabalhem sem nenhum vínculo empregatício, de acordo com a titulação, como parâmetro para a cobrança de honorários por serviços prestados. os valores então estabelecidos foram: para graduados, r$ 65,00; para especialistas, r$ 73,00; para mestres, r$ 92,00; para doutores, r$ 104,00. o *site* do CFESS divulga os valores corrigidos anualmente, e o valor em vigência até 20/9/2009 eram: para graduados, r$ 74,66; para especialistas, r$ 83,84; para mestres, r$ 105,67; para doutores, r$ 119,44.

Em 3/6/2006 é aprovada a resolução CFESS nº 489, que regulamenta um dos princípios do Código de ética, vedando ao profissional qualquer conduta discriminatória ou preconceituosa por orientação e expressão sexual por pessoa do mesmo sexo.

No mesmo ano de 2006, em 21/8, é aprovada a resolução nº 493, que estabelece como obrigatoriedade o cumprimento de parâmetros nacionais para as condições éticas e técnicas do profissional em Serviço Social. todo atendimento a usuário do Serviço Social deve ser feito em condições adequadas e dignas. o artigo 2º estabelece:

> O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:
>
> A) iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme A organização institucional;

b) recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;

c) ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas; d) espaço adequado para colocação de arquivos para a guarda de material técnico de caráter reservado.

A resolução CFESS nº 513/2007, de 10/12, determina os procedimentos para efeito de lacração do material técnico sigiloso.[17]o profissional tem por obrigação manter o caráter sigiloso das informações recebidas e do material técnico produzido na ação profissional, além de estar igualmente obrigado a transferir o material para outro profissional em caso de sua saída do local. Estabelece ainda que, caso a transferência ao outro profissional não seja possível, o material deve ser lacrado na presença de representante ou fiscal do Cress, devendo ser somente aberto por outro assistente social. Para esse procedimento existem normas, e o fato deve ser sempre acompanhado pelo Cress.

Em 29/9/2008 foi aprovada a resolução CFESS nº 533, que regulamenta as normas para a realização do estágio supervisionado, após discussões iniciadas no XXXii Encontro Nacional CFESS/ Cress realizado em Salvador (Ba) em 2003, com representantes também da abepss e da Enesso. a supervisão profissional direta é obrigatória no campo de estágio, bem como a realização da supervisão acadêmica, oferecida pela unidade de ensino, como suporte aos profissionais supervisores de campo. Essa resolução é um importante instrumento de fiscalização do processo de formação profissional, obrigando os cursos a regularizarem adequadamente o estágio supervisionado. isso coloca limites à prática dos cursos à distância de Serviço Social, pois, devido ao grande número de estudantes em cidades diversas e ao pequeno número de assistentes sociais como professores, fica difícil a abertura de campos de estágio nas formas da legislação, bem como para oferecer a supervisão acadêmica.

Encontram-se em discussão em nível nacional pelos órgãos da categoria em âmbito acadêmico três temas sobre o exercício profissional, quais sejam: depoimento sem danos, exame de proficiência e práticas terapêuticas. Sobre as práticas terapêuticas, existe o Parecer Jurídico do CFESS nº 11/2009, de 23/4, que ratifica o de nº 16/2008, de 1º/8/2008, com manifestação contrária à sua realização por profissionais de Serviço Social, principalmente por não constar da formação profissional, como prevê a legislação em vigor sobre as diretrizes Curriculares.

Como resultado de luta da categoria, encontrase em fase de votação no Senado Federal o Projeto de Lei nº 152/2008, que estabelece trinta horas como limite para a carga horária semanal de trabalho de assistentes sociais. a votação foi adiada por algumas vezes, mas os órgãos representativos da categoria continuam pressionando para sua aprovação.

No caso das assistentes sociais com longa jornada de trabalho, mas fracionada em diferentes locais de trabalho, não terá repercussão, pois, separadamente, cada carga horária é bem inferior às trinta horas semanais.

Conhecimento da legislação profissional

Perguntamos às profissionais se conhecem a Lei de regulamentação, o Código de ética, as diretrizes Curriculares, a resolução nº 493/2006 (sobre condições éticas e técnicas do trabalho profissional) e a resolução nº 467/2005 (tabela referencial de honorários).

O Código de ética Profissional é conhecido por todas as assistentes sociais; a Lei de regulamentação é conhecida por 18 assistentes sociais; as diretrizes Curriculares são conhecidas por 11 assistentes sociais, e 8 não as conhecem; a resolução nº 493/2006 é conhecida por 13 assistentes sociais e 6 afirmaram não a conhecer; a resolução nº 467/2005 é conhecida por 8 assistentes sociais e 11 não a conhecem.

Interessante observar que 7 profissionais são formadas a partir de 2002 e 12 anteriormente à aprovação das diretrizes Curriculares, embora tenham sido elaboradas em 1996. Ver tabela 11 e Gráfico 8.

Tabela 11 – Conhecimento da legislação profissional

Legislação	Conhecem	Não conhecem
Lei de Regulamentação	18	1
Código de Ética	19	0
Diretrizes Curriculares	11	8
Resolução no 493/2006	13	6
Resolução no 467/2005	8	11

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

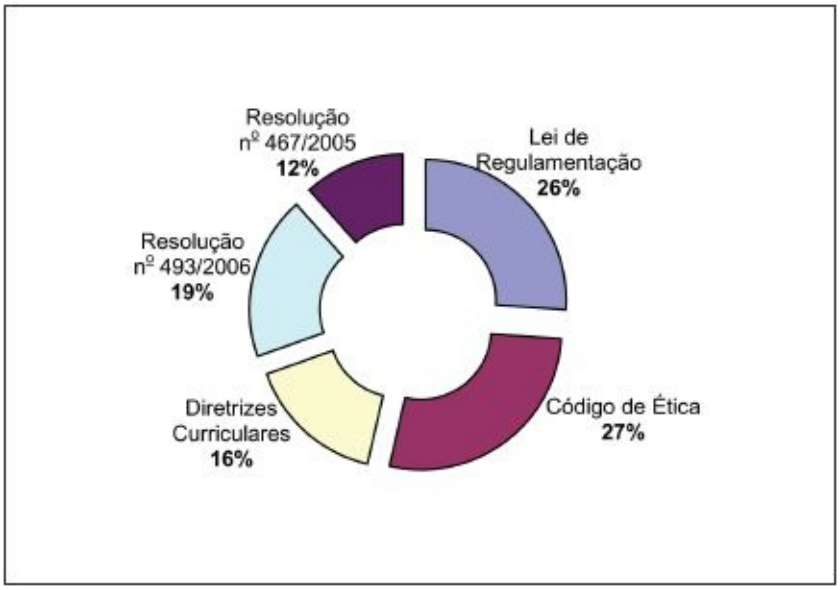


Gráfico 8 – Conhecimento da legislação profissional

Relações de trabalho

Procuramos identificar os seguintes aspectos:

- carga horária de trabalho por semana na instituição;

- carga horária total de trabalho por semana como assistente social;

- quantidade de vínculos de trabalho como assistente social;

- tipo de vínculo de trabalho na entidade social;

- tipo(s) de vínculo de trabalho em outros locais de trabalho;

- renda mensal na entidade social;

- renda mensal como assistente social;

- exercício de atividade rentável que não seja vinculada à profissão de assistente social;

- situação vivenciada de desemprego;

- tempo de desemprego.

Tipos de vínculo de trabalho na entidade social

As 19 assistentes sociais que responderam ao questionário trabalham em 19 entidades sociais, e possuem um total de 26 vínculos de trabalho nas entidades sociais, sendo 15 vínculos com registro em carteira (CLt), correspondendo a 58% e 11 postos preenchidos como trabalho autônomo, sem vínculo empregatício (42%). Ver Gráfico 9.

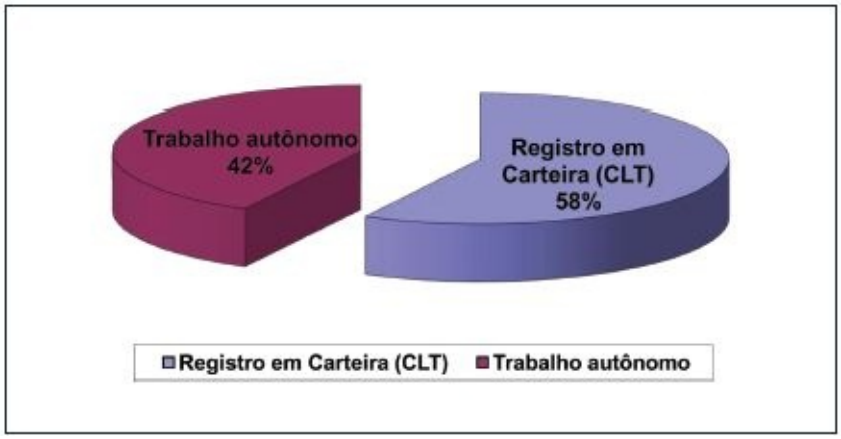


Gráfico 9 – tipos de vínculo de trabalho na entidade social

O que a pesquisa demonstra é que mesmo as assistentes sociais que têm trabalho considerado “autônomo” mencionam carga horária determinada. também nos contatos telefônicos que foram por nós realizados, verificamos as informações sobre dias e horários em que as profissionais poderiam ser encontradas na instituição, descaracterizando a eventualidade do trabalho.

Outra situação encontrada, especialmente por parte de dirigentes, é a concepção de que o trabalho “autônomo” é mais “livre”, porque permite ao profissional

trabalhar em vários lugares ao mesmo tempo, aumentando a sua renda.

O real, entretanto, é o oposto: a ausência de vínculo empregatício e de preenchimento de uma carga horária que permita o pagamento de um salário ao menos suficiente para a reprodução da força de trabalho deixa a profissional sem o amparo da lei trabalhista, sem direito a férias, décimo terceiro salário e segurodesemprego.

A existência de vários vínculos de trabalho só é possível com o fracionamento da carga horária diária e/ou semanal, impedindo ou dificultando a dedicação profissional à boa qualidade do trabalho, ao aperfeiçoamento específico na área de atuação, pois as atuações podem ocorrer em diferentes processos de trabalho.

A Consolidação das Leis do trabalho (CLt), em seu artigo 2º, estabelece:

> Considerase empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
>
> §1º : Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

Assim, uma instituição social ou entidade social sem fins lucrativos deve ser considerada empregadora.

O artigo 3º da mesma lei define a pessoa empregada:

> Considerase empregado toda pessoa física que prestar serviço de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
>
> Parágrafo único: não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

A condição de trabalho autônomo só se caracteriza pela eventualidade dos serviços prestados e pela não subordinação administrativa e/ou técnica, ou seja, quando não existe uma rotina de atividades, como parece existir no trabalho das assistentes sociais pesquisadas, pois as profissionais se referem, em outras questões, aos anos trabalhados e carga horária semanal de trabalho na instituição,

o que pressupõe a existência de rotina de atividades e não a eventualidade de um serviço prestado.

O trabalho autônomo de assistente social funciona muito próximo ao trabalho diarista apontado por marx e Engels (1993, p.7980) como ocorrido no início da formação da sociedade do capital. os servos fugitivos dos feudos, que saíam continuamente das terras em direção aos conglomerados para além da propriedade feudal, encontravam uma sociedade já organizada, e se seu ofício não precisasse ser aprendido, não podia pertencer às corporações, pois, caso contrário, o aprendizado do ofício era sinônimo de subjugação às condições impostas pelo mestre.

O Serviço Social se encontra em momento de expansão da demanda, em grande parte por exigência das políticas públicas.

A inserção dos profissionais no mercado de trabalho tem ocorrido com frequência dentro das características atuais de precarização, quando os profissionais não são admitidos por concursos públicos, que oferecem estabilidade funcional e, assim, um pouco mais de autonomia. além disso, os baixos salários no âmbito municipal e às vezes aliados à carga horária reduzida favorecem o aumento de outros vínculos de trabalho. Para outros profissionais que não dispõem nem mesmo do baixo salário no município, os mais jovens e os mais velhos demitidos de seus empregos, por qualquer que seja o motivo, estão se inserindo ou reinserindo cada vez mais através de relações precárias de trabalho.

Castel (1998, p.516) afirma que

> Começa a tornarse claro que precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente.

A condição de desproteção social, ao contrário do que se pode pensar, retira a possibilidade de autonomia verdadeira ao profissional, que se torna completamente dependente de quem lhe paga pelo serviço preestabelecido, pela tarefa prédefinida por agentes em geral voluntários, como no caso das entidades sociais, que, desse modo, direcionam de fato a execução da política de

assistência ou a sua (des)efetivação.

A sobrevivência necessária do profissional fica submetida às determinações imediatas dos dirigentes das entidades sociais.

Qualquer possibilidade de participação política em órgãos de classe – sindicatos, associações, e em conselhos de cidadania – fica totalmente subordinada à aprovação da direção da instituição.

A participação nos conselhos de cidadania pode ficar comprometida exatamente pela falta de autonomia dos profissionais.

No caso do município de Bebedouro e de tantos outros no estado e no país em análoga situação, para a participação em movimentos da categoria, além dos limites de tempo e de eventual desinteresse, é necessário considerar a distância dos centros urbanos onde geralmente são encontrados os órgãos representativos da categoria. a distância envolve obrigatoriamente o dispêndio de mais tempo, maior possibilidade econômica e viabilidade de transporte próprio ou público.

O trabalho autônomo, sem vínculo empregatício, de caráter eventual e sem subordinação administrativa e/ou técnica, no caso do profissional em Serviço Social, especialmente na área da assistência social, pode gerar também ações eventuais, descontínuas, não efetivando o atendimento das necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade social, descompromissadas com o estabelecido no artigo 23 da Lei orgânica da assistência Social (Loas):

> Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei.

As entidades sociais, atuando de modo privado no espaço público, se veem confrontadas cotidianamente com a luta, apoiada em ações voluntárias, por recursos públicos, sempre insuficientes para a prestação de serviços assistenciais universalizantes e de caráter contínuo como preceituado pela Loas.[18]

O levantamento levado a efeito pelo conjunto CFESS/Cress em 2004 e publicado em maio de 2005, aponta que, somente no Estado de São Paulo, existem 19.689 profissionais inscritos no Cress, e no Brasil há um total de 61.151 profissionais com inscrição. Esse número já se alterou para mais,

sobretudo devido à proliferação de cursos de graduação em todo o país e ao aumento da demanda por profissionais tanto para a gestão como para a execução de políticas públicas e no setor privado.

A pesquisa referida apontou que 78,10% dos assistentes sociais são contratados pelo poder público, com maior concentração nos municípios; 13,19% são contratados pelo setor privado; 6,81% são contratados pelo chamado “terceiro setor”. o vínculo empregatício estatutário corresponde à parcela de 55,68%, seguido de 27,24% de vínculo celetista, e 9,41% de vínculos com contrato temporário. o índice de profissionais no setor público é maior que o número de profissionais estatutários, o que significa que existem outras formas de contratação dentro da própria área pública.

O chamado “terceiro setor” já absorve parcela significativa de assistentes sociais, permanecendo em quinto lugar como empregador no país.

A expressão “terceiro setor”[19] tem sido utilizada amplamente para designar uma esfera que agrega organizações não governamentais sem fins lucrativos. Parte da consideração de que o primeiro setor é o Estado, apontado como incompetente, ineficiente e sem capacidade para regular as relações sociais; o segundo é o mercado, que possui suas próprias leis e não pode se preocupar com “os problemas sociais”, pois precisa cuidar de gerar riqueza e trabalho; e o terceiro setor, geralmente identificado com a sociedade civil, que congrega todos os interessados, de forma organizada, a empregar a solidariedade para diminuir os “problemas sociais”.

é uma separação conceitual da sociedade em setores de origem positivista, que desconsidera a totalidade das relações sociais, suas interconexões, bem como suas determinações históricas. Para Landim (1999, p.63),

> Terceiro setor não é um termo neutro. Em primeiro lugar – mais do que o transnacional oNG, por exemplo –, tem nacionalidade clara. é de procedência norteamericana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal, em que o ideário dominante é o da precedência da sociedade com relação ao Estado.

O crescimento das oNGs ocorre na década de 1990, quando tem início no Brasil um movimento de reestruturação na produção, com profundas alterações nas

relações de trabalho e na organização das empresas, de acordo com a orientação de 1989 do Consenso de Washington para minimizar as despesas estatais como forma de recuperar a economia.

Montaño (2003, p.2056), a partir de números de Landim aponta:

> Estima-se hoje, no Brasil, que existam cerca de 400 mil organizações não governamentais (oNGs) [...] registradas e cerca de 4 mil fundações [...]. Praticamente 60% dessas entidades associadas à Abong (associação Brasileira de oNGs) foram fundadas a partir de 1985, mostrando uma realidade historicamente nova no nosso país – 15,4% dentre elas são "novíssimas", tendo sido criadas de 1990 a fevereiro de 1994. apenas 21% delas foram fundadas na década de 1970.

O governo Collor dá início ao processo de minimização do Estado, mas vai ter seu prosseguimento e aprofundamento entre os anos de 1995 a 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC),[20] conforme aponta Netto (2003, p.867):

> O que ele [o projeto da burguesia, que imperou na era FHC] exclui é uma articulação de política social, pública e imperativa, cujo formato tenha como suposto um Estado que ponha limites políticos democráticos à lógica do capital; o que o projeto político do grande capital exclui é um padrão de política social, pública e imperativa, que tenha por eixo uma função democráticoreguladora em face do mercado – numa palavra, o que o projeto conduzido por FHC interdita é uma política social capaz de efetivamente restringir a voracidade do capital.

Desse modo, o crescimento do número de contratações de assistentes sociais pelas entidades[21]coincide com o período que deveria ser de implantação da política pública de assistência social, como previsto pela Constituição de 1988 e pela Loas em 1993, mas, devido à resistência do poder hegemônico da alta burguesia ao projeto de proteção social universalizante, a responsabilidade do Estado vem sendo transferida para a sociedade civil, que não possui condições para o atendimento adequado em quantidade e em qualidade à população usuária dos serviços sociais, dependendo de subsídios públicos e de ações filantrópicas, voluntárias e pontuais.

Quantidade de vínculos

Das 19 assistentes sociais, somente cinco, ou 26,31%, não possuem outro vínculo de trabalho e permanecem em uma única entidade social.

Das 14 assistentes sociais que possuem mais de um vínculo de trabalho, 10 possuem dois vínculos de trabalho, totalizando 20 vínculos; e 4 possuem três vínculos de trabalho por profissional, somando 12 vínculos de trabalho. Catorze profissionais totalizam 32 vínculos de trabalho, e, dessas 14,9 são funcionárias públicas municipais, sendo 6 no município de Bebedouro e 3 em outros dois municípios da região. Ver tabela 12 e Gráfico 10.

Tabela 12 – Quantidade de vínculos de trabalho

Assistente social com um vínculo de trabalho		Assistente social com dois vínculos de trabalho		Assistente social com mais de dois vínculos de trabalho		Total de assistentes sociais	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
5	26,31	10	52,63	4	21,06	19	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

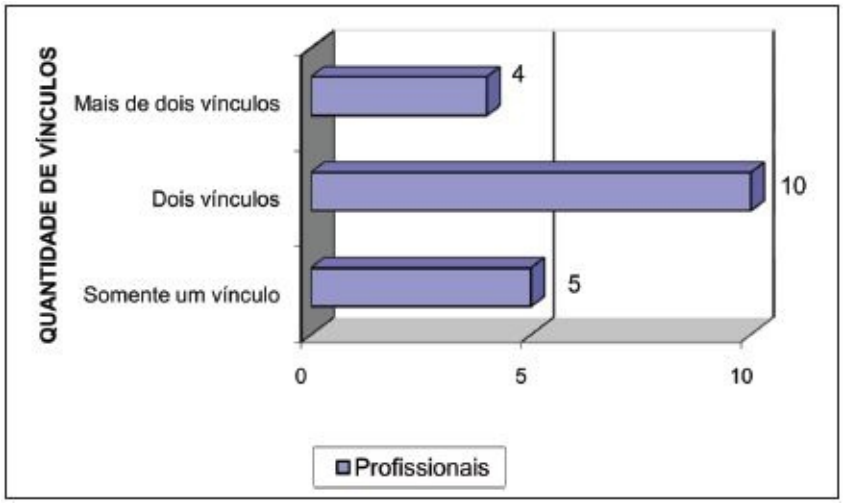


Gráfico 10 – Quantidade de vínculos de trabalho

Das quatro profissionais com três vínculos cada uma, todas são funcionárias públicas municipais efetivas, com regime estatutário, e os dois outros vínculos restantes são com entidades sociais; um desses vínculos se refere a entidade social de outro município, ou seja, uma assistente social, com três vínculos empregatícios, é funcionária pública municipal, possui mais dois vínculos celetistas, sendo cada um em dois diferentes municípios.

Isto demonstra a situação de precariedade das relações de trabalho, a pressão dos salários para baixo com cargas horárias reduzidas, obrigando a profissional a manter mais de dois vínculos para elevar sua renda, incluindo diferentes cidades.

Carga horária em cada entidade social

Em relação ao trabalho em cada entidade social, envolvendo as 19 assistentes sociais com 26 vínculos de trabalho, as profissionais trabalham em nove postos de trabalho de 11 a 16 horas/semana (34,61%); em seis postos trabalham de 17 a 22 horas/semana (23,07%); em quatro postos trabalham de 5 a 10 horas/semana (15,39%); em quatro postos trabalham de 29 a 34 horas/semana (15,39%); em dois postos trabalham de 23 a 28 horas (7,70%), e em apenas um posto trabalha acima de 35 horas/semana (3,84%). Ver tabela 13 e Gráfico 11.

Tabela 13 – Carga horária por vínculo de trabalho

Carga horária	Posto de trabalho	Porcentagem
5 a 10 horas/semana	4	15,38%
11 a 16 horas/semana	9	34,61%
17 a 22 horas/semana	6	23,07%
23 a 28 horas/semana	2	7,70%
29 a 34 horas/semana	4	15,40%
Acima de 35 horas/semana	1	3,84%
Total de postos de trabalho	26	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

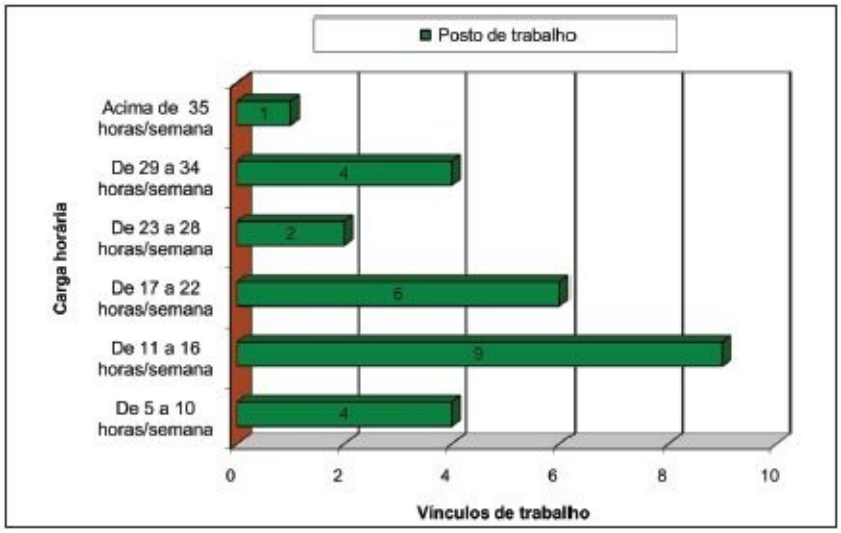


Gráfico 11 – Carga horária por vínculo de trabalho

Carga horária total de trabalho como assistente social

Consideramos as 19 assistentes sociais sujeitos da pesquisa, incluindo as que possuem função de coordenação na entidade social.

Das 19 assistentes sociais, sete cumprem uma jornada acima de 44 horas semanais; cinco trabalham de 38 a 43 horas/semana; três trabalham de 32 a 37 horas/semana; duas trabalham de 20 a 25 horas/semana; e duas trabalham de 26 a 31 horas/semana. Ver tabela 14 e Gráfico 12.

Tabela 14 – Carga horária semanal total

Carga horária semanal total	Número de assistentes sociais	Porcentagem de assistentes sociais
20 a 25 horas/semana	2	10,53%
26 a 31 horas/semana	2	10,53%
32 a 37 horas/semana	3	15,80%
38 a 43 horas/semana	5	26,30%
Acima de 44 horas/semana	7	36,84%
Total de assistentes sociais	19	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

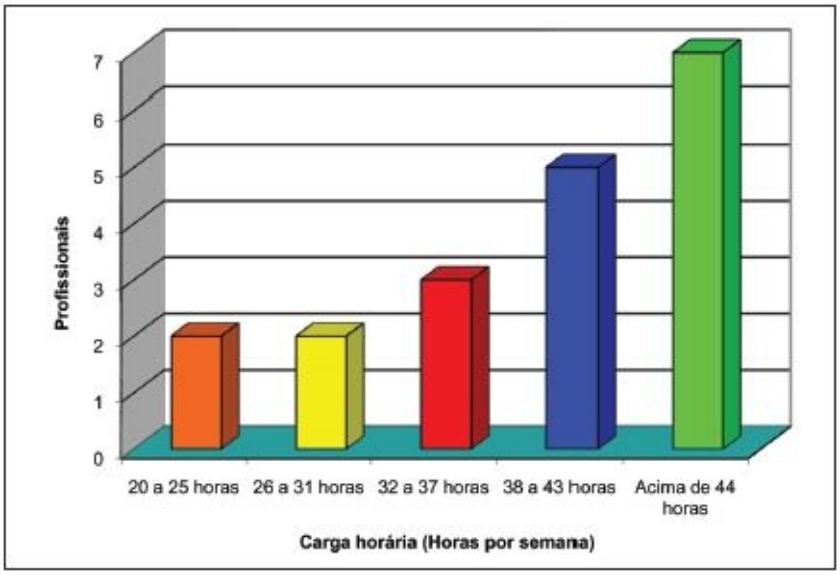


Gráfico 12 – Carga horária semanal total

A flexibilização nas relações de trabalho fica demonstrada quando se cruzam as categorias com tipo de vínculo, carga horária semanal na entidade, carga horária semanal como assistente social, renda mensal por entidade e renda mensal total como assistente social.

Quase a metade das profissionais (42%) trabalha sem proteção da legislação trabalhista, de modo autônomo, e em 50% dos postos de trabalho realizam a jornada de 5 a 16 horas/semana, e em 73,06% dos postos de trabalho permanecem de 5 a 22 horas/semana. Somente em 19,24% dos postos de trabalho as profissionais cumprem jornada acima de 29 horas/semana.

Cruzando esses dados com a renda mensal por entidade, verificamos que em 85% dos postos de trabalho as profissionais recebem de 1 a 2 salários mínimos e que a renda mensal das profissionais não excede 5 salários mínimos.[22]

A jornada total como assistente social para 63,14% das profissionais fica acima de 38 horas/semana e, destas, 36,84% têm jornada acima de 44 horas/semana.

Esses dados traduzem a flexibilização nas relações de trabalho, que obriga as profissionais a realizarem pequenas jornadas em cada entidade, mas uma longa jornada semanal, quando são considerados todos os seus vínculos.

A maioria possui mais de um vínculo de trabalho, o que obriga as profissionais, além da jornada extensa, a despender tempo também em trânsito, entre um e outro trabalho. acrescido ao fato de todas serem mulheres, também se pressupõe uma jornada familiar, independentemente do seu estado civil, com ou sem filhos, para além da jornada de trabalho.[23]

Nessa situação, também se percebe a precariedade em que se realiza o trabalho profissional, pois as atividades são parceladas, fragmentadas por instituição, mas volumosas no total, exigindo flexibilidade das profissionais em suas habilidades pessoais, sobretudo quando houver caso de trabalho em entidades que atuam em diferentes áreas de atendimento.[24]

Isso é também indicativo de outras situações:

> a) enquanto indivíduo social, da dificuldade que as assistentes sociais podem encontrar para desenvolver suas tendências e habilidades pessoais, da existência da incompletude de suas atividades e grande dificuldade ou impossibilidade para realizar cursos de aprimoramento profissional, especialmente considerando que a cidade praticamente não oferece alternativas, exigindo deslocamento de grandes distâncias, o que implica maior dispêndio de tempo e de dinheiro;
>
> b) enquanto profissional, da dificuldade para exercer o direito estabelecido no Código de ética em seu artigo 2º, alínea i, que afirma a “liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos”, bem como para exercer uma atividade criativa e propositiva;
>
> c) pelo lado da prestação de serviços, ocorre perda de qualidade no atendimento à população usuária, pois a atividade realizada por semana em cada entidade social fica reduzida ao mínimo que comporta a pequena carga horária, num descumprimento flagrante da legislação da assistência social, que prevê atendimento universalizante e de proteção em relação às situações que vulnerabilizam grande parte da população.

As entidades sociais, entre a filantropia e a exigência legal de prestação de serviços contínuos de assistência social, com mínimos recursos próprios, mínimos repasses públicos, veem-se também obrigadas a reproduzir a flexibilização nas relações de trabalho, garantindo apenas o mínimo para atendimento à população, reduzindo os salários e carga horária dos trabalhadores mais especializados, o que gera uma precarização nas relações trabalhistas, que é amparada pelas novas possibilidades legais. isso deixa simultaneamente o profissional em condições de desproteção social, ou subproletarização, bem como compromete a quantidade e a qualidade do atendimento à população usuária dos serviços de assistência social. Privatiza o que é de função pública, torna seletivo o caráter da prestação de serviços, ao passo que a legislação estabelece que a assistência social deve ser universalizante.

Iamamoto (2005, p.159) afirma:

> Estamos testemunhando uma refilantropização no campo da prestação dos serviços assistenciais, pelo estímulo à participação de entidades privadas, a iniciativas do "voluntariado", fortalecendo o jogo de interesses privados na implementação dos serviços sociais, afetando o seu caráter público.

A diminuição nos gastos públicos que tem sido levada a efeito atinge especialmente a prestação dos serviços nas políticas sociais,[25]numa tendência de refilantropização das manifestações da questão social. a transferência da responsabilidade pública para a sociedade civil vem envolta no discurso da solidariedade humana, mas que não apresenta qualquer solidariedade social com o trabalhador, através do pagamento de salários dignos e de proteção social.

A luta dos profissionais de Serviço Social, representada pelas assistentes sociais nas entidades sociais em Bebedouro, tem que ser ainda para a garantia do mínimo de sobrevivência para si mesmas e da população atendida.

Por isso, entendemos que não aceitar que Serviço Social é trabalho e que os profissionais são trabalhadores significa esvaziar ainda mais a luta, já tão fragilizada, pelas condições contemporâneas no mundo do trabalho e, especificamente, dos assistentes sociais. a condição de assalariamanto e, agora, de subassalariamento na forma do "trabalho autônomo" coloca o assistente social nas mesmas condições de quem vende a sua força de trabalho, ainda que trabalho imaterial, sendo fundamental reconhecer seu pertencimento à classe trabalhadora para resgatar ou atingir a consciência da verdadeira

intencionalidade de quem contrata seus serviços. a partir daí, há maior possibilidade de desvendamento das articulações possíveis a fim de conquistar maior autonomia e liberdade de ação.

Nesse sentido, Guerra (2007, p.156) aponta que

> Este vínculo de assalariamento, ao mesmo tempo que é resultante das funções sociais atribuídas ao profissional, interdita suas ações às funções para as quais sua força de trabalho foi adquirida. ao não se perceber como trabalhador assalariado, desprovido dos meios de produção, o assistente social pode acreditar na sua autonomia, que somente se explicita no plano jurídico-formal.

Ao acreditar ingenuamente na autonomia do seu trabalho, o assistente social pode desenvolver um sentimento de impotência e frustração ao se deparar com a concretude das determinações de seu trabalho, fazendoo perder a noção de totalidade do capital, das condições postas de reprodução das relações sociais, mas, sobretudo, dos sinais de gestação de novas relações sociais, das forças, ainda que diminutas, no momento histórico vivenciado, de contestação da ordem constituída e de provável condição para a construção de novas relações sociais.

Ao considerar a profissão de assistente social como prestação de serviços e não trabalho retira o profissional do confronto de classes, diminuindo a importância de sua função política, como afirma Guerra (2007, p.1567):

> a intervenção profissional enquanto prestação de serviços, ao ser retirada do confronto direto entre capitaltrabalho, tem obscurecida sua função política, parte constitutiva da intervenção profissional, e, o que é mais significativo ainda, a inversão do real significado dos serviços contribui para a construção da autorrepresentação dos profissionais como “agentes mediadores” da justiça, já que os serviços passam a significar a possibilidade de reposição de parte da maisvalia expropriada do trabalho pelo capital.

A relação de assalariamento entre o assistente social e o empregador público ou privado é perpassada pelas condições e legislação em vigor no momento histórico em que é analisada, as quais influenciam diretamente a atuação profissional, como explica Iamamoto (2007, p.2189):

> A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de

> empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. oferecem, ainda, o *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da *questão social* que podem tornarse matéria da atividade profissional. assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser compreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais.

Por outro lado, a prestação dos serviços sociais é organizada também com a incorporação dos resultados das lutas sociais e demandas concretas da classe trabalhadora, e sofrem um processo de ressignificação por parte do empregador, público ou privado, representando os interesses hegemônicos.

No entendimento de Braverman (1987), a própria prestação de serviços, como já referida, é entendida como divisão do trabalho coletivo na sociedade capitalista, em que o cuidado se transforma em mercadoria. além disso, a prestação de serviços também pode implicar novas propriedades, que geram, por sua vez, produtos para atender às novas necessidades.

A prestação de serviços na saúde e na educação, por exemplo, tem sido privatizada, o que implica a existência do *proprietário*, não exatamente dos bens de produção, mas dos *meios* da prestação de serviços, e do *trabalhador* dependente da *venda da sua força de trabalho*, seja na forma de salário, seja nas formas mais precarizadas. de qualquer modo, o trabalhador na área de prestação de serviços, assim como qualquer operário industrial, não possui o controle dos meios através dos quais executa seu trabalho, e é isso que os identifica.

As entidades sociais não possuem finalidade lucrativa, o que as retira do mundo da exploração direta da maisvalia, mas a regulação de seu funcionamento

obedece a normas, legislação e diretrizes do mundo do capital no determinado momento histórico, integrando as formas sociometabólicas para a acumulação e reprodução do capital.

A complexa vida urbana não é mais possível sem a institucionalização do cuidado para permitir a reprodução da força de trabalho, inclusive a feminina e de jovens, muitas vezes crianças. a expansão da situação de miserabilidade urbana exige o crescimento da atividade assistencial, a qual, embora não redistribua exatamente a riqueza socialmente construída, assume um caráter de direito na forma da legislação atual da assistência social.

Os serviços públicos tornam-se essenciais para a organização da vida urbana, especialmente na área da educação, pois, além do cuidado à infância, proporciona a transmissão de valores e de conhecimentos burgueses para a organização da sociedade. Segundo Braverman (1987, p.245),

> A saúde pública, serviço postal e muitas outras funções públicas são igualmente desenvolvidos pelas necessidades de uma estrutura social intrincada e delicadamente equilibrada que não possui meio algum de coordenação ou planejamento social a não ser o planejamento interno empresarial dos monopólios que proporcionam a estrutura esquelética da Economia. E muitos desses “serviços”, como prisões, polícia e “assistência social” expandem-se extraordinariamente devido à amargurada e antagonística vida social das cidades.

As organizações não governamentais sem fins lucrativos, como as entidades sociais, funcionam como um “braço” terceirizado do Estado, que, descumprindo sua responsabilidade de execução das políticas públicas, e amparado por instrumentos legais que permitem a participação da sociedade civil na sua implementação, pulveriza entre as instituições os já parcos recursos existentes.

Essa situação coloca as entidades em constante luta para a sua sobrevivência, lançando mão do ideário da reestruturação produtiva, como a redução de custos com o corte no quadro de pessoal, flexibilizando e precarizando as relações e condições de trabalho.

As assistentes sociais nas entidades sociais, com alta carga horária de trabalho, fracionada em dois ou mais locais de trabalho, em diferentes áreas de atuação, constituise em nova modalidade de extração de sobretrabalho na sociedade do

capital, que pode chegar ao exaurimento de suas forças, sobretudo considerando que a natureza do seu trabalho imaterial exige habilidades técnicas e intelectuais, mas também emocionais, no trato direto com o ser social, em qualquer forma de abordagem.

Com o amparo legal da autonomia da profissão, as assistentes sociais podem imprimir um caráter de luta cotidiana para conquistar e/ou manter seu espaço de trabalho, ou simplesmente aceitar a ordem vigente, utilizando seu saber na continuidade do *status quo.*

A ação profissional se passa dentro desse cenário, no qual a competência técnica e ética em conformidade com o projeto éticopolítico do Serviço Social pode estabelecer um diferencial na intervenção.

Na análise de Iamamoto (2007, p.219),

> É nesse terreno denso de tensões e contradições que se situa o protagonismo profissional. ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos.

A implementação das políticas públicas, ainda que de forma precária e fragmentada pela minimização do Estado, abre a oportunidade de trabalho para o profissional de Serviço Social, especialmente nas cidades no interior dos estados, onde o número exigido de profissionais é pequeno. a distância dos centros organizativos da categoria, a proximidade com as relações de poder local, sejam estas religiosas, econômicas ou políticas, se acentuam, podendo dificultar ou facilitar a atuação profissional.

Os municípios de pequeno e médio portes representam a maioria brasileira, e a situação de seus profissionais de Serviço Social não costuma ser diferente da apresentada em Bebedouro.[26] Por isso mesmo, a condição de trabalho deve continuar a ser investigada para o seu real dimensionamento.

Renda mensal na entidade social

Os 26 vínculos de trabalho das 19 assistentes sociais correspondem a 26 postos

de trabalho em 19 entidades sociais.

Dos 26 vínculos de trabalho, 22 correspondem ao pagamento de um a dois salários mínimos e 4 correspondem a três a quatro salários mínimos. Ver tabela 15 e Gráfico 13.

A renda mensal ocorre com vínculo empregatício ou como autônomo, mas não apresenta variação nos valores. isto significa que as assistentes sociais sem vínculo empregatício possuem renda semelhante às que estão sob a proteção social da CLT.

Tabela 15 – Renda mensal na entidade social

Renda mensal na entidade social	Vínculos	Porcentagem
De 1 a 2 salários mínimos	22	84,62%
De 3 a 4 salários mínimos	4	15,38%
Total de vínculos	26	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.



Gráfico 13 – Renda mensal na entidade social

Renda mensal como assistente social

das 19 assistentes sociais, 12 possuem renda mensal entre quatro a cinco salários mínimos e 6 possuem renda mensal de dois a três salários mínimos. Uma

profissional não respondeu à questão.

Considerando as 18 profissionais que responderam, mesmo as que contam com vários vínculos de trabalho e jornadas de trabalho acima de 44 horas semanais, sua renda mensal não ultrapassa os cinco salários mínimos. Como o salário mínimo, no valor federal de maio de 2009 era de r$ 465,00, a renda das profissionais que responderam à questão não ultrapassa r$ 2.325,00. Ver tabela 16 e Gráfico 14.

Tabela 16 – Renda mensal total como assistente social

Renda mensal como assistente social	Profissionais	Porcentagem
De 2 a 3 salários mínimos	6	31,58%
De 4 a 5 salários mínimos	12	63,16%
Não respondeu	1	5,26%
Total de profissionais	19	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

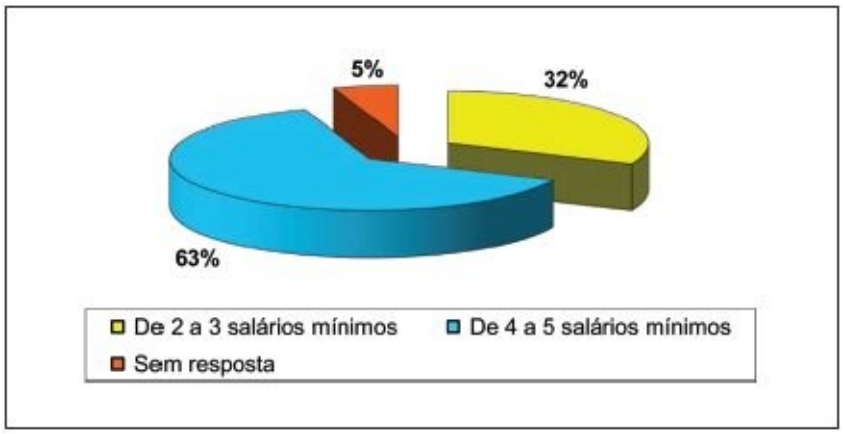


Gráfico 14 – renda mensal total como assistente social

A Prefeitura municipal de Bebedouro abriu concurso público para assistentes sociais em dezembro de 2008 para preenchimento de cinco vagas, sendo uma para portador de deficiência, com carga horária de cem horas mensais, ou

aproximadamente 25 horas semanais, com salário de r$ 720,06. as assistentes sociais concursadas anteriormente, embora tenham carga horária de trinta horas semanais, em acordo público conquistado há vários anos, cumprem vinte horas semanais, com o mesmo salário.[27]

Mediante a situação de baixos salários dominante e precarização nas condições gerais de trabalho para o assistente social, é fácil compreender, após anos de luta dos órgãos representativos da categoria para realização de concurso público para profissionais de Serviço Social no instituto Nacional de Seguridade Social (iNSS), o grande número de assistentes sociais participando do concurso.

Em dezembro de 2008, as inscrições para as novecentas vagas para assistente social no iNSS foram encerradas com mais de 40 mil candidatos, conforme notícias veiculadas pelos *sites* do ministério da Previdência Social e do CFESS, o que representa uma média nacional acima de 44 candidatos por vaga, por um salário inicial de r$ 3.586,26, equivalente a 7,71 salários mínimos.

Exercício de outra atividade rentável

Em relação à pergunta se exerce outra atividade rentável, além da profissão de assistente social, duas afirmaram que sim, sendo que uma possui propriedade rural de pequeno porte e outra é artesã (tabela 17 e Gráfico 15).

Tabela 17 – Exercício de outra atividade rentável

Exercício de outra atividade rentável	Profissionais	Porcentagem
Exercem	2	10,52%
Não exercem	17	89,48%
Total de assistentes sociais	19	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

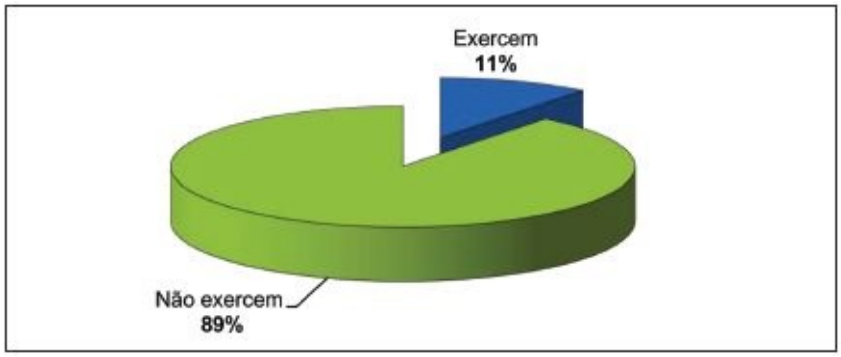


Gráfico 15 – Exercício de outra atividade rentável

Desemprego

A situação de desemprego foi vivenciada por seis assistentes sociais, e 13 nunca estiveram desempregadas.

Das seis que vivenciaram o desemprego, cinco estiveram desempregadas uma vez, e somente uma esteve desempregada por duas vezes.

Das seis que ficaram desempregadas, quatro ficaram no desemprego por menos de um ano, e duas durante um ano (tabela 18 e Gráfico 16).

Tabela 18 – Desemprego

Desemprego	Profissionais
Nunca estiveram desempregadas	13
Estiveram desempregadas	6
Total	19

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

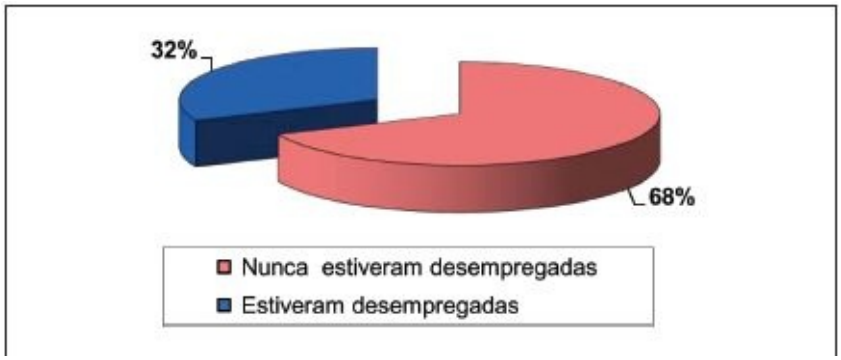


Gráfico 16 – desemprego

Condições éticas e técnicas de trabalho

Espaço físico na entidade social Em relação ao espaço físico na instituição, as 19 assistentes sociais que ocupam 26 postos de trabalho responderam que *apenas quatro postos de trabalho oferecem sala própria; 14 oferecem sala para mais de uma profissional* – nesses postos de trabalho, em oito deles, a sala é dividida entre dois profissionais; em três, a sala é para quatro profissionais; em outros três, a sala é para três profissionais; em quatro postos de trabalho, quatro profissionais exercem suas atividades em sala junto com escriturário. além disso, em *quatro postos não existe sala própria para o trabalho técnico*. Ver tabela 19 e Gráfico 17.

Tabela 19 – Espaço físico na entidade social

Espaço físico na entidade social	Postos de trabalho
Sala própria	4
Sala para mais de uma profissional	14
Sala com profissionais de outras áreas	4
Não possuem sala própria	4

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

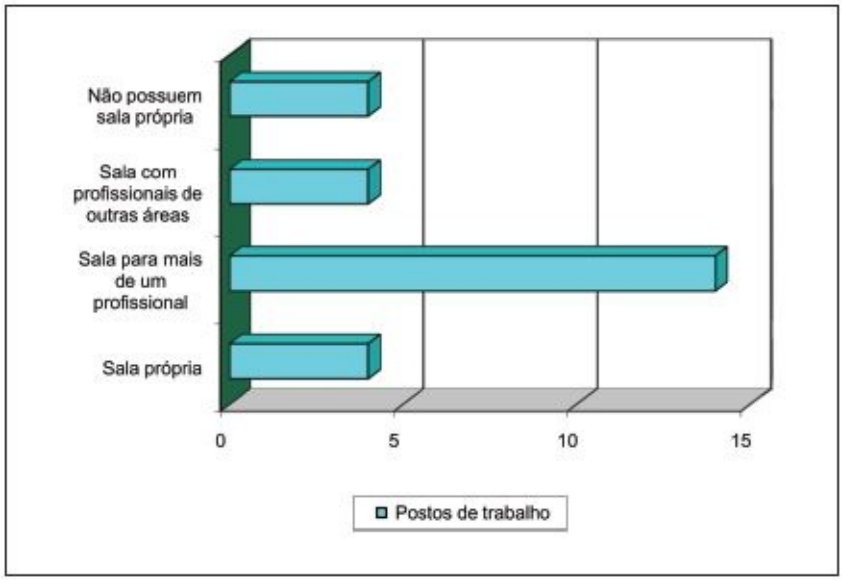


Gráfico 17 – Espaço físico na entidade social

Respondendo onde realiza o atendimento em caso de falta de sala própria, várias foram as respostas, indicando que, na sala onde há outros técnicos ou escriturário, o local nem sempre é adequado para o atendimento sigiloso de uma família ou usuário.

Os locais indicados para atendimento (tabela 20 e Gráfico 18), quando não realizado na sala de trabalho da assistente social foram:

– sala adaptada, onde funciona armazenamento de utensílios;

– sala de estudo;

– sala de outro profissional, que esteja desocupada;

– qualquer espaço físico desocupado;

– em outra sala da instituição, mencionado por duas vezes;

– sala da diretoria, mencionada duas vezes;

– depósito;

– sala de cursos;

– escritório ou dormitório;

– escritório da instituição.

Tabela 20 – Locais indicados para atendimento

Locais indicados para atendimento, quando não realizado na sala de trabalho da assistente social	Frequência
Sala adaptada	1
Sala de estudo	1
Sala de outro profissional	1
Qualquer espaço físico desocupado	1
Outra sala da instituição	2
Sala da diretoria	2
Depósito	1
Sala de cursos	1
Escritório ou dormitório	1
Escritório da instituição	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

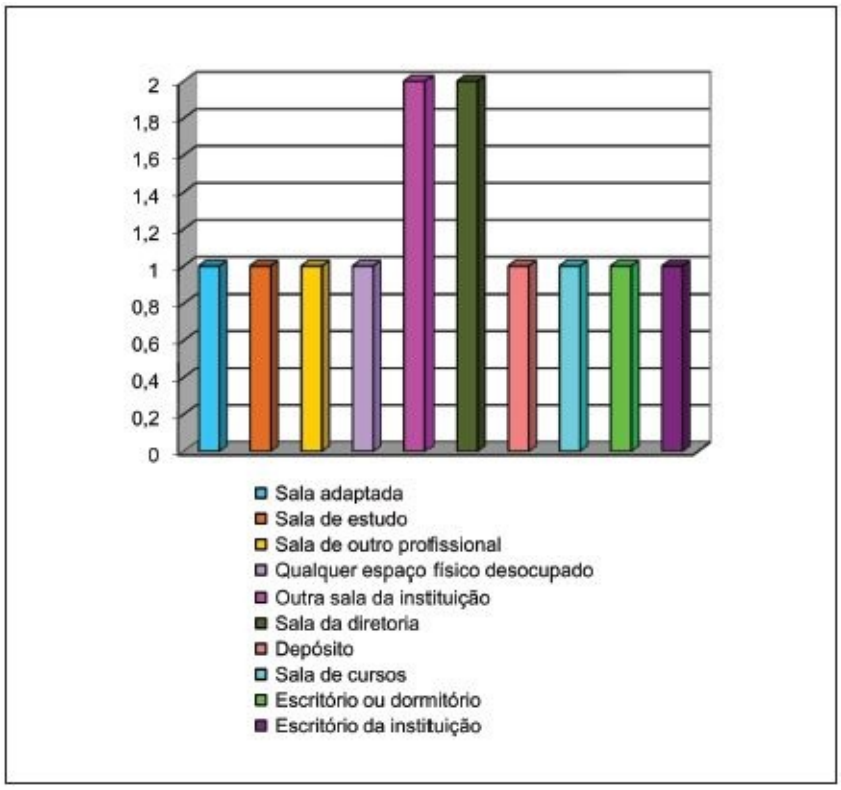


Gráfico 18 – Locais indicados para atendimento

Em relação à sala para reunião com grupos, dos 26 postos de trabalho, em 21 há sala disponível, ao passo que, em cinco postos de trabalho, não há local para reunião (tabela 21 e Gráfico 19).

Tabela 21 – Disponibilidade de sala para reunião

Sala para reunião	Postos de trabalho
Sala disponível	21
Não há sala disponível	5

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

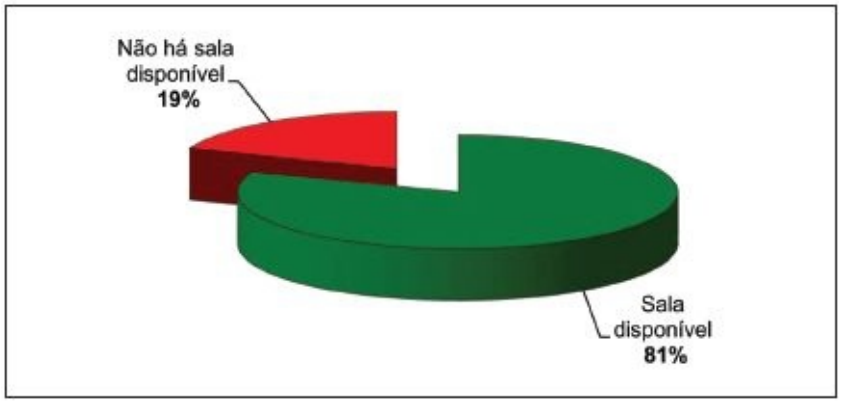


Gráfico 19 – Disponibilidade de sala para reunião

Equipamentos

Em relação aos equipamentos que consideramos básicos para o exercício da profissão, dos 26 postos de trabalho, dois não oferecem mesa de trabalho e cadeira para usuário; 11 não oferecem armário com chave; seis não oferecem telefone na sala; 12 postos não oferecem transporte para visitas domiciliares; cinco não oferecem computador; sete não oferecem impressora; dez não oferecem acesso à internet; e sete não utilizam correio eletrônico (tabela 22 e Gráfico 20).

Tabela 22 – Equipamentos disponíveis

Equipamentos	Postos de trabalho
Não oferecem mesa de trabalho e cadeira para usuário	2
Não oferecem armário com chave	11
Não oferecem telefone na sala	6
Não oferecem transporte para visitas domiciliares	6
Não oferecem computador	5
Não oferecem impressora	7
Não oferecem acesso à Internet	10
Não utilizam correio eletrônico	7

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

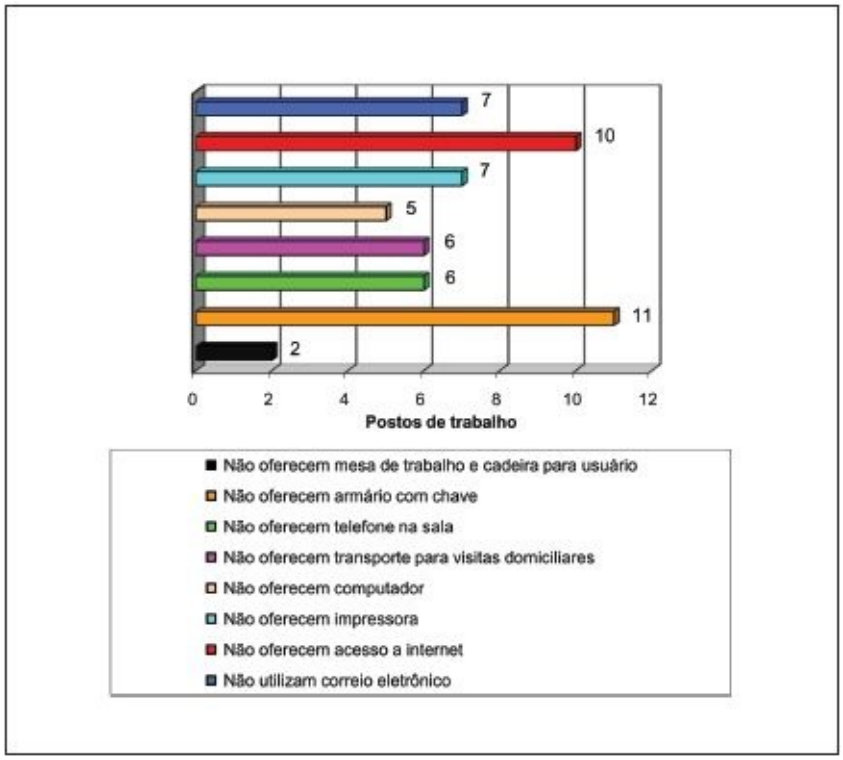


Gráfico 20 – Equipamentos disponíveis

Em relação aos *sites* referentes à profissão, das 19 assistentes sociais, 5 não os visitam, e das 14 que afirmaram que os visitam, três não citaram quais os *sites* que frequentam. dentre os *sites* mencionados pelas que visitam, estão:

– do CressSP: mencionado sete vezes;

– do CFESS: mencionado cinco vezes;

– www.assistentesocial.com.br: mencionado duas vezes;

– do Condeca: mencionado duas vezes;

– do MDS: mencionado duas vezes;

– de ONGs: mencionado uma vez;

– Rede Criança (da cidade): mencionado uma vez;

– de concursos: mencionado uma vez.

Incentivo para aprimoramento profissional

Em relação ao incentivo para o aprimoramento profissional, dentre os 26 postos de trabalho, as profissionais mencionaram que, em 18 postos, existe o incentivo, enquanto em oito isso não ocorre (tabela 23 e Gráfico 21).

Tabela 23 – Incentivo para aprimoramento profissional

Incentivo para aprimoramento profissional	Postos de trabalho
Existe incentivo	18
Não existe incentivo	8
Total	26

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

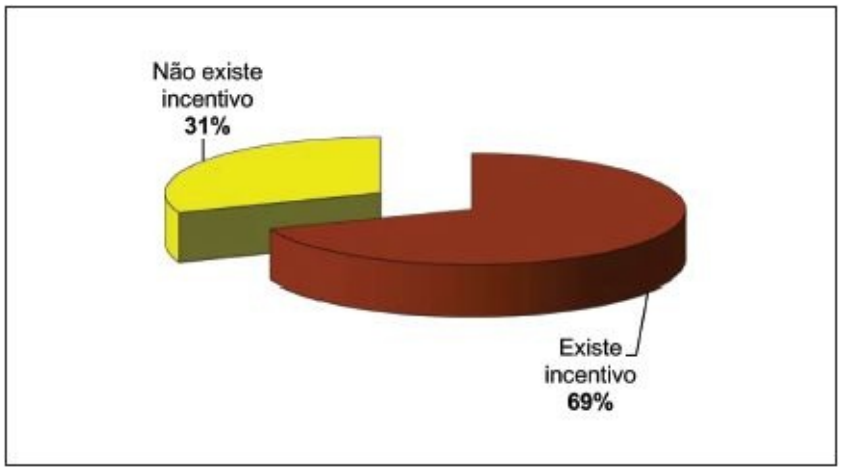


Gráfico 21 – incentivo para aprimoramento profissional

Sobre as formas de incentivo proporcionada pela entidade, em alguns postos de trabalho as profissionais desfrutam de mais de uma.

A dispensa de horário foi mencionada 13 vezes; pagamento de inscrição de eventos, nove vezes; pagamento de viagens, oito vezes; pagamento de curso, oito

vezes, e outras formas foram mencionadas quatro vezes. Especificamente, as profissionais mencionaram duas vezes que a instituição contrata profissionais para dar cursos a todos os funcionários; foi mencionado uma vez o fornecimento do transporte próprio da instituição; e indicada uma vez a possibilidade de troca de horário de trabalho (tabela 24 e Gráfico 22).

Ter uma sala para atender usuários, realizar trabalho interno, dispor de um computador para escrever relatórios, projetos, não é tão simples e óbvio quanto parece à primeira vista, mesmo com respaldo de legislação da profissão.

Tabela 24 – Tipos de incentivo para o aprimoramento profissional

Tipos de incentivo para o aprimoramento profissional	Postos de trabalho
Dispensa de horário	13
Pagamento de inscrição de eventos	9
Pagamento de viagens	8
Pagamento de curso	8
Instituição contrata profissionais para dar cursos a todos os funcionários	2
Fornecimento do transporte próprio da instituição	1
Possibilidade de troca de horário de trabalho	1
Outras formas	4

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

Nas práticas de filantropia, o pobre sempre foi atendido pobremente, qualquer coisa para uma pessoa pobre deve bastar.

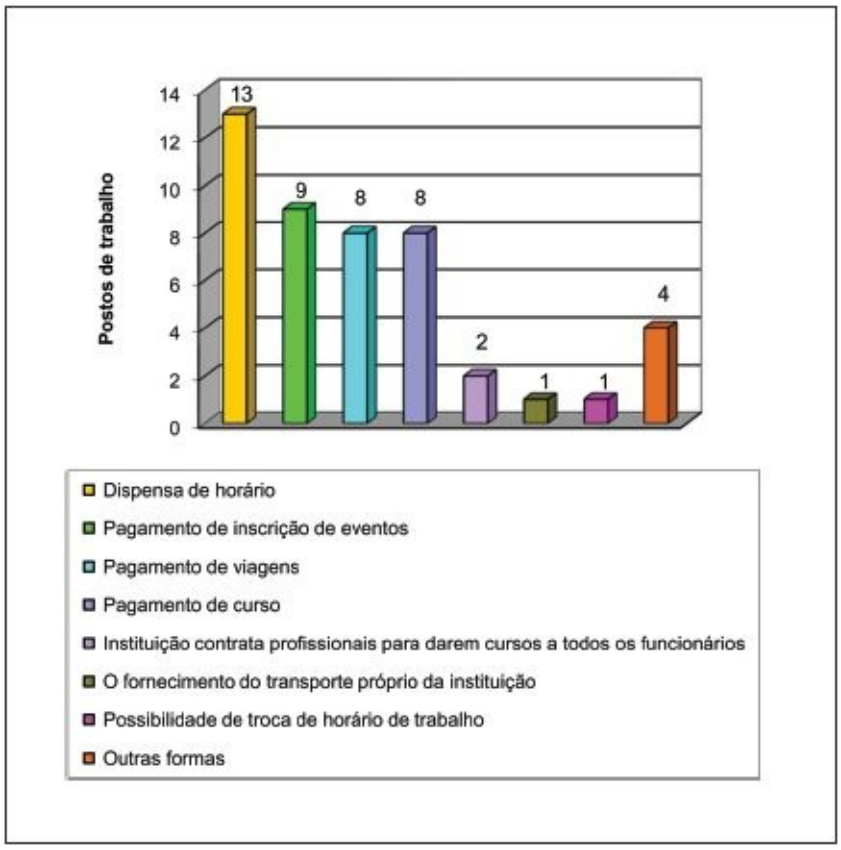


Gráfico 22 – tipos de incentivo para o aprimoramento profissional

Atender uma pessoa na assistência social em ambiente acolhedor e de modo a proporcionar sigilo quanto às informações prestadas nem sempre é uma condição encontrada. os relatos nos chegam através de nossos alunos e também a própria experiência[28]demonstra.

Aresolução CFESS nº493/2006 estabelece parâmetros para as condições físicas e técnicas para o trabalho profissional, como espaço físico, iluminação, ventilação adequada para atendimento a portas fechadas, espaço para arquivamento de material reservado.

Nosso estudo demonstra que isso ainda não é realidade para todas as profissionais nas entidades sociais. alguns locais são improvisados, o acesso ao telefone e à internet é dificultado pela não disponibilização na sala, e o transporte para as visitas domiciliares não é presente em todas as entidades, apesar de todas as profissionais[29] relatarem que as realizam, e apesar de muitas

entidades se localizarem em região central da cidade, e algumas, em bairros, atendem população de todos os bairros, implicando o uso de transporte pessoal ou coletivo para a sua realização.

Por outro lado, a maioria das assistentes sociais aponta que, em 18 postos de trabalho, as instituições têm apresentado incentivo ao aprimoramento profissional, o que é um indicativo de que as profissionais buscam dar continuidade ao processo de sua formação. Em oito postos de trabalho, não existe o incentivo para esse aprimoramento.

Para as cidades pequenas e de médio porte no interior do estado, o acesso ao computador, impressora e internet constituise em condição mínima de trabalho para as profissionais manterem-se atualizadas, em contato com informações acerca da profissão e da área específica de atuação.

Durante a pesquisa, realizamos várias visitas aos locais de trabalho das assistentes sociais e verificamos que, com raras exceções, ainda há muito a se conquistar, e a falta de local adequado de trabalho causou constrangimento a várias delas, que procuram explicar quanto já têm solicitado à direção um espaço mais adequado para o trabalho.

Somente em cinco postos de trabalho não é disponibilizado um espaço para reuniões, o que também se constitui em elemento dificultador para as intervenções ou até mesmo para reuniões técnicas e administrativas.

O artigo 7º da resolução nº 493/2006 prevê:

> O assistente Social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão em que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.

E o parágrafo primeiro estabelece que o profissional deve comunicar ao Cress de sua jurisdição caso a instituição não regularize a situação, e, no parágrafo segundo, consta que o profissional será notificado para tomar as providências cabíveis, não podendo se omitir ou ser conivente com a irregularidade.

Longe de se justificar a existência de espaços inadequados, é fundamental compreender a dificuldade de negociação em que a profissional se encontra a

partir das condições de trabalho observadas. Evidentemente, a luta deve fazer parte do cotidiano profissional, mas quando a assistente social se encontra sozinha e com precárias relações trabalhistas, longa jornada fracionada em vários locais diferentes, a complexidade é muito elevada para a articulação e organização de resistência, de estratégias de luta, e a sobrevivência pessoal cotidiana pode se sobrepor às batalhas internas da profissão e da própria condição de trabalhadora.

O cenário atual das lutas da classe trabalhadora é de esvaziamento, dadas as condições apresentadas no mundo do trabalho, exigindo reflexão para a articulação e organização de novas estratégias de mobilização e embate,[30]que envolvam não somente uma categoria, mas talvez a união de várias categorias da classe trabalhadora.

[1] Guerra aponta que as "necessidades podem ser tanto de natureza material quanto intelectual" (2007, p.102).

[2] É regulamentada pela organização mundial de Propriedade intelectual (omPi), ou World intellectual Property organization (WiPo – http://www.wipo.int/portal/index.html.en), cuja concessão de título é de responsabilidade dos Estados nacionais, para garantir, ao menos temporariamente, o direito de auferir recompensa por criações de qualquer produção intelectual, considerando as áreas industrial, científica, literária e artística, além de programas de internet e cultura imaterial. as leis brasileiras que regulamentam a propriedade intelectual podem ser acessadas em www.museugoeldi.br/institucional/i_ prop_legisla.html do ministério da Ciência e tecnologia.

[3] Não é pertinente no presente trabalho a discussão da formação do salário na sociedade capitalista. o tema foi tratado por marx em vários de seus escritos, perpassa por toda a sua obra, mas pode ser acompanhado especificamente em: "Processo de trabalho e processo de produzir maisvalia", na parte segunda de *O capital*, v.1; da parte sexta de *O capital*, v.2; "Caderno 1 – Salário, ganho do capital", em *Manuscritos econômico-filosóficos*; e em *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*.

[4] Notícia disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u542928. shtml>. Acesso em 30/3/2009.

[5] Em artigo no jornal *Folha de S. Paulo* de 1º/5/2009, tendências e debates, p.a3, antunes aponta para uma nova modificação também no nível de gestão e controle do capital, quando os gestores passam a ser submetidos às modificações do mundo do trabalho, e seus postos de trabalho já não são mais tão seguros. "assim nos encontramos hoje: temos muito menos empregos para todos os que dele necessitam para sobreviver. os que têm emprego trabalham muito, sob o sistema de 'metas', 'competências', 'qualificações', 'empregabilidades', etc. E depois de cumprirem direitinho o receituário, vivem a cada dia o risco e a iminência do não trabalho. E isso não só nos estratos de base, onde estão os assalariados no chão da produção. Foise o dia em que os gestores, depois do corte, iam para suas casas com a garantia do trabalho preservado. Eles sabem que o corte deles se gesta enquanto eles laboram o talhe dos outros". Ver o já mencionado caso do presidente executivo da Gm, que foi demitido após ter realizado o corte de pessoal na indústria indicado pelos administradores e economistas especializados.

[6] Hobsbawm aponta o crescimento do individualismo econômico e social nas sociedades industriais, a partir de Goody, fazendo crescer a sociedade anônima em detrimento da comunidade (2005, p.333).

[7] Ver a respeito os interessantes estudos *A feminização no mundo do trabalho*, que aborda a questão de gênero no mundo do trabalho e apresenta a discussão sobre a emancipação da mulher e a precarização nas suas condições de trabalho, e *O trabalho duplicado – a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras de telemarketing*, ambos de Cláudia mazzei Nogueira.

[8] Notícia disponível em <http://www.abong.org.br/final/noticia.php?faq=19519>. acesso em 2/4/2009.

[9] Sistema de informação de repasse de recurso (infoSUaS), no *site* do ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome: www.mds.gov.br

[10] Segundo informação prestada pela diretora maria aparecida Chimello dos Santos.

[11] De 2001 a 2004, o departamento foi dirigido pela assistente social adriana Simões, e a partir de 2005 até a presente data, pela assistente social maria aparecida Chimello dos Santos.

[12] Em contato com a diretoria da instituição, foi fornecido o nome de uma assistente social, entrevistada na pesquisa por vínculo com outra instituição, mas que não apresentou seu vínculo com o Gaib. No entanto, outra profissional entrevistada afirmou estar realizando, *voluntariamente*, ou seja, *sem remuneração,* visitas domiciliares aos frequentadores da instituição a pedido da diretoria do Gaib. diante da divergência de informações, e por não identificarmos ação profissional contínua e/ou planejada, desconsideramos a existência de profissional na instituição. Entretanto, a situação evidencia extrema precarização nas relações de trabalho, bem como provoca inquietações sobre o exercício profissional "voluntário".

[13] A instituição mantenedora Centro assistencial Espírita do Calvário ao Céu possui uma assistente social para atividades socioeducativas com famílias de crianças atendidas no Lar Espírita Jesus de Nazaré, que eventualmente assessora a elaboração de projetos do albergue.

[14] O *site* da associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (aBEPSS) mantém disponível a íntegra da proposta das diretrizes Curriculares para consulta, e vários cursos de Serviço Social após 2001, inclusive alguns particulares, como do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (Unifeb), Estado de São Paulo, e no Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé, Estado de minas Gerais, procuram seguir a proposta original, com disciplinas e conteúdos, realizando pequenas adequações institucionais e regionais.

[15] Conselho Federal de assistentes Sociais, atualmente Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

[16] A resolução nº 418/2001 foi a primeira a estabelecer o valor da hora técnica e a correção anual com base no iCV/dieese, porém sem discriminar a titulação.

[17] Foinos relatado verbalmente por uma assistente social não participante do estudo atual que, anterior a essa legislação, chegou para trabalhar em uma entidade social e não mais encontrou os cadastros das famílias atendidas nem suas anotações pessoais. Foi então informada pelos voluntários que, a partir

daquela data, não poderia mais realizar as visitas domiciliares, as quais seriam feitas somente por pessoas voluntárias da instituição. a profissional, com a irredutibilidade da instituição aos seus argumentos, demitiuse do trabalho.

[18] A organização da política pública de assistência social não é objeto de análise na presente pesquisa, mas apresentamos pequena abordagem no capítulo seguinte.

[19] Carlos montaño apresenta importante reflexão sobre o termo no livro *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. aponta a fragilidade teórica do conceito, o escamoteamento de muitas fundações ditas de fins não lucrativos e a intencionalidade claramente neoliberal de desmonte das políticas sociais públicas e privatização do Estado como forma de organização da economia, abrindo o mais amplo espaço às leis do mercado, em detrimento da proteção social à grande maioria da população. Ver também o texto de ana Lígia Gomes: "a nova regulamentação da filantropia e o marco legal do terceiro setor", na revista *Serviço Social & Sociedade*, n.61, 1999. Nossa intenção não é realizar a discussão do tema, mas situar a posição adotada na análise do trabalho de assistentes sociais em entidades sociais.

[20] A respeito do período de governo de FHC, consultar a obra de ivo Lesbaupin, como organizador, *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*.

[21] Nosso estudo não investigou o ano de fundação das entidades sociais.

[22] Uma profissional não informou sua renda mensal como assistente social.

[23] Nossa pesquisa não incluiu a informação sobre estado civil e se possuem filhos ou não.

[24] Muito embora esse dado tenha sido levantado na pesquisa, deixamos de apresentálo a fim de não permitir a identificação das profissionais sujeitos da pesquisa. No entanto, podemos afirmar que existem profissionais trabalhando em diferentes áreas de atendimento simultaneamente.

[25] Ver, a respeito, Behring, Behring & Boschetti, Sposati, Yasbek, Silva & Silva, mota, Freire, Netto.

[26] Nossa experiência na docência em Barretos (SP) e em Guaxupé (mG), com

alunos procedentes de vários municípios próximos, aponta para situação semelhante à encontrada em Bebedouro.

[27] Procuramos os números oficiais de candidatos inscritos, mas não obtivemos sucesso. Em contatos informais, apuramos o número em torno de 80 profissionais, o que estabelece aproximadamente 16 candidatos por vaga.

[28] Em nosso trabalho em entidade social não dispúnhamos de mesa, nem cadeira, nem sequer parte de armário ou computador, devendo atender pessoas sempre em espaços improvisados, com pessoas entrando e saindo do ambiente, até que, depois de muita insistência nossa e de profissional de Psicologia, conseguimos uma pequena sala para ambas, sem computador, sem telefone, distante da administração, o que dificultava a realização de telefonemas e encaminhamentos. Quando iniciamos no Poder Judiciário, em 2007, recebemos uma mesa danificada e uma velha cadeira para trabalhar, e o atendimento era realizado numa mesma sala por quatro profissionais, sem qualquer condição de sigilo e de acolhimento. após muitas lutas, iniciadas anteriormente à nossa entrada, com a construção de um prédio novo, conseguimos local mais adequado para atendimento de usuários e trabalho interno, ainda que pequeno.

[29] As respostas sobre procedimentos utilizados pelas profissionais estão relatados no capítulo 2.

[30] Análises sobre o momento atual das lutas dos trabalhadores têm sido feitas por Pochmann, antunes, alves. abramides & Cabral tecem interessantes reflexões sobre o sindicalismo em geral, e especificamente sobre as lutas do Serviço Social enquanto profissão.

3 Cotidiano profissional nas entidades sociais

> *as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias.*
>
> Marx

O Estado e seu papel no enfrentamento à questão social

A história da humanidade no século XX apresentou contradições jamais vivenciadas anteriormente: de um lado, desenvolvimento científico, tecnológico; de outro, fome, miséria, epidemias descontroladas, duas guerras mundiais, conflitos localizados, sangrentos, ascensão e queda do socialismo real, sonhos e desencantos.

O "breve século XX", ou "a era dos extremos", de que fala Hobsbawm (2005), não levou para todos os povos do planeta a condição de "modernidade".

A humanidade entrou no século XXI com atentados terroristas, violência urbana nos grandes centros, pandemias,[1] e, simultaneamente, o mundo ficou pequeno com a comunicação eletrônica. O trabalho apresenta uma nova configuração na divisão internacional, com a multinacionalidade das empresas, ultrapassando fronteirasgeográficas, históricas e culturais. O aumento das cidades globais[2] demonstra a mudança no estilo de vida no mundo, urbanizado, financeirizado, na era da tecnologia da informação, quando o hoje já se torna velho em poucos minutos.

O trabalho ocupa preocupação central: nunca foi tão fácil realizar tarefas complexas em tão pouco tempo, mas o desemprego está generalizado, não há postos de trabalho suficientes para muitos, há o recrudescimento da escravização, da corrupção de crianças e adolescentes para o tráfico de drogas e para a prostituição, concentração de renda e de terras nas mãos de poucos,

pessoas sem teto e sem terras para viver. O avanço tecnológico não mata a fome de milhões.

O Estado de Bem-Estar Social a partir da década de 1920 até a crise mundial do capitalismo nos anos 1970, foi uma resposta do capital à questão social de curta duração. A política social compensatória permitia um amortecimento das crises e variações no setor produtivo, pois o consumo de produtos não se reduzia drasticamente em virtude da manutenção de certo poder de compra da grande massa da população.

A partir de então, o Estado forte, em virtude do alto custo para o capital, torna-se o grande vilão, gerador de déficits públicos e precisa ser diminuído. É minimizado, mas não para todos: os serviços são cortados para os que mais deles necessitam, mas seu poder legislativo é mais forte do que nunca, afrouxando as formas de controle para a transação financeira e de modo a permitir a concentração da renda, da riqueza e das terras. Acesso a bens e serviços que a humanidade socialmente conquistou? Somente mediante dinheiro para comprá-los.

A economia regida por princípios neoliberais elabora estratégias de enfrentamento de diversas crises do capitalismo, buscando por todos os meios preservar a acumulação do capital, ainda que ao preço do desemprego estrutural descontrolado, do aumento do estado de miserabilidade em amplos segmentos sociais. A retração do Estado em suas responsabilidades como prestador de serviços à população nos seus direitos à saúde, educação, moradia, transporte e trabalho, é colocada em prática como solução para a crise da economia. Os gastos públicos são apontados como causadores do desequilíbrio econômico e, assim, a salvação é a sua redução drástica.

Para Freire (2006), o Estado tem sofrido uma reconfiguração, e não **é** que tenha diminuído, uma vez que, no período de 1990 a 2000, a receita pública cresceu 50%, e o Estado cresceu de 22% para 31,32% (2006, p.89). A mesma autora considera a política de proteção social como “uma espécie de *Políticas Pobres para Pobres*” (Freire, 2006, p.89, grifo da autora).

O desmonte do Estado ocorre através de uma reforma com privatizações de bancos, empresas públicas produtivas, desregulamentação da entrada e saída de capitais, eliminação de barreiras alfandegárias, redução dos gastos públicos, realização de negociações entre empregados e empregadores sem a presença do

Estado e de suas leis de proteção ao trabalhador, ao mesmo tempo em que os sindicatos se encontram fragilizados pelo imenso contingente de desempregados.

Essa política de minimização dos gastos públicos obedece aos princípios neoliberais que foram expressos no Consenso de Washington (Batista, 2005). Em reunião realizada na capital dos Estados Unidos, em novembro de 1989, entre funcionários do governo norte-americano e dos organismos internacionais Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), além de economistas dos países da América Latina, para discutir especificamente os problemas dos Estados latino-americanos, foi elaborado um documento que ficou conhecido como Consenso de Washington. Nele estão presentes as orientações para os países emergentes que desejam enfrentar a crise capitalista, e, naturalmente, buscam créditos internacionais. Foram estabelecidos dez princípios para avaliar e orientar os países:

1. disciplina fiscal, com limitação dos gastos à arrecadação;
2. focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura;
3. reforma tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menos progressividade nos impostos diretos;
4. liberalização financeira;
5. eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
6. liberalização do comércio exterior;
7. taxa de câmbio competitiva;
8. privatização das empresas públicas;
9. desregulação das relações trabalhistas, com redução da legislação de controle do processo econômico e da legislação trabalhista;
10. regulamentação da propriedade intelectual.

No Brasil, os princípios neoliberais tiveram sua implantação iniciada pelo governo Collor (Behring, 2003), a partir de 1990. Recebeu continuidade no governo de Itamar Franco, especialmente no período 1993-1994, quando Fernando Henrique Cardoso foi ministro da Fazenda, e foi definitivamente implementado em seus dois mandatos como presidente da República (Singer, 1999).

Isso permitiu ao Brasil fazer parte do processo de deslocamento dos investimentos do setor produtivo para o mercado financeiro, capaz de

proporcionar maior taxa de lucros, que havia diminuído com a crise da década de 1970. A financeirização do capital no Brasil ocorre simultaneamente à intensificação da globalização ou mundialização do sistema capitalista.

O capitalismo neoliberal atinge não somente o Brasil, mas os demais países do mundo. Pochmann et al. (2004) e Ianni (2003 e 2004) apontam como características do período dos anos 1980 no mundo: aumento das taxas de juros e da desregulamentação financeira; criação de novas instituições não bancárias, como fundos de investimento, de pensões e de companhias seguradoras; aumento dos ativos dos bancos comerciais pertencentes a não residentes, que passa de 5% do total em 1960 para 40% em 1990; as decisões das multinacionais perdem contato com as estratégias de desenvolvimento internas dos países; entre 1979 e 1991, o faturamento das quinhentas maiores multinacionais amplia-se de US$ 721 bilhões para US$ 5,3 trilhões, respondendo por 1/3 das exportações industriais, 3/4 do comércio de *commodities*[3] e 4/5 do comércio de tecnologia e serviços. Esse processo representou também uma assimetria da globalização porque, das 25 empresas multinacionais não financeiras com maiores ativos no exterior, seis estão nos EUA; quatro no Reino Unido; Alemanha e França têm três cada uma; Japão, Suíça e Holanda têm duas cada um; e Itália, Espanha e Hong Kong têm uma empresa cada (Pochmann et al., 2004, p.32).

Netto (2003, p.81) explica:

> A análise dos gastos ditos sociais do governo FHC, ao largo de quatro anos, comprova a sua firme disposição de, contendo ou reduzindo os recursos alocados à implementação das políticas sociais– e isto num quadro de crescimento das receitas da União – , deteriorar ao limite a prestação de serviços.

O maior ou menor investimento estatal em políticas sociais tem sido determinado pelas diferentes formas de enfrentamento às manifestações da questão social, incorporando parte das reivindicações populares na busca de um consenso entre as classes sociais.

Com efeito, a função do Estado, a partir do momento em que as relações sociais se tornam mais complexas, tem sido a de manter as condições de reprodução da sociedade na forma em que está organizada no momento histórico.

As primeiras reflexões de Marx e Engels sobre o Estado capitalista iniciadas

com as observações dos fatos na Europa na modernidade apontam para uma estrutura fechada, desprovida de contradições de interesses de classe, porque sua formação contava apenas com representantes da burguesia, levando-os, evidentemente, a organizar mecanismos de manutenção do *statu quo* vigente.

Marx e Engels (1993) especificam que a propriedade privada na modernidade encontra-se despojada da propriedade estatal, pois não possui mais a aparência de pertencimento a uma comunidade. Assim, o Estado assume a função de preservação da propriedade privada, da segurança e da manutenção da ordem, na perspectiva da sociedade burguesa.

As reflexões de Marx e Engels (1993, p.97) explicitam que

> A esta propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, comprado paulatinamente pelos proprietários privados através dos impostos, cai completamente sob o controle destes pelo sistema da dívida pública, e cuja existência, como é revelado pela alta e baixa dos valores do Estado na bolsa, tornou-se completamente dependente do crédito comercial concedido pelos proprietários privados, os burgueses.

Desse modo, esses autores apontam como as relações entre o Estado e a sociedade burguesa se consolidam de forma interdependente, pois a sua própria existência depende do pagamento dos impostos, cuja origem se dá nas atividades exercidas pelos proprietários industriais e comerciais, tanto pela sua forma de taxação dos seus produtos como na forma da expansão do consumo de seus produtos, sendo, então, o pagamento dos impostos proveniente de toda a população consumidora, mas isso, concretamente, significa a expansão e a reprodução do capital.

Os autores (1993, p.97-8) continuam suas observações com a explicação:

> Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquire uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses.

O Estado exerce então seu poder com a coerção, em geral de forma violenta, pelos setores responsáveis pela segurança, sob a proteção de legislação pertinente.

Ocorre, entretanto, que as lutas sociais obrigaram o Estado a incorporar mecanismos de participação da classe trabalhadora e de controle das ações estatais, levando para seu âmbito a contradição dos interesses das diferentes classes sociais.

Após a morte de Marx, Engels observa a complexidade que o Estado adquire com a participação política da classe operária, em particular pela possibilidade de votar e ser votada, mas dando origem ainda a novas formas de dominação estatal, como na propagação da educação. O Estado deixa de ser o "comitê da burguesia", e passa a ser resultante de um "contrato", como afirma Engels:

> O império alemão, como todos os pequenos Estados, e, em geral, *todos os Estados Modernos*, é produto de um pacto: primeiramente, de um pacto dos príncipes entre si, e depois, dos príncipes com o povo. Se uma das partes quebra o pacto, todo ele é nulo e a outra parte está desobrigada. (Apud Coutinho, 1996, p.27, grifos do autor)

Mészáros analisa o Estado como sendo pertencente à segunda ordem das mediações do capital,[4] necessárias à reprodução da primeira ordem, qual seja, a relação de produção que se estabelece entre o homem e a natureza.

As mediações de segunda ordem se sobrepõem às de primeira ordem na sociedade complexa do capital na atualidade, cuja organização torna-se fundamental para a reprodução sociometabólica do capital, tendo em vista a redução drástica da ocupação da força humana de trabalho na produção industrial, graças ao desenvolvimento tecnológico.

Além da função coercitiva em defesa da propriedade privada, o Estado exerce um profundo controle da política econômica do país, é responsável pela transmissão dos valores da educação que permitem a reprodução do capital, mas também se torna o agente fiscalizador das leis que surgem para proteção dos trabalhadores e de limitação ao poder da classe hegemônica, promulgadas como resultado dos embates dos diferentes interesses de classe.

A posição de arrecadador de impostos coloca o Estado em situação singular: a burguesia deplora os impostos, proclama a ineficiência do Estado, apontando-o como causador dos males da sociedade, mas, em tempos de crise, busca diretamente sua intervenção para injetar recursos públicos nas empresas privadas para evitar sua falência, sob o discurso da manutenção dos empregos, o que

nunca conseguem cumprir.[5]

Essa variação de opinião, conforme sua própria necessidade, acerca do Estado por parte do empresariado é analisada por Mészáros (2006, p.138-9):

> Sob as condições de fracassos e distúrbios econômicos é que eles (os capitalistas) são obrigados a reconhecer a importância dos parâmetros sistêmicos e – esquecendo ou varrendo para baixo do tapete as críticas de Adam Smith sobre a política e os políticos "perigosos" e também os "tolos" – fazem meia-volta, implorando a intervenção do governo para assegurar a expansão econômica geral. Pois são obrigados a perceber que, sem a livre expansão ininterrupta da economia, eles próprios, como indivíduos no mais alto escalão de suas próprias empresas, não poderão acumular nem para si nem para suas firmas.

O Estado detém ainda a propriedade de imóveis, é gerenciador dos valores recebidos como impostos e é o comprador da força de trabalho nos empregos públicos para a prestação de serviços. Essa posição coloca-o, simultaneamente, como importante consumidor de produtos que são utilizados na sua organização e realização dos serviços, permitindo a existência de várias empresas fornecedoras, entre fabricantes e comerciantes, dos produtos de que necessita em sua estrutura organizacional e funcional.

Os mecanismos de participação da classe trabalhadora na organização do Estado e no seu controle, como no caso dos conselhos gestores e de cidadania, tornam as relações bastante complexas, tanto na esfera estatal como na totalidade das relações sociais.

Os poderes do Estado-nação foram alterados com a vigência dos princípios neoliberais, eliminando as fronteiras para o capital financeiro e para a entrada de empresas transnacionais, descompromissadas com os objetivos de cada país, mantendo apenas seu propósito de expansão e reprodução do capital.

O poder coercitivo e repressivo do Estado tem demonstrado na experiência histórica não ser suficiente para sufocar os anseios emancipatórios da classe trabalhadora, pois "nem a garantia dissuasóriado Estado contra a potencial rebelião política pode eliminar completamente as aspirações emancipatórias (autocontrole) da força de trabalho" (Mészáros, 2006, p.127).

O autor observa que existe uma relação de reciprocidade entre a base sociometabólica do sistema do capital e o Estado moderno, o qual permite a materialização de diversas estruturas de reprodução da sociedade de modo a consolidar o sistema econômico do capital.

O processo de reprodução da sociedade, porém, para Mészáros (2006, p.125), é permeado por contradições, e existe, intrinsecamente,

> uma grande *dissonância estrutural* entre o Estado moderno e as estruturas reprodutivas socioeconômicas do capital: dissonância essa que é muito relevante para a avaliação de perspectivas futuras. Ela diz respeito inicialmente à ação humana de controle – o sujeito social – em relação à escala cada vez mais extensa da operação do sistema do capital.

Assim, as determinações econômicas e a ação do Estado como parte integrante das estruturas reprodutivas da sociedade, que permitem o seu funcionamento de forma ininterrupta, não são inevitáveis, em virtude da ação do sujeito social, que pode potencializar as contradições internas do sistema do capital de modo a romper com o círculo vicioso existente para a reprodução das condições vigentes.

Mészáros (2006, p.126) identifica que mesmo os controladores do capital que ocupam posições de gestão, seja no âmbito privado, seja no âmbito estatal, muito embora se identifiquem com a proposta capitalista, não possuem o poder de controlá-lo, pois estão eles mesmos submetidos "pelas exigências fetichistas do capital", o que significa um *controle sem sujeito,* ou, ainda, uma incontrolabilidade inerente ao próprio sistema.

A sociedade do capital possui como fundamento da contradição da reprodução,

> a tendência a uma crescente socialização da produção no terreno global do capital. Este processo transfere objetivamente algumas potencialidades de controle aos produtores (ainda que, na estrutura da ordem sociometabólica estabelecida, apenas em sentido negativo), abrindo algumas possibilidades de aguçar ainda mais a incontrolabilidade do sistema do capital. (Mészáros, 2006, p.127)

Dessa maneira, se o Estado se constitui em elemento fundamental para a sustentação e a reprodução da sociedade capitalista, também reflete as contradições do próprio sistema e gera outras, à medida que incorpora

reivindicações populares e pela impossibilidade de controle total do capital, apesar de todo o seu aparato.

A relação entre o Estado e as empresas de fins lucrativos e as organizações sociais não governamentais sem finalidade econômica se alterou nas últimas décadas, e as últimas aparecem como “parceiras” do Estado, complementando serviços e atividades, mas, ao mesmo tempo, dependendo da sua intervenção para a sobrevivência, seja na forma direta de subvenções, seja na forma indireta, através de concessões tributárias e outros mecanismos da economia para seu favorecimento.

Embora não tenha sido objeto de nossas análises a constituição das entidades sociais, é importante observar que a proliferação de demanda do Serviço Social nesses locais está dentro de uma estratégia de desmonte das instituições públicas, com o Estado delegando à sociedade civil o cumprimento do que deveria ser atendimento universalizante, deixando a cargo das ONGs o acesso a pequena parcela da população que necessita dos serviços.

A Loas (1993) prevê a participação de entidades e organizações de assistência social da sociedade civil, desde que obedeçam a algumas normas. A primeira condição é a inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, como prevê o seu artigo 9º, parágrafo 3º, o que também é condição prévia para a obtenção do certificado de entidade de fins filantrópicos, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como previsto no artigo 18, inciso IV da mesma lei.

Do ponto de vista jurídico, as organizações sociais que não possuem finalidades lucrativas, a partir da vigência do novo Código Civil de 2002, podem ser classificadas como fundações ou associações.

As fundações se constituem a partir de doações específicas, que devem ser utilizadas na sua manutenção (artigo 62 e seguintes).

As associações estão previstas no artigo 53:

> Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.
>
> > Parágrafo único: Não há, entre associados, direitos e obrigações recíprocos.

O Estado já havia criado, anteriormente ao Código Civil, mecanismos que possibilitam sua desresponsabilização dos serviços a serem prestados à população, como a Lei nº 9.637/1998, do governo FHC, que define o que são organizações sociais (OSs) em seu artigo 1º e permite a celebração de contratos de prestação de serviços para o poder público:

> O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta lei.
>
> E estabelece em seu artigo 2º:
>
> São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:
>
> I – comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
>
> a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
>
> b)finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
>
> c)previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
>
> d)previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
>
> e)composição e atribuições da diretoria;
>
> f)obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
>
> g)no caso de associação civil, a aceitação de novos associados na forma do estatuto;

> h)proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
>
> i)previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;
>
> II – haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.

Esse dispositivo legal permite praticamente a “terceirização” dos serviços de competência do poder público, onerando a sociedade civil, sob um discurso de pretensa solidariedade.

Além da lei das OSs há a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), e sobre o termo de parceria entre o poder público e as Oscips. Esse mecanismo legal oferece também recurso para que o Estado transfira suas responsabilidades à sociedade civil, em áreas diferentes, a instituições privadas sem fins lucrativos.

A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 191, de 10 de novembro de 2005, a partir das normas do novo Código Civil, regulamenta o artigo 3º da Loas acerca das entidades e organizações de assistência social, indicando suas características fundamentais no artigo 1º:

> Consideram-se características essenciais das entidades e organizações de assistência social para os devidos fins:
>
> I – ser pessoa jurídica de direito privado, associação ou fundação, devidamente constituída, conforme disposto no artigo 53 do Código Civil Brasileiro e no artigo 2º da Loas;

II – ter expresso, em seu relatório de atividades, seus objetivos, sua natureza, missão e público conforme delineado pela Loas, pela PNAS e suas normas operacionais;

III – realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social e aos seus usuários, de forma permanente, planejada e contínua;

IV – garantir o acesso gratuito do usuário a serviços, programas, projetos, benefícios e à defesa e garantia de direitos, previstos na PNAS, sendo vedada a cobrança de qualquer espécie;

V – possuir finalidade pública e transparência nas suas ações, comprovadas por meio de apresentação de planos de trabalho, relatórios ou balanço social de suas atividades ao Conselho de Assistência Social competente;

VI – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

Parágrafo único: Não se caracterizam como entidades e organizações de assistência social as entidades religiosas, templos, clubes esportivos, partidos políticos, grêmios estudantis, sindicatos, e associações que visem somente ao benefício de seus associados que dirigem suas atividades a público restrito, categoria ou classe.

Os demais artigos – do 2º ao 7º – dessa Resolução preveem as atividades que as entidades podem realizar e sua adequação à legislação em vigor referente à assistência social, para sua inclusão no Sistema Único de Assistência Social – Suas, e, assim, estarem aptas a receber recursos públicos.

O Conselho Municipal de Assistência Social é a primeira instância para a regulamentação e adequação das entidades de assistência social para o funcionamento do Suas.

Embora as organizações religiosas não sejam consideradas entidades de assistência social, sua presença é marcante na estrutura e funcionamento de muitas dessas entidades, no direcionamento das suas finalidades e na forma de atendimento. No caso das organizações de Bebedouro, a própria nomenclatura indica sua influência e, às vezes, resistência em adequação do nome à legislação

atual, como a utilização da palavra menor em vez de criança e adolescente.

A influência da religiosidade facilita, evidentemente, as práticas de filantropia, em resistência ao entendimento de assistência social enquanto direito e política pública.

Por outro lado, o discurso da solidariedade entre pessoas, esvaziado de conteúdo político, a desconsideração da divergência dos interesses entre as classes sociais, abre campo para o crescimento das organizações não governamentais, que incorporam a ideologia da participação social, da responsabilidade da sociedade civil no atendimento às necessidades da população, porém dependendo dos recursos públicos para sua sobrevivência.

A solidariedade que se propaga não se refere à identificação de interesses de classe, até porque, se houvesse a verdadeira solidariedade, a produção seria socializada, a renda e a riqueza distribuídas, sendo desnecessário qualquer outro mecanismo compensatório para atendimento às necessidades humanas e sociais da classe trabalhadora.

O autor Carlos Montaño (2003, p.53-9) realizou um estudo crítico a respeito do chamado “terceiro setor”, em que aponta diversas fragilidades do termo.

A sociedade é compreendida a partir de esferas: o setor é terceiro em relação ao público – Estado, primeiro – e ao privado – mercado, segundo. O conceito parte da premissa de que ambos não conseguem enfrentar adequadamente os “problemas sociais”, pois o Estado é burocrático, ineficiente, e o mercado está voltado para o lucro, para a acumulação e expansão do capital, e portanto não é sua tarefa (Montaño, 2003). Compete, então, às organizações não governamentais, menos onerosas, mais “enxutas” em sua estrutura, realizar a prestação de serviços sociais, juntamente com o Estado.

Outra dificuldade em relação ao termo é definir quais instituições podem ser classificadas como pertencentes ao terceiro setor: entidades sem fins lucrativos, filantrópicas, movimentos sociais, fundações, grupos sociais. Montaño (2003, p.55) afirma que não há um consenso entre os autores. Menciona que nos anos 1970 e 1980 o termo foi inicialmente utilizado em estreita relação com a filantropia, e posteriormente, no Rio de Janeiro, em 1996, foi utilizado no III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor,[6] consolidando o conceito já utilizado em encontros anteriores.

Montaño explica que, em 1998, no IV Encontro, foi definido que as organizações do terceiro setor são aquelas “privadas, não governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária” (Acotto & Manzur, 2000, p.4, apud Montaño, 2003, p.55). Esse conceito é muito amplo, podendo ser nele incluídas todas as variedades institucionais não lucrativas, atingindo qualquer área de atuação, como sociedades protetoras de animais, por exemplo, e que não estão ligadas à prestação de serviços de atendimento às necessidades sociais da população.

Outro aspecto que o autor considera (2003, p.57), diz respeito à expressão não governamental, pois muitas entidades trabalham basicamente a partir dos recursos governamentais, principalmente aquelas que estabelecem os chamados termos de parceria com o poder público, num processo de terceirização do atendimento antes estatal. Além disso,

> o Estado, ao estabelecer “parceria” com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro e a partir da política governamental, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros – aqueles selecionados pelo(s) governo(s). (Montaño, 2003, p.57)

Os critérios para a seleção de instituições, programas e projetos para recebimento do recurso público atendem aos objetivos ideológicos do governo e não necessariamente às efetivas demandas apresentadas pela classe trabalhadora (Montaño, 2003, p.57).

Entendemos assim, como o autor Montaño explicita, que o termo terceiro setor não é adequado para designar o conjunto das instituições chamadas de não governamentais, pertencendo não à esfera entre o Estado e o privado, e sim à sociedade civil como um todo.

Desse modo, as diretrizes nacionais estabelecidas pela legislação atual de assistência social enquanto política pública enfrenta imensos desafios, em meio a diversas estratégias de referência neoliberal levadas a efeito pelos governos, especialmente a partir dos anos 1990.

A transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade civil ocorre concomitantemente à diminuição de empregos, que se acelera com a

reestruturação das empresas. O operariado é reduzido, desaparecem profissões, ao mesmo tempo em que cresce a prestação de serviços, oferecendo novos espaços ocupacionais. Conforme apontado anteriormente, os estudos de Braverman indicam que o trabalho exercido na área de serviços faz parte da divisão social do trabalho, estrategicamente situada para valorização e reprodução do capital.

> O processo de financeirização da economia, especialmente na América Latina, ao gerar uma pressão suplementar sobre o processo de valorização do capital, implica uma flexibilidade crescente dos salários e do emprego. [...] O sistema econômico passa a exigir para a sua reprodução a precarização e a intensificação do trabalho. E a pobreza, que antes resultava da manutenção de altas taxas de lucro e da repressão à organização sindical, que comprimia os salários de base, passa a estar associada à insuficiente geração de empregos. (Pochmann, 2004, p.54)

A institucionalização do Serviço Social, ocorrida sob a égide do capital, expande-se simultaneamente ao aprofundamento da questão social, no embate entre capital e trabalho. Mesmo sob forte influência dos postulados da Igreja Católica, a categoria profissional foi em busca de novas bases conceituais, metodológicas e valorativas, mais apropriadas à realidade vivenciada em países na periferia do processo de mundialização do desenvolvimento econômico do capital.

A nova demanda por prestação de serviços, inclusive para o Serviço Social, se traduz em grande parte pela iniciativa pública, que incorpora a maior parte da força de trabalho dos assistentes sociais, de acordo com o levantamento nacional já mencionado. Com a desresponsabilização do Estado na prestação dos serviços públicos e o aumento simultâneo da demanda, os serviços são praticamente terceirizados, assumidos por organizações da sociedade civil, que passa a ser responsabilizada também pelo atendimento das necessidades sociais, podendo alterar o quadro nacional, como ocorre no município de Bebedouro, em que o setor privado, incluindo empresas, emprega majoritariamente a força de trabalho do Serviço Social.

O chamado terceiro setor também absorve parcela significativa da profissão, permanecendo em quinto lugar como empregador, de acordo com a pesquisa nacional sobre os assistentes sociais no Brasil.

Em Bebedouro, as ocupações nas organizações não governamentais representam 45%, ocupando o segundo lugar como empregadoras, envolvendo 21 assistentes sociais, sendo que seis destas são também funcionárias públicas municipais, o que identifica também os baixos salários no âmbito municipal. Como apontado na introdução do presente estudo, as profissionais nas esferas estadual e federal não possuem outro vínculo empregatício.

Cotidiano: espaço de vida e de luta

A totalidade social se manifesta no espaço da vida cotidiana, com seus valores, instrumentos, técnicas. É o espaço do repetitivo, da mimese, da heterogeneidade, pois o homem deve dedicar-se a uma variedade imensa de tarefas para a sua sobrevivência.

Para Heller (1985, p.17),

> A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro;* ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se "em funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

A vivência do cotidiano pertence a qualquer ser humano, independentemente de sua posição na divisão social do trabalho, da classe social. É nesse espaço que se produzem e se re-produzem as relações sociais, pois é onde o homem adquire as habilidades e os valores de sua classe social, realiza o trabalho para sua sobrevivência e todas as atividades que compõem sua vida social.

A vida cotidiana se passa num determinado momento histórico, em uma sociedade dada, apresentando-se diferente nas classes sociais, porém, o que existe de denominador comum é que a cotidianidade presentemente está marcada pela sociedade do capital, e suas formas metabólicas de reprodução perpassam cada momento da vida humana.

Pela rotina, pela repetição que se estabelece, forma-se um ambiente favorável à alienação; no entanto, é no mesmo espaço que se produz a indignação e a criação do novo, é onde a história se plasma. A rotina favorece o aprendizado das tarefas

corriqueiras, mas, devido ao seu fracionamento, também favorece a alienação pela perda da noção de totalidade.

A vida cotidiana é o espaço no qual se encontram as necessidades, as demandas, e no qual se constroem as respostas. O homem necessita do repetitivo para seu aprendizado e a sociedade o considera adulto quando consegue ter domínio das tarefas cotidianas, aprendidas de acordo com a sua classe social, com os valores, costumes e ideologias. Aprende as formas de comunicação e de intercâmbio social (Heller, 1985).

Dada a heterogeneidade da vida cotidiana, composta pela organização do trabalho e da vida privada, pelo lazer, pelo descanso, pela atividade social sistematizada, pelo intercâmbio e pela purificação (Heller, 1985, p.18), as alternativas se apresentam ao ser social e, dependendo do seu grau de comprometimento com o ser genérico, escolhe alternativas para além do seu eu, do seu individualismo. É a partir das escolhas que a história se constrói em determinada direção, o que pode ocorrer de modo consciente ou simplesmente modelando um comportamento de acordo com o senso comum.

O rompimento com a cotidianidade ocorre quando diversas capacidades do homem se debruçam sobre uma questão na busca de respostas criativas, inovadoras, que imprimem mudanças na realidade vivenciada e, consequentemente, no próprio ser. Essa é a elevação da cotidianidade, e quando o homem volta para ela já não é mais o mesmo.

Assim, é na vida cotidiana que se produz a práxis social, que “é tanto objetivação do homem e domínio da natureza quanto realização da liberdade humana”, como afirma Kosik (2002, p.225). A práxis não é somente o trabalho para sobrevivência, é composta também pelo momento existencial, que forma a subjetividade humana (Kosic, 2002, p.224).

Guerra (2007, p.103) entende por práxis

> o conjunto das objetivações humanas, por meio das quais os homens realizam-se enquanto seres humano-genéricos, objetivações estas que não se reduzem ao trabalho. Entretanto, é por meio deste que o ser social se constitui, se expressa, se desenvolve, cria e recria relações sociais. A práxis é, em Marx, não apenas uma categoria ontológica, mas a *categoria fundamente da História.* (Grifos da autora)

A história se processa nos acontecimentos da vida cotidiana, mas o que não é comum é a direção que se dá a esses acontecimentos, e é precisamente na construção da história que se encontra a possibilidade de produzir novos conhecimentos, os quais podem permitir a introdução de ações, valores e ideias que sejam direcionados para a construção de novas relações sociais, não apenas re-produzindo o que se encontra historicamente determinado, mas determinando uma história futura, de uma sociedade em novas bases.

As determinações históricas são resultado da criação humana e devem ser modificadas pela própria ação do ser social. O determinismo é criticado por Marx (1993, p.12) na III Tese sobre Feuerbach, quando afirma:

> A doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Ela deve, por isso, separar a sociedade em duas partes – uma das quais é colocada acima da sociedade.
>
> A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária.

Para realizar algo autêntico, o homem precisa romper com a familiaridade e a alienação da cotidianidade, precisa atuar sobre a rotina cotidiana com uma "violência", no dizer de Kosik (2002, p.89), desconstruindo-a e rompendo com a mimese.

A transformação que ocorre nas circunstâncias e no próprio ser social não altera as relações sociais dominantes. A alteração de si próprio não pode ser realizada somente através do trabalho, da prévia ideação e da sua objetivação. O homem precisa do conhecimento acumulado na realização de tarefas imediatas, cotidianas, mas também de ações autênticas, não espontâneas, de superação da cotidianidade, imprimindo mudanças em si para que possa direcionar suas ações para novas mudanças nas situações em que vive imerso.

O homem pode reconhecer as alternativas existentes, como também suas próprias potencialidades e fazer suas opções de forma consciente, de acordo com o direcionamento que deseja dar à sociedade. Como afirma Kosik (2002, p.90):

> Na modificação existencial o sujeito do indivíduo desperta para as próprias potencialidades e as escolhe. Não muda *o mundo, mas muda a própria*

> *posição diante do mundo*. A modificação existencial não é uma transformação revolucionária do mundo; é o *drama individual de cada um no mundo*. Na modificação existencial o indi víduo se liberta de uma existência que não lhe pertence e se decide por uma existência autêntica *também* pelo fato de julgar a cotidianidade *sub specie mortis*. (Grifos do autor)

As pequenas mudanças não provocam modificações imediatas nas relações sociais, o que só poderá ocorrer com a transformação do modo de produção, e, para que a transformação qualitativa ocorra, é preciso que aconteçam as transformações quantitativas.

A práxis profissional é parte da práxis social, mas abrange mais do que a prática. Implica uma relação dialética entre teoria e prática, entre o singular vivido na prática profissional e o concreto pensado, que exige a identificação das determinações e da totalidade social.

O trabalho do assistente social não possui apenas os elementos interventivos, pois cada ação possui uma fundamentação, ainda que desconhecida do profissional. O trabalho deve conter, assim, de modo consciente, os elementos teórico-metodológicos que permitam a análise crítica da realidade social. A teoria permite a identificação e a reflexão do conjunto de mediações que singulariza um fenômeno da realidade social, vivenciado na esfera da vida cotidiana. A vivência prática forma uma unidade da práxis quando é realizada de modo crítico e reflexivo. É na vivência do trabalho social que é possível a indignação que, iluminada com o suporte teórico, pode permitir o momento criador, a superação da cotidianidade, transformando a própria prática.

A reflexão teórica da realidade vivenciada permite a teorização da própria prática, e, então, torna-se fonte do processo de construção do conhecimento, torna-se práxis profissional, uma relação crítica e criadora entre teoria e prática.

Por isso, a teoria não pode se reduzir a um conjunto de métodos e técnicas da prática profissional, mas deve oferecer subsídios para a interpretação da realidade posta ao profissional.

Guerra (2007, p.171-2) afirma que

> A teoria, reduzida a um método de intervenção e caucionada pela experiência, ao extrapolar o âmbito do pensamento, objetiva-se numa

> prática burocratizada. O método, por sua vez, constitui-se num conjunto de procedimentos a serem adotados nas diferentes etapas tradicionalmente consagradas pela profissão como estudo, diagnóstico, intervenção, avaliação. Agora, a repetitividade das ações, sancionada pela experiência e ancorada na teoria, permite a instituição de modelos de atuação profissional.

A prática investigativa e criadora do profissional só é possível quando este rompe com a barreira do cotidiano, da burocratização e dos modelos criados a partir de necessidades específicas.

As contradições e angústias do cotidiano da prática profissional são vivenciadas, muitas vezes, como um distanciamento da teoria, como desencanto dos objetivos profissionais apreendidos na fase da formação profissional e, quando os profissionais não buscam ou não conseguem um espaço para reflexão, não conseguem romper com a visão parcial da demanda apresentada, não conseguem atingir ou resgatar a noção de totalidade, compreendendo que as situações individualizadas, na verdade, existem igualmente para muitos outros indivíduos e também profissionais, ainda que assumindo outras particularidades.

Sem a reflexão e a noção crítica de totalidade, a prática profissional pode se transformar em ativismo, com o cumprimento de tarefas e sem resgatar o caráter ontológico do trabalho, em sua dimensão criadora e criativa, capaz de gerar modificações positivas em si mesma e nas relações em que se encontra envolvido.

A prática profissional, nesse sentido, não se torna práxis, porque não apresenta o conteúdo teórico-metodológico refletido na prática.

Por outro lado, a partir das condições materiais, objetivas que se apresentam ao profissional, e de suas condições subjetivas, este pode conquistar espaços e alternativas que contribuam para a reflexão de sua própria prática.

Para Guerra (2007, p.181),

> se é no cotidiano profissional do assistente social que a sua instrumentalidade se materializa, desse mesmo cotidiano emergem mediações que lhe requisitam níveis de racionalidade mais elevados. O movimento teoria/prática, mediado pelo método, realiza-se pela conversão recíproca do universal ao singular, da forma ao conteúdo: universalidade e

singularidade são superadas pela particularidade.

É no espaço cotidiano que estão presentes as contradições e as possibilidades de criação de novas relações sociais, mas elas precisam ser apreendidas pelo esforço reflexivo.

A práxis profissional contribui não apenas para o enriquecimento da experiência no exercício de seu trabalho, mas também para o acúmulo teórico da profissão. O arcabouço teórico-metodológico da profissão não é constituído por um "receituário", mas sim por princípios, diretrizes e categorias de análise da realidade social, o que permite ao profissional desenvolver suas habilidades criativas e criadoras de novas situações que possibilitem a ação profissional e da classe trabalhadora na luta pela defesa e afirmação de direitos já adquiridos e pela conquista de outros.

Teoria e prática não estão dicotomicamente separadas, constituindo uma unidade que, especialmente no Serviço Social, uma profissão de caráter preponderantemente interventivo, só poderá se desenvolver a partir da construção da práxis profissional.

Cotidiano e sociabilidade profissional

Atividades e/ou projetos que desenvolve

A pergunta sobre as atividades e/ou projetos que desenvolve e a questão seguinte sobre procedimentos que realiza como assistente social causaram dificuldade de entendimento na reunião inicial. A expressão utilizada originalmente foi procedimentos técnicos[7] e instrumentos, mas incorporamos ao questionário as sugestões dadas pelas profissionais presentes à reunião realizada para apresentação da pesquisa e do instrumental.

Os instrumentais técnicos no Serviço Social tiveram uma sobrevalorização excessiva nas décadas anteriores a 1990, acompanhando a formação positivista-funcionalista e uma pseudocientificidade centradana racionalidade e na técnica, acompanhando as tendências daquele momento histórico e as influências do Serviço Social realizado em países do hemisfério Norte. A partir do Movimento de Reconceituação e do amadurecimento da profissão no Brasil e da introdução

da nova lógica curricular, existe uma dificuldade em abordá-los na formação profissional. As assistentes sociais participantes da presente pesquisa que se formaram antes das mudanças curriculares comentaram a dificuldade que as mais jovens possuem para a elaboração de projetos e relatórios; quando questionadas pelas mais antigas, respondem que não aprenderam em sua formação. Entendemos que há necessidade de maiores reflexões sobre o tema, não de modo a supervalorizar os aspectos técnicos, mas também de não minimizar a sua importância no processo de formação profissional, como parece ser a situação atual.

A própria literatura atual ainda é incipiente sobre os instrumentais da profissão, mas o tema já começa a ser tratado em alguns programas de pós-graduação em Serviço Social *stricto senso*.[8]

O levantamento apontou que as assistentes sociais realizam com maior frequência nas entidades sociais acompanhamento familiar, elaboração de projetos, coordenação e execução de projetos; essas atividades podem indicar a necessidade de sobrevivência da entidade, pois os projetos são instrumentos indispensáveis atualmente para a inscrição das entidades sociais no CMAS e para a solicitação de recursos, sejam eles de origem pública ou privada, juntamente com a apresentação periódica de relatórios. A elaboração e execução de projetos contribuem para sistematizar as ações desenvolvidas, mas, quando realizados em grande quantidade, pode ocorrer a superposição de ações ou uma fragmentação excessiva da realidade, favorecendo a perda da noção de totalidade da questão social.

Os projetos podem ser ainda um indicativo da necessidade de adequação do atendimento dessas entidades à legislação atual da assistência social, que determina que as ações prestadas aos usuários sejam contínuas, voltadas à proteção social e fortalecimento dos vínculos familiares e da convivência comunitária.

Como as atividades mencionadas com maior frequência foram as de acompanhamento familiar, elaboração de projetos e coordenação e execução de projetos, além do estudo socioeconômico, podemos depreender que as ações estão centralizadas no atendimento à família, independentemente da área específica em que a instituição atue, como preconiza um dos objetivos da Política Nacional de Assistência Social: “assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência

familiar e comunitária” (constante do item 2.3 da PNAS).

Por outro lado, a pesquisa, fundamental para uma prática reflexiva, investigadora e criativa, foi mencionada apenas três vezes, o que pode ser uma dificuldade relacionada ao pouco tempo em que a maioria trabalha nas instituições e ao acúmulo de trabalho daí decorrente.

A supervisão de estagiários, embora mencionada por várias profissionais, era oferecida somente em três instituições no período pesquisado, tendo as profissionais mencionado seu desconhecimento do(s) motivo(s) que levam ao não preenchimento das vagas, se é por falta de demanda ou se não há interesse dos alunos por falta de remuneração. Ver Tabela 25 e Gráfico 23.

Tabela 25 – Atividades e/ou projetos que desenvolve

Tipo	**Frequência**
Acompanhamento familiar	15
Elaboração de projetos	13
Coordenação, execução de projetos	11
Estudo socioeconômico	9
Articulação da rede de atendimento	5
Acolhimento inicial	3
Entrosamento com Conselhos	3
Pesquisa	3
Supervisão de estágio	3
Trabalho interdisciplinar	6

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

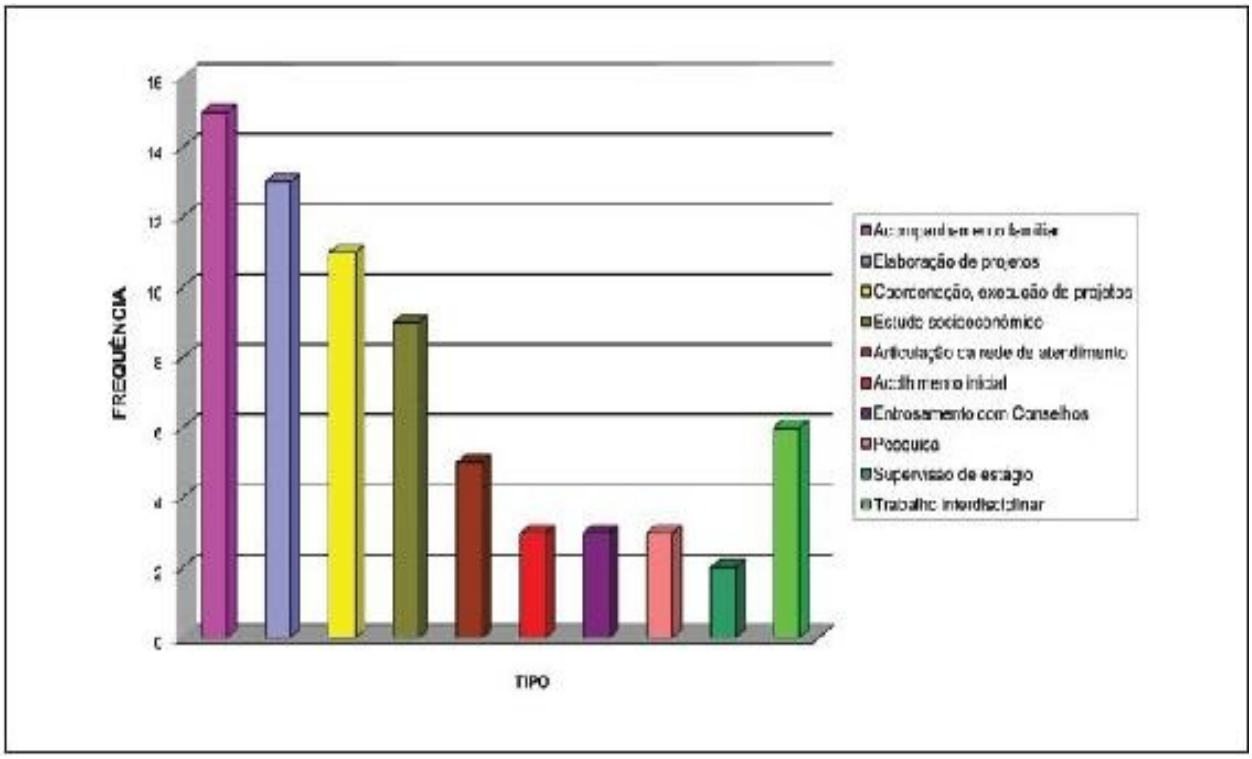


Gráfico 23 – Atividade e/ou projetos que desenvolve

As assistentes sociais mencionaram outras atividades uma vez:

– reunião com voluntários para orientação da execução da ati vidade;

– organização de prontuários; – apoio técnico à coordenação; – reuniões com diretoria;

– organização de eventos de recreação;

– DFC (Diagnóstico Familiar e Comunitário);

– acompanhamento de crianças e adolescentes em consultas médicas;

– monitoramento de medicação; – genograma.

As atividades que as assistentes sociais desenvolvem são bastante diversificadas. Pela própria fragmentação da atuação, há dificuldade em se perceber o objetivo principal da intervenção enquanto totalidade. Algumas ações são pertinentes à área de profissionais da saúde, como o acompanhamento de crianças e adolescentes em consultas médicas e monitoramento de medicação, mas acabam sendo realizadas por elas por serem atividades socialmente aceitas como tarefas femininas.

O genograma é um instrumental utilizado na terapia familiar. Segundo as informações verbais das assistentes sociais na reunião realizada, um grupo da cidade de São José do Rio Preto ofereceu o curso de especialização em Terapia Familiar na cidade de Bebedouro, e também na forma de curso de extensão, com carga horária menor, o que facilitou o acesso ao conteúdo.

As práticas terapêuticas são presentemente objeto de discussão pelos órgãos representativos da categoria e existem dois pareceres do CFESS[9] contrários à sua utilização, com o argumento de que não faz parte da formação básica do assistente social, embora vários profissionais realizem trabalho clínico.

A ênfase conteúdos da área da Psicologia fez parte da formação do assistente social até a última mudança curricular, dentro das disciplinas de Serviço Social de Caso e Serviço Social de Grupo. A disciplina de Serviço Social de Comunidade estava voltada para o trabalho coletivo com populações. A partir de 1996, a categoria profissional aprovou proposta de mudanças na formação do assistente social, as quais foram implantadas a partir de 2002, com a aprovação do Conselho Nacional de Educação. A grade curricular do Serviço Social atual não possui mais a ênfase na área de Psicologia ou nos chamados estudos de casos.

É uma tendência conservadora no meio profissional e que não mais se coaduna com o processo de discussão da profissão, com o projeto ético-político e com a própria formação, devendo estar circunscrita aos profissionais de Psicologia, devidamente preparados desde a graduação para o exercício da prática terapêutica.

As Diretrizes Curriculares propostas pela Abepss possuem nova lógica a partir de três núcleos de fundamentação, que agrupam os diversos conteúdos: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos de formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do

trabalho profissional.

De acordo com as Diretrizes Curriculares/Abepss (1996, p.16), o conteúdo de Psicologia, pertencente ao núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, deve ser o seguinte:

A constituição da Psicologia no campo científico. As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.

A ementa não possui conteúdo suficiente para a formação terapêutica, nem a especialização existente em Terapia Familiar, embora seja aberta a profissionais de diferentes áreas; entendemos que a prática terapêutica só deve ser exercida por profissionais que tenham em sua formação básica conteúdos adequados para tal finalidade.

Além disso, a tendência à individualização dos problemas tem influência positivista-funcionalista, que considera a totalidade social como devidamente ordenada, cujas partes, ou indivíduos, grupos, comunidades, devem estar “integrados” à ordem vigente, sem qualquer questionamento à estrutura social. O erro pertence à parte, e nunca à estrutura social. Essa interpretação não incorpora a discussão crítica da realidade da sociedade do capital, como ocorre no projeto ético-político da profissão.

O acompanhamento de crianças e adolescentes às consultas médicas e o monitoramente de medicação não podem ser atividades da profissão de assistente social, e estão ligadas à área da enfermagem, de cuidados médicos. É provável que as entidades sociais não disponham de recursos para contratação de profissionais de outras áreas, e a assistente social, diante da necessidade institucional e do próprio usuário, realiza a atividade, entendida como resposta a uma necessidade social e não específica da área de saúde.

Importante salientar que o cuidado de saúde é aceito na sociedade como sendo, geralmente, uma função feminina, ligada ao exercício da maternagem.

Quanto à participação em reuniões com diretoria, foi citada apenas duas vezes, enquanto 17 afirmam que participam do processo de decisão e do planejamento

da instituição, o que ocorre, em geral, através de reuniões.[10]

Procedimentos realizados

Dentre os procedimentos realizados para o cumprimento das atividades que lhes foram atribuídas pela instituição, os mais frequentes foram entrevista, reunião e visita domiciliar.

Anamnese e grupo operativo também foram mencionados, mas pertencem à área da Psicologia. Salientamos, porém, que anamnese fez parte da nossa formação como assistente social, assim como de profissionais que se graduaram antes das modificações curriculares, como conteúdo integrante da disciplina de Serviço Social de Caso. Como a prática ainda é utilizada com certa frequência, como apontou nosso estudo, percebemos novamente a presença da influência psicologizante na profissão, que pode ser característica de uma formação e/ou prática sincrética das profissionais.

Entre os procedimentos realizados com maior frequência estão a entrevista, a reunião e a visita domiciliar, o que significa que o contato com o usuário tem sido priorizado. As entidades sociais atendem não por proximidade da localização, mas por área específica de atendimento, o que significa que as residências das famílias atendidas poderão estar localizadas em vários pontos da cidade, demandando transporte para as visitas, o que nem todas as instituições oferecem. Assim, parte das visitas domiciliares pressupõe a utilização de veículo próprio, incorrendo em maior custo pessoal para o desenvolvimento do trabalho.[11] A falta de transporte como dificultador da prática profissional foi mencionada em cinco instituições pelas profissionais participantes do estudo.

As atividades e os procedimentos que as assistentes sociais realizam caracterizam um trabalho imaterial na prestação de serviços que cresce cada vez mais na atualidade. A diversificação das atividades indica a intensificação do trabalho, incorporando a tendência no mundo do trabalho.

Dal Rosso (2008) explica que a diversificação do trabalho ocorre para que o trabalhador não necessite de pausa para descanso, e, sim, mude de atividade, o que provoca a sensação de “estar descansando” e sua atividade rende mais. No trabalho material, o resultado é o aumento da produção, e no trabalho imaterial, como no caso do Serviço Social, pode melhorar a qualidade do atendimento realizado. O autor (2008, p.31) explica que o processo de intensificação do

trabalho não ocorre somente com o trabalho material, e afirma:

> É erro grosseiro supor que intensificação ocorre apenas em atividades industriais. Muito ao contrário. Em todas as atividades que concentram grandes volumes de capital e que desenvolvem uma competição sem limites e fronteiras, tais como nas atividades financeiras e bancárias, telecomunicações, grandes cadeias de abastecimento urbano, nos sistemas de transportes, nos ramos de saúde, educação, cultura, esporte e lazer e em outros serviços imateriais, o trabalho é cada vez mais cobrado por resultados e maior envolvimento do trabalhador. Tais atividades não materiais estão em estado avançadíssimo de reestruturação econômica e nelas o emprego de trabalho intensificado é prática corriqueira.

O Serviço Social tem sofrido um processo de intensificação no ritmo de trabalho tanto no serviço público como na área privada, quer seja pela drástica redução dos gastos sociais, quer seja pela precarização nas relações de trabalho.

No caso das entidades sociais, a falta de recursos humanos provoca a sobrecarga de atividades para aqueles que enfrentam o desafio de prestar seus serviços à população e que procuram suprir com sua própria atuação a ausência de outros profissionais, em detrimento das atividades específicas de sua profissão.

Como a quantidade de trabalho é grande e diversificada, o ideal seria a existência de vários profissionais, e algumas instituições em Bebedouro possuem mais de uma ou várias assistentes sociais, mas que, entretanto, afirmam sempre sua dificuldade em cumprir todas as funções e tarefas que lhes são atribuídas, conforme relataram nos contatos pessoais.

Dal Rosso (2008) faz uma distinção entre o trabalho imaterial gerado a partir do trabalho material, e o trabalho gerado a partir da imaterialidade. Os serviços de consertos, reparação, ou nos bares, restaurantes, produção de alimentos tornam-se praticamente uma extensão do trabalho industrial, apresentando várias de suas características.

O trabalho imaterial exige mais habilidades diferenciadas, como afirma Dal Rosso (2008, p.33):

> Os serviços com base na imaterialidade marcam diferenças significativas em relação ao trabalho industrial pelo fato de demandarem mais intensamente as capacidades intelectuais, afetivas, os aprendizados culturais

herdados e transmitidos, o cuidado individual e coletivo.

E prossegue mais adiante suas reflexões (2008, p.33-4):

> Os setores que fazem apelo mais à inteligência, à afetividade, à capacidade de representação cultural, à capacidade de relacionar-se são os serviços de educação e cultura, os de saúde, os serviços sociais, os de comunicação e telefonia, os bancários e de finanças, importação e exportação e outros que surgiram com a revolução informática. Tais serviços estão crescendo sistematicamente como empregadores de mão de obra nas últimas décadas. A pesquisa futura precisa aprofundar o estudo de como aparece a questão da intensidade nessas formas imateriais.

A intensidade do trabalho do assistente social ainda não foi devidamente compreendida, pois, além dos resultados que se espera de sua ação profissional, também está o fato de trabalhar constantemente com as refrações da questão social que se manifestam no cotidiano das pessoas como situações complexas, angustiantes e cuja solução imediata não está relacionada diretamente ao Serviço Social, dependendo de recursos institucionais e comunitários, com sua efetiva resolução estando relacionada às transformações societárias que ainda não ocorreram.

Tabela 26 – Procedimentos realizados

Tipo	**Frequência**
Entrevista	15
Reunião	10
Visita domiciliar	16
Encaminhamento	7
Reunião de equipe	6
Relatório	5

Anamnese	5
Estatística	4
Reunião com usuários	2
Atendimento em grupo	2
Grupo operativo	2
Contato com parceiros	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

Outros procedimentos foram mencionados uma vez pelas assistentes sociais:

– palestras;

– visitas a empresas e escolas;

– organização de cursos.

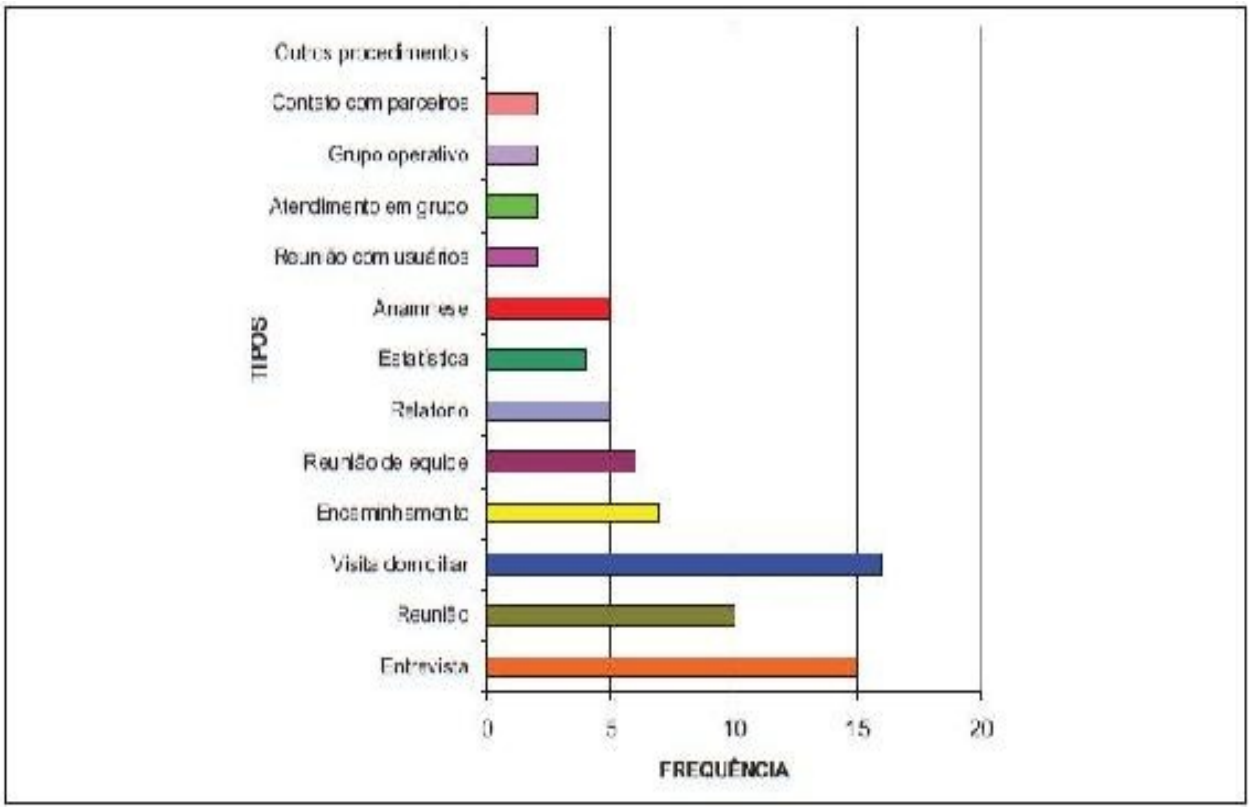


Gráfico 24 – Procedimentos realizados

Participação em conselhos

Das 19 assistentes sociais entrevistadas, 13 participam ou participaram de conselhos (Tabela 27 e Gráfico 25).

Tabela 27 – Participação em conselhos

Participa ou participou como membro	**Nunca participou**
13	6

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

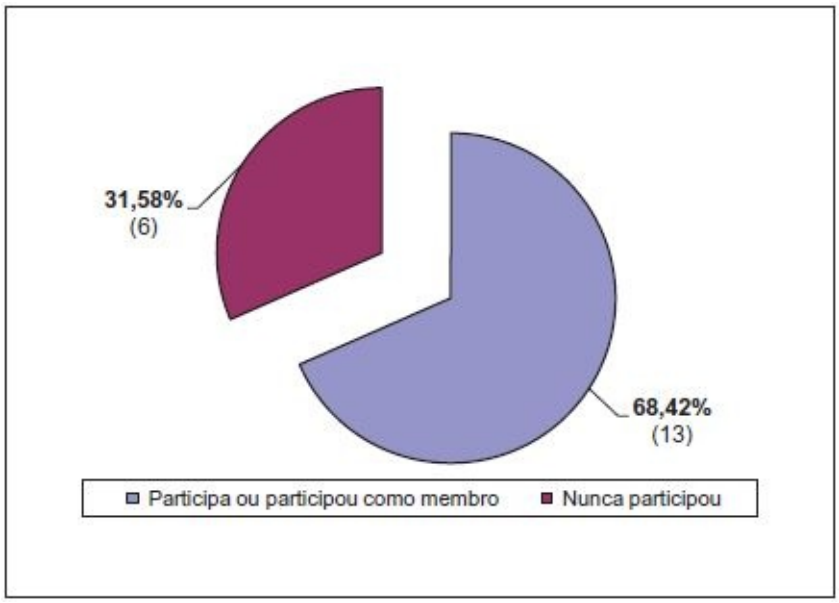


Gráfico 25 – Participação em conselhos

Os conselhos mencionados em que participam ou participaram como integrantes, representando a entidade social, foram: CMAS, CMDCA, CMS, CMPPNE, além de três profissionais que participam ou participaram de conselhos representando também a área governamental, em virtude do vínculo de trabalho com a Prefeitura Municipal.

Das seis que nunca participaram, quatro colocaram como observação que participam das reuniões do CMAS ou do CMDCA como ouvintes, indicando seu interesse pela relevância da ação dos conselhos. O CMAS é gestor de recursos da política de assistência social e o CMDCA possui recursos próprios provenientes da campanha anual para doação de parte do imposto de renda, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas.

A participação das assistentes sociais nos conselhos é bastante relevante, uma vez que é uma atividade que sai da rotina cotidiana de trabalho, e assume uma característica de participação na gestão das políticas sociais.

Heller (1985, p.51) considera que “a esfera política (o ato consciente de assumir a práxis da integração), portanto, destaca-se – tal como a atividade científica – da cotidianidade”, o que pode gerar uma suspensão total ou parcial dessa cotidianidade, imprimindo à realidade transformações maiores ou menores.

Por outro lado, é importante considerar que várias profissionais possuem dois ou mais vínculos de trabalho, inclusive com a Prefeitura Municipal, o que pode gerar uma posição no mínimo desconfortável quando houver divergência de interesses entre o órgão gestor e as entidades sociais. Algumas assistentes sociais trabalham em duas ou mais entidades sociais, cuja posição pode representar interesses divergentes, embora esteja representando apenas uma determinada entidade e não outra onde trabalha.

Entendemos que essa situação pode gerar conflitos íntimos, profissionais e, em consequência, um alto nível de estresse, dificultando a ação cotidiana. O interesse profissional de defesa dos direitos da população podem não coincidir com os objetivos profissionais em algum momento, mas, como a assistente social representa a entidade social no conselho, deve defender, assim entendem seus dirigentes, a posição da instituição. Os baixos salários, cargas horárias reduzidas, precariedade nas condições de trabalho e a possibilidade sempre iminente de desemprego podem se constituir em elementos altamente estressores, como afirma Alves (2007, p.237):

> o espectro do desemprego aberto e do precário mundo do trabalho é um poderoso “agente estressor”. A condição de proletariedade e de insegurança social em suas múltiplas formas, colocam no dia a dia, homens e mulheres diante de reações de seu organismo não muito diferentes das de seu ancestral diante de um lobo.

A indicação da elevada participação das assistentes sociais nos conselhos, por outro lado, evidencia a conquista de um espaço profissional dentro das instituições, públicas ou privadas, uma vez que não há qualquer exigência para a participação de profissionais de Serviço Social. Também indica que elas, ainda que imersas num contexto de conflitos, de precarização nas relações de trabalho, fazem uso da capacidade de escolher alternativas, valorizando sua participação nos conselhos e para isso lutando.

A condição de subalternidade da profissão na sociedade é conhecida de sobejo, contra a qual as profissionais, de um modo geral, lutam constantemente. A situação encontrada demonstra que elas não desistiram de lutar por um trabalho em melhores condições, e que recebem algum reconhecimento por sua competência profissional, como demonstra a condição de membro dos conselhos.

Participação em reuniões com assistentes sociais de outras instituições

Um dado significativo no presente estudo, é que, dentre as 19 assistentes sociais, 16 participam de reuniões com colegas de outras instituições, o que pode ser um indicativo da articulação do trabalho desenvolvido nas diversas organizações, dando a ideia de discussão conjunta de situações e dificuldades na busca de alternativas comuns e/ou complementares (Tabela 28 e Gráfico 26).

Tabela 28 – Participação em reuniões com assistentes sociais de outras instituições

Sim	**Não**
16	3

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

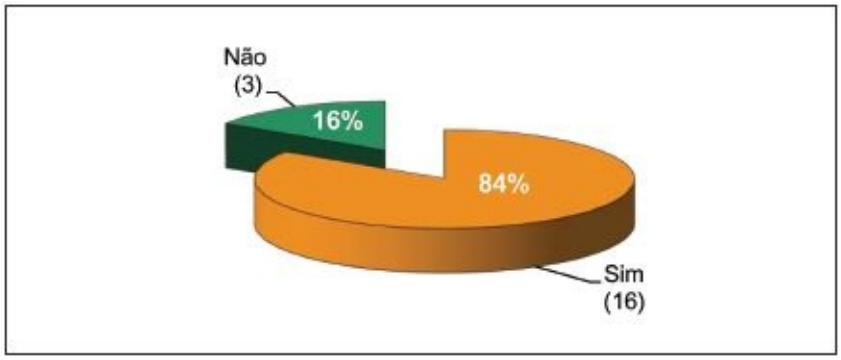


Gráfico 26 – Participação em reuniões com assistentes sociais de outras instituições

Na reunião inicial com as profissionais foi objeto de discussão, além do tema e do questionário da presente pesquisa, a atuação mais ampla das assistentes sociais no município. Ressaltaram que o contato entre elas era frequente, especialmente em reuniões e encaminhamentos gerais através de contatos telefônicos, o que pressupõe um bom entrosamento. Como aspecto negativo, as profissionais relataramque as reuniões tratam de assuntos imediatos do cotidiano

profissional, não encontrando tempo para a discussão de temas mais amplos relacionados à profissão como um todo ou mesmo sobre as condições de trabalho encontradas.

Tipo de relacionamento com outras assistentes sociais

Ficou convencionado na reunião com as profissionais presentes como deveria ser compreendida a formalidade de relacionamento. Referimo-nos ao contato originado pelas relações profissionais e à informalidade pelo contato pessoal da vida privada.

A composição da vida cotidiana apresenta uma gama de diferentes atividades, chamada de heterogeneidade, e envolve organicamente, de acordo com Heller (1985, p.18), “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”.

As condições em que se realiza o trabalho na sociedade num dado momento histórico determina a reprodução e a produção das relações sociais. Na sociedade atual, o tempo dedicado ao trabalho de sobrevivência ocupa grande parcela das horas diárias, mas a vida do ser social não pode se confundir com o trabalho. O trabalho como realizado não proporciona as condições ideais para o desenvolvimento pleno das habilidades e dos valores do humano genérico.

O cotidiano é um espaço heterogêneo em que a multiplicidade de tarefas se apresenta ao ser social, exigindo sua habilidade em solucionar situações imediatas. É o espaço do repetitivo, mas também precisa ser buscado o momento da reflexão.

Para que o ser social desenvolva suas potencialidades e os valores do humano genérico, é fundamental resgatar ou criar um espaço em que possa haver reflexão, descanso e atividades prazerosas. O contato com outras profissionais é importante para identificar a articulação existente na mesma cidade. Isto não implica, porém, o grau de organização da categoria, até porque foi explicitada na reunião a dificuldade encontrada em encontrar momentos comuns para reflexão mais ampla sobre o trabalho profissional.

Além do relacionamento profissional, o estudo apontou a existência também de vínculos pessoais entre as assistentes sociais, o que pode facilitar o entrosamento entre elas, principalmente considerando que a cidade não possui um elevado

número de profissionais.[12]

Tabela 29 – Tipo de relacionamento com outras assistentes sociais

Formal	**Informal**
13	6

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

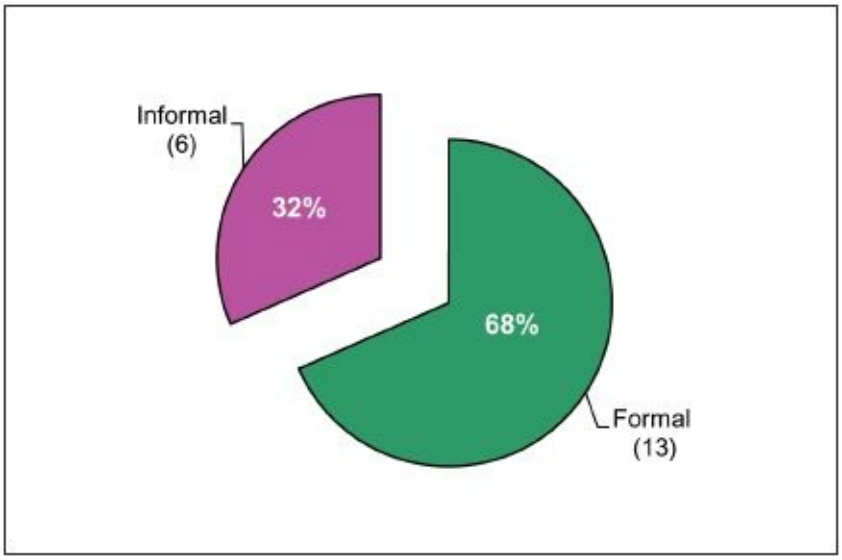


Gráfico 27 – Tipo de relacionamento com outras assistentes sociais

Frequência dos contatos com outras assistentes sociais

Sete assistentes sociais mantêm contato pouco frequente, e 12 mantêm contatos frequentes ou muito frequentes, o que indica uma facilidade de comunicação entre as profissionais, podendo tornar o cotidiano profissional menos pesado, uma vez que ao menos a discussão de situações imediatas pode ocorrer e agilizar soluções e encaminhamentos referentes à população atendida (Tabela 30 e Gráfico 28).

Tabela 30 – Frequência dos contatos com outras assistentes sociais

Muito frequente	Frequente	Pouco frequente
3	9	7

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

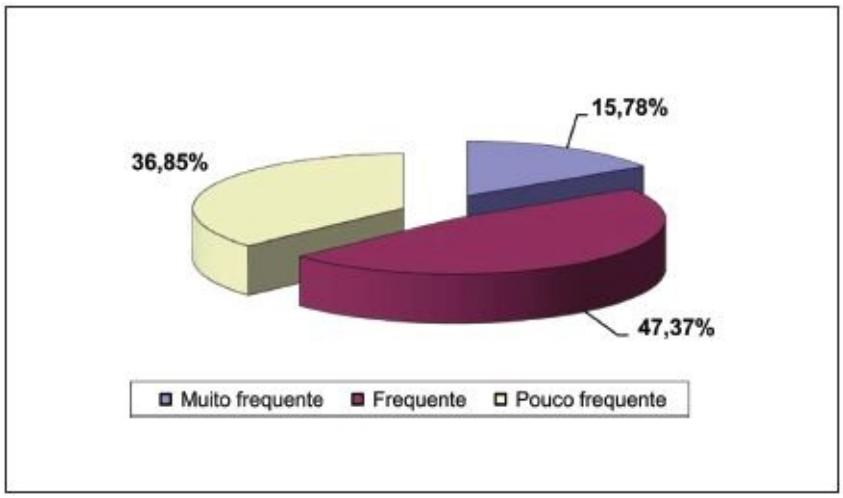


Gráfico 28 – Frequência dos contatos com outras assistentes sociais

Contato com profissionais de outras áreas

Nosso estudo também apontou que todas as profissionais mantêm contato com profissionais de outras áreas, mesmo as que trabalham como único profissional de nível técnico em instituições que possuem menores recursos.[13] Ver Tabela 31 e Gráfico 29.

A questão se referiu apenas ao contato originado pelo exercício da profissão, e isso foi previamente esclarecido às assistentes sociais.

Tabela 31 – Contato com profissionais de outras áreas

Sim Não

19 0

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

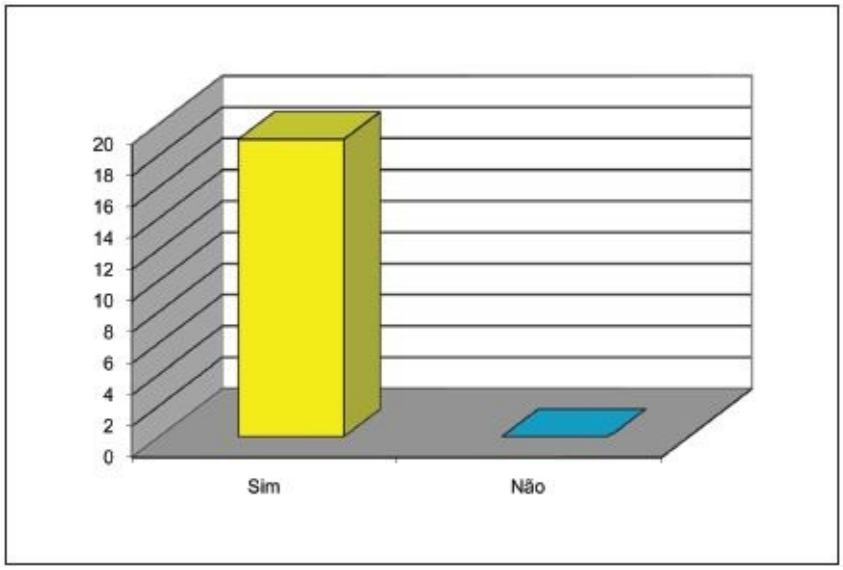


Gráfico 29 – Contato com profissionais de outras áreas

Tipo de relacionamento com profissionais de outras áreas

Nosso levantamento identificou que a relação das assistentes sociais com profissionais de outras áreas existe e esse aspecto foi levantado pelas próprias profissionais na reunião de apresentação da pesquisa (Tabela 32 e Gráfico 30).

Elas preferiram responder em relação ao seu local de trabalho, pois existem diferenças nos locais de trabalho, tanto pela existência de outros profissionais como pela tipicidade do trabalho e abertura da coordenação/direção da instituição.

Tabela 32 – Tipo de relacionamento com profissionais de outras áreas

Formal	Informal
15	11

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

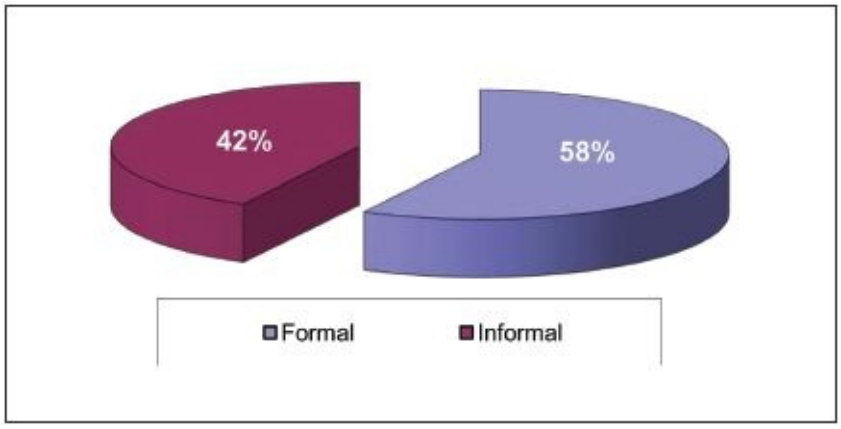


Gráfico 30 – Tipo de relacionamento com profissionais de outras áreas

Frequência dos contatos com profissionais de outras áreas

Em 22 locais de trabalho, as assistentes sociais mantêm contato muito frequente ou frequente com profissionais de outras áreas, e quatro, com pouca frequência. Em 85% dos locais de trabalho é possível o contato com técnicos de outras áreas de atuação, o que aponta para o trabalho articulado entre as próprias instituições que representam, o que pode enriquecer o trabalho profissional (Tabela 33 e Gráfico 31).

As profissionais esclareceram nos contatos[14] que a complexidade das situações enfrentadas não pode ser compreendida somente pelo aspecto social, e que constantemente recorrem a profissionais de outras áreas para discussão e encaminhamentos, mesmo quando estes não existem na instituição em que trabalham.

Tabela 33 – Frequência dos contatos com profissionais de outras áreas

Muito frequente	Frequente	Pouco frequente
9	13	4

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

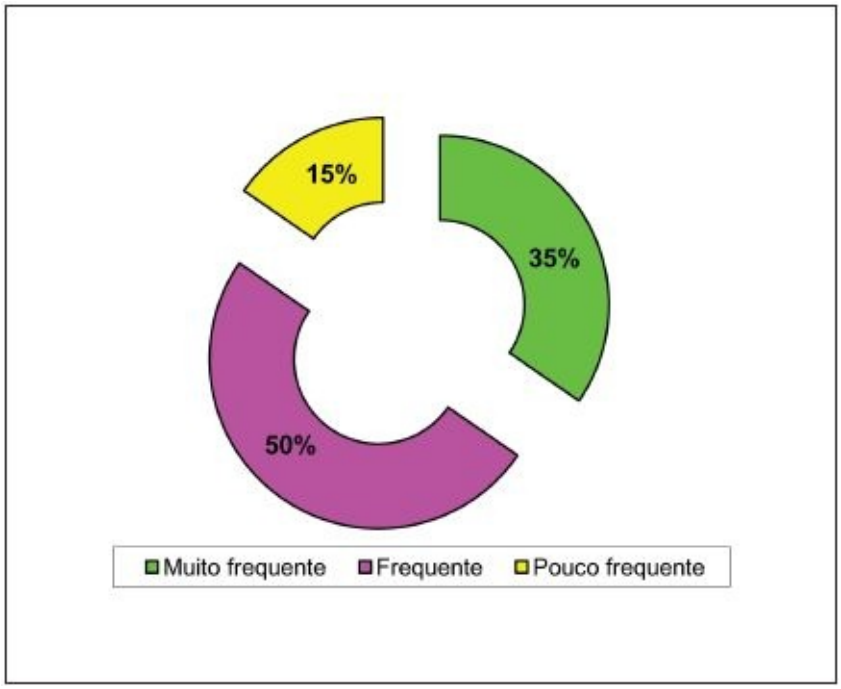


Gráfico 31 – Frequência dos contatos com profissionais de outras áreas

Os itens sobre os contatos com a diretoria da instituição referem-se ao pessoal voluntário dirigente e foram por nós sugeridos (Tabela 34).

Tabela 34 – Contato com diretoria da instituição

Sim	Não
23	3

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

Na reunião de apresentação da pesquisa, no entanto, as profissionais presentes observaram que é importante também identificar se existe ou não possibilidade de participação no processo decisório da instituição, observando ainda que a mesma assistente social pode vivenciar possibilidades diferentes nos seus diferentes locais de trabalho.

Em 23 postos de trabalho, as profissionais possuem contato com a diretoria; somente em três as assistentes sociais não mantêm esse contato.

Em 15 postos de trabalho, as assistentes sociais possuem contatos formais com a diretoria da entidade social, e, em oito, o contato é informal (Tabela 35 e Gráfico 32).

Tabela 35 – Tipo de contato com diretoria da instituição

Formal	**Informal**
11	8

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

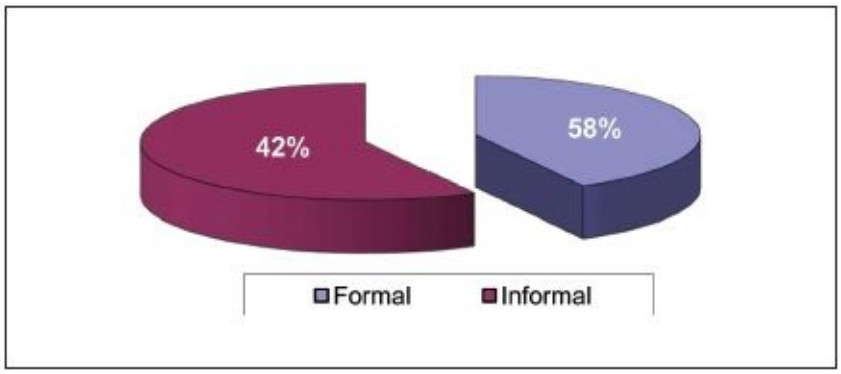


Gráfico 32 – Tipo de contato com diretoria da instituição

Frequência de contato com a diretoria

A diretoria de uma entidade social é responsável pela manutenção e gestão dos recursos disponíveis, bem como por buscar outras fontes de dinheiro, desde convênios a promoções festivas com finalidade de arrecadação de verbas. Dada a complexidade da tarefa, é comum observar trabalhadores envolvidos igualmente no trabalho voluntário. A coordenação da instituição é quase sempre ocupada por pessoa com formação universitária, como no caso de três assistentes sociais participantes da pesquisa. Para a busca de recursos em outras fontes, a pessoa do(a) coordenador(a) é fundamental para a adequação de documentos e orientação das ações a serem desenvolvidas. Por outro lado, as assistentes sociais também apresentaram a elaboração, coordenação e execução de projetos como uma das principais atividades desenvolvidas, e afirmaram estar diretamente ligadas à captação de recursos.

Dos 23 postos de trabalho com contato com a diretoria, em 21 os contatos são muito frequentes ou frequentes, e somente em dois locais os contatos são pouco frequentes (Tabela 36 e Gráfico 33).

Tabela 36 – Frequência de contato com a diretoria

Muito frequente	**Frequente**	**Pouco frequente**
11	10	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

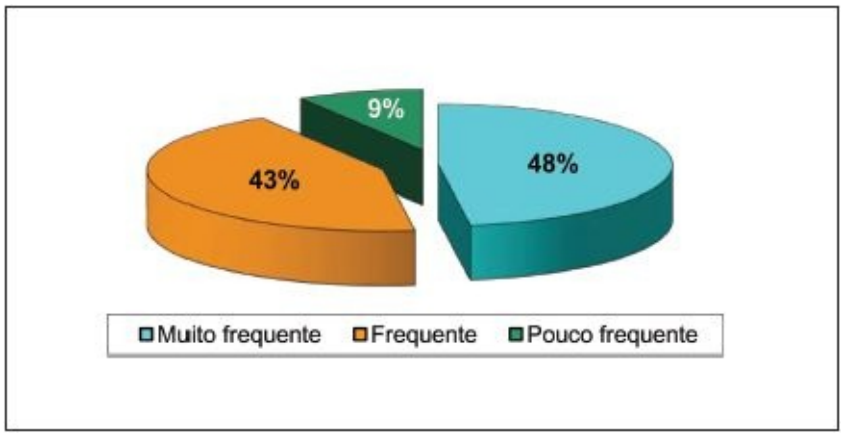


Gráfico 33 – Frequência de contato com a diretoria

Participação no processo decisório e planejamento da instituição

Dos 23 postos de trabalho onde as assistentes sociais possuem contato com a diretoria, em 17 deles as profissionais participam do processo decisório e do planejamento da instituição (Tabela 37 e Gráfico 34).

Tabela 37 – Participação no processo decisório e planejamento da instituição

Sim	**N**ão
17	6

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

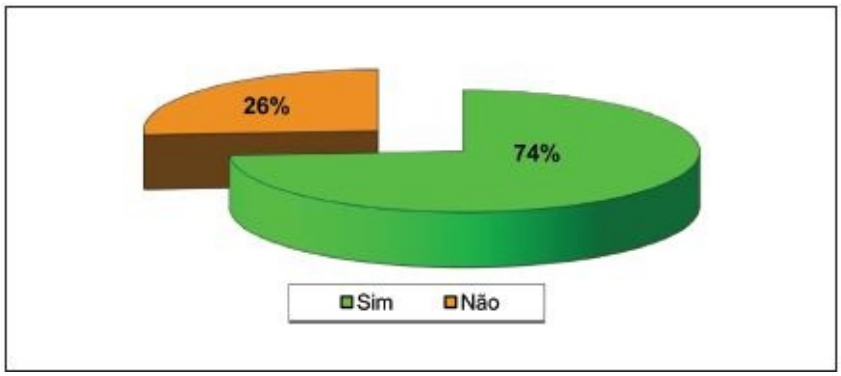


Gráfico 34 – Participação no processo decisório e planejamento da instituição

A conquista das assistentes sociais em participar do planejamento da instituição ocorre num espaço de contradições e simultaneamente à precariedade das condições de trabalho e precarização nas relações trabalhistas, com pouco espaço de decisão, e sim de influência nas decisões.

Não foi possível identificar no estudo[15] o grau de influência do seu saber e do seu direcionamento político nas ações, mas, mesmo sendo um espaço contraditório, fica a possibilidade de luta por melhores condições de trabalho, bem como pela execução de uma política de assistência social na ótica do direito

e não do favor, da filantropia, ainda que os últimos tenham relevância entre as entidades sociais.

Isso demonstra também que a profissão começa a conquistar espaços para além do simples cumprimento de tarefas. A elaboração de projetos contribui no planejamento das ações, na sistematização, mas, se realizada em excesso, pode levar à perda da noção da totalidade e ao não atendimento dos objetivos institucionais. Por isso, precisa ser utilizada com cuidado e competência teórico-operativa, e de modo a desvendar os verdadeiros objetivos da ação pretendida.

O envolvimento das assistentes sociais no planejamento e nas decisões da instituição, aliado à participação nos conselhos gestores e de cidadania, demonstra que as profissionais, ainda que com baixos salários, longa jornada fracionada em pequenas partes em diferentes vínculos de trabalho, difíceis condições de trabalho, conquistaram algum reconhecimento profissional. Demonstra ainda que as condições ruins de trabalho podem dificultar, mas não impedir totalmente que elas façam avançar as conquistas da profissão.

Sua participação na gestão institucional e nos conselhos, entrementes, não garante *per se* o avanço, mesmo porque vai depender do posicionamento político-ideológico da assistente social para influenciar ações na direção da transformação ou da reprodução das relações sociais e dos valores hegemônicos.

Daí a importância de se criar espaços de reflexão no mimético dia a dia, em que as ações são respostas ao imediato que ocorre com certa regularidade. Para ações criativas e criadoras, de superação, de suspensão da cotidianidade, é fundamental resgatar (ou criar) a noção de totalidade social, identificar as conexões mediáticas que determinam e singularizam os heterogêneos fenômenos cotidianos.

Forma de participação no processo decisório e de planejamento da instituição

A questão foi apresentada de forma aberta, de modo a permitir a representação da situação vivenciada. As assistentes sociais que participam do processo decisório em 23 postos de trabalho apresentaram as seguintes respostas:

– elaboração e acompanhamento de projetos, mencionados sete vezes;

– reuniões de diretoria, mencionadas sete vezes;

– reuniões com a coordenadora, mencionadas quatro vezes;

– sugestões técnicas à diretoria, mencionadas duas vezes;

– reuniões com equipe de trabalho, mencionadas duas vezes;

– projeto em que trabalha, mencionado uma vez.

Percebemos que os projetos se constituem em importante instrumento de negociação para influenciar o poder de decisão da direção da instituição, dependendo em parte da capacidade teórico-metodológica da profissional em realizar a análise crítica da realidade vivenciada, apontando os problemas e as possíveis respostas, ainda que não possua total autonomia de ação e de decisão.

Saber identificar os desafios e as possibilidades que se apresentam desvendando a concretude da realidade só é possível através da formação de qualidade da profissional e do desenvolvimento das habilidades pessoais necessárias não somente para responder às demandas imediatas postas à profissão, mas também de imprimir um direcionamento consciente às próprias ações em conformidade com o projeto ético-político do Serviço Social.

Para Heller (1985, p.39), “a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais”. Por isso, as atividades não repetitivas, como o descanso, o lazer, a convivência social, oferecem oportunidades de reflexão, mas, segundo a mesma autora, só poderá provocar a verdadeira suspensão da vida cotidiana, nela imprimindo alterações e em si mesmo, a partir da arte, da ciência e da política (1985, p.26-7).

Espaços de reflexão na vida cotidiana

Oferecimento de estágio supervisionado

Um espaço altamente significativo para a formação profissional básica e para a formação permanente e continuada é o do estágio supervisionado.

A dicotomia entre teoria e prática profissional, presente sobretudo na formação da assistente social anterior às atuais diretrizes curriculares que buscam a sua

superação, pode estar presente na supervisão direta, especialmente quando se considera que a maioria das profissionais possui formação anterior ao atual currículo.

Diante das dificuldades que encontram no seu cotidiano, é difícil encontrar possibilidades para a atualização da profissão, em especial os baixos salários, as longas jornadas, muitas vezes acrescidas pelo tempo no transporte entre um local de trabalho e outro, as atividades familiares.

O supervisor direto do estágio para o aluno tem que reunir condições objetivas de trabalho que lhe permitam participar do processo da supervisão acadêmica, bem como os cursos de Serviço Social podem se constituir em negociadores dessas condições com a instituição, além de poder proporcionar a atualização dos conhecimentos profissionais e se tornar um centro de referência para a discussão da profissão, para além dos cursos *lato sensu* e *stricto sensu* de pós-graduação.

As condições objetivas, materiais de trabalho do profissional, como espaço físico e local para guardar material sigiloso, são essenciais no exercício do Serviço Social. A Resolução CFESS sobre as condições éticas para a profissão é fundamental, mas não pode ficar somente sob a fiscalização individual das profissionais, considerando a precarização das relações de trabalho a que se encontram submetidas, principalmente no setor privado beneficente em que estão as entidades sociais.

Motivos para não oferecer estágio supervisionado

Em 16 postos de trabalho, as assistentes sociais oferecem estágio supervisionado, mas, em outros dez, isso não ocorre (Tabela 38).

Tabela 38 – Oferecimento de estágio supervisionado

Sim	**Não**
16	10

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

Dentre as causas apontadas para não oferecer estágio estão as condições de

trabalho, como falta de espaço físico, mencionada três vezes, e a carga horária reduzida, mencionada uma vez.

A falta de interesse e o transtorno que ocasiona na rotina de trabalho foram citadas duas vezes cada uma, o que também pode estar vinculado à pequena carga horária e vários obstáculos enfrentados cotidianamente devido às condições de trabalho, sem mencionar que o estágio não é remunerado, o que pode gerar falta de compromisso por parte do estagiário e, então, de fato ocasionar dificuldades na rotina de trabalho, já bastante sobrecarregada de atividades para pouca carga horária. Ver Tabela 39 e Gráfico 35.

Tabela 39 – Motivos para não oferecer estágio supervisionado[16]

Motivo	**Frequência**
Falta de espaço físico	3
Falta de autorização da entidade	1
Falta de interesse	2
Dificulta a rotina de trabalho	2
Pequena carga horária de trabalho	1
Trabalho noturno	1
Cursos não procuraram	3
Estágio não remunerado	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

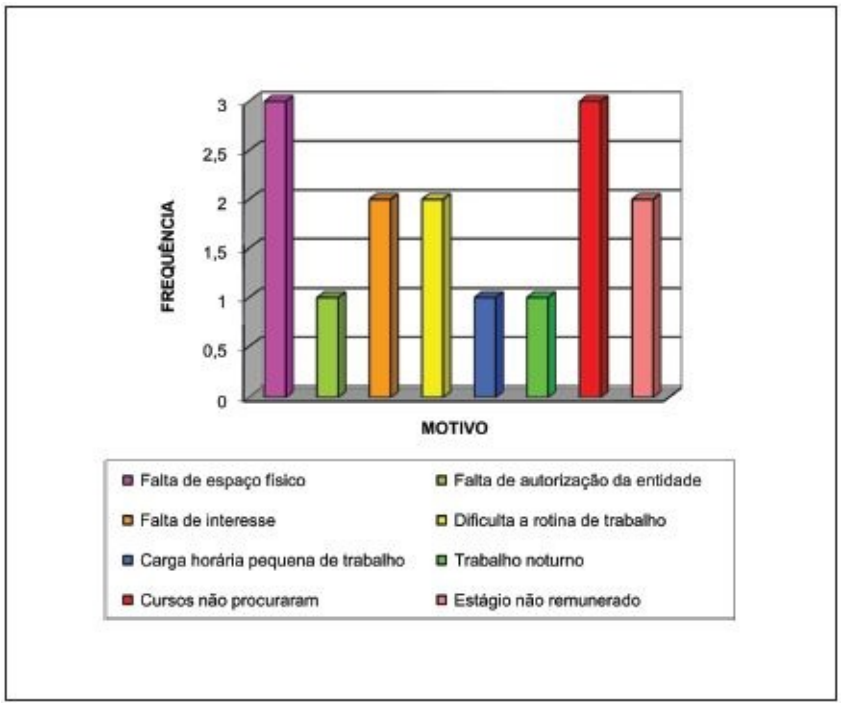


Gráfico 35 – Motivos para não oferecer estágio supervisionado

Participa ou participou de reuniões de supervisores de campo com professores de cursos de Serviço Social

Das 19 assistentes sociais participantes da pesquisa, somente sete referiram haver participado ou participar das reuniões de supervisores de campo com professores de cursos de Serviço Social (Tabela 40).

Tabela 40 – Participa ou participou de reuniões de supervisores de campo com professores de cursos de Serviço Social

Sim	**Não**
7	12

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

Não levantamos a origem dos estagiários, mas existem cursos em Bebedouro,

Barretos, Ribeirão Preto e em São José do Rio

Preto, o que pode dificultar a presença em outras cidades, se o estagiário for de curso de cidades vizinhas.

Não pudemos identificar através do levantamento o motivo da significativa ausência do contato das profissionais com a instituição de ensino, que precisa ser mais bem investigada, tanto da parte das profissionais como das unidades de ensino.

Por outro lado, as profissionais reconhecem a importância do estágio na formação profissional, como apontado pelo estudo.

Importância do estágio para a prática profissional

A pergunta foi aberta, para melhor refletir a opinião das profissionais. Três assistentes sociais não responderam. Foram mencionados os seguintes itens:

– adquirir conhecimento, qualificação – três vezes;

– colocar em prática a teoria – duas vezes;

– construir novos saberes através da prática – duas vezes;

– autoavaliação e reformulação de ações – duas vezes;

– estabelecer relações entre o conhecimento teórico e o trabalho profissional – uma vez;

– universitário pode agregar teoria com a prática;

– oportunidade para conhecer a linha de atuação e o campo em que deseja trabalhar;

– é o ponto mais importante na vida profissional;

– aplicação da teoria aprendida na sala de aula, tirando dúvidas com o supervisor;

– garante uma noção do trabalho executado;

– conhecimento da realidade;

– conhecimento das diversas áreas de atuação do Serviço Social;

– crescimento do estagiário no processo de aprendizagem da teoria na prática;

– experiência para escolher área de atuação;

– conhecimento da prática profissional e sua relação com a teoria;

– experiência em diversas áreas de trabalho;

– conhecer teoria com a prática profissional;

– para conhecimento da realidade da profissão;

– para amadurecimento profissional do aluno;

– aprendizagem prática;

– troca de experiência.

Podemos perceber que ainda existe alguma tendência em dicotomizar a teoria e a prática – por exemplo: “colocar em prática a teoria” – , ou de supervalorização da prática, como aponta a menção “é o ponto mais importante na vida profissional”.

Na trajetória histórica do Serviço Social, a prática tem sido mais valorizada do que a chamada teoria, quando, na verdade, a práxis profissional só pode ser realizada através da reflexão do vivido, numa relação dialética com os marcos teóricos fundamentais da profissão.

Participa ou participou em grupo de estudo

A participação em grupos de estudo não atinge a metade das profissionais, mas oito assistentes sociais participam ou participaram (Tabela 41 e Gráfico 36).

Tabela 41 – Participa ou participou em grupo de estudo

Sim Não

8 11

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

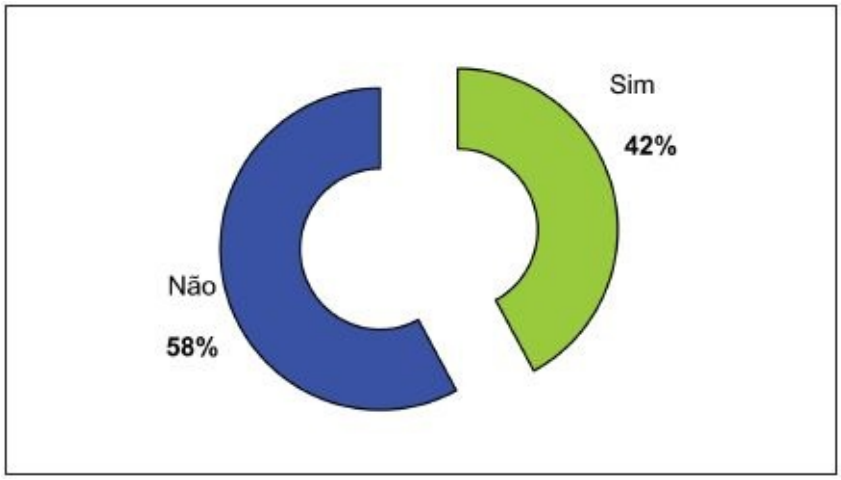


Gráfico 36 – Participa ou participou de grupo de estudo

O grupo que recebia supervisão não se reúne mais, conforme informações das assistentes sociais, mas os demais grupos se encontram em funcionamento.

A prática profissional sem reflexão transforma-se em um fazer que tende a responder somente às situações imediatas, dificultando a apreensão das conexões entre os diferentes complexos da totalidade social, o que, por seu turno, dificulta o direcionamento das ações para a construção de novos valores.

Evidentemente, o grupo de estudos não é a única forma de reflexão, mas facilita a organização e a sistematização de um tempo dedicado ao afastamento da rotina que aliena.

A luta pela subsistência pode se sobrepor com facilidade às necessidades humanas, especialmente num contexto de salários mais baixos, mas, se é fator que dificulta, não impede a reflexão da própria realidade.

O currículo mínimo para a formação atual de assistentes sociais privilegia a pesquisa, a investigação, o que acreditamos que pode imprimir uma nova característica à profissão, apreendida desde os primeiros momentos da formação profissional como parte integrante da ação profissional.

A ação propositiva não pode ocorrer sem a observação e a investigação cuidadosa de aspectos da realidade vivenciada, a fim de se compreender as determinações de uma situação posta à ação profissional.

Mais do que simplesmente estudar é preciso incorporar o espírito investigativo nos profissionais durante a formação básica, para que possam enfrentar a sua cotidianidade sem necessariamente alienar-se nela.

Tipos de grupo de estudo

Interessante observar que quatro assistentes sociais mencionaram participar de grupo formado a partir do grupo de trabalho, como na instituição em que trabalha (3) e na saúde mental (1), criando um espaço de reflexão coletiva da própria realidade vivenciada.

Duas profissionais disseram participar de grupo de estudo oferecido pelo curso de Serviço Social do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro (Imesb). Ver Tabela 42 e Gráfico 37.

O papel da universidade em relação à formação continuada dos profissionais de modo geral é indiscutível. Os profissionais da docência devem também se pautar pela prática investigativa para identificar a realidade que envolve o Serviço Social, tanto no nível imediato como no mediato, a fim de proporcionar espaços em que os assistentes sociais possam encontrar identificação e oportunidade para a reflexão.

Tabela 42 – Tipo de grupo de estudo

Grupo de estudo	**Frequência**
Da instituição onde trabalha	3
Supervisão em grupo*	3

Imesb**	2
Saúde mental***	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

*Refere-se a um grupo de profissionais da cidade que solicitou supervisão à professora dra Raquel Santos Sant'Ana, UNESP – Franca, e que funcionou entre 2000 a 2003, com reuniões mensais, e do qual participamos nos anos de 2002 e 2003.

**Espaço oferecido pelo Curso de Serviço Social do Imesb.

*** Grupo formado por profissionais de diferentes áreas.

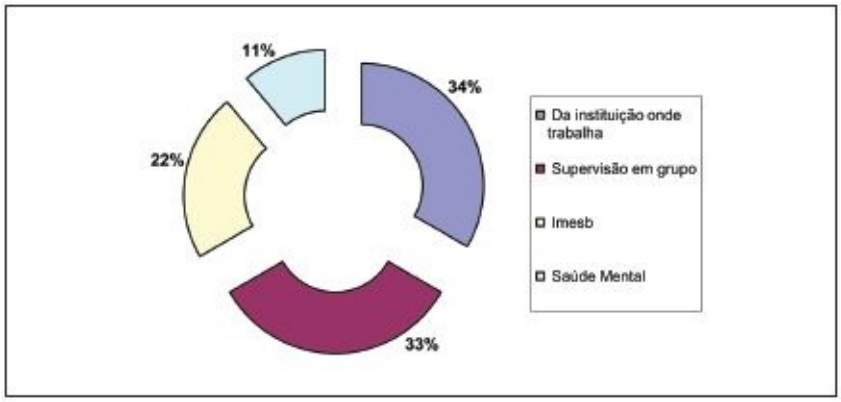


Gráfico 37 – Tipo de grupo de estudo

A supervisão acadêmica é importante instrumento para a organização de um espaço de estudo, a partir das necessidades dos profissionais que atuam nos campos de estágio. É imperioso desconstruir a noção dicotomizada de "assistente social da prática" e "assistente social da teoria", porque ambas, prática e teoria, devem caminhar juntas para se constituir em práxis profissional.

Dificuldades, avanços e desafios da vida profissional

Elementos dificultadores para o desenvolvimento do trabalho

A questão foi apresentada de forma aberta. Obtivemos as seguintes respostas:

a) *Condições de trabalho*

Os itens a seguir foram mencionados em ordem decrescente:

– falta de verbas para recursos humanos, reposição de materiais, investimento em cursos de aperfeiçoamento;

– falta de transporte;

– falta de sala adequada para trabalho interno; – falta de sala para atendimento das famílias; – falta de comunicação interna;

– sobrecarga de funções devido à inexistência de equipe de apoio, como secretaria, limpeza, etc.;

– falta de profissional de Psicologia; – falta de cursos de capacitação;

– falta de supervisão profissional; – falta de sede própria da entidade.

b)*População usuária*

– pouca participação dos usuários em conselhos para a defesa de seus direitos;

– falta de adesão das famílias nas atividades propostas.

c)*Políticas públicas*

– falta de políticas públicas para atender a demanda;

– resistência do Poder Judiciário para integrar atendimento em rede.

d)*Voluntariado e equipe de trabalho*

– desconhecimento pela diretoria da prática do assistente social;

– pessoas com conceito de assistencialismo;

– falta de reconhecimento da importância do assistente social na instituição por parte dos diversos setores.

Nas respostas das profissionais percebemos que a falta de condições objetivas imediatas para o desenvolvimento de um trabalho técnico e ético foram as mencionadas com maior frequência, como falta de sala adequada para atendimento e o trabalho interno, falta de transporte, falta de recursos humanos, falta de reposição de material.

É possível visualizar que não há somente luta pela sobrevivência. A falta de condições adequadas de trabalho precisa ser enfrentada no dia a dia profissional, o que exige um dispêndio de tempo e de energia que poderiam estar concentrados na ação profissional dirigida ao usuário, à prática investigativa e à formação permanente do profissional.

Isto é reflexo da “política pobre para os pobres”, pois os recursos públicos nunca são suficientes para o cumprimento da política de assistência social, cuja responsabilidade de execução tem sido transmitida à sociedade civil, pulverizando os já parcos recursos existentes.

Além de não atender a população dentro do princípio de universalidade, os trabalhadores nas entidades sociais ficam submetidos aos baixos salários, às precárias condições para um trabalho de boa qualidade.

O relacionamento cotidiano no ambiente de trabalho apresenta dificuldades pela desinformação sobre o que é o que faz o assistente social.[17]

Avanços conquistados no trabalho

A questão foi apresentada de forma aberta. Foram apresentadas as seguintes respostas:

a) *Condições de trabalho*

– sala adequada para trabalho;

– telefone;

– autonomia para realizar atividades próprias da profissão;

– participação na criação de conselhos, de associações e implantação de projetos de prevenção de deficiência nas escolas da cidade;

– contratação de diretora com formação em Serviço Social;

– execução de projetos;[18]

– adequação dos projetos da instituição aos aspectos exigidos por lei;

– pagamento de cursos de capacitação (na área específica de atuação).

b)*População usuária*

– comprometimento das famílias nas atividades propostas; – continuidade de projetos com famílias;

– fortalecimento dos vínculos familiares dos usuários; – vínculo com usuários, famílias;

– resultados positivos nos casos acompanhados.

c)*Instituição, equipe de trabalho*

– reconhecimento profissional por parte da instituição;

– pagamento de cursos de capacitação (na área específica de atuação);

– adequação das condições de trabalho, como sala, equipamentos, materiais e transporte para visitas e reuniões;

– implantação do setor de prevenção;

– bom entrosamento da equipe de assistentes sociais; – mudanças estruturais na instituição;

– mudança de diretoria na instituição;

– aprovação pelos conselhos e instituições financiadoras de projetos elaborados;

– vínculo com a diretoria;

– integração entre equipe técnica, educadores e diretoria.

Dentre os avanços conquistados, as profissionais destacaram os ocorridos em relação às condições de trabalho.

O levantamento demonstrou que as profissionais se empenham para melhorar as condições de trabalho. A legislação atualizada da profissão não é de conhecimento geral, mas parece haver um descontentamento generalizado, assim como o esforço para melhorar essas condições, mesmo enfrentando condições difíceis nas relações de trabalho.

Ao mesmo tempo em que a falta do reconhecimento profissional foi mencionada, apontou-se também a conquista do reconhecimento da profissão como fruto de um trabalho desempenhado.

Outras situações que podem ser favoráveis ou desfavoráveis ao trabalho da assistente social são a formação da diretoria e do pessoal voluntário que organiza a manutenção da instituição e que determina as diretrizes do serviço a ser prestado pelas profissionais.

Estas se reportaram à elaboração de projetos como sendo uma das principais funções, mas a aprovação dos projetos por conselhos e instituições financiadoras foi mencionada apenas uma vez. Como algumas assistentes sociais dependem da aprovação dos projetos como fonte de recursos para o pagamento de seus próprios serviços, podemos supor que continuam trabalhando porque seus projetos têm recebido aprovação, constituindo-se em fonte essencial à continuidade das ações da instituição e de seu próprio trabalho, mas esse fato não é devidamente dimensionado pelas profissionais.

Elementos facilitadores e/ou motivadores do trabalho

A questão foi apresentada de forma aberta. Agrupamos as respostas de acordo com a relação estabelecida pelas profissionais, abrangendo população usuária dos serviços, condições de trabalho, valores pessoais, e os itens foram mencionados em ordem decrescente:

a)Condições de trabalho

– equipe multidisciplinar;

– integração entre equipe de trabalho;

– bom relacionamento entre coordenação, equipe técnica e diretoria;

– integração e coordenação e equipe técnica;

– respeito e liberdade de expressão;

b) População usuária

– compromisso das famílias;

– carinho dos usuários;

– conhecer a população que atende;

– relatos das famílias sobre a importância da ação do assistente social em suas vidas;

– participação da população em geral com doações diversas;

– melhora na qualidade de vida dos usuários.

c)Competência profissional e valores pessoais

– gostar do que faz;

– conhecimento da população atendida;

– conquistas alcançadas;

– área de atuação;

– aprendizado de vários anos;

– luta pela conquista de direitos dos usuários;

– poder contribuir na transformação da realidade das pessoas que necessitam de apoio moral, material, afetivo;

– acreditar na transformação da sociedade.

d) Voluntariado

– diretoria atuante;

– participação da população em geral com doações diversas;

– atuação do grupo de voluntários.

Equipe multidisciplinar, integração entre equipe de trabalho, compromisso das famílias e gostar do que faz foram elementos facilitadores e/ou motivadores mais apontados, e não as condições objetivas de trabalho.

Interessante observar que bons salários, instalações adequadas não foram apontados como elementos motivadores, e sim os recursos humanos envolvidos, a "diretoria atuante" e aspectos subjetivos, como "gostar do que faz", ou "acreditar na transformação da sociedade".

A participação das famílias nas atividades e o carinho que demonstram apontam para aspectos bastante subjetivos na relação profissional-usuário, que necessita de melhor investigação.

A relação pessoal entre assistente social e usuário já foi objeto de discussão quando se falava em Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. Eram valorizadas as técnicas de abordagem, porém dentro de uma concepção de sociedade imutável, de integração dos "desajustados" à sociedade, enfim, culpabilização do indivíduo. Apregoava-se a neutralidade profissional como devendo ser perseguida pelos assistentes sociais, que não deveriam se envolver emocionalmente com seus "casos".

A concepção crítica da totalidade social, do compromisso com uma postura ética e valorativa de transformação da sociedade atualmente embasadora da formação profissional, muito tem contribuído para o desenvolvimento de uma postura profissional compromissada com a defesa dos direitos humanos, sociais e políticos. Entretanto, isso não implica relegar a segundo plano a relação profissional-usuário, de modo a não sobrevalorizar a técnica, mas instrumentalizar o assistente social em sua formação para uma relação horizontal e empática, em que o profissional saiba se conduzir nos seus contatos, colocando-se no lugar do outro, compreendendo a sua trajetória histórica e o

meio em que se encontra.

Falar de instrumentais em Serviço Social é quase temeroso na atualidade, sob pena de ser considerado um profissional conservador. No entanto, as demandas sociais se apresentam de acordo com o momento histórico, necessitam de respostas imediatas, mas com visão mediata, no mínimo de médio prazo,[19] e dentro dos objetivos mais amplos da profissão, no caso, do projeto ético-político do Serviço Social.

É fundamental o conhecimento específico do âmbito de atuação, mas é imprescindível a apropriação dos referenciais teórico-metodológicos para identificar o que pertence à sua área de atuação, bem como de técnicas e instrumentos que permitam a objetivação de sua intencionalidade.

Desafios no trabalho

A pergunta foi aberta e três profissionais não responderam à questão. As respostas apresentadas foram agrupadas de acordo com o assunto explicitado, em ordem decrescente:

a)Condições de trabalho

– melhoria da comunicação interna;

– melhoria do relacionamento entre equipe técnica e diretoria;

– melhoria do nível salarial – atualmente em R$ 11,00 a hora;

– conseguir reconhecimento institucional da profissão;

– continuidade do aprimoramento profissional.

b) População usuária

– preconceito ao usuário;

– resistência de familiares quanto à aceitação e acolhimento às Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs);

– mobilização da população atendida para buscar direitos já garantidos em

lei;

– manutenção dos vínculos familiares;

– reinserção de crianças e adolescentes na família e evitar novos reabrigamentos;

– amenização do sofrimento de pacientes portadores de câncer e seus familiares;

– falta de comprometimento das famílias em relação a adolescentes.

c) Processo de trabalho

– reavaliação de cursos semiprofissionalizantes para as famílias;

– melhora do entrosamento com a equipe pedagógica;

– execução do cronograma de atividades, principalmente reunião semanal de equipe para discussão das solicitações;

– definição de critérios de inclusão na instituição.

d)Políticas públicas

– sensibilização de conselhos e órgãos gestores para implantação de programas de apoio sociofamiliar;

– inclusão social de portadores de deficiência na sociedade;

– trabalho social com adolescente autor de ato infracional;

– melhor entrosamento com o Poder Judiciário.

e) Coordenação e voluntariado

– compreensão da diretoria para a necessidade de reiniciar projetos;

– captação de novos financiadores para suprir necessidades da entidade;

– mudança de visão da diretoria e da coordenação sobre o Serviço Social –

duas vezes;

– discriminação do assistente social dentro da instituição;

– entendimento de dirigentes e voluntários sobre o processo de marginalização e situação de risco da população atendida.

Podemos perceber o indício de problemas na instituição, como os aspectos apresentados agrupados no item ”Coordenação e voluntariado”, os quais podem estar vinculados à compreensão da assistência social não como direito, mas como conjunto de atividades de filantropia, de favor, que geram dependência e obrigações de quem recebe para quem doa. Por outro lado, pessoas envolvidas no trabalho social possuem suas próprias convicções, nem sempre de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, que procuram colocá-las em prática, independentemente dos aspectos legais da atualidade.

A condição salarial aparece como desafio, juntamente com a informação do valor da hora de trabalho do profissional em R$ 11,00,[20] muito abaixo do valor da hora técnica estipulada até agosto de 2009 pelo CFESS em R$ 74,66 para graduados,[21] R$ 83,84 para especialistas, R$ 105,67 para mestres e R$ 109,44 para doutores.

Sociabilidade pessoal

Desenvolvimento de atividade religiosa

A história do Serviço Social no Brasil possui estreita relação com a assistência praticada pela Igreja Católica. Não nos importou conhecer a procedência religiosa, mas a existência ou não de prática religiosa, uma vez que, em nossa experiência, identificamos uma relação acentuada de assistentes sociais com alguma religião, embora não seja apenas a católica.

Importou-nos, assim, conhecer se a prática religiosa está presente na vida cotidiana das assistentes sociais sujeitos da pesquisa, o que de fato se confirmou, pois, das 19 entrevistadas, somente três não praticam alguma religião (tabelas 43 e 44 e gráficos 38 e 39).

Tabela 43 – Desenvolvimento de atividade religiosa

Sim	**Não**
16	3

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

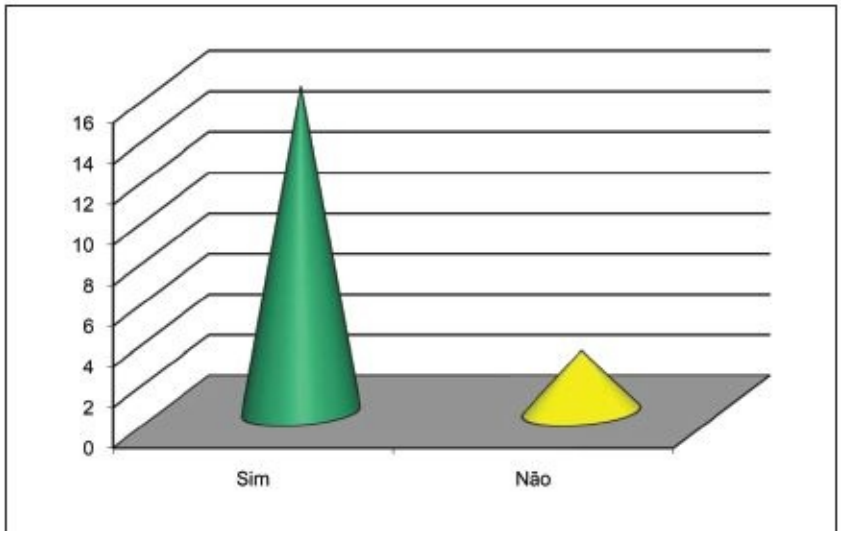


Gráfico 38 – Desenvolvimento de atividade religiosa

Tabela 44 – Tipo de participação religiosa

Participante	**Liderança**
15	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.



Gráfico 39 – Tipo de participação religiosa

Desenvolvimento de atividade política (associação profissional, sindicato, partido político)

Considerando atividade política a participação em associação profissional, sindicato, partido político, o envolvimento das assistentes sociais é pequeno, pois, das 19 profissionais, cinco participam (tabelas 45 e 46 e gráficos 40 e 41).

Tabela 45 – Desenvolvimento de atividade política (associação, sindicato, partido político)

Sim	**Não**
5	14

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

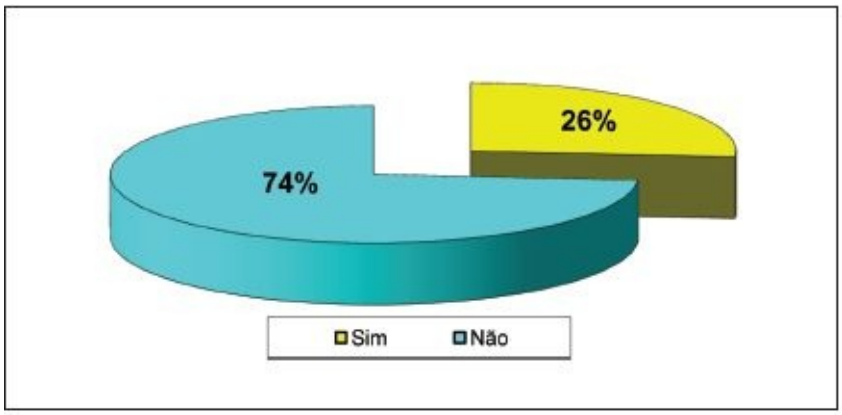


Gráfico 40 – Desenvolvimento de atividade política (associação, sindicato, partido político)

Tabela 46 – Tipo de participação política

Participante	Liderança
5	0

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

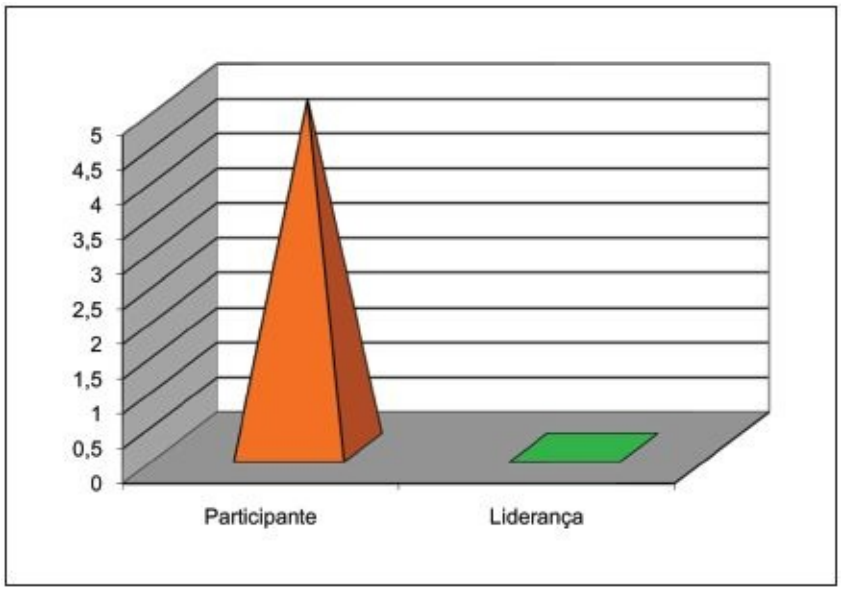


Gráfico 41 – Tipo de participação política

Participação em atividade de organização da categoria profissional

Nenhuma das assistentes sociais participantes da pesquisa atua em organização da categoria profissional (Tabela 47 e Gráfico 42).

O município de Bebedouro pertence à Regional do Cress de Ribeirão Preto, distante 90 quilômetros,[22] com dois pedágios, o que encarece, dificulta ou até mesmo inviabiliza a participação, principalmente se considerarmos a elevada carga horária total de trabalho e os baixos salários.

O desinteresse pela participação foi mencionado apenas duas vezes como motivo pela falta de participação (Tabela 48 e Gráfico 43).

Tabela 47 – Participação em atividade de organização da categoria profissional

Sim	**Não**
0	19

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

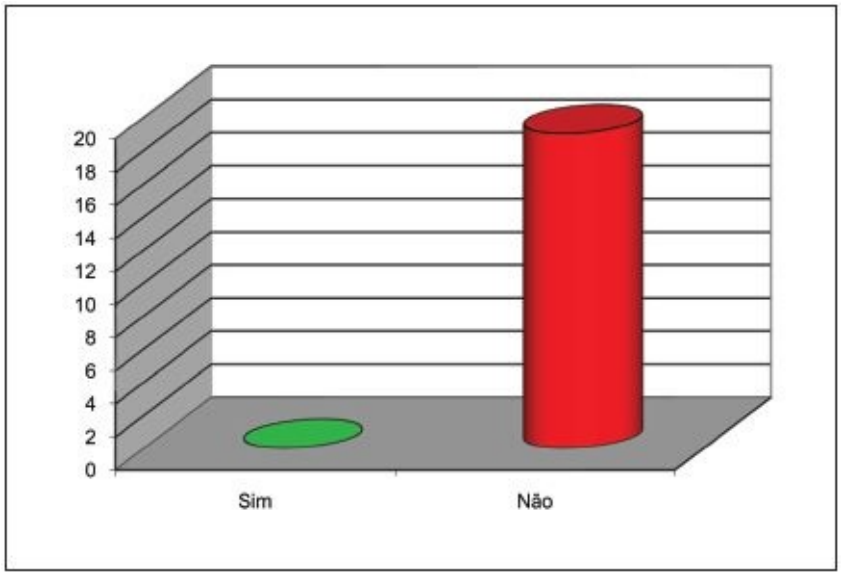


Gráfico 42 – Participação em atividade de organização da categoria profissional

Tabela 48 – Motivo para a não participação

Motivo	**Frequência**
Desinteresse	2
Falta de tempo	7
Distância da Delegacia Regional	10

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

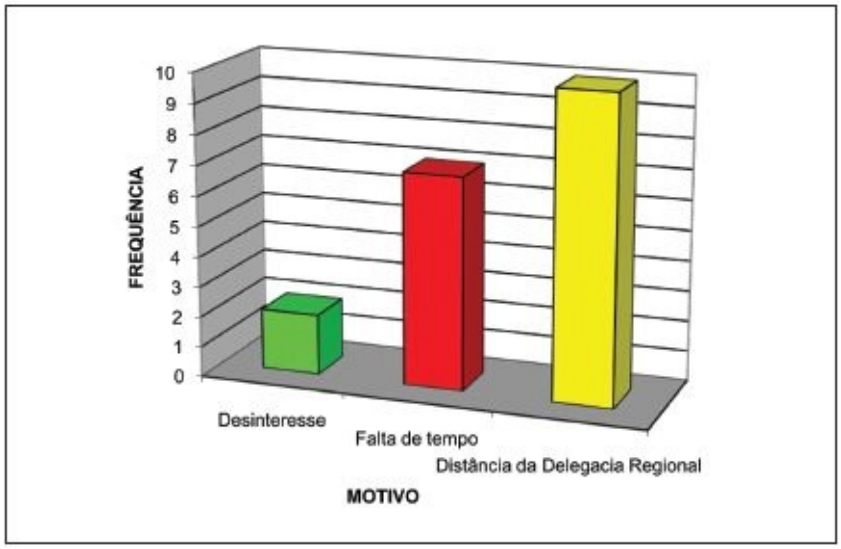


Gráfico 43 – Motivo para a não participação

Tabela 49 – Desenvolvimento de habilidade artística

Sim	**Não**
5	14

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

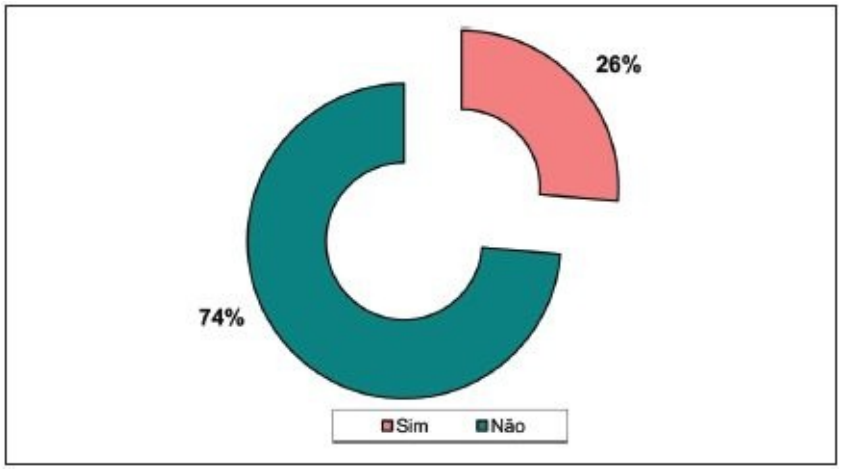


Gráfico 44 – Desenvolvimento de habilidade artística

Tabela 50 – Tipo de habilidade artística

Habilidade	Quantidade
Artesanato	5
Pintura em tela	4
Jardinagem	2
Canto	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

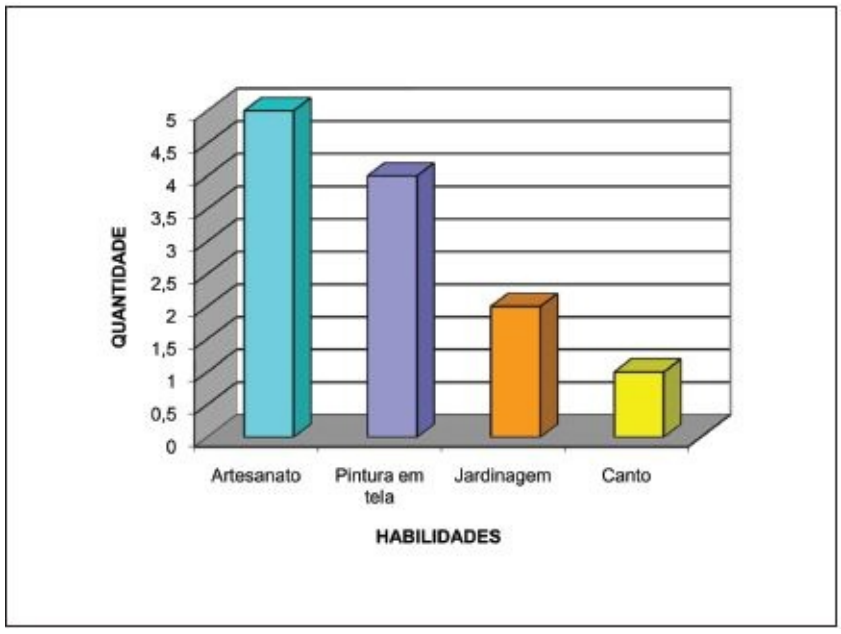


Gráfico 45 – Tipo de habilidade artística

Tabela 51 – Atividades de lazer

Atividade	**Frequência**
Cinema	8
Leitura de livros	13
Passeio com a família	16
Shopping center	7
Viagem a cidades vizinhas	5
Visita a amigos/parentes	12
Prática de esporte/academia	7
Teatro	3
Outras*	3

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

* Mencionados: repouso do corpo e da mente, artesanato, pintura em tela. Obs.: Artesanato aparece na pesquisa como renda, habilidade artística e lazer.

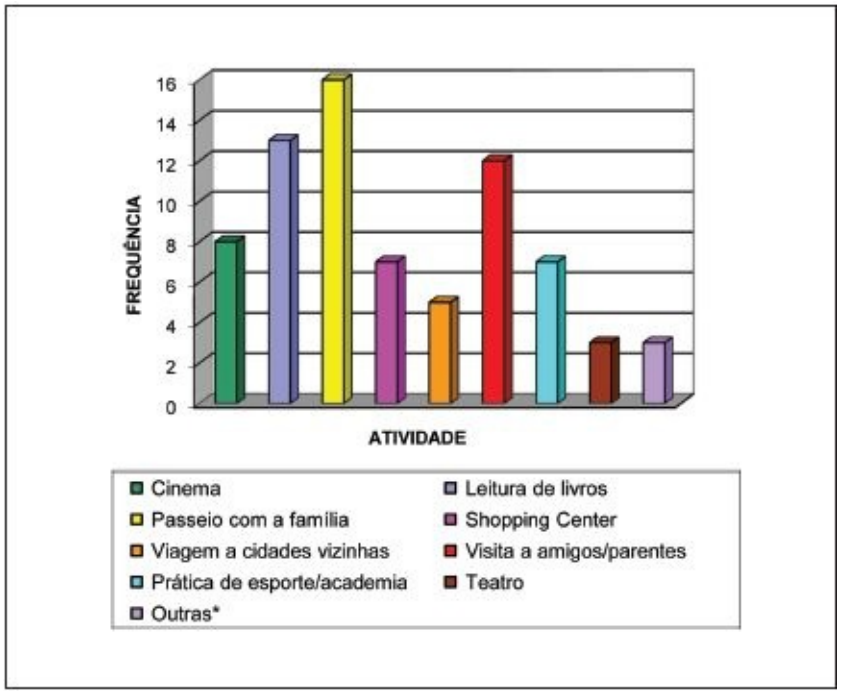


Gráfico 46 – Atividade de lazer

Tabela 52 – Tempo semanal para o lazer

Tempo	**Frequência**
Fim de semana	11
Uma vez por semana	2
Fim de semana e duas noites	2
Meio dia por semana	5

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2008/2009.

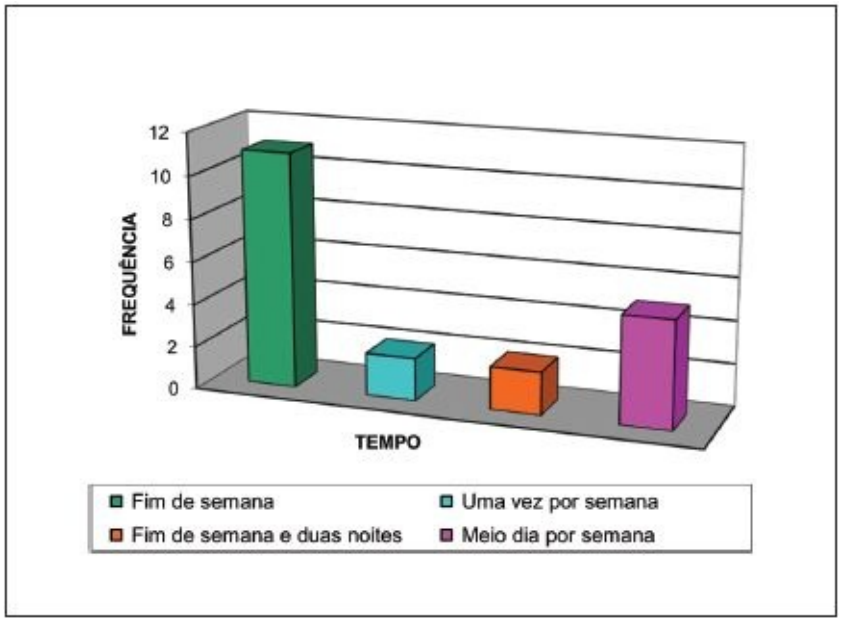


Gráfico 47 – Tempo semanal para o lazer

As atividades políticas, mesmo não vinculadas diretamente ao trabalho profissional, as de lazer, o desenvolvimento de habilidades artísticas/culturais e científicas podem fazer parte da vida do ser social, mas geralmente não são rotineiras, e, por isso mesmo, possibilitam um distanciamento da repetição das atividades diárias para a sobrevivência.

O trabalho imaterial do assistente social exige diversas habilidades que facilitam o seu cotidiano profissional, mas que também podem gerar uma intensificação no ritmo de trabalho.

Como já mostramos, Dal Rosso (2008) faz uma distinção entre o trabalho imaterial gerado a partir do trabalho material e o trabalho gerado a partir da imaterialidade. Para ele, o trabalho imaterial exige mais habilidades diferenciadas:

> Os serviços com base na imaterialidade marcam diferenças significativas em relação ao trabalho industrial pelo fato de demandarem mais intensamente capacidades intelectuais, afetivas, os aprendizados culturais herdados e transmitidos, o cuidado individual e coletivo. A intensidade em tais serviços não é adequadamente avaliada caso se expresse exclusivamente em termos corporais, físicos, materiais. Que é intensidade

> para um pesquisador, se não for considerado o aspecto imaterial de seu trabalho, o apelo à inteligência? Que é para um professor, caso não seja levada em consideração a sua capacidade de se relacionar com seus estudantes? E para um enfermeiro ou um médico, se não forem considerados aspectos afetivos e psicológicos da relação com o paciente que necessita de apoio e cuidados? Para um comunicador, um jornalista, um repórter, um entrevistador, caso não seja levada em consideração a pressão pela produção de matéria jornalística, a sua veiculação para um público de massa? Para um secretário ou uma secretária, se não for levado em consideração o aspecto afetivo da relação com o chefe e o consumidor? Como analisar a intensidade de uma telefonista ou de um operador de comunicação, se não for levada em conta a relação comunicativa? (Dal Rosso, 2008, p.33)

O assistente social é permanentemente pressionado a “resolver a situação” de um usuário, seja pessoa ou família. A pressão não é somente institucional, mas também social e pessoal, pois, no contato com as pessoas, não existe neutralidade de sentimentos. De fato, é preciso manter um distanciamento, mas até que ponto?

É bom abraçar um usuário dos nossos serviços? Parece que não. Mas e se esse usuário for uma criança pequena em situação de vitimização? Ou uma mãe abandonada, espancada, ou que tenha o seu filho adolescente envolvido com drogas e preso por ter cometido atos infracionais para a manutenção de seu vício? Ou alguém que tenha perdido um familiar jovem na luta contra alguma doença incurável? Difícil estabelecer os limites da afetividade na relação entre assistente social e usuário.

Para o exercício da profissão, as assistentes sociais nas entidades sociais, em meio a grandes dificuldades, desenvolvem habilidades e uma sociabilidade característica para enfrentar seu cotidiano profissional, em que a capacidade de comunicação com os usuários, com outros profissionais, com autoridades, com dirigentes, com outros recursos sociais, de improvisar soluções para garantir direitos já conquistados ou ainda conquistar outros são fatores decisivosna sua intervenção técnica. Contam ainda seu saber acumulado, suas experiências e habilidades pessoais para a criação de alternativas[23] no enfrentamento das dificuldades cotidianas vivenciadas no exercício da profissão.

No entanto, a diversificação e o acúmulo de tarefas para serem executadas em

curto espaço de tempo, aliados à falta de condições adequadas de trabalho e à instabilidade das relações de trabalho, podem gerar estresse físico, emocional e intelectual.

Como afirma Dal Rosso (2008, p.33),

> Os setores que fazem apelo mais à inteligência, à afetividade, à capacidade de representação cultural, à capacidade de relacionar-se são os serviços de educação e cultura, os de saúde, os *serviços sociais*, os de comunicação e telefonia, os bancários e de finanças, de importação e exportação e outros que surgiram com a revolução informática.

Esses aspectos da imaterialidade precisam ser mais bem investigados e compreendidos, para identificar tanto o processo de intensificação do trabalho como as formas de enfrentamento possíveis, para que possam ser potencializados em seus aspectos positivos, sem o excesso de trabalho.

[1] Enquanto escrevemos, as aulas estão suspensas em escolas e universidades no Estado de São Paulo e em vários outros estados no Brasil, para evitar a propagação da “gripe suína”, provocada pelo vírus H1N1, que está no mundo todo.

[2] A respeito das cidades globais, sociedade global, ver interessantes reflexões em Ianni, 2003 e 2004.

[3] *Commodities* são mercadorias cultivadas em larga escala e mundialmente co mercializadas. Podem ser agrícolas (café, soja, trigo, suco concentrado de laranja), minerais (bauxita, prata, ouro, etc.), financeiras (moedas negociadas em vários países, etc.) e ambientais (créditos de carbono). Atualmente, lotes de camisetas brancas e calças *jeans* também são considerados *commodities*.

[4] Mészáros (2006, p.180) resume as mediações de segunda ordem do capital como sendo: a família nuclear; os meios alienados de produção; o dinheiro; os objetivos fetichistas de produção; o mercado mundial e as diferentes formas de formação do Estado.

[5] A crise mundial do capital iniciada em 2008 demonstrou de sobejo a correria de empresas, de todos os setores, inclusive financeiro, para suplicar investimentos públicos diretos para evitar a falência. Indiretamente, o Estado também foi convocado a reduzir a arrecadação de impostos sobre mercadorias, de modo a facilitar o consumo pela classe trabalhadora. Apesar do auxílio com recursos públicos para o setor privado, os postos de trabalho têm sido constantemente reduzidos, conforme previsão da OIT.

[6] Segundo o autor, o referido encontro foi organizado pelo Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas).

[7] Pela nossa convivência cotidiana com outras profissionais, tanto na esfera pública quanto na privada, já havíamos detectado a dificuldade em se identificar o que são técnicas e o que são instrumentos de trabalho, sendo mais acentuada a dificuldade entre as profissionais mais recentes, pois existe dificuldade ou até resistência em se tratar do tema específico dentro dos novos parâmetros curriculares, embora exista um consenso de que os instrumentais devam estar incluídos nos conteúdos de Processos de Trabalho e/ou em disciplinas relacionadas ao estágio. Também é de se notar a ausência de literatura específica atualizada no Serviço Social. Durante nossa participação na XIX Conferência Mundial de Serviço Social, em 2008, tivemos a oportunidade de conversar com duas estudantes de mestrado na PUC/SP que desenvolviam suas pesquisas na área dos instrumentais técnicos do Serviço Social; elas expuseram suas dificuldades em encontrar literatura atualizada, bem como certa resistência por parte de alguns colegas e professores para abordar o tema.

[8] Interessante tese de doutorado foi realizada recentemente no Programa de Pós-Graduação da UNESP – Franca por Brandão (2006).

[9] Os pareceres estão disponíveis no *site* do CFESS – www.cfess.org.br.

[10] Importante mencionar que, nos contatos informais com as profissionais e na reunião preparatória da pesquisa, várias assistentes sociais salientaram sua participação em reuniões de diretoria.

[11] Em nossa experiência como assistente social em entidade social nos anos 2002 e 2003, cujas famílias atendidas residiam em extenso raio de distância, a utilização do transporte para visitas não era permitido, muito embora houvesse a disponibilidade, o que nos obrigava a utilizar veículo próprio nas visitas, quando

necessário, sem ressarcimento de custos pela instituição.

[12] Como apontado na introdução do presente estudo, existem no município 41 assistentes sociais.

[13] Através da reunião com as profissionais sobre a pesquisa, das visitas nas instituições, dos contatos diversos com as profissionais e pela nossa experiência, embora esse aspecto não tenha sido objeto de nosso levantamento, identificamos que algumas entidades sociais dispõem apenas de um técnico de nível universitário, e este é a assistente social.

[14] Reunião, contatos pessoais e visitas às instituições.

[15] O presente estudo possuía originalmente um segundo momento de entrevistas semiestruturadas com as profissionais, mas foi suprimido em decorrência das dificuldades apresentadas por algumas profissionais.

[16] Quatro assistentes sociais mencionaram no questionário que, embora ofereçam vaga para estágio, não têm sido procuradas nem por alunos nem pelos cursos de Serviço Social. Esse fato necessita ser mais bem investigado, pois há uma diminuição no número de alunos de Serviço Social nos cursos presenciais em geral, em parte pelo surgimento de vários cursos à distância oferecidos na cidade e na região.

[17] Em nossa experiência de docência e como assistente social ouvimos com frequência queixas de que as pessoas pensam o que é o Serviço Social e constroem uma expectativa da ação profissional baseada em suas ideias e não na profissão em si.

[18] Através de nossa experiência no órgão gestor da assistência social no município, sabemos que, há alguns anos, era comum a apresentação de projetos que não eram efetivamente executados. Desde 2000, o controle dos projetos e das ações da instituição é maior, tanto por parte do município como dos conselhos.

[19] Lembramo-nos de uma aluna no último ano do curso de Serviço Social que certa vez, após o término da aula, perguntou-nos se conhecíamos algum material sobre morte. Diante do nosso espanto, informou que estava trabalhando em equipe multidisciplinar na área da saúde pública para acompanhamento de

pacientes terminais, e ela e sua supervisora de estágio estavam com dificuldades para identificar qual a contribuição do Serviço Social. Buscamos literatura pertinente com profissional da área de Psicologia sobre aspectos gerais desse tema, mas discutimos com a aluna qual a contribuição do profissional de Serviço Social para não se confundir com outras áreas de atuação. Se o objeto da nossa profissão são as refrações da questão social, o profissional precisa compreender como identificá-las nos mais diferentes contextos, sob pena de ser absorvido por outras áreas do conhecimento, como a Psicologia, confundindo papéis e áreas de atuação, bem como cair em descrédito por dificuldade em contribuir com sua área de conhecimento.

[20] Valor referenciado durante a reunião realizada com as assistentes sociais.

[21] A Resolução CFESS nº 418/2001 instituiu a Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social, alterada pela Resolução CFESS nº 467/2005, que apresentou a diferenciação entre graduados, especialistas, mestres e doutores, cujos valores são corrigidos anualmente em setembro pelo ICV/Dieese.

[22] A distância, percorrida com carro, pode levar entre 45 a 60 minutos. Os pedágios custam atualmente R$ 5,90 e R$ 4,50, o que totaliza um custo de R$ 20,80 por viagem a Ribeirão Preto, além do combustível para o percurso de 180 quilômetros de rodovia.

[23] Quando coordenamos em 2003 e 2004 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) no Departamento Municipal de Promoção Social em Bebedouro, fazíamos reuniões mensais com três grupos de famílias. Com um dos grupos, a discussão ficava sempre dispersa, havia casos de violência doméstica mais graves, chegando a ocorrer uma agressão a uma criança durante a reunião, que não teve consequências mais graves pela interferência das pessoas presentes. A partir de então, avaliamos que algo estava errado com a nossa forma de abordar o grupo. Fizemos outra proposta: na reunião seguinte, faríamos pães e depois sentaríamos todos juntos para saboreá-los. Como não havia recursos para a contratação de um padeiro para ensinar a fazer pães, e o objetivo não era mesmo esse, e sim de possibilitar uma forma de concentrar a atenção de todos, utilizamos uma atividade que poderia ser prazerosa para todos, e contando com nossa habilidade pessoal para fazer o pão. Ou seja, assistente social fazendo pão na cozinha, e depois reunindo as pessoas e realizando uma discussão sobre as relações familiares a partir do fazer e do comer pão.

Considerações finais

> *Você terá uma vida boa e segura quando estar vivo significar mais para você do que a segurança, o amor mais do que o dinheiro, sua liberdade mais do que a opinião pública ou do partido; quando o sentimento presente na música de Beethoven ou de Bach passar a ser o sentimento da sua vida inteira [...]; quando se deixar guiar pelos pensamentos dos grandes sábios e não mais pelos crimes dos grandes guerreiros; quando você deixarde dar mais importância a uma certidão de casamento do que ao amor entre homem e mulher; quando aprender a reconhecer seus erros prontamente e não tarde demais, como faz hoje; quando você pagar aos homens e mulheres que ensinam seus filhos mais do que paga aos políticos.*
>
> Wilhelm Reich

Realizamos uma retomada da trajetória histórica do Serviço Social de modo a melhor situar as características contemporâneas da profissão, a partir de uma análise centrada no mundo do trabalho.

A sociabilidade humana entendida a partir da centralidade do trabalho se expressa na organização das relações sociais e nas modificações que impõe na esfera do indivíduo enquanto ser social.

Procuramos explicitar por que compreendemos o Serviço Social como inserido na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade do capitalismo maduro. Entendemos que a forma da sociedade capitalista contemporânea é a mais complexa que a humanidade já vivenciou, não podendo ser considerada trabalho somente a relação homem-natureza, mas todas as atividades em que se caracteriza a venda da força de trabalho descolada do controle do capital ou da propriedade dos meios para sua realização. A diminuição do número de trabalhadores na indústria ocorre simultaneamente ao aumento no comércio e na prestação de serviços, acompanhado de novas formas de propriedade que dão fundamento e sustentação ao atual modo de produção, que não foi superado.

A concentração da renda e dos meios de produção na atualidade e a complexidade do desenvolvimento econômico é tanta que a grande massa populacional se encontra desprovida dos meios de produção, nada mais possuindo além da venda da sua força de trabalho para manter a sua sobrevivência.

O comércio se intensifica na sociedade do capital a partir do desenvolvimento da produção e de sua divisão interna do trabalho. A expansão dos serviços comerciais garante a expansão do conhecimento adquirido por meio da permanente troca de objetos cada vez mais conhecidos, bem como a expansão do consumo a níveis superiores ao que o planeta pode suportar sem causar sua destruição.

A prestação de serviços surge a partir de novas necessidades sociais geradas historicamente, o atendimento se transforma em mercadoria que se vende ou que aparece na forma do atendimento público do Estado, cujo pagamento já se realizou previamente através de impostos.

A prestação de serviços por assalariamento, em suas formas precarizadas ou não (sem vínculo empregatício, diarista, pagamento por hora, contrato temporário, etc.), pressupõe um proprietário, ou uma propriedade, e um empregado que executa um “serviço” vendendo sua força de trabalho.

A prestação de serviços pertence, assim, a uma nova divisão do trabalho na sociedade do capital, assalariando inclusive médicos e advogados, profissões tradicionalmente autônomas, liberais, vinculadas à acumulação de riqueza a partir da concentração de renda como fruto da atividade em clínicas e consultórios particulares.

A realidade atual demonstra que há muitos advogados dependentes do seu salário público, e algumas atividades, como a defensoria pública, que exclui a possibilidade da advocacia na forma privada e autônoma pelo mesmo profissional, passa a ser “terceirizada”, através de convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cujos advogados recebem por atendimento – isto é, por produção.

No caso dos médicos, suas clínicas estão abarrotadas, com poucas exceções, de pacientes de “cooperativas médicas”, com o profissional também sendo pago por atendimento.

Indiscutivelmente, os valores do pagamento pela produção de um médico ou de um advogado não são idênticos aos valores do pagamento ao cortador de cana ou ao apanhador de laranja, mas o princípio do pagamento por produção é idêntico. Obriga os profissionais a intensificar o trabalho, seja no emprego da capacidade preponderantemente física, que pode levar à exaustão, como tem ocorrido aos cortadores de cana-de-açúcar nos canaviais do Estado de São Paulo, seja no emprego de capacidade preponderantemente intelectual, de modo a gerar doenças psíquicas. A pressão para "render cada vez mais", para aumentar a renda, aliada à insegurança subjetiva da perda da oportunidade de trabalho causam desgastes emocionais diagnosticados com dificuldade pela medicina tradicional.

A prestação de serviços tornou-se indispensável à acumulação do capital.

Educação, saúde, cultura, lazer, necessidades sociais, alimentação, higiene/limpeza transformaram-se em mercadorias, gerando um mercado de trabalho assalariado que passa pelas mesmas modificações materializadas em precarização nas relações trabalhistas, de modo a colocar à margem da proteção social milhões de trabalhadores em todo o mundo.

A partir de Mészáros (2006), entendemos que o Estado não faz parte da superestrutura, como apontado por Gramsci, mas sim da estrutura do capital, porque possui uma função comercial – é o maior ou um dos maiores compradores de material de consumo, imprescindível à sobrevivência do capital, regulamenta o comércio nacional e internacional.

O Estado incorporou a função comercial ao seu funcionamento, pois se tornou provavelmente o maior consumidor da produção industrial, desde papel, material de limpeza e de escritório, móveis, equipamentos, até produtos militares, mantendo a indústria da guerra.

Responsável pela manutenção da "ordem social", um equilíbrio temporário entre os interesses antagônicos, tem se formatado ou apresentado características de acordo com o momento histórico. Em momentos de expansão do capital precisa assegurar simultaneamente um nível baixo de assalariamento para permitir a acumulação do capital na empresa e sua consequente competitividade, e oferecendo seus produtos com valores cada vez mais baixos, para garantir um nível de consumo pela classe trabalhadora constituída pela maioria da população.

Os baixos salários inviabilizam o consumo em larga escala, e, assim, o Estado precisa complementar a renda do trabalhador na forma de benefícios – como no Estado de Bem-Estar Social, ou *Welfare State*, que, por meio dos investimentos públicos, favorece a classe trabalhadora como grande empregador na execução das políticas sociais, permitindo o acesso aos resultados da produção da moderna sociedade de bens e serviços, e a elevação do consumo pelo pagamento dos chamados "benefícios sociais", como complemento de sua renda.

Atualmente, o recurso público encontra-se minimizado para o atendimento da classe trabalhadora, quer o Estado seja considerado como empregador, quer como executor de políticas públicas, para atender às necessidades básicas e sociais da população, como alimentação, vestuário, trabalho, moradia, transporte, saúde, educação, previdência e assistência social.

Encontra-se, porém, maximizado para o setor hegemônico. A atual crise global do capital tem demonstrado claramente: faltam recursos públicos para o funcionalismo, em processo de achatamento salarial permanente e de degradação nas condições materiais de trabalho, e para a execução das políticas públicas necessárias ao atendimento da população em geral.

No entanto, o setor financeiro privado tem recebido grandes investimentos públicos no mundo todo, conforme noticia a mídia.

Por outro lado, com o recebimento dos impostos – pagos por toda a sociedade, mas de forma desigual –, ainda se mantém como grande empregador, talvez o maior, na sociedade do capital, de modo a assegurar o assalariamento, mesmo em situação cada vez mais precária.

O seu produto não é o produto originário da relação do homem com a natureza, mas a prestação de serviços para o atendimento de necessidades humanas historicamente determinadas, que se tornaram mais complexas, como educação, saúde, previdência, assistência social, além das funções tradicionais de legislação, coerção e repressão.

Na sociedade do capital, a prestação estatal de serviços cumpre também, sem dúvida, a proteção ao patrimônio, à propriedade, na função de legislador e de fiscalizador das leis criadas, além da difusão da ideologia, através principalmente da educação. Suas funções coercitiva e fiscalizadora continuam.

Entretanto, o Estado incorporou mecanismos democráticos que permitem a

presença de representação do interesse dos trabalhadores. As lutas dos movimentos sociais impõem mudanças na legislação do Estado, e, assim, a função fiscalizadora serve tanto para proteger a propriedade e a concentração da renda como para amparar o trabalhador com leis de proteção social, num movimento em que prevalece ainda o interesse da classe burguesa em mecanismos mais poderosos para ampliação e concentração da renda, mas sendo obrigado a incorporar alguns limites à voracidade do capital e medidas de proteção à classe trabalhadora, na forma de políticas sociais.

O movimento sindical se encontra enfraquecido pelo desemprego estrutural descontrolado e a greve, principal instrumento reivindicatório, não funciona mais em virtude da possibilidade concretado desemprego. Os movimentos sociais, por outro lado, apresentam novas possibilidades de lutas sociais, mesmo quando segmentadas por interesses específicos e imediatos, funcionando como elementos agregadores de pressão política.

A assistência social, enquanto política pública, é função do Estado, mas pode ser realizada em conjunto com a sociedade civil, como prevê a atual legislação. Com essa “fenda” legal é possível “reestruturar produtivamente” o Estado: diminui a prestação de serviços, “enxuga” a área executiva na assistência social, que passa a ser “terceirizada” para as entidades sociais, geralmente filantrópicas,[1] que por sua vez, obedecendo aos ditames do mercado de trabalho, igualmente precarizam as relações de trabalho para poder sobreviver com os mínimos recursos.

O Estado, enquanto proprietário de imóveis, de móveis e administrador do dinheiro público, comprador da força de trabalho, transfere para o chamado terceiro setor a sua função de prestador do serviço público. O setor privado passa a ser responsável ou corresponsável pelo atendimento às necessidades sociais do público.

O discurso de responsabilização da sociedade civil pela esfera pública mascara as verdadeiras relações entre o Estado e os representantes do capital, fazendo crescer uma nova divisão social, manifestada também na divisão do trabalho, criando-se o chamado “terceiro setor”.

As organizações sociais não governamentais proliferam e passam a transitar na esfera da filantropia e da caridade, descaracterizando a política pública, oferecendo somente a pequenos grupos os serviços de assistência social, em franco desacordo com a política de universalização do atendimento.

As entidades sociais, sem fins lucrativos ou, ainda, beneficentes, também se tornam proprietárias de imóveis, de móveis, compram a força de trabalho de seus empregados, administram o dinheiro público que lhes chega às mãos via pulverização do recurso público ou via donativos das pessoas, inclusive das que participam das habituais promoções para arrecadar fundos a fim de sustentar suas ações. Flexibilizam as relações de trabalho, oferecem precários serviços, às vezes melhores que os prestados pelo Estado, mas para um público selecionado, não sendo atendimento universalizado como preconiza a legislação em vigor.

Outras áreas das políticas públicas, especialmente saúde e educação, são "capitalizadas". Tornam-se também mercadorias vendidas a preço estabelecido pelo "livre comércio", e o acesso a elas está restrito à pequena parcela da população que pode pagá-las.

O assistente social não possui o controle dos meios de realização do seu trabalho, ainda que a profissão esteja regulamentada como profissão liberal.

A condição de assalariamento do assistente social se concretiza nas entidades sociais numa esfera em que as instituições se tornam empregadoras privadas, diferindo das demais pela finalidade não lucrativa. No entanto, incorporam estratégias de gestão da esfera privada.

São complexas as relações na sociedade do capitalismo maduro. Ações públicas prestadas pelo setor privado, Estado reestruturado produtivamente, entidades sociais "enxutas", também "reestruturadas produtivamente".

As assistentes sociais participantes da nossa pesquisa são prestadoras de serviços públicos na esfera privada. Trabalham em organizaçõesnão governamentais, entidades sociais beneficentes, cumprindo uma função pública, a de execução da assistência social. São instituições privadas, porém sem fins lucrativos.

A precarização do trabalho das assistentes sociais ocorre duplamente: primeiro, pelo assalariamento sem estabilidade, quando poderia ser emprego público, com estabilidade, se o serviço fosse prestado pelo Estado; segundo, pela remuneração sem a proteção social prevista pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como férias, 13º salário e fundo de garantia. Ainda que existam vínculos empregatícios na forma da CLT, identificamos a tendência da precarização nessas relações.

O profissional convive cotidianamente com usuários dos seus serviços, dirigentes de instituições, públicas ou privadas, outros profissionais e com integrantes dos mecanismos de democracia participativa, como os conselhos.

E é nesse inter-relacionamento que é possível estabelecer a práxis profissional, uma relação entre as escolhas éticas e teórico-metodológicas com a operacionalização propriamente dita, diferenciando a postura do assistente social no sentido da emancipação e fortalecimento dos usuários das políticas sociais, distanciando-se do viés clientelista, da política do favor, da benemerência.

O estudo e o aperfeiçoamento contínuo, o compromisso com o projeto ético-político da profissão, são condições fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho competente e ético na gestão e na execução das políticas sociais.

Com todas as dificuldades encontradas pelas assistentes sociais que participaram da pesquisa, muitas têm conquistado espaços de reflexão, de participação em grupos de estudo, e realização de cursos. Isto pode permitir uma ação diferenciada, em especial, nos conselhos do município, que se constituem em espaços privilegiados na gestão das políticas sociais.

Várias profissionais oferecem espaço para a realização de estágios, contribuindo para a formação de futuros assistentes sociais. Simultaneamente, a presença de estudantes no ambiente de trabalho provoca questionamentos a ações realizadas cotidiana e repetidamente, e ainda eles se fazem portadores de informações atualizadas do conteúdo profissional, em todos os seus aspectos: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional.

Essa situação também contribui positivamente para uma reflexão constante da ação profissional.

A realidade apresenta possibilidades, mesmo repleta de contradições. Compete ao profissional a escolha da sua postura diante da realidade sócio-histórica, com o direcionamento de suas ações no sentido de conservar o *statu quo* vigente, ou no sentido da sua transformação.

Se a totalidade da realidade social possui vetores negativos, ou seja, aspectos negativos, de não reprodução das relações entre os diferentes complexos, é imperioso um olhar acurado para a leitura dela, tanto para desvendar a pseudoconcreticidade da aparência como para identificar a negatividade, os vetores negativos da própria realidade, para que possam ser apropriados e

potencializados com a ação consciente, num processo de permanente ação-reflexão, para objetivar a práxis social e a práxis profissional, atendendo a finalidades de transformação da realidade vivenciada.

Os vetores negativos se manifestam em diferentes graus de visibilidade. Movimentos sociais de organização nacional possuem ação mais visível de negatividade da realidade, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), mas outras situações não menos perceptíveis, como a indignação e a resistência a injustiças singulares, mais localizadas, também são representativas da universalidade.

Colocar-se favorável às lutas de resistência às injustiças sociais mais amplas, ou mais localizadas, significa potencializar a negatividade de uma realidade dada, cuja transformação total só poderá ocorrer quando houver condições objetivas para tanto, mas que não prescinde dos momentos anteriores de fortalecimento das condições subjetivas que contribuem para a formação das condições objetivas.

Entrementes, essa postura crítico-reflexiva, propositiva e reforçadora dos vetores negativos que constroem novos valores e novas relações sociais não é tarefa óbvia, nem simples.

Depende da capacidade de leitura da realidade, de aportes teórico-metodológicos existentes na formação básica do profissional, da sua formação continuada ao longo da sua trajetória profissional e da postura ético-política.

No caso das assistentes sociais nas entidades sociais em Bebedouro, detectamos também uma influência do psicologismo, com práticas oriundas da área terapêutica.

A Resolução CFESS nº 569, de 25/5/2010, regulamenta a proibição de práticas terapêuticas por assistentes sociais.[2]

Há que se considerar, entrementes, que o curso de Terapia Familiar, tanto na forma de especialização como na forma de extensão foi o único oferecido no município por instituições de outras cidades,[3] facilitando o acesso das profissionais, justamente numa área – família – em que se concentram suas ações, porém com o viés da individualização psicologizante e não da abordagem centrada na sociabilidade do trabalho, nem da questão social. Além do mais, a

abordagem individual pode causar sentimento de impotência e frustração, pois, com a pequena carga horária em diferentes locais de trabalho e a consequente sobrecarga de tarefas, dificilmente a profissional poderá proporcionar o atendimento individualizado com a qualidade que deseja, desprezando outras formas de abordagem que poderiam trazer melhores resultados à sua ação profissional e dentro do projeto ético-político.

O contexto vivenciado pelas profissionais em Bebedouro, e provavelmente em muitos outros municípios, independentemente de seu porte, de salários baixos, longa jornada fracionada em mais de um local de trabalho, relações trabalhistas com vínculo empregatício não formalizado, precárias condições físico-institucionais de trabalho, a luta pela subsistência e por condições éticas e técnicas de trabalho pode assumir preponderância em vários momentos, dificultando a postura crítico-reflexiva.

Se as condições objetivas de trabalho são constituintes dos elementos dificultadores, não se apresentaram como condições fatalmente impeditivas de rompimento com a repetitividade e a trivialidade do cotidiano profissional, pois várias buscam espaços de reflexão, seja através de formação continuada, seja no oferecimento de estágio supervisionado, seja na sua inserção em conselhos, o que em nosso entendimento podem se transformar em vetores negativos da realidade, dependendo da postura do profissional quando diante delas.

As entidades sociais se movem dentro da filantropia, mas direcionadas pela Política Nacional de Assistência Social, obrigadas a realizar ao menos pequenas mudanças em suas ações, como contratação de assistentes sociais, elaboração de projetos que de fato sejam executados, e outras adequações à legislação.

O momento não é de euforia pelo espaço de trabalho conquistado, mas também não é de descrença. É, sim, de se capacitar para identificar os limites pessoais, os institucionais, mas também os vetores negativos da realidade, as possibilidades de negação da realidade vivida, para serem apropriados e potencializados. Igualmente, as possibilidades pessoais e institucionais necessitam ser identificadas, apropriadas e potencializadas.

Nosso estudo apontou para a mobilidade e articulação das profissionais entre si, com profissionais de outras áreas e com os dirigentes das instituições em que trabalham.

Se as assistentes sociais escolherem a alternativa de referenciar sua postura e suas ações no projeto ético-político da profissão podem se apropriar do espaço conquistado para identificar quem são seus parceiros de ideais, e então realizar uma verdadeira articulação e organização de ações que fortaleçam os princípios de igualdade, justiça social e liberdade, e também melhorar as próprias condições objetivas de trabalho.

O projeto societário atualmente hegemônico no Serviço Social de construção de uma nova sociedade não totaliza as tendências. No âmago da categoria profissional se apresentam diferentes tendências e projetos societários que precisam conviver em liberdade democrática, mas com diálogos e debates construtivos para permitir o enriquecimento da profissão.

Nesse sentido, a universidade se constitui em espaço privilegiado propiciador de encontros para a formação profissional permanente, de divulgação dos princípios ético-políticos, de diálogo entre as diferentes tendências e de construção do conhecimento a partir da realidade social e profissional.

O pluralismo de ideias é saudável, mas não pode ser confundido com o ecletismo que esvazia o sentido político das discussões.

Para os profissionais que se pautam pelas diretrizes e objetivos do projeto ético-político da profissão, é imprescindível:

a) postura crítico-investigativa: a trivialidade precisa ser descontruída, destituída de sua pseudoconcreticidade para identificar as mediações e os vetores negativos da realidade investigada;

b) compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aliado à publicização de informações aos usuários e democratização nos processos decisórios em todos os níveis da ação profissional;

c) atualização permanente do conhecimento da profissão e do âmbito específico da atuação, seja no contato com o ambiente acadêmico, seja na participação em eventos, seja na leitura constante dos materiais publicados;

d) proposição de alternativas de ação quando no enfrentamento das refrações da questão social, dos limites institucionais e profissionais;

e) coletivização das lutas através da articulação da categoria e com todos

os grupos formais e informais de outras profissões e da população próximos à sua atuação.

Nosso estudo identificou inúmeras limitações da ação profissional, mas também possibilidades para a superação da cotidianidade, para a vivência da reflexão que propicia uma ação propositiva.

As determinações das difíceis condições de trabalho, da insegurança nas relações trabalhistas, precariedade nas condições técnicas e éticas de trabalho estão presentes, mas as assistentes sociais identificaram avanços conquistados que indicam a luta cotidiana para melhorar o próprio trabalho.

A legislação atual do Serviço Social é importante instrumento de luta, ainda que as profissionais tenham dificuldades para efetivá-la.

O assistente social não tem a missão de construir um novo mundo, novas relações societárias, mas, como parte da sociedade e como profissional, detém possibilidades em suas mãos que podem ser utilizadas na conservação da sociedade como está ou na construção de uma sociedade justa e digna. Não pode mudar o mundo, mas pode mudar sua postura perante o mundo.

A intervenção do assistente social ocorre nas mediações de segunda ordem do capital, assumindo também uma característica socioeducativa e transmissora de valores que pode ser de manutenção ou de transformação da sociedade, dependendo de sua postura perante o mundo.

A complexidade da realidade social é muito grande e não se pode deixar de ver a negatividade contida nela mesma, e, mais especificamente, no processo de trabalho do assistente social e de outras profissões, em especial as que atuam na área social.

O grande desafio para o Serviço Social é identificar a negatividade da ordem social vigente. É fundamental desenvolver a nossa capacidade para identificar esses vetores negativos em cada situação e lutar para potencializá-los, de modo a colocar nosso conhecimento a serviço da humanidade, da justiça social às classes subalternas.

O desabrochar intelectual do Serviço Social iniciado nos anos 1960 teve grande desenvolvimento nos anos 1980, com a produção do conhecimento em bases teórico-críticas, que tem prosseguido intensamente nas últimas décadas.

A característica interventiva do Serviço Social é rica em possibilidades de investigação e de (re)elaboração teórico-prática, ou seja, de sua práxis, que muda a realidade e a si mesmo enquanto profissão, acumulando conhecimento, mas também a esperança e a certeza de que a ação comprometida com o projeto ético-político tem uma contribuição efetiva na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Crença esta, sem ingenuidade, romantismo ou messianismo, mas solidificada em sua trajetória histórica, que soube superar muitos limites – avançou e ainda há muito para avançar. Sabe pelo próprio conhecimento e experiência que há muito para caminhar e conquistar.

A posição fatalista – de que nada adianta fazer, porque tudo vai continuar igual – desconsidera o processo histórico-dialético da sociedade e da profissão; é mais cômoda, pois não exige luta nem enfrentamento, mas também não existem ganhos nem avanços.

A mudança qualitativa para melhor no trabalho do assistente social é inegável, sobretudo nos últimos trinta anos, e, exatamente por isso, não se pode desistir de prosseguir na luta a que se propôs o Serviço Social enquanto profissão.

Sem incorrer numa visão messiânica e individualista, a postura profissional a que nos referimos deve necessariamente estar voltada para o coletivo. A articulação com todas as pessoas e grupos, formais e informais, que possuem projetos societários semelhantes ao vigente no Serviço Social constitui estratégia imprescindível para a superação das dificuldades enfrentadas cotidianamente.

O momento histórico vivenciado na contemporaneidade mostra uma crise generalizada do sistema capitalista, o homem se vê confrontado com os limites impostos pela própria natureza, pelo mundo degradado que não é descartável como tantos produtos feitos pelas mãos humanas, impondo limites à produção e ao consumo se quiser continuar vivendo sobre o planeta Terra.

Entendemos que, para resolver o dilema de colocar limites à produção e ao consumo e preservar o planeta, a alternativa é a construção de novas relações sociais que não tenham mais como centro o capital, com sua capacidade de destruição, e sim que sejam centradas no ser social.

Isto nos impõe a tarefa de pensar também o papel da universidade para a formação profissional básica na graduação e para a formação continuada dos

profissionais em Serviço Social que estão na ponta da execução das políticas sociais, com a exigência de responder à imediaticidade das situações vivenciadas. É preciso pensar em estratégias para atingir os profissionais nos municípios mais distantes dos centros de produção acadêmica, para ocupar espaços da profissão, levando uma proposta de formação continuada de qualidade dentro dos princípios do projeto ético-político da nossa categoria profissional.

O processo investigativo da profissão, no qual procuramos inserir nossa contribuição, deve prosseguir por todos aqueles que têm a alma inquieta e conseguem não se petrificar diante das manifestações da barbárie contemporânea, mantendo viva a indignação diante da corrupção e da iniquidade, primeira condição para a práxis revolucionária.

Simultaneamente, compete-nos continuar no processo de intervenção e de formação profissional dentro das diretrizes atualmente hegemônicas na profissão.

A tarefa educativa pertence a todos os que estejam interessados na construção de uma sociedade justa e digna para todos.

Consideramos finalmente, com as palavras de Mészaros (2005, p.76), que

> A nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis.

[1] Estamos nos referindo mais precisamente à área social, mas a mesma situação existe na saúde, na educação e na previdência social, numa forma ainda mais desumana de privatização, voltada para fins lucrativos, ou seja, sua obtenção fica

diretamente vinculada ao poder aquisitivo das pessoas, como se não fossem direitos universais.

[2] Quando da elaboração deste trabalho, o CFESS havia emitido um parecer claro contra as práticas terapêuticas por assistentes sociais pela falta de conteúdos na formação profissional básica e por estar em desacordo com o projeto ético-político da profissão.

[3] Segundo a informação verbal das profissionais nos contatos realizados durante a pesquisa.

Referências bibliográficas

ABRAMIDES, M. B. C., CABRAL, M. do S. R. *O novo sindicalismo e o serviço social* – Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, H. B. As novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: *Capacitação em Serviço Social e política social:* Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999. p.33-44.

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura:* perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, G. *A condição de proletariedade:* a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

_____. *Dimensões da reestruturação produtiva*: ensaios de Sociologia do Trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____. *O novo (e precário) mundo do trabalho*: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

AMMANN, S. B. Produção científica do serviço social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano V, n.14, p.144-76, abr. 1984.

ANDRADE, M. A. R. A. A prática do ensino no curso de serviço social: reflexões necessárias. *Serviço Social e Realidade (Franca)*, v.8, n.2, p.31-56, 1999.

ANGHER, A. J. (Coord.). *Código civil. Lei nº 10.406/2002. Código civil, código de processo civil, Constituição Federal*. São Paulo: Rideel, 2003. (Coleção de Leis Rideel; Série Mini 3 em 1).

ANTUNES, R. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: *Capacitação em serviço social e política social:* Módulo 1. Brasília: CEAD, p.17-31, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2002.

_____. *A dialética do trabalho*: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____ (Org.).*Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006a.

_____. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006b.

_____. A erosão do trabalho. Tendências e debates. *Folha de São Paulo*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opi niao/fz0105200908.htm>. Acesso em 29/7/2009.

AQUINO, G. H. M. B., ANDRADE, M. A. R. A. As novas diretrizes curriculares e a proposta de rompimento da dicotomia teoria-prática na formação do assistente social. *Serviço Social & Realidade (Franca)*, v.13, n.2, p.79-87, 2004.

ARENDT, H. *A condição humana.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social*: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROS, A. J. P. de, LEHFELD, N. A. de S. *Projeto de pesquisa:* propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2000.

BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington:* a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Consulta Popular, 2005. (Cartilha n.7).

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma:* desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Reforma do Estado e seguridade social no Brasil. *Ser Social (Brasília)*, n.7, p.43-80, 2000.

_____. *Política social no capitalismo tardio.* São Paulo: Cortez, 1998.

_____, BOSCHETTI, I. *Política social*: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BENSAÏD, D. Uma nova época histórica. In: LÖWY, M., BENSAÏD, D. *Marxismo, modernidade, utopia.* São Paulo: Xamã, 2000. p.27-45.

BRANDÃO, R. de C. C. *O Serviço Social no Brasil:* a reinstrumentalização necessária. Franca, 2006. Tese (doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)*. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/loas-lei-organica-da-assistencia-social.html>. Acesso em 8/2/2008.

_____. *Código de* ética *do assistente social*. Lei nº 8.662/1993. Legislação Brasileira para o Serviço Social. Brasília: Cress-SP, 2006.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em 10/4/2009.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>. Acesso em 23/4/2009.

_____. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo, 2001. Disponível em <http://www.rebidia.org.br/noticias/social/loas.html>. Acesso em 16/3/2008.

_____. *Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998*. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em <http://www3.dataprev. gov.br/sislex/paginas/42/1998/9637.htm>. Acesso

em 21/8/2008.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Museu Paraense Emilio Goeldi. Disponível em <http://www.museu-goeldi.br/institucional/index.htm>. Acesso em 18/4/2009.

_____. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas.* Brasília: Ministério do Desen volvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista.* 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CANÔAS, J. W. (Org.). *Mundo do trabalho e políticas públicas.* Franca: UNESP, 2007.

CARDOSO, F. G. et al. Questão social: fenômeno vinculado à histórica luta de classes e determinante básico do Serviço Social como profissão. *Ser Social (Brasília)*, n.6, p.79-95, jan.-jun., 2000.

CARVALHO, M. do C. B. de. Pensar e repensar, fazer e refazer, juntos, ação social pública. *Caderno Cenpec (São Paulo)*, n.1, p.7-12, jan.-jun., 2006.

CARVALHO, R. de. Modernos agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano I, n.2, p.43-71, mar. 1980.

CASTELL, R. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, M. H. *História do Serviço Social na América Latina.* São Paulo: Cortez/Celats, 1987.

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. *Teorização do Serviço Social:* Documentos Araxá, Teresópolis e Sumaré. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.* São Paulo: Cortez, 1991.

COLLI, J. A precarização do trabalho imaterial: o caso do cantor do espetáculo lírico. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006. p.297-320.

CORRÊA NETTO, E. *Empregada doméstica:* a organização do seu cotidiano no mundo urbano a partir da migração do campo. Franca, 2005, 176f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Marxismo e política*: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996.

DAL ROSSO, S. *Mais trabalho!* A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. ABEPSS, 1996. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em 13/7/2008.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.*

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FALEIROS, V. de P. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano VIII, n.24, p.49-69, ago. 1987.

_____. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano XXVI, n.84, p.21-36, nov. 2005.

FÁVERO, E. T., MELÃO, M. J. R., JORGE, M. R. T. (Org.). *O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário:* construindo saberes, conquistando direitos. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

FREIRE, L. M. B. et al. (Org.). *Serviço Social, política social e trabalho*: desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2006.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad X; NPC, 2007.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, A. L. A nova regulamentação da filantropia e o marco legal do terceiro setor. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo),* ano XX, n.61, p.91-108, nov. 1999.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais e educação*. v.5. São Paulo: Cortez, 2001. (Col. Questões da Nossa Época).

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere* – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do cárcere* – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Trad. Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUERRA, Y. Ensino da prática profissional no serviço social: subsídios para uma reflexão. *Temporalis (Brasília),* n.2, p.153-61, jul.-dez. 2000a.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo),* ano XXI, n.62, p.5-34, mar. 2000b.

_____. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS; Cead/NED-UnB. *Capacitação em Serviço Social e política social:* o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Módulo 4. Brasília: CEAD, p.53-63, 2000c.

_____. *A instrumentalidade do serviço social.* São Paulo: Cortez, 2007.
HELLER, A. *O cotidiano e a história.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Sociología de la vida cotidiana.* Barcelona: Ediciones Península, Nova-Grafik, 1991.

HOBSBAWM, E. J. *A era do capital* – 1848-1875. Trad. Luciano Costa Neto. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *A era dos extremos* – O breve século XX – 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *A era dos impérios* – 1875-1914. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____.*Globalização, democracia e terrorismo.* Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-meto dológica. 3.ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1985. [1.ed. 1982]

_____. *Renovação e conservadorismo no serviço social:* ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1994.

_____.Transformações societárias, alterações no mundo do trabalho e serviço social. *Ser Social (Brasília)*, n.6, p.45-78, jan.-jun. 2000.

_____. A questão social no capitalismo. *Temporalis (Rio de Janeiro)*, n.3, p.9-32, jan.-jul. 2001.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. de. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. *A sociedade global.* 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *A era do globalismo.* 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JUNQUEIRA, H. I. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano II, n.4, p.1-38, dez. 1980.

KOSIK, K. *Dialética do concreto.* Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KRAWCZYK, N. R., WANDERLEY, L. E. *América Latina*: Estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo: Cortez, 2003.

LANDIM, L. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. *O social em questão* (*Rio de Janeiro),* n.4, p.61-98, 1999.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno.* Trad. Sérgio Martins. São Paulo: Ática; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1991.

_____. *A revolução urbana.* Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEHFELD, N. A. de S. (Coord.). *Serviço Social:* ensino e prática. Franca: UNESP, 1998. (Série Serviço Social; 2).

LESBAUPIN, I. (Org.). *O desmonte da nação*: balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 2003.

LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.* São Paulo: Cortez, 2007.

LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil.* 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LOPES, J. B. A formação profissional em Serviço Social na América Latina e Caribe: processo histórico e perspectivas atuais. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo),* ano X, n.30, p.40-60, abr. 1989.

LÖWY, M., BENSAÏD, D. *Marxismo, modernidade, utopia.* São Paulo: Xamã, 2000.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social*: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe:* estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Socialismo e democratização*: escritos políticos 1956-1971. Org., introd. e trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. *A reprodução da sociedade como totalidade.* Disponível em <http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=estudos&page=article&op=view&path%5B%5D=389&path%5B%5D=764>. Acesso em 14/4/2009.

LUZ, L. A. da. A reconstrução do perfil profissional do assistente social diante das demandas atuais. In: LEHFELD, N. A. de S. (Coord.). *Serviço Social*: ensino e prática. Franca: UNESP, 1998. p.81-168.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social*: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2005.

_____ (Org.). *Pesquisa qualitativa*: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples.* São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política. O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Livro 1, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998a.

_____. *O capital***:** crítica da economia política. O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Livro 1, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998b.

_____. *Capítulo VI inédito de O capital:* resultados do processo de produção imediata. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos.* São Paulo: Boitempo, 2006a.

_____. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.* São Paulo: Expressão Popular, 2006b.

_____. *Contribuição à crítica da economia política.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____, ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1993.

MENDONÇA, S. R. de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In:

LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p.327-50.

MESZÁROS, I. *O poder da ideologia*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *A educação para além do capital*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Para além do capital*. Trad. Paulo Cézar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano XVIII, n.53, p.102-25, mar. 1997.

_____. *Terceiro setor e questão social:* crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *A natureza do Serviço Social*: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Um projeto para o Serviço Social crítico**.** *Katálysis*, v.9, n.2, jul.-dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802006000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25/1/2009.

MOTA, A. E. (Org.). *O mito da assistência social*: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. *Serviço Social &*

Sociedade (São Paulo), ano II, n.5, p.59-75, mar. 1981.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano X, n.30, p.89-102, abr. 1989.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano XVII, n.50, p.87-132, abr. 1996.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social.* Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, p.91-110, 1999.

NETTO, J. P. FHC e a política social: um desastre para as massa trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (Org.). *O desmonte da nação*: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 2003. p.75-89.

_____. *Ditadura e serviço social:* uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano XXVI, n.84, p.5-20, nov. 2005.

_____. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social.* Disponivel em <http://locuss.org/joomlalocuss/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=25&Itemid=36>. Acesso em 25/11/2009.

NICOLAU, M. C. C. O aprender do fazer (As representações sociais de assistentes sociais sobre o seu saber-fazer profissional): a dimensão educativa do trabalho. *Temporalis (Brasília)*, n.4, p.43-74, 2004.

NOGUEIRA, C. M. *A feminização no mundo do trabalho:* entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. *O trabalho duplicado* – A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras de telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB/Suas. Resolução nº 130/2005. Brasília: CNAS, 2005.

OLIVEIRA, C. A. H. da S., ELIAS, W. de F. A dimensão sócio-educativa do Serviço Social: elementos para análise. *Serviço Social & Realidade (Franca)*, v.14, n.1, p.41-62, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/inst/index.php>. Acesso em 15/5/2008.

PALUDO, C. *Educação popular em busca de alternativas:* uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

PASTORINI, A. *A categoria "questão social" em debate*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época; 109).

PEREIRA, P. A. P. e. *A assistência social na perspectiva dos direitos*: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. Questão social, Serviço Social e direitos da cidadania. *Temporalis (Rio de Janeiro)*, n.3, p.51-61, jan.-jun. 2001.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/ 2004. Resolução 145/2004. Brasília: CNAS, 2004.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização:* a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____ et al. (Org.). *A exclusão no mundo*: atlas da exclusão social. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTES, L., BAVA, S. C. As ONGs e as políticas públicas na construção do Estado democrático. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano XVII, n.50, p.133-42, abr. 1996.

PONTES, R. N. *Mediação e serviço social*: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2002.

PREFEITURA de Apucarana "expulsa" mendigos. Vida e cidadania, *Gazeta do Povo*. Edição *on-line*, 23/3/2007. Disponível em

<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/parana/conteudo.phtml?id=646954> . Acesso em 23/7/2009.

REICH, W. *Escute, Zé ninguém!* São Paulo: Martins Fontes, 2001. REIS, M. B. M. *Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social.* Disponível em <http://locuss.org/joomlalocuss/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=25&Itemid=36&limitstart=15>. Acesso em 25/1/2009.

RELATÓRIO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS DE BEBEDOURO. Grupo de Apoio às Instituições do Conselho Mu nicipal de Assistência Social. Conselho Municipal de Assistência Social e Departamento Municipal de Promoção e Assistência Social. Bebedouro, dezembro de 2006, versão revisada. Disponível em <http://www.guardioes.org.br/arquivos/entidades/guardioes_entidades_relatorio.pdf>. Acesso em 8/1/2007.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SADER, E. (Org.). *Gramsci*: poder, política e partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina.* Trad. Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2002.

SALES, M. A. et al. (Org.). *Política social, família e juventude*: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2006.

SANT'ANA, R. S. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo),* ano XXI, n.62, p.73-92, 2000.

SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro.* São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; 132).

SANTOS, L. L. *Textos de Serviço Social.* 4.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em <http://www.seade.gov.br/>. Acesso em 13/5/2009.

SARMENTO, H. B. de M. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. *Capacitação em Serviço Social e Política Social.* Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, p.95-110, 1999.

SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras:* ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEGNINI, L. R. P. Acordes dissonantes: assalariamento e relações de gênero em orquestras. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006. p.321-36.

SERRA, R. M. S. A questão social hoje. *Ser Social (Brasília),* n.6, p.169-84, jan.-jun. 2000.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Mundo do trabalho. São Paulo, ano XVII, n.52, dez. 1996.

_____. Reconceituação do Serviço Social: 40 anos. São Paulo, ano XXVI, n.84, nov. 2005.

SILVA, J. F. S. da. Teoria e prática no trabalho profissional do assistente social: falsos e verdadeiros dilemas. *Revista Serviço Social & Realidade (Franca),* v.14, n.2, p.133-54, 2005.

SILVA, I. M. F. da. *Questão social e Serviço Social no Brasil*: fundamentos sociohistóricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SILVA E SILVA, M. O. da. *Renda mínima e reestruturação produtiva.* São Paulo: Cortez, 1997.

_____ (Coord.). *O Serviço Social e o popular:* resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SIMIONATO, I. *Gramsci*: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, P. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, I. (Org.). *O desmonte da nação:* balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999. p.25-44.

_____, BRANT, V. C. (Org.). *São Paulo:* o povo em movimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SOARES FILHO, J. *Sociedade pós-industrial* – e os impactos da globalização na sociedade, no trabalho, na economia e no Estado. Curitiba: Juruá, 2007.

SOUZA FILHO, R. de. Estado, sociedade e política social no Brasil: dilemas da cooperação. *O social em questão* (*Rio de Janeiro)*, n.4, p.99-120, 1999.

SPOSATI, A. Elementos sobre a evolução histórica do planejamento nos seus aspectos sociais, filosóficos, econômico e políticos. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano I, n.2, p.7-21, mar. 1980.

_____. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano XXII, n.68, p.54-82, nov. 2001.

_____. *A assistência social no Brasil – 1983-1990.* São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *A menina Loas*: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A. O. et al. *Políticas sociais brasileiras.* São Paulo: Cortez, 1985.

TEORIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL – Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. CBCISS. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Temporalis (Rio de Janeiro)*, n.4, p.21-42, jul.-dez. 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, A. C., BERTANI, I. F., MOTTA, M. A., MARTINELLI, M. L., NEVES, N. P. O Serviço Social e o desenvolvimento de 1961 a 1968. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano VIII, n.24, p.101-23, ago. 1987.

VIEIRA, E. *Os direitos e a política social.* São Paulo: Cortez, 2004. VIEIRA, E. A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos.

Serviço Social & Sociedade (São Paulo), ano XVII, n.53, p.67-73, 1997.

VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania:* a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WANDERLEY, L. E. *Educar para transformar.* Petrópolis: Vozes, 1984.

WANDERLEY, M. B. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. *Cadernos ABESS* (*São Paulo)*, n.8, p.7-18, nov. 1998.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION – WIPO. Disponível em <http://www.wipo.int/portal/index.html. em>. Acesso em 21/4/2009.

YASBEK. M. C. *Classes subalternas e assistência social.* São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis (Rio de Janeiro)*, n.3, p.33-40, jan.-jun. 2001.

_____, OLIVEIRA, I. I. de M. C., DELGADO, M. B. G., IAMAMOTO, M. V., LEITE, R. de S. C. L. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social – PUC-SP. *Serviço Social & Sociedade (São Paulo)*, ano V, n.14, p.29-103, abr. 1984.

Table of Contents

Front Matter / Elementos Pré-textuais / Páginas Iniciales
Lista de siglas
Lista de tabelas
Lista de gráficos
Lista de mapas
1 Introdução
2 O trabalhador assistente social
3 Cotidiano profissional nas entidades sociais
Considerações finais
Referências bibliográficas